

ANEXO

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) E PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PMGIRS)



EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

Ana Cláudia de Oliveira

Bióloga – Especialista em Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Kesley Luis Moraes

Engenheiro Ambiental – Especialista em Gestão Ambiental

Lucas Tarossi Pollettini

Engenheiro Ambiental

Mauro Mendes Filho

Engenheiro Ambiental – Especialista em Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Júlia Elena Hipólito Maciel

Graduanda em Engenharia Ambiental

Nádia Zacharczuk

Secretária do Meio Ambiente de Bragança Paulista

Stefania Penteado Corradini Rela

Assessora de Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura de Bragança Paulista

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização da cidade de Bragança Paulista – SP.....	11
Figura 2 - Mapa da pedologia da cidade de Bragança Paulista – SP.....	13
Figura 3 – Mapa de localização da UGRHI 5 – PCJ.....	14
Figura 4 - Disponibilidade das águas.....	15
Figura 5 - Demanda de água em relação aos usos da UGRHI 05.....	16
Figura 6 - Situação dos postos através do IQA da UGRHI 05.....	17
Figura 7 - Situação dos Postos do IAP da UGRHI 05.....	17
Figura 8 - Mapa das micro bacias do município de Bragança Paulista - SP.....	18
Figura 9 - Mapa da Vegetação presente no município de Bragança Paulista.....	20
Figura 10 – Gráfico da temperatura e precipitação média de Bragança Paulista	21
Figura 11 – Evolução do emprego formal no município de Bragança Paulista.....	25
Figura 12 – Evolução do rendimento médio no município de Bragança Paulista.....	25
Figura 13 - Áreas atendíveis com o Sistema de Abastecimento de Água de Bragança Paulista.....	50
Figura 14 - Esquema do sistema de abastecimento de água do município.....	51
Figura 15 - Identificação do ponto de Captação junto ao Rio Jaguari e do Reservatório Jaguari, componente do Sistema Cantareira.....	52
Figura 16 - Localização da Captação Superficial junto ao Rio Jaguari.....	53
Figura 17 - Detalhe das unidades componentes do Sistema de Captação Superficial.....	53
Figura 18 e 19 - Jusante e Montante da Captação no Rio Jaguari.....	54
Figura 20 - Captação possui crivo, gradeamento e caixa de areia.....	54
Figura 21 - Adição de Peroxido.....	54
Figura 22 - Casa de Bombas com 4 conjuntos de bombas.....	55
Figura 23 - Traçado da Adutora de Água Bruta entre a Captação e a ETA.....	56
Figura 24 - Localização da ETA no município de Bragança Paulista.....	58
Figura 25 - Detalhe das unidades componentes da ETA de Bragança Paulista.....	58
Figura 26 - Chegada Água bruta e adição de Cloro, Alcalinizante e Coagulante (sulfato de alumínio cal e cloro).....	59
Figura 27 – Apresenta o 1º Módulo Floclador.....	59
Figura 28 – Apresenta o 2º Módulo Floclador.....	59
Figura 29 - Apresenta os 2 decantadores.....	60
Figura 30 - Referente aos Coletores de Água Decantada.....	60
Figuras 31 e 32 - 4 Módulos de Filtração com 2 filtros cada. (Carvão, Areia e Cascalho).....	60
Figuras 33 e 34 - Painel de controle Filtros.....	61
Figura 35 - Laboratório ETA.....	61
Figura 36 – Local de Armazenamento de Hidróxido de Calcio.....	61
Figura 37 – Local de Armazenamento de Sulfato de Alumínio.....	61
Figura 38 – Local de Armazenamento Hipoclorito de Sódio.....	62
Figura 39 - Local de Armazenamento de Ácido Fluossilícico.....	62
Figura 40 e 41 – Referentes a Casa de Bombas da ETA (Lavagem de filtros).....	62
Figura 42 - Dosadora Manual de Ácido Fluossilícico.....	62
Figura 43 - Dosadora manual de Sulfato.....	62
Figura 44 - Mapa da localização das EEAT's de Bragança Paulista.....	64
Figura 45 - Elevatória Cercada.....	65
Figura 46 - Elevatória com pelo menos 2 bombas, sendo 1 reserva.....	65
Figuras 47 e 48-Telemetria e sistemas elétricos em bom estado de conservação e em local fechado. Em pontos com ação de vandalismo a elevatória possui alarme.....	66

Figura 49 - Elevatória Vale das Águas.....	66
Figura 50 - Elevatória Portal Bragança.....	66
Figura 51 - Elevatória Portal Horizonte.....	66
Figura 52 - Elevatória Parque dos Estados.....	67
Figura 53 – Elevatória Quinta dos Vinhedos.....	67
Figura 54 - Elevatória Campos do Conde.....	66
Figura 55 - Elevatória Sevilha.....	67
Figura 56 - Elevatória Tanque do Moinho.....	67
Figura 57 - Elevatória B4 Vila Mora.....	67
Figura 58 - Traçados aproximados das principais Aduoras de Água Tratada do município.....	69
Figura 59 - Mapa de localização dos Reservatórios de Água Tratada de Bragança Paulista.....	71
Figura 60 -Sistema Supervisório de automatização e controle do Sistema de Abastecimento Público.....	72
Figura 61 - Reservatório Campos do Conde.....	72
Figura 62 - Reservatório Vale das Águas.....	72
Figura 63 - Reservatório Jardim Europa.....	73
Figura 64 - Reservatório Portal de Bragança.....	73
Figura 65 - Reservatório Portal Horizonte.....	73
Figura 66 - Reservatório Água Comprida.....	73
Figura 67 - Reservatório Vista Alegre.....	73
Figura 68 - Reservatório I Parque dos Estados (Metálico).....	74
Figura 69 - Reservatório II Parque dos Estados (Concreto).....	74
Figura 70 - Reservatório Vila Mota (Concreto).....	74
Figura 71 - Reservatório Vila Verde.....	74
Figura 72 - Reservatório Quinta dos Vinhedos.....	74
Figura 73 - Reservatório Vila Mota (Metálico).....	75
Figura 74 -Reservatório Padre Aldo Bolini.....	75
Figura 75 - Reservatório R3 Semienterrado.....	75
Figura 76 - Reservatório R3 Enterrado.....	75
Figura 77 - Reservatório Sevilha 1.....	75
Figura 78 - Reservatório Sevilha 2.....	75
Figura 79 - Reservatório Santa Lúcia.....	76
Figura 80 - Reservatório ETA Enterrado (Concreto).....	76
Figura 81 - Reservatório 1 e 2 ETA (Metálico).....	76
Figura 82 - Localização do Poço no loteamento Chácaras Fernão Dias em Bragança Paulista.....	78
Figura 83 - Reservatório Fernão Dias.....	79
Figura 84 - Esquema do sistema isolado das Chácaras Fernão Dias.....	80
Figura 85 - Croqui geral do SES de Bragança Paulista.....	94
Figura 86 - Áreas atendíveis com o Sistema de Esgotamento Sanitário de Bragança Paulista.....	95
Figura 87 - Elevatória Cercada.....	98
Figura 88 – Gradeamento.....	98
Figura 89 -Elevatória com 2 bombas sendo 1 reserva.....	99
Figura 90 - Telemetria e sistemas elétricos em bom estado de conservação e em local fechado.....	99
Figura 91 - Gerador e possui licenciamento da CETESB.....	99
Figura 92 - EEE 02 – Vale das Águas.....	100
Figura 93 - EEE 01 – Vale das Águas.....	100
Figura 94 - EEE Euroville II.....	100

Figura 95 - EEE – Residencial Fazenda Sta Petronila.....	100
Figura 96 - EEE – Portal Bragança.....	100
Figura 97 - EEE – Jd. Santa Helena.....	100
Figura 98 - EEE – Jardim Vista Alegre.....	101
Figura 99 - EEE – Residencial Piemonte.....	101
Figura 100 - EEE – Quinta dos Vinhedos.....	101
Figura 101 - EEE – Vilaverde.....	101
Figura 102 - EEE – Vila Real.....	102
Figura 103- EEE – São Miguel.....	102
Figura 104 -EEE – Bragança F.....	102
Figura 105 - EEE – Vem Viver.....	102
Figura 106 - EEE – Águas Claras.....	102
Figura 107 - EEE – Portal da Serra.....	102
Figura 108 - EEE – Final (ETE).....	103
Figura 109 - Mapa da localização das EEEB do município de Bragança Paulista.....	104
Figura 110 - Principais coletores, interceptores do SES de Bragança Paulista.....	106
Figura 111 - Localização da ETE no município d Bragança Paulista.....	108
Figura 112 - ETE de Bragança Paulista e suas principais unidades.....	108
Figura 113 - Tratamento Preliminar.....	109
Figura 114 - Afluente e ponto de coleta para análise.....	109
Figura 115 - Gradeamento Mecânico (1 em operação e 1 reserva).....	109
Figura 116 - Compactador do material gradeado.....	110
Figura 117 - Calha Parshall.....	110
Figura 118 - Medidores de Vazão Ultrassônicos.....	110
Figura 119 - 2 módulos de Caixa de areia sendo 1 reserva com limpeza semanal.....	110
Figura 120 - Rosca de retirada do material da caixa de areia.....	111
Figura 121 - 3 Tanques de aeração com injeção de ar através dos sopradores (aeração prolongada com entrada de lodo ativado e sem necessidade de limpeza de lodo).....	111
Figura 122 - 3 Decantadores.....	112
Figura 123 - Tanque de Contato com adição de Hipoclorito de Sódio.....	112
Figura 124 - Efluente tratado.....	112
Figura 125 -Armazenamento de Hipoclorito de Sódio.....	112
Figura 126 - Dosadora de Hipoclorito de Sódio (reserva em manutenção).....	112
Figura 127 - Sopradores.....	112
Figuras 128 e 129 - Armazenamento dos resíduos.....	113
Figura 130 - Desidratação Mecânica do Lodo (Adensador, Centrifuga, Clarificado e adição de polímeros).....	113
Figura 131 - Ponto de Abastecimento.....	127
Figura 132 - Lavagem externa.....	127
Figura 133 - Sistema de captação e reuso da água da lavagem externa.....	127
Figura 134 - Limpeza Interna dos veículos e equipamentos.....	127
Figura 135 – Chorumeira.....	127
Figura 136 – Funilaria.....	127
Figura 137 - Oficina mecânica.....	128
Figura 138 - Coleta seletiva da sede administrativa e garagem.....	128
Figura 139 - Reforma das lixeiras utilizadas na área rural.....	128
Figura 140 - Ponto de Troca de Óleo.....	128
Figura 141 - Coleta de água das áreas de manutenção para destinação a Caixa Separadora de Água e Óleo.....	128
Figura 142 - Vista geral da sede administrativa, garagem, oficina e demais infraestruturas citadas.....	129

Figura 143 – Mapa da localização das infraestruturas da empresa Embralixo -- referência outubro de 2020.....	130
Figura 144 - Coletor e compactador de resíduo.....	134
Figura 145 - Caixa de descarte para perfurocortantes.....	147
Figura 146 - Sacos plásticos para RSS.....	148
Figura 147 - Contêineres para RSSS.....	149
Figura 148 - Triturador para resíduos de poda e manutenção de áreas verdes.....	155
Figura 149, 150, 151 e 152 - Referente ao 1º ponto de disposição irregular de resíduos.....	157
Figura 153 e 154 – Referente ao 2º Ponto de disposição irregular de resíduos.....	157
Figura 155 – Referente ao Ecoponto na seção de resíduos volumosos.....	158
Figura 156 e 157 – Representa uma Cooperativa de reciclagem de resíduos.....	164
Figura 158 e 159 – Representa a outra Cooperativa de reciclagem de resíduos.....	164
Figura 160 - Localização das Principais Cooperativas e Pontos de Recebimento e Manejo de Materiais Recicláveis no município.....	165
Figuras 161, 162, 163, 164 e 165 – Referentes ao Ponto de Entrega Voluntária (PEV) e Ecoponto da Prefeitura de Bragança Paulista.....	166
Figura 166 - Vista Geral aterro sanitário encerrado.....	173
Figura 167 - Vista geral aterro sanitário novo.....	173
Figura 168 - Queimadores de gás.....	173
Figura 169 - Sistema de coleta de águas pluviais e chorume.....	173
Figura 170 - Extração forçada de gás.....	173
Figura 171 – Balança.....	173
Figura 172 - Armazenamento de chorume para posterior destinação final.....	174
Figura 173 - Mapa do aterro sanitário de Bragança Paulista.....	174
Figura 174 - Mapa da distribuição da vegetação no território de Bragança Paulista.....	180
Figura 175 - Evolução Urbana do município de Bragança Paulista/SP.....	182
Figura 176 - Mapa Hidrográfico de Bragança Paulista.....	183
Figura 177 - Mapa Pedológico de Bragança Paulista.....	185
Figura 178 – Mapa de Obras e Pontos Críticos de Drenagem Urbana em Bragança Paulista.....	186
Figura 179 - Local de instalação do vertedor no Lago da Rua Francisco Luigi Picarelli.....	187
Figura 180 – Obra de implantação de sistema de retenção de sólidos a montante do Lago do Taboão.....	187
Figura 181 – Caixa de areia em vertente para o lago do Taboão.....	188
Figura 182 – Imagem do vertedor do Lago de Taboão.....	188
Figura 183 – Imagem do córrego Lavapés.....	189
Figura 184 – Imagem do Lago do Orfeu.....	189
Figura 185 – Imagem do local de ocorrência de frequentes enchentes no Ribeirão Califórnia.....	190
Figura 186 – Imagem do local onde ocorre frequentes enchentes nas proximidades da Vila Malva.....	190
Figura 187 – Trecho do córrego Lavapés nas proximidades da Estância depois da Vila Malva.....	191
Figura 188 – Local de enchentes no trecho entre a altura da Estância e o Ribeirão Lavapés.....	192
Figura 189 – Obra Executada no Ribeirão Lavapés.....	192
Figura 190 – Local entre a Avenida Pires Pimentel e a Travessa Itália.....	193
Figura 191 – Modelo de identificação das áreas de descarte irregular de RCC.....	222

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Dados de Território e População do Município de Bragança Paulista.....	22
Tabela 2 - Dados de Estatísticas de Saúde do município de Bragança Paulista.....	23
Tabela 3- Dados Socioeconômicos de Bragança Paulista.....	23
Tabela 4 - Dados de saneamento e infraestrutura de Bragança Paulista.....	24
Tabela 5 - Índices de atendimento de água.....	36
Tabela 6 - Economias e Ligações de Redes de Água.....	37
Tabela 7 - Evolução dos Indicadores de Perdas.....	38
Tabela 8 - Consumo per capita de água.....	39
Tabela 9 - Indicadores de Medição e Controle de Vazão.....	40
Tabela 10 - Indicadores de Qualidade de Água Conforme o SNIS e a SABESP.....	42
Tabela 11 - Indicadores da Qualidade dos serviços prestados conforme o SNIS e a SABESP.....	43
Tabela 12 - Reclamações de falta de Água registradas pela SABESP em Bragança Paulista.....	43
Tabela 13 - Principais Serviços Executados – 2019.....	44
Tabela 14 - Estações de Elevação de Água Tratada (EEAT).....	63
Tabela 15 - Relação dos boosters e da rede de distribuição do município.....	68
Tabela 16 - Reservatórios de água presente no município.....	70
Tabela 17 - Índices de Atendimento de Esgoto.....	85
Tabela 18 - Economias, Ligações e Extensões de Rede.....	86
Tabela 19 - Volumes processados de Esgoto.....	87
Tabela 20 - Indicadores de Qualidade dos Serviços de Esgoto conforme SNIS.....	89
Tabela 21 - Folheto do Projeto Sempre Separados.....	90
Tabela 22 - Principais Serviços Executados- 2019.....	90
Tabela 23 - Estações Elevatórias de Esgoto Bruto (EEEB) do município de Bragança Paulista.....	97
Tabela 24 - Despesas com os executores dos serviços de manejo de RSU (2019 e 2020).....	119
Tabela 25 - Indicadores e as dimensões de Sustentabilidade para a Gestão de RSU de Bragança Paulista.....	121
Tabela 26 - Setorização da Coleta de Resíduos Sólidos.....	124
Tabela 27 - Setorização da Coleta de Resíduos Sólidos.....	125
Tabela 28 - Resumo da Mão de Obra.....	134
Tabela 29 – Ferramentas auxiliares nos caminhões coletores.....	135
Tabela 30 - Uniformes e EPI's disponibilizado aos trabalhadores.....	135
Tabela 31 - Tabela referente aos locais de coleta de RSSS.....	151
Tabela 32 - Índice de Qualidade do Aterro - IQR em 2018.....	172
Tabela 33 – Projeção populacional para o Município de Bragança Paulista.....	196
Tabela 34 - Projeção Populacional e domiciliar da Fundação SEADE, utilizada pela SABESP.....	199
Tabela 35 – Projeção da Demanda Máxima Diária de Água.....	201
Tabela 36 – Metas de controle do índice de perdas na distribuição do município.....	202
Tabela 37 - Resumo dos Investimentos no Sistema de Abastecimento de Água.....	206
Tabela 38 – Fluxo de Investimentos no Sistema de Abastecimento de Água.....	206
Tabela 39 – Projeção das Vazões Tratadas de Esgoto.....	208
Tabela 40 - Resumo dos Investimentos no Sistema de Esgotamento Sanitário.....	212
Tabela 41 – Fluxo de Investimentos no Sistema de Esgotamento Sanitário.....	212
Tabela 42 - Principais formas de reutilização dos resíduos de RCC no canteiro de obras.....	220
Tabela 43 - Resumo das principais formas de reciclagem, reutilização e destinação final dos resíduos de RCC.....	221

Tabela 44 - Tabela dos valores mínimos a serem pagos pelos serviços.....	229
Tabela 45 - Referente a projeção econômico-financeira.....	231
Tabela 46 - Ações de contingência para o sistema público de abastecimento de água.....	247
Tabela 47 - Ações de contingência para o sistema público de esgotamento sanitário.....	250
Tabela 48 - Ações de Contingências Relativas aos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.....	251
Tabela 49 - Ações de Contingências Relativas aos Serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais.....	252

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	7
2	INTRODUÇÃO	7
3	METODOLOGIA	9
4	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	10
4.1	O HISTÓRICO	10
4.2	LOCALIZAÇÃO E ACESSOS	10
4.3	GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA E PEDOLOGIA	12
4.4	RECURSOS HÍDRICOS	13
4.5	VEGETAÇÃO	19
4.6	CLIMATOLOGIA	21
4.7	CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO	21
4.8	DADOS SOCIOECONÔMICOS	23
4.9	INFRAESTRUTURA URBANA	24
4.10	VOCAÇÕES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO	24
4.11	LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS	26
5	CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - SAA	36
5.1	ATENDIMENTO COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA	36
5.2	ECONOMIAS, LIGAÇÕES E EXTENSÕES DE REDE	37
5.3	VOLUMES PROCESSADOS DE ÁGUA	38
5.4	PERDAS D'ÁGUA NO MUNICÍPIO	38
5.5	CONSUMO PER CAPITA	39
5.6	MEDIÇÃO E CONTROLE DE VAZÃO	39
5.7	QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	41
5.8	QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	42
5.8.1	RECLAMAÇÕES DE FALTA D'ÁGUA	43
5.8.2	OUTROS INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS	43
5.8.3	PRINCIPAIS SERVIÇOS REALIZADOS	44
5.8.4	PROGRAMAS DE GESTÃO E OPERACIONAIS PARA O SAA	44
6	CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	48
6.1	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PRINCIPAL (SEDE)	48
6.1.1	CAPTAÇÃO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO	52
6.1.2	ADUTORA DE ÁGUA BRUTA	55
6.1.3	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - ETA	56
6.1.4	ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA TRATADA - EEAT	63
6.1.5	ADUTORAS DE ÁGUA TRATADA	69
6.1.6	RESERVATÓRIOS DE ÁGUA TRATADA	69
6.1.7	REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA	76
6.1.8	MACROMEDIDORES	77
6.1.9	MICROMEDIDORES	77
6.2	SISTEMA ISOLADO: CHÁCARAS FERNÃO DIAS	78
6.3	SISTEMAS DE ABASTECIMENTOS DE CONDOMÍNIOS	81
6.4	ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ZONA RURAL	81
7	DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	81
7.1	AVALIAÇÃO CRÍTICA DISPONIBILIDADE X DEMANDA X ATENDIMENTO DO SAA	81
7.1.1	DISPONIBILIDADE DOS MANANCIAS X DEMANDA	81
7.1.2	CAPACIDADE DE PRODUÇÃO (ETA) X DEMANDA	82
7.1.3	CAPACIDADE DE RESERVA X DEMANDA	82
7.2	AVALIAÇÃO GLOBAL DO SAA	82

8	CARACTERIZAÇÃO DA GESTÃO E DO DESEMPENHO OPERACIONAL DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – SES.....	85
8.1	ATENDIMENTO COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO	85
8.2	ECONOMIAS, LIGAÇÕES E EXTENSÕES DE REDE	86
8.3	VOLUMES PROCESSADOS.....	86
8.4	CONTRIBUIÇÃO PER CAPITA.....	87
8.5	MEDIÇÃO E CONTROLE.....	87
8.6	QUALIDADE DOS EFLUENTES.....	88
8.6.1	CARGA ORGÂNICA DOS EFLUENTES INDUSTRIAIS	88
8.7	QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS.....	88
8.7.1	PRINCIPAIS SERVIÇOS EXECUTADOS	90
8.8	PROGRAMAS DE GESTÃO E OPERACIONAIS PARA O SES	90
8.9.	OBRAS E INVESTIMENTOS.....	91
9	CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	92
9.1	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO URBANO DO MUNICÍPIO.....	93
9.1.1	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO URBANO DO MUNICÍPIO.....	96
9.1.2	ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO BRUTO (EEEB) E LINHAS DE RECALQUE.....	96
9.1.3	COLETORES TRONCO E INTERCEPTORES	105
9.1.4	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) E SISTEMA DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DO LODO DA ETE.....	107
9.1.5	EMISSÁRIO FINAL DE ESGOTO TRATADO.....	113
9.2	SISTEMAS DE TRATAMENTO ISOLADOS	114
9.3	ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA ÁREA RURAL	114
10	CONSIDERAÇÕES DA RELAÇÃO ENTRE O PMSB E O PMGIRS.....	116
11	SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS – SGIRS.....	116
11.1	GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.....	117
11.1.1	GESTÃO DOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	117
11.1.2	GESTÃO DOS RESÍDUOS PELO PRÓPRIO GERADOR.....	118
11.2	ABRANGÊNCIA DO ATENDIMENTO DOS SISTEMAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS	118
11.3	CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS.....	119
11.4	INVESTIMENTOS EM RESÍDUOS SÓLIDOS	120
11.5	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	120
12	CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	121
12.1	CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO – ESTUDO GRAVIMÉTRICO.....	121
12.1.1	RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES	122
12.2	VARRIÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	136
12.2.1	VARRIÇÃO MANUAL	136
12.2.2	VARRIÇÃO MECANIZADA	140
12.2.3	VARRIÇÃO E LIMPEZA DE ÁREAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS....	141
12.3	VARRIÇÃO E DESINFECÇÃO DE VIAS APÓS FEIRAS LIVRES	142
12.4	COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE.....	144
12.4.1	DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS.....	144
12.4.2	CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.....	145
12.4.3	METODOLOGIA DE OPERAÇÃO.....	146
12.4.4	COLETA DOS RSSS	149

12.4.5	TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RSS	153
12.5	COLETA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, PODAS E GRANDES VOLUMES.....	154
12.5.1	RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - RCC	155
12.5.2	RESÍDUOS VOLUMOSOS.....	158
12.6	RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO.....	158
12.7	RESÍDUOS DE LOGÍSTICA REVERSA.....	159
12.8	COLETA SELETIVA.....	163
12.9	RESÍDUOS AGROSSILVOPASTORIS.....	167
12.10	COMPOSTAGEM.....	167
12.11	DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS.....	168
12.11.1	CARACTERÍSTICAS DO ATERRO SANITÁRIO	169
12.11.2	TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS E PUBLICOS.....	170
13	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	176
13.1	ZONEAMENTO MUNICIPAL.....	176
13.2	PARQUES MUNICIPAIS.....	179
13.3	VEGETAÇÃO	180
13.4	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	181
13.5	EFEITOS DA URBANIZAÇÃO	181
13.6	ASSOREAMENTO	182
13.7	REDE HIDROGRÁFICA	183
14	SISTEMAS DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS NO QUAL BRAGANÇA PAULISTA ESTÁ INSERIDO.....	183
14.1	MICRODRENAGEM.....	184
14.2	MACRODRENAGEM	184
14.3	DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL URBANA	184
15	CRITÉRIOS PARA DETERMINAÇÃO DAS POPULAÇÕES TOTAL, URBANA E RURAL.....	196
15.1	PROJEÇÃO POPULACIONAL	196
16	PLANO DE INVESTIMENTOS DA SABESP.....	197
16.1	METAS QUADRIENAIS	198
16.2	PROJEÇÃO POPULACIONAL UTILIZADA PELA SABESP	198
17	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	201
17.1	PROJEÇÃO DA DEMANDA DE ÁGUA	201
17.2	ATENDIMENTO À DEMANDA DE ÁGUA.....	202
17.3	PADRÕES DE ATENDIMENTO.....	202
17.4	META DE REDUÇÃO E CONTROLE DE PERDAS NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA.....	202
17.5	OBJETIVOS E METAS PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO.....	203
17.6	INVESTIMENTOS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	205
18	PROJEÇÃO DAS VAZÕES DE ESGOTO	208
18.1	PROJEÇÃO DAS VAZÕES DE ESGOTO.....	208
18.1.1	ATENDIMENTO À VAZÃO TRATADA DE ESGOTOS.....	209
18.2	OBJETIVOS E METAS PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO.....	209
18.3	INVESTIMENTOS EM ESGOTO.....	211
18.4	TARIFA MÉDIA EFETIVA.....	213
19	MODELO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E RESÍDUOS SÓLIDOS.....	215
20	OBJETIVOS E METAS PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.....	216

21	RESÍDUOS SÓLIDOS DE CONTRUÇÃO CIVIL - RCC.....	218
	21.1 METAS E PRAZOS PARA O MANEJO DE RCC.....	223
22	OBJETIVOS E METAS PARA OS RESÍDUOS VOLUMOSOS	224
23	OBJETIVOS E METAS PARA OS RESÍDUOS VERDES	225
24	OBJETIVOS E METAS PARA OS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE - RSS.....	226
25	OBJETIVOS E METAS PARA OS RESÍDUOS DE LOGÍSTICA REVERSA	227
26	OBJETIVOS E METAS PARA OS RESÍDUOS AGROSSILVOPASTORIS.....	228
27	MODELO ECONÔMICO FINANCEIRO.....	229
28	RESUMO DAS AÇÕES E METAS PREVISTAS PARA A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	233
29	SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS.....	242
	29.1 ABORDAGEM GERAL SOBRE OS OBJETIVOS E METAS PARA O SISTEMA DE DRENAGEM DO MUNICÍPIO.....	242
30	PLANO DE AÇÕES PARA CONTINGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS.....	246
31	CONTROLE SOCIAL DO PMSB E PMGIRS.....	256
	REFERÊNCIAS	256

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente anexo trata da revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do município de Bragança Paulista - SP, sendo que o PMSB foi instituído pela Lei Complementar nº 708 de 18 de novembro de 2011, e revisado pelo Decreto nº 2358, de 06 de outubro de 2016. Neste mesmo diploma legal foi elaborado e instituído o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).

O estudo foi elaborado pela empresa AMPLAR Engenharia e Gestão Ambiental LTDA-EPP e pelo Município de Bragança Paulista -SP., a partir da análise do Plano Municipal de Saneamento Básico, com sua primeira revisão, e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, e também pelos dados coletados na Prefeitura, dados constantes do SNIS, complementados também por visitas técnicas realizadas no período de 13 a 16 de outubro de 2020, estudos e pela consulta a outros relatórios e documentos relacionados ao plano.

2 INTRODUÇÃO

A Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, regulamentada através do Decreto nº 7.217 de 21 de junho de 2010, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico, entre outras, determina a necessidade da elaboração de um Plano de Saneamento Básico (PSB) para os municípios, em seu artigo 19, inciso V, parágrafo 4º e a revisão periódica dos PSB, em prazo não superior a 10 (dez) anos. Desta forma, atendendo à legislação, e em razão da aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico de Bragança Paulista/SP (PMSB) em 2011 e revisado em 2016, há a necessidade de o PMSB ter a sua 2ª revisão. Do mesmo modo, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que foi instituído em 2016, necessita de uma 1ª revisão.

Atualmente, ainda não existe um documento legal que explicita as etapas de revisão de um PMSB e de um PMGIRS, porém, de acordo com o Termo de Referência para elaboração de planos municipais de saneamento básico revisado pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA em 2018, na definição do modelo de avaliação do PMSB, deve-se observar procedimentos que combinem avaliação quantitativa (via indicadores) e qualitativa (via processos participativos, entrevistas, grupos focais, visitas de campo, etc.) podendo ser listados, entre outros:

- Fazer entrevistas com moradores, gestores e técnicos diretamente responsáveis pela implementação do PMSB e PMGIRS e outros agentes públicos que atuam na interface com o saneamento, como os agentes de saúde;

- Realizar visitas de campo para constatar *in loco* os problemas denunciados por moradores, pela mídia local, ou pelo sistema de ouvidoria, que em geral os prestadores de serviços disponibilizam para os usuários;
- Consultar os diversos bancos de dados e sistemas de informações disponíveis, bem como as informações que foram produzidas, levantadas e organizadas durante a elaboração do PMSB e do PMGIRS, e o banco de dados da entidade de regulação (se existir), além de outros como o SNIS, DATASUS e outros nacionais que permitem comparação entre municípios com características semelhantes;
- Usar indicadores que tenham sido produzidos durante o PMSB e o PMGIRS, decorrente da compilação e armazenamento dos dados e informações levantadas e/ou usar os indicadores calculados pelo próprio SNIS, a partir das informações primárias coletadas juntos aos prestadores de serviços.

O Novo Marco Legal do Saneamento Básico, instituído pela Lei N°14.026, de 15 de julho de 2020, tem como objetivo principal estruturar um ambiente de segurança jurídica, competitividade e sustentabilidade a fim de atrair novos investimentos para universalizar e qualificar a prestação dos serviços no setor. A meta do Governo Federal é alcançar a universalização do acesso aos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário até 2033, garantindo que 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% ao tratamento e à coleta de esgoto. Dentre as principais alterações propostas pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico, estão:

- Atribui responsabilidade pelo saneamento básico aos municípios, bem como permite a criação de consórcios públicos e convênios de cooperação entre municípios vizinhos para prestação de serviços;
- Determina a abertura de licitação para contratação de serviços de saneamento, com participação de empresas públicas e privadas, e retira o direito de preferência de companhias estaduais;
- Atribui à Agência Nacional de Águas (ANA) competência para atuar em todos os setores do saneamento básico, incluindo regulação tarifária, padronização dos contratos de prestação de serviços públicos e outros assuntos específicos.
- Determina o fim dos lixões até 31 de dezembro de 2020. Vale ressaltar que esta data não se aplica aos municípios com plano intermunicipal de resíduos sólidos ou plano municipal de gestão integrada dos resíduos, que terão prazos entre agosto de 2021 a agosto de 2024;

- Estabelece mecanismos de subsídios para as populações de baixa renda, a fim de possibilitar a universalização dos serviços.

Os investimentos em redes de água e esgoto contribuirão para a revitalização de bacias hidrográficas, a conservação do meio ambiente e a redução de perdas de água, além de proporcionar mais qualidade de vida e saúde à população, aquecer a economia e gerar empregos.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a expectativa é que a universalização dos serviços de água e esgoto reduza em até R\$ 1,45 bilhão os custos anuais com saúde. Ainda, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, a cada R\$ 1,00 investido em saneamento, deverá ser gerada economia de R\$ 4,00 devido à prevenção de doenças causadas pela escassez do serviço. No âmbito econômico, cada R\$ 1,00 destinado para o setor, implicará na geração de R\$ 2,50 nas cadeias associadas e para cada R\$ 1 bilhão investido, estima-se a geração de 60 mil empregos.

3 METODOLOGIA

Seguindo recomendações do Termo de Referência para elaboração de planos municipais de saneamento básico (2018) da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, a metodologia para revisão e aprovação do PMSB e do PMGIRS consistiu, inicialmente, na elaboração do diagnóstico atual dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e águas pluviais. Após, e conforme o diagnóstico da situação atual, realizou-se a verificação do atendimento ou não dos objetivos e metas de prazo imediato e curto estabelecidos quando da elaboração do respectivo plano. Ainda, buscou-se identificar falhas ou lacunas presentes nos referidos planos a fim de saná-las caso existissem. A compilação dessas informações teve como resultado a redefinição de algumas metas e objetivos definidos no PMSB e no PMGIRS do município de Bragança Paulista – SP.

Para construção do diagnóstico e do novo prognóstico dos serviços componentes do saneamento básico, adotou-se vários procedimentos que combinaram a avaliação quantitativa (via indicadores) e qualitativa (via processos participativos, entrevistas, grupos focais, visitas de campo, etc.). O levantamento técnico de dados e informações foram realizados nas Secretarias envolvidas, empresa tercerizada e na SABESP de Bragança Paulista, com visitas de campo realizadas em outubro de 2020. Também, consultou-se diversos bancos de dados e sistemas de informações disponíveis tais como SNIS, IBGE e outros nacionais que permitem algum tipo de análise ou pesquisa na área de Saneamento Básico. Além destes, consultou-se também as informações que foram produzidas, levantadas e organizadas durante a elaboração do PMSB e do

PMGIRS, de acordo com o definido na Lei nº 11.445/07, Decreto nº 7.217/2010, Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 7.404/2010 e Resolução Recomendada nº 75/2009 do Conselho das Cidades, buscando, sintetizar as informações das quatro vertentes de Saneamento Básico.

4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

4.1 O HISTÓRICO

O município de Bragança Paulista se originou do antigo povoado de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, ao redor da capela erguida por Antônio Pires Pimentel e sua esposa, denominada Capela de Nossa Senhora da Conceição. Segundo se tem conhecimento, a construção dessa capela ocorreu quando Antônio Pires Pimentel estava doente e desenganado pelos médicos. Foi quando sua esposa fez uma promessa a Nossa Senhora da Conceição pela recuperação de seu esposo. Ao alcançar a graça, o casal construiu a capela no alto da colina para venerar a santa. A partir deste marco, o local começou a servir de passagem e descanso para tropeiros. A partir de então começaram a surgir ranchos e barracas. Assim, teve início o pequeno povoado denominado Conceição do Jaguari, com fundação em 15 de dezembro de 1763.

A busca por índios, ouro e pedras preciosas, bem como a chegada de novos povoadores fez com que em 1765 o povoado se tornasse Distrito de Paz e Freguesia, estabelecendo-se como ponto de comércio entre o sertão, o planalto e o litoral.

Ao mesmo tempo em que novas casas surgiam, foram se instalando as primeiras pastagens e campos de arroz, feijão, milho e trigo, nas regiões mais úmidas das encostas ou planícies.

A freguesia foi elevada a vila em 27 de junho de 1769, e em 17 de outubro de 1797, recebeu o nome de Vila Nova de Bragança, tendo se tornado cidade em 24 de abril de 1856.

Com a inauguração da Estrada de Ferro Bragantina em 1884, ligando Santos a Jundiaí, o desenvolvimento teve grande impulso, sendo que em 30 de novembro de 1944 para diferenciar-se de uma cidade do Estado do Pará de mesmo nome, passou a se chamar Bragança Paulista, na qual vivem atualmente cerca de 163.980 pessoas estimadas pela SEADE para o ano de 2020 e 170.533 pessoas estimadas pelo IBGE para o mesmo ano.

4.2 LOCALIZAÇÃO E ACESSOS

O município de Bragança Paulista está localizado na Latitude 22° 57'07" Sul e na Longitude 46°32'31" Oeste, com uma altitude média de 840m. O mesmo situa-se no sudeste do Estado de São Paulo, a 90 km da capital no sentido noroeste e seus limites são confrontantes com os municípios de Atibaia, Itatiba, Morungaba, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Tuiuti e Vargem.

Em sua malha viária estão presentes a Rodovia Fernão Dias (BR 381), que liga o município a São Paulo e Belo Horizonte e pela Rodovia Dom Pedro I (SP 065) que o liga aos municípios de Campinas à Jacareí.

A Figura 1, apresenta a localização de Bragança Paulista no Estado de São Paulo.

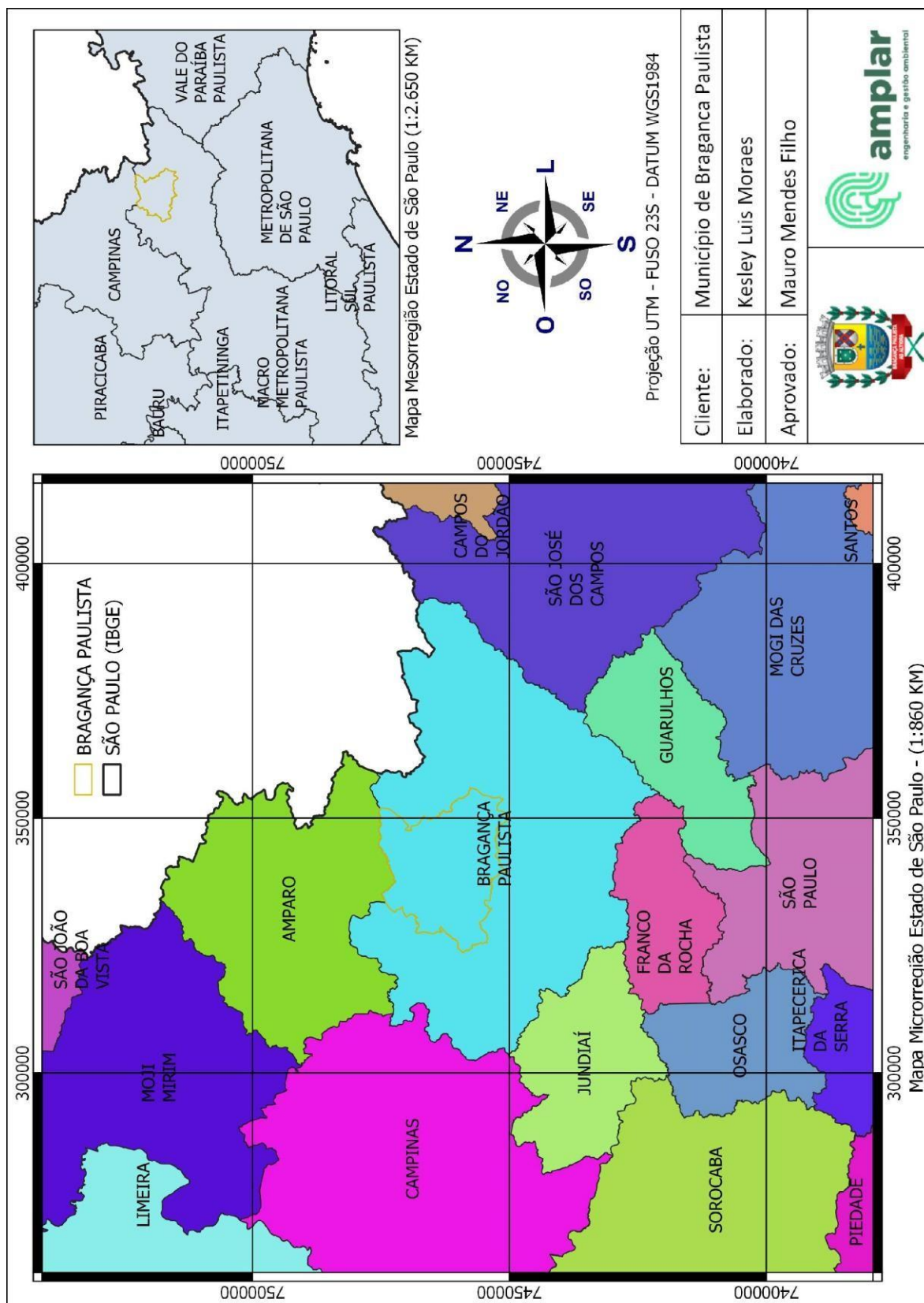


Figura 1 - Mapa de localização da cidade de Bragança Paulista – SP.

4.3 GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA E PEDOLOGIA

GEOLOGIA

O município de Bragança Paulista está inserido na URGHI 05 que é formada por quatro grandes grupos geológicos: o embasamento cristalino com as rochas metamórficas (essencialmente metassedimentares) e as rochas graníticas; as rochas sedimentares da era mesozoica e paleozoica; as rochas efusivas e; as coberturas sedimentares da era cenozoica.

As rochas do município de Bragança Paulista pertencem à Província Mantiqueira- Setor central, que é constituída por várias unidades litológicas e lito estratigráficas, cujas idades vão desde o arqueano até o recente, com predomínio de rochas pré-cambrianas.

A maior parte do município encontra-se inserido no Complexo Granitoide Socorro com idade neoproterozoica. O embasamento cristalino é constituído por rochas metamórficas do Grupo Itapira.

GEOMORFOLOGIA

A cidade de Bragança Paulista encontra-se no Planalto Atlântico, possui um relevo ondulado com escarpas e maciços do complexo cristalino. O Planalto Atlântico encontra-se presente em rochas metamórficas e ígneas apresentando um relevo bastante movimentado. O município também possui, morrotes e colinas que estão presentes nas rochas cambrianas e cenozoicas. Por conta do substrato rochosos, do clima e da placa tectônica pós-paleógena verifica-se uma grande variedade de formas de relevos com a presença de montanhas e colinas.

PEDOLOGIA

Para caracterização da pedologia de Bragança Paulista foi construído com a base de dados fornecida pelo IBGE, conforme o Banco de Dados de Informações Ambientais(BDiA). Os solos do município de Bragança Paulista / SP constitui-se, principalmente, por solos Lateríticos caracterizados, que por sua vez, tem origem através de processos como a lixiviação, que possuem a influência do clima tropical e/ou subtropical, sendo um clima relativamente quente e com precipitação considerável, assim, fazendo com que os elementos solúveis sejam lixiviados e acumulando uma grande quantidade de óxidos de ferro e de alumínio.

Em geral os solos mais comuns encontrados são os podzólicos que estão bem distribuídos entre os topos convexos e as vertentes, e os latossolos, que estão presentes nos locais mais planos e amplos. Há, também, a presença de outros solos, como os cambissolos e litólitos, associados aos locais que possuem uma declividade acentuada e, os solos hidromórficos, característico nos relevos de baixa declividade e que possuem uma drenagem baixa.

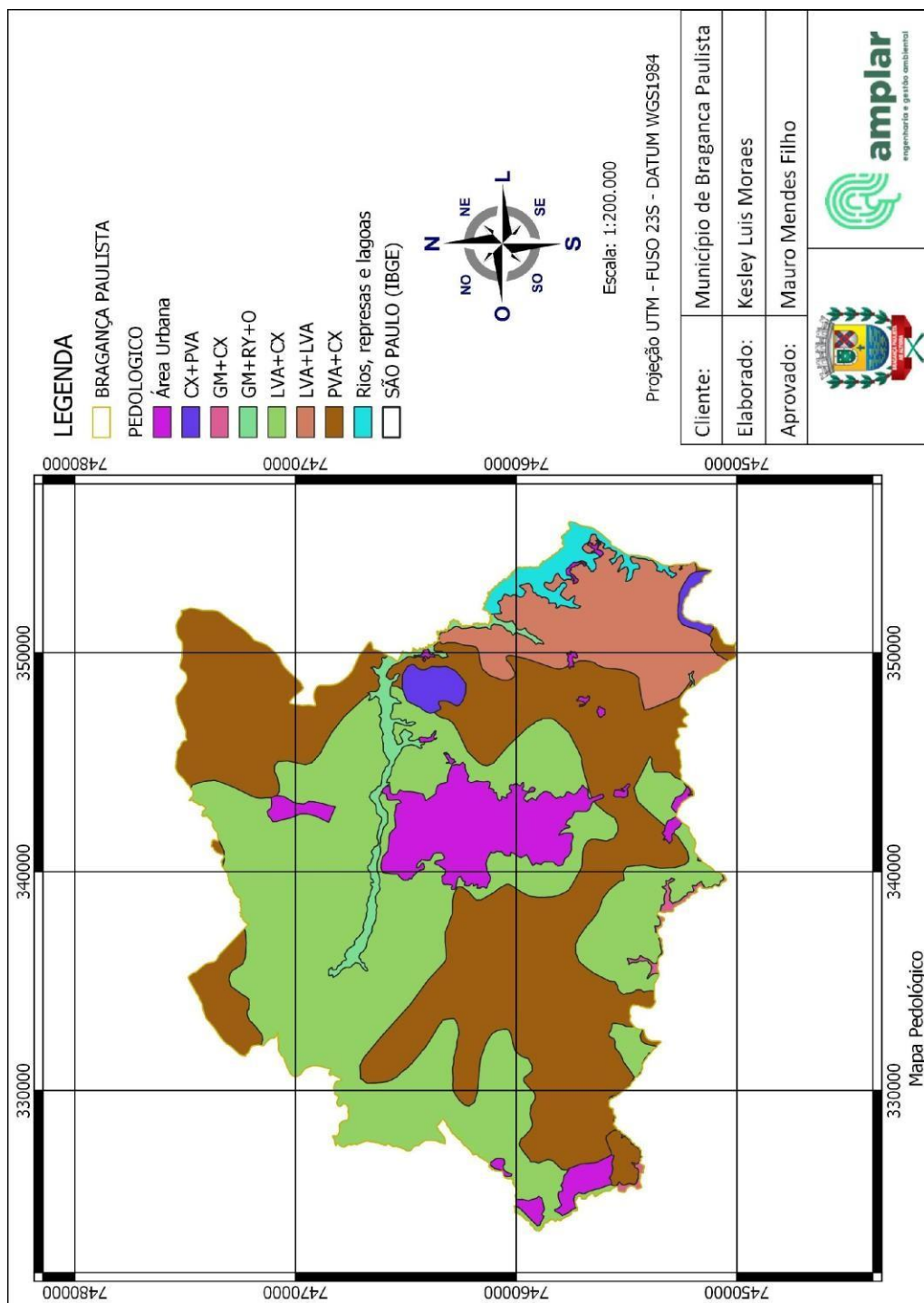


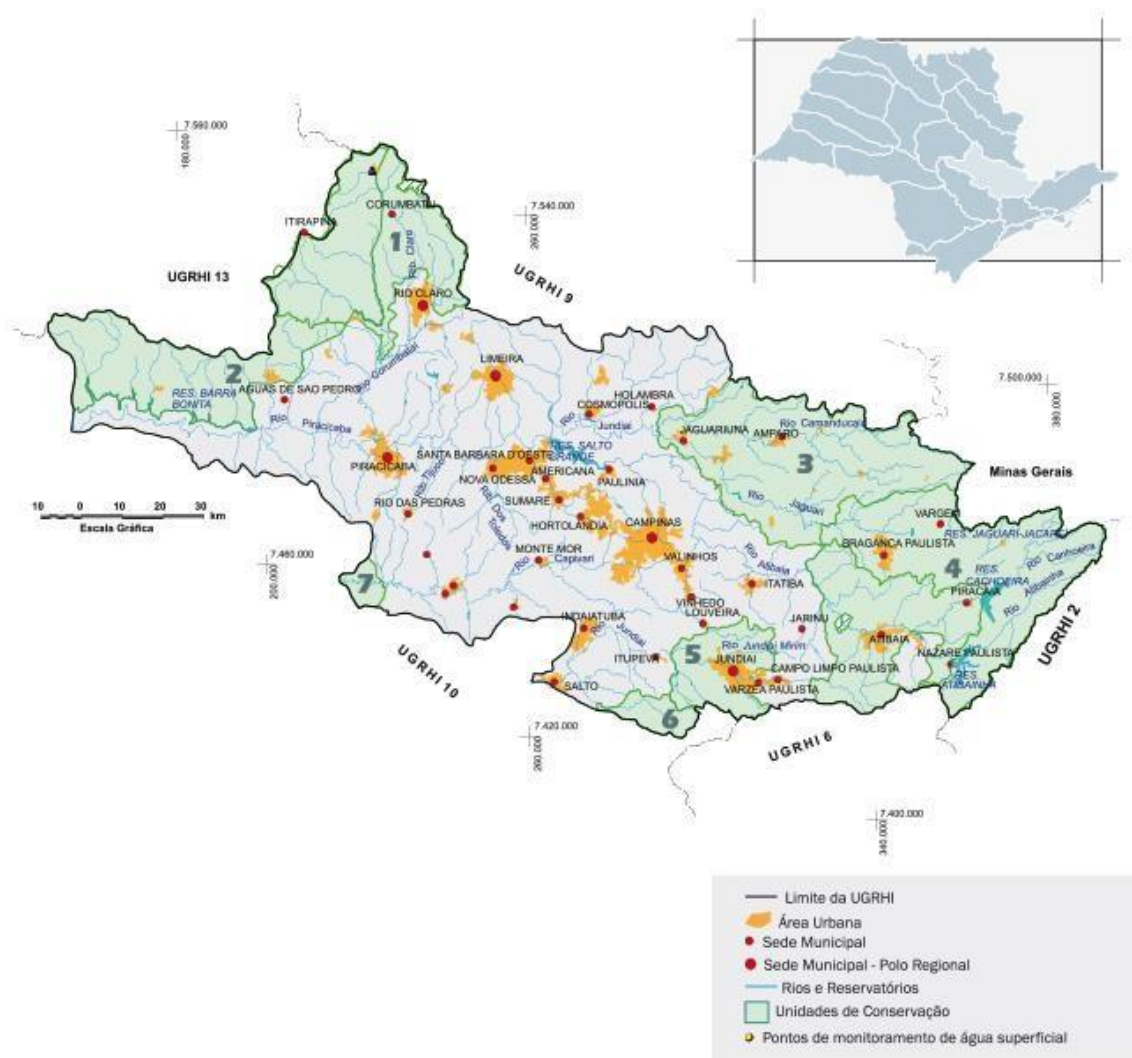
Figura 2 - Mapa da pedologia da cidade de Bragança Paulista – SP.

4.4 RECURSOS HÍDRICOS

Hidrologia

A cidade de Bragança Paulista – SP está totalmente inserida na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí (UGRHI 5). A UGRHI possui uma área de drenagem de 14.178 km² e seus principais rios são o Camanducaia, o Capivari, o Piracicaba e o Jundiáí, com exutórios independentes no rio Tietê. A população desta bacia é estimada em

5.418.961 habitantes e as atividades principais são a agropecuária e a produção industrial. Destacam-se o polo petroquímico de Paulínia. A bacia ainda conta com 1.911 km² de vegetação natural remanescente que corresponde, à aproximadamente, 13,5% da área da UGRHI. E as categorias de vegetação com maior presença são a Floresta Ombrófila Densa e a Floresta Estacional Semidecidual. (SigRH, 2020).








Fonte: Comitês PCJ.

Figura 3 – Mapa de localização da UGRHI 5 – PCJ.

A UGRHI 5 – PCJ, apesar da abundância em recursos hídricos tem sua disponibilidade afetada por conta da transposição de parte das águas para a UGRHI 06 – AT, mais precisamente para o Sistema Cantareira, o qual, abastece a Região Metropolitana de São Paulo. De acordo com o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ de 2019, nota-se uma redução na disponibilidade per capita de 4% em cinco anos, passando de 1.014,13 m³/hab.ano em 2014 para 971,08 m³/hab.ano em 2018. O Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo caracteriza como crítica quando a disponibilidade per capita é inferior a 1.500 m³/hab.ano. Assim,

a UGRHI 05 encontra-se em uma posição delicada com os valores bem abaixo do considerado crítico. Já em relação a disponibilidade subterrânea, utilizando valores estimados quanto à reserva explorável, passou de 129,7 m³/hab.ano para 124,2 m³/hab.ano. Porém, é difícil avaliar os mananciais subterrâneos perante sua situação real de vazão disponível, e não há referência quanto a níveis de criticidade.

Disponibilidade das águas					
Parâmetros	2014	2015	2016	2017	2018
Disponibilidade per capita – Vazão média em relação à população total (m³/hab.ano)	 1.014,33	 1.000,97	 990,92	 980,96	 971,08

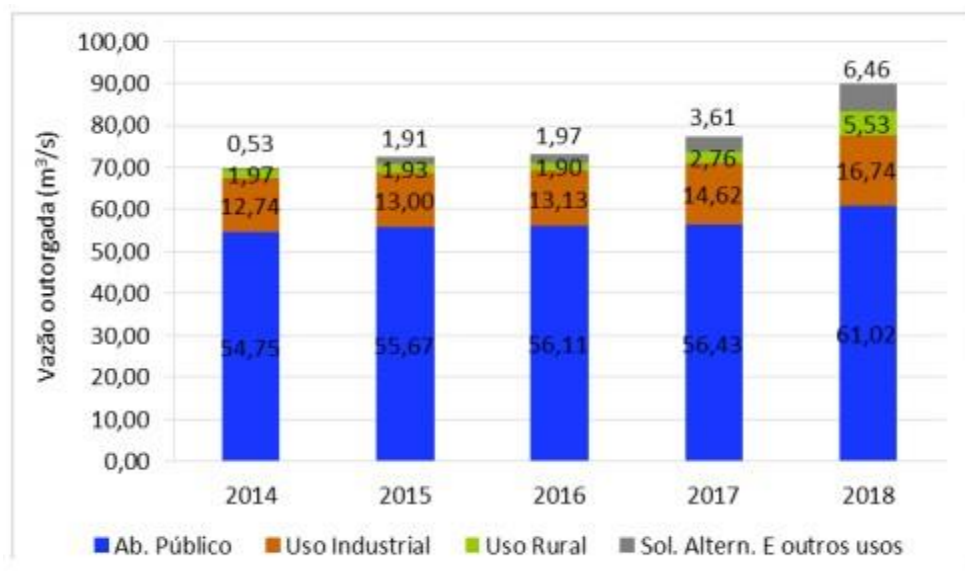
Valores de Referência

Disponibilidade per capita - Vazão média em relação à população total	
> 2.500 m³/hab.ano	Bom
entre 1.500 e 2.500 m³/hab.ano	Atenção
< 1.500 m³/hab.ano	Crítica

Fonte: Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2019.

Figura 4 - Disponibilidade das águas.

Ainda, a vazão superficial demandada teve um incremento significativo superior a 16%, passando de 68,2 m³/s em 2014 para 79,6 m³/s em 2018. Acrescenta-se ainda que, ao comparar 2018 ao ano anterior, o aumento foi superior a 12%. E nota-se aumento na demanda subterrânea, de acordo com o total outorgado, passando de 4% em 2014 a 11% em 2018, observando-se uma demanda mais intensa após 2016, à qual pode ser explicada pela crise hídrica enfrentada no Estado, aumentando as captações por poços nos últimos anos e, em paralelo, um aumento na fiscalização por parte do DAEE, que possibilitou a regularização de diversos poços. Ainda, identifica-se, um aumento na demanda em todos os setores de usuários nas Bacias PCJ, sendo que, o aumento mais significativo foi no “usorural”.



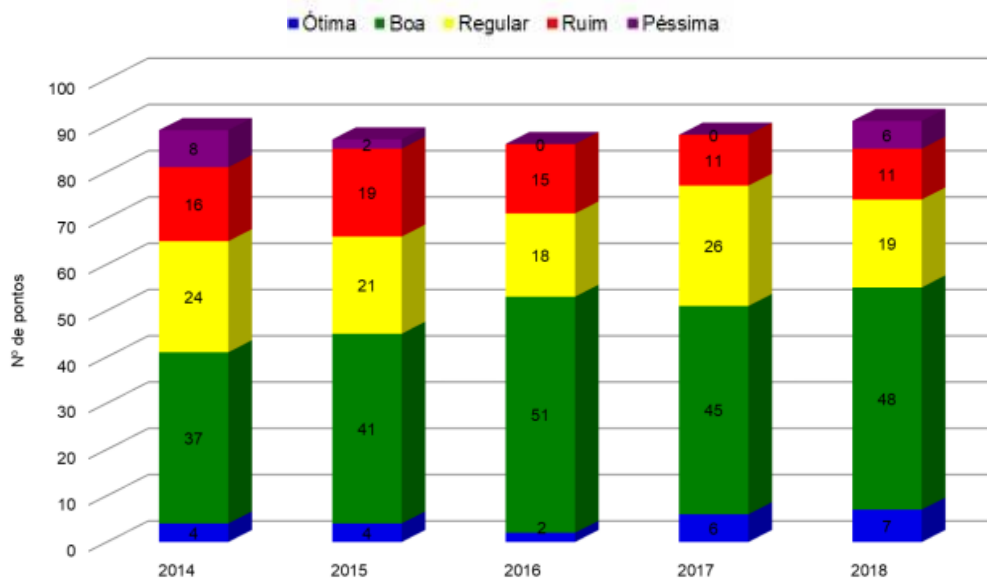
Fonte: Relatório de Situação dos Recusos Hídricos 2019.

Figura 5 - Demanda de água em relação aos usos da UGRHI 05.

Em relação a qualidade das águas, utiliza-se o Índice de Qualidade das Águas (IQA) que considera variáveis de qualidade que fornece uma visão geral sobre as condições de qualidade das águas superficiais. O valor do índice é obtido a partir dos seguintes parâmetros considerados relevantes: temperatura, pH, turbidez, oxigênio dissolvido, demanda bioquímica de oxigênio, Escherichia coli / coliforme termotolerantes, nitrogênio total, fósforo total e sólidos totais.

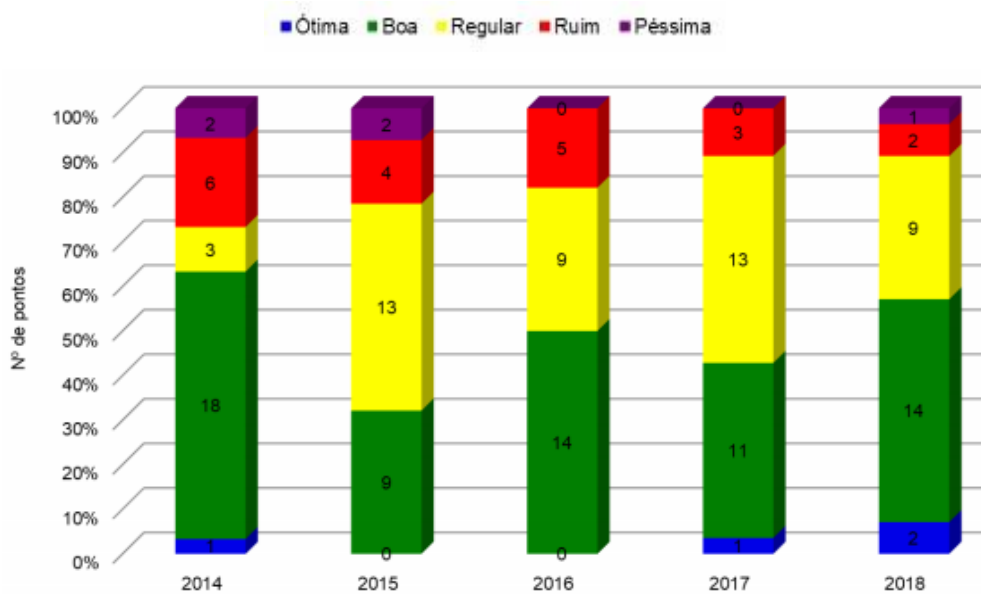
No geral, a maior parte dos pontos, 48 mais precisamente, indica uma situação considerada “Boa”, 19 pontos em situação “Regular”, 11 pontos com a situação “ruim” e 6 pontos em situação “Péssima”. Existem 7 pontos que estão sendo considerados em situação “ótima”, sendo 1 deles na região do município de Jundiá e os demais estão localizados nos reservatórios do Sistema Cantareira.

Também possui o Índice de Qualidade das Águas para fins de Abastecimento Público (IAP), este é composto por uma ponderação dos resultados do IQA e do Índice de Substância Tóxicas e Organolépticas (ISTO) que avalia as substâncias tóxicas e as variáveis que afetam a qualidade organoléptica da água. De acordo com os dados há 28 pontos de monitoramento de IAP, sendo que, 14 estão em condição “Boa” e dois em condição “Ótima”, o que demonstrando uma evolução em comparação ao ano de 2017.



Fonte: Relatório de Situação dos Recusos Hídricos 2019.

Figura 6 - Situação dos postos através do IQA da UGRHI 05.



Fonte: Relatório de Situação dos Recusos Hídricos 2019.

Figura 7 - Situação dos Postos do IAP da UGRHI 05.

Hidrogeologia

O município de Bragança Paulista encontra-se localizado sobre o aquífero Cristalino cuja área abrange desde parte da Região Metropolitana de Campinas, a Região Metropolitana de São Paulo e chegando até o litoral.

O aquífero é composto por rochas ígneas e metamórfica que se estendem para o oeste do

Estado, abaixo da Bacia Sedimentar do Paraná, a grandes profundidades, o que dificulta sua utilização para abastecimento público em grande escala devido aos elevados custos de exploração. Este sistema aquífero é dividido em duas unidades, o aquífero pré- cambriano que é representado apenas por fraturas na rocha, sendo esta unidade a de maior ocorrência no estado de São Paulo, onde inserido o município de Bragança Paulista e o aquífero pré-cambriano cárstico que apresenta fraturas alargadas pela dissolução dos minerais carbonáticos das rochas calcárias. Quando esta dissolução é intensa ou de longa duração, pode gerar a formação de cavernas. Esta unidade tem ocorrência restrita no sul do Estado de São Paulo.

O Município de Bragança Paulista, conta com diversos córregos, riachos e nascentes, fazendo com que apresentem 11 microbacias. Como mostra a figura abaixo.



Fonte: Revista UnG – Geociências V.6.

Figura 8 - Mapa das micro bacias do município de Bragança Paulista - SP.

Os maiores cursos d'água presentes no município são os rios Jaguari, Jacareí e Atibaia que foram represados para o abastecimento da cidade de São Paulo e, assim, compõem o Sistema Cantareira. O reservatório possui uma área de 50 km² de área inundada, 2,5 bilhões de metros cúbicos de água e com uma vazão de 22 mil l/s e abrangendo os municípios de Bragança Paulista, Piracaia, Joanópolis e Vargem.

O município possui alguns lagos artificiais como o Lago do Taboão, do Orfeu, dos Padres, da Santa Helena, da Hipica, do Jardim São Miguel, do Tio Nicola e o Tanque do Moinho.

4.5 VEGETAÇÃO

O município de Bragança Paulista possui vários tipos de vegetação, como a Floresta Ombrófila Densa (floresta tropical pluvial), e a Floresta Estacional Semidecidual. Segundo Martins e Laurito (1943), os alemães Von Spix e Von Martius em 1817, relatam os vários tipos de vegetação da região bragantina, donde é possível concluir a existência, em certas áreas do domínio pretérito da Floresta Ombrófila Mista, ou seja, da Floresta de Araucária. Embora os mapas produzidos pelo projeto Radambrasil (1983) não evidenciem a presença de savanas no município de Bragança Paulista, pode-se concluir, a partir da existência de vários fragmentos modernos de cerrado, que este tipo de vegetação já foi mais abundante no passado. A seguir apresenta-se o mapa da vegetação de Bragança Paulista, elaborado a partir de dados geográficos do IBGE.

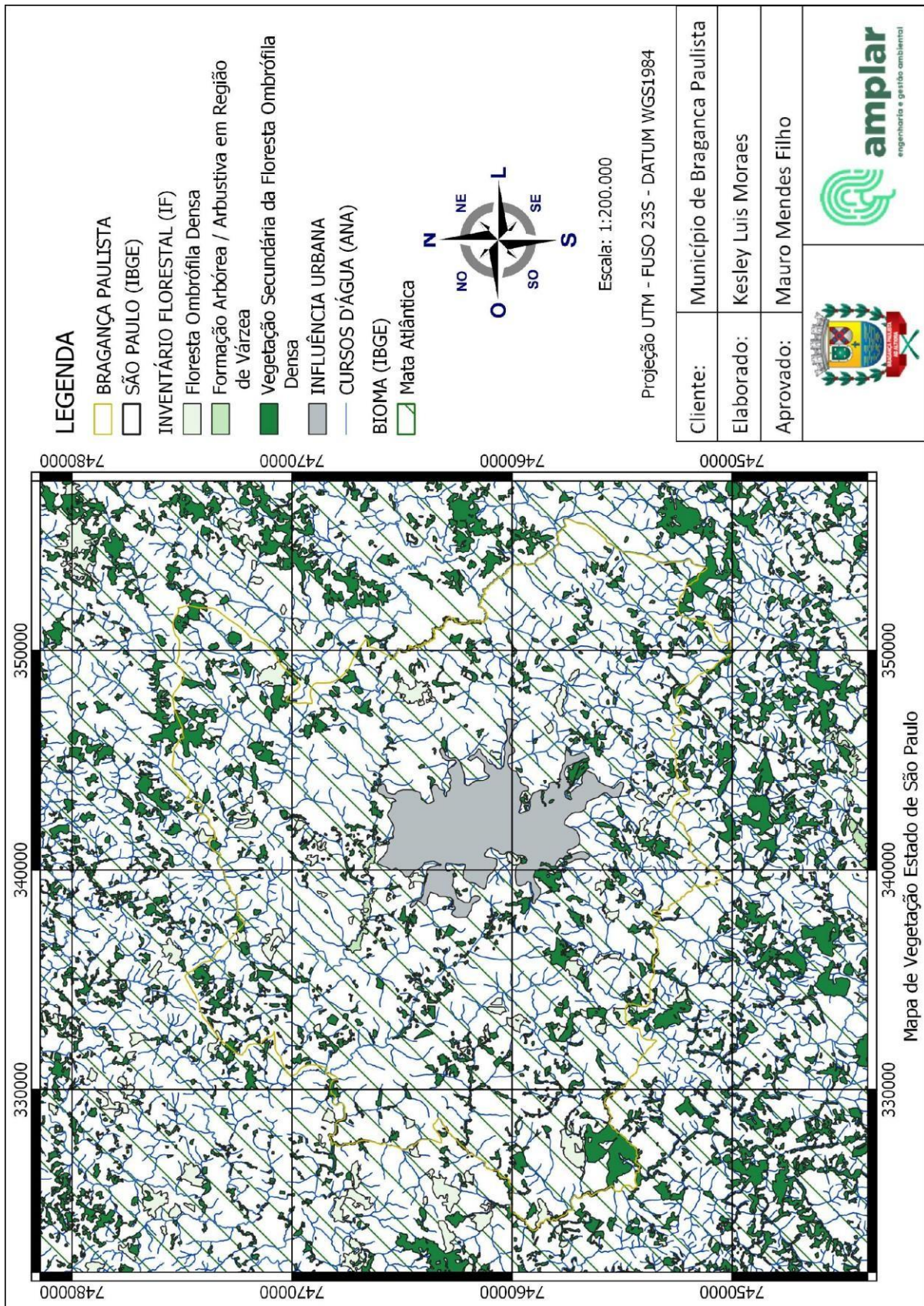


Figura 9 - Mapa da Vegetação presente no município de Bragança Paulista.

4.6 CLIMATOLOGIA

O município de Bragança Paulista se situa na Serra da Mantiqueira (Planalto Atlântico), o mesmo se encontra a uma altitude média de 840 m acima do nível do mar. O mesmo é classificado com o clima Cfb de acordo com a classificação de Köppen e Geiger e caracteriza-se por possuir um clima quente e temperado, chuvas uniformemente distribuídas, temperatura média em torno de 18°C e precipitação entre 1100 a 2000 mm.

Assim, o município possui uma pluviosidade média anual significativa de 1397 mm/ano e temperatura média em torno dos 18,2 °C. Com isso, o mês de julho é o mais seco com precipitação média de 31mm e o mês de janeiro é o de maior precipitação, com uma média de 236 mm. Já em relação a temperatura, o mês de fevereiro é o mais quente do ano com uma média em torno dos 21° C e o mais frio é o de julho, com uma média de 14,6°C. Ou seja, há uma variação de 205mm do mês mais seco com o mês mais úmido e uma variação em média na temperatura de 6,4°C durante o ano.

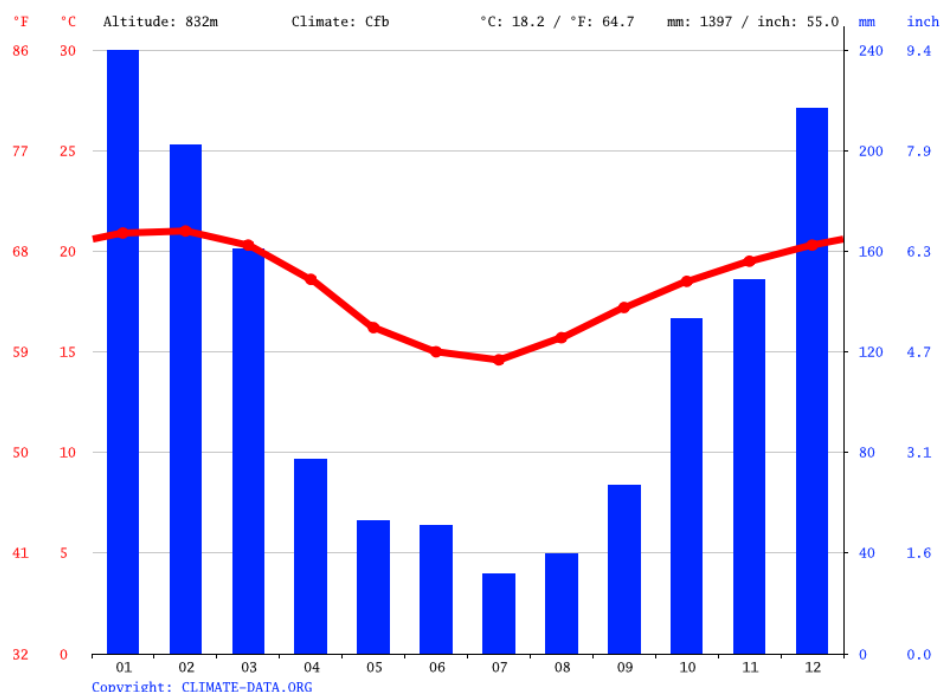


Figura 10 – Gráfico da temperatura e precipitação média de Bragança Paulista – SP.

4.7 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

Território e População

Para analisar as demandas atuais e futuras na área de Saneamento Básico do município de Bragança Paulista, fez-se necessário uma pesquisa de dados que estão dispostos na tabela a seguir.

Tabela 1 - Dados de Território e População do Município de Bragança Paulista

Território e População	
Área (km ²)	512,58
População estimada (2020) - (habitantes)	163.980
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	319,91
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População (2010-2020) - (Em % ao ano)	1,13
Grau de Urbanização (2020) - (%)	98,10
População com menos de 15 anos (2013) - (%)	18,07
População com 60 anos ou mais (2013) - (%)	15,82

Fonte: Fundação SEADE.

Estatísticas de Saúde

A falta de saneamento básico, ocasiona cerca de um milhão de mortes por ano no mundo através de doenças que estão relacionadas ao contato direto com as fezes humanas e/ou esgoto a céu aberto. Assim, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), 88% das mortes por diarreias decorrentes desse contato são causadas pelas precárias condições do saneamento básico.

Assim, percebe-se que alguns dos fatores que acarretam à proliferação de doenças são a disposição inadequada de resíduos sólidos, a não disponibilidade de água potável, a falta de drenagem das águas pluviais e a deficiência nos sistemas de esgotos. Estas deficiências podem gerar como consequência o surgimento de doenças de veiculação hídrica, além da mortalidade de crianças.

A seguir, na Tabela 2 são apresentados os dados de natalidade e mortalidade da população de Bragança Paulista, segundo o SEADE.

Tabela 2 - Dados de Estatísticas de Saúde do município de Bragança Paulista.

Estatísticas da saúde	
Taxa de Natalidade (2011) - (Por mil habitantes)	13,91
Taxa de Mortalidade Infantil (2012) - (Por mil nascidos vivos)	7,60
Taxa de Mortalidade da População de 60 anos ou mais (2011) - (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	3788,94
Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 anos (2011) - (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	106,50
Incidência de internações totais por doenças de veiculação hídrica (Internações por 10 mil habitantes)	1,08
Incidência de internações totais - 0 a 4 anos (Internações por 10 mil habitantes)	8,63
Despesas com internações por doenças de veiculação hídrica (R\$)	17856,28
Taxa de óbitos por doenças de veiculação hídrica (Óbitos por 10 mil habitantes)	0,06

Fonte: Adaptado Fundação SEADE e DATASUS, 2018.

4.8 DADOS SOCIOECONÔMICOS

Os dados Socioeconômicos auxiliam na caracterização do poder aquisitivo da população e, assim, analisar a cultura de consumo e geração de resíduos sólidos.

Tabela 3- Dados Socioeconômicos de Bragança Paulista.

DADOS SOCIOECONÔMICOS	
PIB per Capita (2017) - (Em reais correntes)	35610,34
Renda Per Capita (2010) - (R\$)	776,01
Rendimento Médio do Total de Empregos Formais (2018) - (R\$)	2625,63
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (2010)	0,78
Taxa de Analfabetismo da População de 15 anos ou mais (2010) - (%)	4,39

População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (2010) - (%)	59,46
---	-------

Fonte: Fundação SEADE.

4.9 INFRAESTRUTURA URBANA

Os dados de infraestrutura podem ser evidenciados pelos dados da parcela da população com acesso a água e coleta de esgoto, eo índice de esgoto tratado que foram obtidos junto ao SNIS (2019). E ainda, pelo nível de atendimento da coleta de resíduo obtido pelo sistema SEADE. Apresentam-se a seguir a proporção de domicílios, sobre o total de domicílios permanentes urbanos, que dispõem de ligação às redes públicas de abastecimento (água) e de coleta (resíduos sólidos e esgoto).

Tabela 4 - Dados de saneamento e infraestrutura de Bragança Paulista.

DADOS DO SANEAMENTO	
Parcela da população com acesso à água - (% da população)	96,46
Parcela da população com coleta de esgoto (% da população)	87,06
Índice de esgoto tratado referido à água consumida (%)	70,50
Coleta de Lixo - Nível de Atendimento - Censo 2010 - (%)	99,63

Fonte: SNIS e Adaptado de Fundação SEADE.

4.10 VOCAÇÕES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO

De acordo com as informações prestadas pela Prefeitura de Bragança Paulista, no que se refere as vocações econômicas, os setores de serviços e agropecuário são os responsáveis por produzir 71% da riqueza do município, seguida do setor industrial, que responde pelos outros 29%.

Segundo dados do SEADE (2018), o município de Bragança Paulista contou com 44.650 empregos formais. A Figura a seguir apresenta a evolução do emprego formal no período de 2012 a 2018.

Figura 11 – Evolução do emprego formal no município de Bragança Paulista

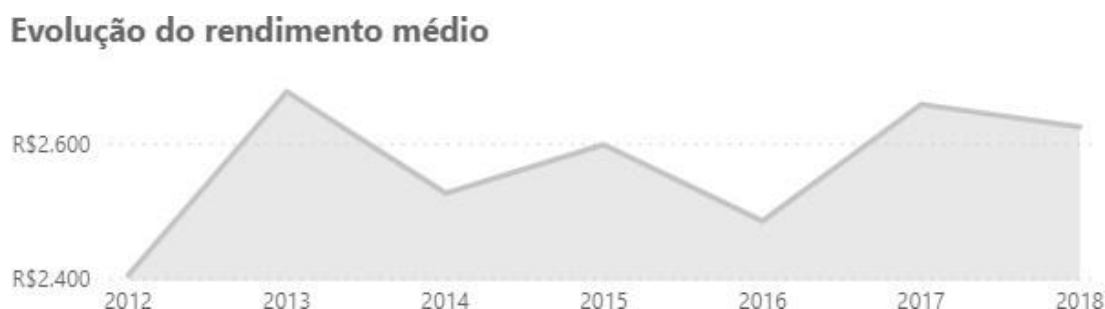


Fonte: SEADE (2018)

Segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), a distribuição do emprego formal se concentra no comércio varejista e na administração pública, defesa e segurança, com 20,3% e 9,0% dos empregos formais, respectivamente.

O rendimento médio do município, em valores correntes de 2018, equivale a R\$ 2.626,00. A Figura a seguir apresenta sua evolução no período de 2012 a 2018.

Figura 12 – Evolução do rendimento médio no município de Bragança Paulista



Fonte: SEADE (2018)

O Rendimento por divisão da CNAE se concentra nas atividades de captação, tratamento e distribuição, com valor de R\$ 7.464,00, ficando à frente das atividades de serviços financeiros e de seguros, resseguros, previdência complementar e serviços de saúde, com rendimentos de R\$ 6.151,00 e R\$ 5.585,00, respectivamente.

No que diz respeito ao Produto Interno Bruto (PIB), este, segundo SEADE (2018) equivale a R\$ 6.305.506,74, enquanto o PIB per capita está em R\$ 39.203,60. O PIB Municipal distribui-se em serviços (70,22%), indústria (28,97%) e agropecuária (0,82%).

Além disso, em visita realizada em outubro de 2020 no município de Bragança Paulista, foi constatado um forte desenvolvimento econômico no comércio varejista e de serviços da cidade, o qual atrai diversos moradores dos municípios vizinhos para realizar compras no

município.

4.11 LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

Âmbito Federal:

Os diplomas pertinentes a saneamento e recursos hídricos no Brasil são bastante numerosos. A seguir são destacados os principais:

- **Constituição Federal**, de 1988. Constituição Federal do Brasil.
- **Lei nº 6.938/1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- **Lei nº 8.078/1990**. Código de Defesa do Consumidor - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
- **Lei nº 8.080/1990**. Lei do SUS. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- **Resolução CONAMA nº 006/1991**. "Dispõe sobre a incineração de resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos" - Data da legislação: 19/09/1991 - Publicação DOU, de 30/10/1991, pág. 24063.
- **Lei nº 8.666/1993**. Regulamenta o art. 37, inciso I, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- **Resolução CONAMA nº 005/1993**. "Estabelece definições, classificação e procedimentos mínimos para o gerenciamento de resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde, portos e aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários" - Data da legislação: 05/08/1993 - Publicação DOU nº 166, de 31/08/1993, págs. 12996-12998.
- **Lei nº 9.074/1995**. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.
- **Lei nº 9.984/2000**. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.
- **Lei nº 8.987/1995**. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
- **Lei nº 9.433/1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art.21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

- **Resolução CNRH n° 17/2001.** Estabelece diretrizes para elaboração dos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas.
- **Resolução CNRH n° 13/2000.** Estabelece diretrizes para a implementação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.
- **Resolução CNRH n° 12/2000.** Estabelece procedimentos para o enquadramento de corpos de água em classes segundo os usos preponderantes.
- **Lei n° 10.257/2001. Estatuto das Cidades** - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras Providências.
- **Resolução CNRH n° 15/2001.** Estabelece diretrizes gerais para a gestão de águas Subterrâneas.
- **Resolução CNRH n° 16/2001.** Estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos.
- **Resolução CNRH n° 29/2002.** Define diretrizes para a outorga de uso dos recursos hídricos para o aproveitamento dos recursos minerais.
- **Resolução CNRH n° 30/2002.** Define metodologia para codificação de bacias hidrográficas, no âmbito nacional.
- **Resolução ANA n° 194/2002.** Procedimentos e critérios para a emissão, pela Agência Nacional de Águas - ANA, do Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica – CERTOH de que trata o Decreto n° 4.024, de 21 de novembro de 2001.
- **Resolução CONAMA n° 313/2002.** "Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais" - Data da legislação: 29/10/2002 - Publicação DOU n° 226, de 22/11/2002, págs. 85-91.
- **Resolução CNRH n° 32/2003.** Institui a Divisão Hidrográfica Nacional.
- **Lei n° 11.079/2004.** Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
- **Resolução ANA n° 707/2004.** (BPS n° 12 de 3.1.2005). Dispõe sobre procedimentos de natureza técnica e administrativa a serem observados no exame de pedidos de outorga, e dá outras providências.
- **Decreto n° 5.440/2005.** Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.
- **Lei n° 11.107/2005.** Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

- **Resolução CNRH n° 48/2005.** Estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.
- **Resolução CNRH n° 54/2005.** Estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reuso direto não potável de água.
- **Resolução CONAMA n° 357/2005.** "Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências." - Data da legislação: 17/03/2005 - Publicação DOU n° 053, de 18/03/2005, págs. 58-63.
- **Resolução CNRH n° 65/2006.** Estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental.
- **Resolução CNRH n° 58/2006.** Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos.
- **Resolução CONAMA n° 369/2006.** "Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP" - Data da legislação: 28/03/2006 - Publicação DOU n° 061, de 29/03/2006, pág. 150- 151.
- **Resolução CONAMA n° 371/2006.** "Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza- SNUC e dá outras providências." - Data da legislação: 05/04/2006 - Publicação DOU n° 067, de 06/04/2006, pág. 045.
- **Resolução CONAMA n° 377/2006.** "Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário" - Data da legislação: 09/10/2006
– Publicação DOU n° 195, de 10/10/2006, pág. 56.
- **Resolução CONAMA n° 380/2006.** "Retifica a Resolução CONAMA n° 375/2006
– Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências" - Data da legislação: 31/10/2006 - Publicação DOU n° 213, de 07/11/2006, pág. 59.
- **Lei n° 11.445/2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n° 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.
- **Resolução CNRH n° 70/2007.** Estabelece os procedimentos, prazos e formas para

promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000.

- **Resolução CNRH nº 76/2007.** Estabelece diretrizes gerais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários.

- **Resolução CONAMA nº 396/2008.** "Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências." - Data da legislação: 03/04/2008 - Publicação DOU nº 66, de 07/04/2008, ps. 66-68.

- **Resolução CONAMA nº 397/2008.** "Altera o inciso II do § 4º e a Tabela X do §5º, ambos do art. 34 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA nº 357, de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes." - Data da legislação: 03/04/2008 - Publicação DOU nº 66, de 07/04/2008, págs. 68-69.

- **Resolução CONAMA nº 404/2008.** "Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos." - Data da legislação: 11/11/2008 - Publicação DOU nº 220, de 12/11/2008, pág. 93.

- **Lei nº 12.305/2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis Projeto de Lei nº 1.991/2007.

- **Portaria nº 2914/11 MS.** Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências.

Âmbito Estadual:

Os diplomas pertinentes a saneamento e recursos hídricos no Estado de São Paulo também são bastante numerosos. A seguir são destacados os principais:

- **Decreto Lei nº 211/1970.** Código de Saúde do Estado de São Paulo.

- **Decreto-lei nº 52.490/1970.** Dispõe sobre a proteção dos recursos hídricos no Estado de São Paulo contra agentes poluidores.

- **Decreto nº 52.497/1970.** Proíbe o lançamento dos resíduos sólidos a céu aberto, bem

como a sua queima nas mesmas condições.

- **Lei nº 898/1975.** Disciplina o uso do solo para a Proteção dos Mananciais, cursos e reservatórios de água.
- **Decreto nº 8.468/1976.** Regulamenta a Lei nº 997, de 31 de maio de 1976 – Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente (com redação dada pela Lei nº 8.943, de 29.09.94).
- **Lei nº 997/ 1976.** Dispõe sobre a instituição do sistema de prevenção e controle da poluição do meio ambiente na forma prevista nessa lei e pela Lei nº 118/73 e pelo Decreto nº 5.993/75.
- **Lei nº 997/1976.** Dispõe sobre a prevenção e o controle do meio ambiente, estabelece padrões técnicos de qualidade e emissão, instituí instrumentos de proibição e exigências gerais para licenças e registros dos estabelecimentos geradores de material poluente, procedimentos administrativos e amplia competências da CETESB.
- **Decreto nº 10.755/1977.** Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no Decreto nº 8.468/76.
- **Lei nº 1.563/1978.** Proíbe a instalação nas estâncias hidrominerais, climáticas e balneárias de indústrias que provoquem poluição ambiental.
- **Decreto Estadual nº 27.576/1987.** Criação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos.
- **Decreto nº 28.489/1988.** Considera como modelo básico a Bacia do Rio Piracicaba.
- **Lei nº 6.134/1988.** Dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais e águas subterrâneas no Estado de São Paulo.
- **Constituição do Estado de São Paulo 1989.** – Capítulo IV. Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento.
- **Deliberação CONSEMA nº 20/1990.** – Aprova a norma “Critérios de Exigência de EIA/RIMA para sistemas de disposição de Resíduos Sólidos Domiciliares, Industriais e de Serviços de Saúde”.
- **Decreto nº 32.955/1991.** (Com retificação feita no DOE, de 09/02/1991). Regulamenta a Lei nº 6.134/88, de águas subterrâneas.
- **Lei nº 7.663/1991.** (Alterada pelas Leis nº 9.034/94, 10.843/01, 12.183/05). Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- **Lei nº 7.750/1992.** Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento.
- **Decreto nº 36.787/1993.** (Redação alterada pelos Decretos nº 38.455/94; 39.742/94 e

43.265/98). Adapta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

- **Decreto nº 38.455/1994.** Nova redação do artigo 2º do Decreto nº 36.787/93, que adapta o CRH.
- **Decreto nº 39.742/1994.** (Alterada pelo Decreto nº 43.265/98). Adapta o CRH do Decreto nº 36.787/93.
- **Resolução SMA nº 42/1994.** – Aprova os procedimentos para análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente e institui o Relatório Ambiental - RAP conforme roteiro de orientação estabelecido pela SMA.
- **Decreto nº 40.815/1996.** Inclui dispositivos no Decreto nº 8.468/76, que aprova o Regulamento da Lei nº 997/76, a prevenção e controle da poluição.
- **Decreto nº 41.258/1996.** Regulamenta os artigos 9º a 13º da Lei nº 7.663, de 30.12.1991 - Outorga.
- **Resolução SMA nº 25/1996.** – Estabelece programa de apoio aos municípios que pretendam usar áreas mineradas abandonadas ou não para a disposição de resíduos sólidos - classe III.
- **Portaria DAEE no 717/1996.** Norma sobre outorgas.
- **Lei nº 9.477/1997.** Dispõe sobre alterações da Lei nº 997/76, Artigo 5º, com relação ao licenciamento de fontes de poluição, exigindo as licenças ambientais prévia, de instalação e de operação.
- **Lei nº 9.509/1997.** Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
- **Lei nº 9.866/1997.** Disciplina e institui normas para a proteção e recuperação das Bacias Hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado.
- **Resolução SMA nº 50/1997.** – Dispõe sobre a necessidade de elaboração do RAP – Relatório Ambiental Preliminar.
- **Decreto nº 43.204/1998.** Regulamenta o FEHIDRO e Altera Dispositivos do Decreto Estadual nº 37.300.
- **Decreto nº 43.265/1998.** Nova redação de dispositivos do Decreto nº 36.787/93, sobre o CRH.
- **Decreto nº 43.594/1998.** Inclui dispositivos no Decreto nº 8.468/76, que aprova o Regulamento da Lei nº 997/76, a prevenção e o controle da poluição.
- **Projeto de Lei nº. 20/1998.** Dispõe Sobre a Cobrança pela Utilização dos Recursos Hídricos do Domínio do Estado e dá Outras Providências.
- **Lei nº 6.134/1998.** Dispõe sobre a Preservação dos Depósitos Naturais de Águas

Subterrâneas.

- **Resolução SMA nº 9/1998.** - Dispõe sobre o Anteprojeto de Lei que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos para amplo debate junto aos municípios, as entidades públicas e privadas, as organizações não governamentais e as sociedades civis. Este anteprojeto está em discussão nos Conselhos Estaduais – COHIDRO, CONSEMA, CONESAN.
- **Resolução SMA nº 13/1998.** – Dispõe sobre a obrigatoriedade da atualização anual do Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos.
- **Deliberação nº 22/1998.** Aprova Proposta de Alteração do Decreto Estadual nº 8468 que dispõe sobre a Regulamentação da Lei Estadual nº 997.
- **Lei nº 10.843/2001.** Altera a Lei nº 7.663/91, da política de recursos hídricos, definindo as entidades públicas e privadas que poderão receber recursos do FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos.
- **Decreto nº 47.400/2002.** Regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental, estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação, estabelece prazo de análise dos requerimentos e licenciamento ambiental, institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade, e o recolhimento de valor referente ao preço de análise.
- **Resolução SMA nº 34/2003.** - Regulamenta no Estado de São Paulo os procedimentos a serem adotados no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico.
- **Lei nº 12.183/2005.** Cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo.
- **Decreto nº 50.667/2006.** Regulamenta dispositivos da Lei da cobrança.
- **Lei nº 12.300/2006.** Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.

Âmbito Municipal:

As principais Leis e Decretos municipais associadas às questões de saneamento e meio ambiente promulgadas para o município de Bragança Paulista.

- **Lei orgânica do município de Bragança Paulista/SP.**
- **Lei nº 3181/99.** Dispõe sobre limpeza pública do município de Bragança Paulista e dá outras providências.
- **Lei nº 4049/09.** Estabelece diretrizes, critérios e normas para emissão de ruídos urbanos e

proteção do bem-estar e do sossego público.

- **Lei nº 4265/11.** Institui a política municipal de recursos hídricos, estabelece normas e diretrizes para a recuperação, a preservação e a conservação dos recursos hídricos e cria o sistema municipal de gerenciamento dos recursos hídricos.
- **Lei nº 4236/11.** Dispõe sobre a proibição de queimadas no município de Bragança Paulista, estabelece penalidades e dá outras providências.
- **Lei nº 4311/12.** Dispõe sobre o estatuto de proteção e controle dos animais no município de Bragança Paulista e dá outras providências.
- **Lei nº 4509/16.** Institui o programa municipal de pagamento por serviços ambientais - pmpsa, estabelece formas de controle e financiamento do programa, e dá outras providências.
- **Lei nº 4647/18.** Institui no município de Bragança Paulista o Programa Adote o Verde e dá outras providências.
- **Lei nº 4670/19.** Institui o Programa Animal Comunitário no Município de Bragança Paulista.
- **Lei nº 4678/19.** Proíbe a utilização de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos que causem poluição sonora na forma que específica.
- **Lei nº 4718/19.** Institui o Programa Municipal de Educação Ambiental - ProMEA, e dá outras providências.
- **Lei nº 4732/20.** Institui o Sistema para a Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, de acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações, e dá outras providências.
- **Lei Complementar nº 486/2005.** Dispõe sobre criação da secretaria municipal do meio ambiente e dá outras providências.
- **Lei complementar nº 703/11.** Acrescenta dispositivos à Lei nº 1.146, de 13 de julho de 1971, que dispõe sobre o código de obras e urbanismo da estância de Bragança Paulista.
- **Lei Complementar nº 755/2013.** Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Imposto Ecológico, que permite conceder benefício tributário, consistente na redução de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), às pessoas físicas e jurídicas proprietárias de imóveis residenciais e comerciais que adotem medidas que estimulem a proteção, a preservação e a recuperação do meio ambiente nas formas da referida Lei.
- **Lei Complementar nº 800/2015.** Dispõe sobre normas para instituição do controle ambiental de poluição veicular no âmbito da Prefeitura do município de Bragança Paulista,

e dá outras providências.

- **Lei Complementar nº 826/2017.** Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a imóveis que se encontram em áreas de proteção ambiental, e dá outras providências.
- **Decreto nº 91/2006.** Cria o "PARQUE MUNICIPAL NATURAL I" e dá outras providências.
- **Decreto nº 1241/2011.** Dispõe sobre a suspensão das análises de projetos de reforma, revitalização, construção e qualquer outra intervenção em áreas de preservação permanente ao longo dos rios e ribeirões existentes nos limites do município.
- **Decreto nº 2157/2015.** Regulamenta a Lei Complementar nº 755/2013.
- **Decreto nº 2162/2015.** Regulamenta os procedimentos administrativos para análise de projetos de arborização em novos loteamentos, previstos no artigo 54, inciso iv, da lei complementar nº 556, de 20 de julho de 2007, que aprova o código de urbanismo do município.
- **Decreto nº 2343/2016.** Institui o PARQUE NATURAL MUNICIPAL REFÚGIO DAS AVES e dá outras providências.
- **Decreto nº 2345/2016** Institui o PARQUE NATURAL MUNICIPAL LAGO DOS PADRES e dá outras providências.
- **Decreto nº 2355/2016.** Institui área de relevante interesse ecológico BOSQUE DAS ARAUCÁRIAS PETRONILLA MARKOWICZ e dá outras providências.
- **Decreto nº 2359/2016.** Institui área de relevante interesse ecológico "MATA DOS PADRES" e dá outras providências.
- **Decreto nº 2369/2016.** Institui MONUMENTO NATURAL "PEDRA DO LEITE SOL" e dá outras providências.
- **Decreto nº 2885/2019.** Regulamenta a Estação Ecológica Municipal do Caetê e dá outras providências.

**ABASTECIMENTO DE
ÁGUA –
CARACTERIZAÇÃO E
DIAGNÓSTICO**

5 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - SAA

De acordo com a Portaria de Consolidação nº 5 de 2017 o abastecimento de água para consumo humano é dividido em três tipos, sendo: sistema de abastecimento de água para consumo humano composta por instalação de um conjunto de obras civis, materiais e equipamentos, desde a zona de captação até as ligações prediais, destinado a produção e fornecimento coletivo de água potável, por meio de rede de distribuição; solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano, cuja modalidade de abastecimento coletivo é destinada a fornecer água potável, com captação subterrânea ou superficial, com ou sem canalização e sem rede de distribuição; e solução alternativa individual de abastecimento de água para consumo humano, cuja modalidade de abastecimento de água para consumo humano atende a domicílios residenciais com uma única família, incluindo seus agregados familiares.

A caracterização e avaliação do desempenho da prestação dos serviços de abastecimento de água do município de Bragança Paulista foram realizadas levando-se em conta aspectos de gestão e operacionais como atendimento, cobertura, qualidade, programas e ações desempenhados pelo prestador.

O desenvolvimento deste item foi feito com base nas informações fornecidas pela Prefeitura e pela SABESP, nas informações obtidas através das visitas técnicas e também nas informações e indicadores do Sistema Nacional de Informações de Saneamento – SNIS.

A colaboração da SABESP foi fundamental, com o fornecimento de informações que auxiliarão nas etapas de planejamento deste PMSB. Nos itens que se seguem estão detalhados os aspectos acima referidos.

5.1 ATENDIMENTO COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Na Tabela 5 a seguir são apresentadas informações disponíveis no SNIS referentes à população atendida e os índices de atendimento com os serviços de abastecimento de água. Utilizaram-se das informações disponíveis para os últimos 13 anos de publicação do SNIS (2007-2019).

Tabela 5 - Índices de atendimento de água.

Índices de Atendimento (percentual)	Ano de referência					
	2007	2008	2010	2013	2018	2019
Índice de atendimento urbano de água	99,99	95,6	95,9	96,6	98,02	99,51
Índice de atendimento total de água	95,71	91,54	92,02	93,64	95,02	96,46

Fonte: SNIS.

Conforme se pode observar na Tabela 5, o índice de atendimento com abastecimento de água na área urbana diminuiu no início do período avaliado, caindo de 99,99% em 2007 para 95,9% em 2010, porém, tem aumentado ao longo dos últimos anos chegando a 96,6% em 2013 e a 99,51% em 2019.

De acordo com as informações da SABESP, em 2019, o SAA atendeu 100% do perímetro atendível. Ou seja, a parcela urbana não atendida é referente às áreas não legalizadas que possuem impedimento legal para que sejam atendidos pela Companhia, e pelas economias inadimplentes.

5.2 ECONOMIAS, LIGAÇÕES E EXTENSÕES DE REDE

Na Tabela 6 a seguir são apresentadas as evoluções das economias e das ligações de água no período de 2007, 2008, 2010, 2018 e 2019 obtidas do SNIS, e 2013 fornecidas pela SABESP.

Tabela 6 - Economias e Ligações de Redes de Água.

INFORMAÇÃO	Ano de referência					
	2007 (*)	2008 (*)	2010 (*)	2013 (**)	2018 (*)	2019 (*)
Quantidade de economias ativas de água [economia]	45.461	46.421	48.807	54.221	62.911	64.370
Quantidade de economias residenciais ativas de água micromedidas [economia]	40.721	41.598	43.663	48.571	56.572	58.036
Quantidade de ligações totais de água [ligação]	41.215	42.441	45.334	50.154	58.042	59.103
Quantidade de ligações ativas de água [ligação]	39.659	40.542	42.983	47.504	53.859	54.803
Quantidade de ligações ativas de água micromedidas [ligação]	39.659	40.540	42.983	47.504	53.850	54.775
Extensão da rede de água [km]	287,32	28,94	533,09	633,69	813,40	859,42

Fonte: (*) SNIS, (**) SABESP.

5.3 VOLUMES PROCESSADOS DE ÁGUA

No ano de 2019 a vazão de água tratada no município de Bragança Paulista foi correspondente a uma média de 1380,34 m³/h ou 383,43 l/s. Se observada a média anual, verifica-se que a mesma está cerca de 6% superior à vazão nominal da ETA. Nota-se que a vazão tratada foi acima de 360 l/s, o que denota uma situação de trabalho diferente da capacidade de projeto inicial da ETA. De acordo com informações da SABESP, a utilização de polieletrólitos no tratamento, tem possibilitado a operação da ETA com vazões maiores do que a nominal de projeto.

5.4 PERDAS D'ÁGUA NO MUNICÍPIO

Em sistemas públicos de abastecimento, do ponto de vista operacional, as perdas de água consideradas correspondem aos volumes não contabilizados. Estes englobam tanto as perdas físicas, como as perdas não físicas, que correspondem à água consumida e não registrada.

As perdas físicas representam a água que efetivamente não chega ao consumo, devido aos vazamentos no sistema. As perdas não físicas representam a água consumida que não é medida, devido à imprecisão e falhas nos hidrômetros, ligações clandestinas, fraudes e outras.

O indicador de perdas é obtido da relação entre o volume disponibilizado e o volume micromedido e calculado em litros/ligação/dia.

A redução das perdas físicas permite diminuir os custos de produção, mediante redução do consumo de energia elétrica, de produtos químicos, dentre outros. Também permite utilizar as instalações existentes para aumentar a oferta de água, sem expansão do sistema produtor. Já a redução das perdas não físicas permite aumentar a receita tarifária, melhorando a eficiência dos serviços prestados e o desempenho financeiro do prestador de serviços.

Tabela 7 - Evolução dos Indicadores de Perdas.

INDICADORES DE PERDAS	Ano de referência					
	2007 (*)	2008 (*)	2010(*)	2013 (**)	2018 (*)	2019(*)
Índice de perdas na distribuição [percentual]	36,92	30,07	22,80	20,41	26,53	23,9
Índice de perdas por ligação [l/dia/lig.]	318,03	231,21	163,15	138,00	162,00	146,3

Fonte: (*) SNIS, (**) SABESP.

De acordo com a SABESP, o índice de perdas do município de 2019, que totaliza 146 l/lig.dia, incorpora além das perdas físicas propriamente ditas, diversos outros tipos de perdas, como: problemas relativos à micro e macromedições e principalmente as ligações irregulares.

O maior problema de perdas de água do município é proveniente de vazamentos nas redes de distribuição mais antigas localizadas principalmente na parte central e nos bairros mais antigos da cidade. Foram efetuadas diversas ações visando a redução do índice de perdas, e as principais foram:

- Instalação de Válvulas Redutoras de Pressão;
- Instalação de Macromedidores (ETA, Poços, Booster e Reservatórios);
- Troca de redes e ramais de água;
- Monitoramento de vazão mínima noturna;
- Agilidade na detecção e reparo de vazamentos visíveis e não visíveis

5.5 CONSUMO PER CAPITA

O consumo per capita é um dos parâmetros importantes para se avaliar a qualidade do abastecimento de água de uma cidade, visto que em sistemas com má qualidade no abastecimento, os valores de consumo per capita tendem a ser menores. Esse parâmetro é extremamente variável e depende de diversos fatores, destacando-se o padrão de consumo de cada localidade e a disponibilidade de água em condições de vazão e pressão adequadas no cavalete de cada consumidor.

Tabela 8 - Consumo per capita de água.

INFORMAÇÃO	Ano de referência					
	2007 (*)	2008 (*)	2010 (*)	2013 (**)	2018 (*)	2019 (*)
Consumo per capita l/hab/dia	163,6	164,4	174,1	177,3	152,19	157,7

Fonte: (*) SNIS, (**) SABESP.

5.6 MEDIÇÃO E CONTROLE DE VAZÃO

Para um gerenciamento eficiente do sistema de abastecimento de água é necessário que se disponha de um adequado sistema de medição e controle de vazões, assim, buscando o melhor desempenho na apropriação dos volumes produzidos e entregues para consumo, bem como no

controle e redução de perdas.

Neste sentido, a macromedição e a micromedição têm papel fundamental. Os principais indicadores destes processos são: o índice de macromedição, o índice de micromedição e o índice de hidrometração.

Na Tabela a seguir é apresentada a evolução dos indicadores de medição e controle de vazão para o município de Bragança Paulista.

Tabela 9 - Indicadores de Medição e Controle de Vazão.

Indicadores Medição e Controle de Vazão	Ano de referência					
	2007 (*)	2008 (*)	2010 (*)	2013 (**)	2018 (*)	2019 (*)
�ndice de hidrometração [percentual]	100,00	100,00	100,00	100,00	99,99	99,97
�ndice de micromedição relativo ao consumo [percentual]	ND	100,00	100,00	99,98	99,98	99,95
�ndice de macromedição [percentual]	ND	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: (*) SNIS, (**) SABESP. ND - NÃO DISPONÍVEL

Conforme indicado na tabela acima, o  ndice de hidrometração manteve-se sempre próximo   100%, o que significa que praticamente todas as ligações ativas de água possuem hidrômetro, e praticamente todo o volume consumido pelos usuários   micromedido.

Manter um  ndice de micromedição em 100% apesar de ser uma medida necessária, não é suficiente para garantir a qualidade da apropriação do volume consumido, sendo que a SABESP vem tomando as medidas necessárias tais como:

- Troca periódica do parque de hidrômetros, em função da perda de precisão que ocorre com o tempo de uso, e em função de sua vida útil, a cada 05 anos. Normalmente adotam-se peri dos de substituição de hidrômetros, em função da capacidade de cada um, e, para Bragança Paulista, a SABESP tem adotado a vida útil da ordem de 08 anos, observando, além da idade, o consumo total registrado no hidrômetro, que denota o desgaste sofrido pelo equipamento;
- Dimensionamento adequado dos hidrômetros, em função de sua faixa de consumo, para minimizar os problemas da submediç o.

Essas medidas têm evitado que os hidrômetros trabalhem com erros de medição que

acarretam a valores menores do que a realidade, refletindo em redução de receitas.

Outro fator igualmente importante para o gerenciamento eficiente do sistema de abastecimento de água em suas diversas fases, e o controle e redução de perdas, é a macromedição.

Conforme observa-se na mesma tabela acima, o índice de macromedição tem sido mantido em 100% nos últimos anos. Isto significa que os macromedidores existentes são, em conjunto com a micromedição, suficientes para a apropriação dos volumes nas diversas fases dos processos de produção e distribuição da água tratada.

O sistema de distribuição é setorizado, através de Distritos de Medição e Controle (DMC's), que garantem o adequado controle e redução das perdas.

Para a manutenção da qualidade da macromedição são necessárias diversas ações, entre as quais, a execução de ensaios pitométricos periódicos.

5.7 QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

Segundo a SABESP os resultados dos monitoramentos da qualidade da água realizado no ano de 2019 para Bragança Paulista foram satisfatórios. Nas análises são monitorados periodicamente os parâmetros de pH, Cloro Livre, Turbidez, Fluoreto, Coliformes Totais e E. Coli.

Em 2019 foram realizadas diversas análises na Estação de Tratamento de Água, sendo constatado que as médias dos principais resultados obtidos estavam dentro dos parâmetros.

Segundo a SABESP com base nos parâmetros monitorados, foi possível constatar que a água distribuída em 2019, esteve em condições de potabilidade adequada e em conformidade com a Portaria MS 2914/11.

Indicadores coletados do SNIS mostram que os parâmetros de cloro residual, turbidez, coliformes totais e fecais, estiveram adequados, conforme observado na tabela a seguir.

Tabela 10 - Indicadores de Qualidade de Água Conforme o SNIS e a SABESP.

Indicadores de Qualidade da água (SNIS)	Ano de referência					
	2007 (*)	2008 (*)	2010 (*)	2013 (**)	2018 (*)	2019 (*)
IN075 - Incidência das análises de cloro residual fora do padrão [percentual].	0,00	0,51	0,00	0,00	0,00	0,14
IN076 - Incidência das análises de turbidez fora do padrão [percentual].	0,21	0,77	0,14	0,22	0,23	0,48
IN084 - Incidência das análises de coliformes totais fora do padrão [percentual].	0,00	0,58	0,37	0,36	0,75	0,69
IN079 - Índice de conformidade da quantidade de amostras - cloro residual [percentual].	107,51	116,68	100	105,73	100,68	101,32
IN080 - Índice de conformidade da quantidade de amostras - turbidez [percentual].	107,51	126,43	106,57	105,74	100,68	101,11
IN080 - Índice de conformidade da quantidade de amostras - coliformes totais [percentual].	107,51	116,68	101,97	105,34	100,68	101,04

Fonte: (*) SNIS, (**) SABESP.

É importante ressaltar, que somente estes parâmetros podem não ser suficientes para constatar outros problemas com a qualidade da água, como gosto e odor, ocorrências de água suja, dentre outros. Estes, muitas vezes, são constatados a partir da reclamação dos usuários. A SABESP monitora este tipo de reclamações, através de seus sistemas de atendimento aos consumidores, que impulsionam as medidas de melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Por fim, a SABESP garante que a qualidade de água distribuída para a população segue padrão de potabilidade pré-definido por legislação específica, com parâmetros de controle, frequência de coleta, número de análises, demonstrativos e publicações, atendendo as legislações vigentes.

5.8 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A avaliação da qualidade dos serviços prestados tomou-se como base nas informações de indicadores de qualidade dos serviços e reclamações dos usuários motivadas pela falta ou intermitência no fornecimento de água, e aspectos de qualidade da água distribuída, tais como: gosto e odor, água suja, roupas manchadas pela presença de substâncias.

A seguir são apresentadas as informações existentes sobre as reclamações quanto à

prestação dos serviços de água pela SABESP, fornecidas pela própria SABESP e dados constantes do SNIS.

Tabela 11 - Indicadores da Qualidade dos serviços prestados conforme o SNIS e a SABESP.

Indicadores de Qualidade (SNIS)	Ano de referência					
	2007 (*)	2008 (*)	2010 (*)	2013 (**)	2018 (*)	2019 (*)
IN071 - Economias atingidas por paralisações [econ./paralis.]	13.750	736,00	318,00	330,00	383,00	363,00
IN072 - Duração média das paralisações [horas/paralis.]	7,50	37,62	10,70	8,60	8,75	12,96
IN073 - Economias atingidas por intermitências [econ./interrup.]	ND	ND	ND	ND	ND	ND
IN074 - Duração média das intermitências [horas/interrup.]	ND	ND	ND	ND	ND	ND
IN083 - Duração média dos serviços executados [hora/serviço]	6,11	18,96	17,55	34,94	20,58	19,61

Fonte: (*) SNIS, (**) SABESP. ND - NÃO DISPONÍVEL

5.8.1 RECLAMAÇÕES DE FALTA D'ÁGUA

A SABESP disponibilizou as informações sobre falta d'água que ocorreram em 2019. Foram no total 1664 reclamações de falta d'água, sendo 841 reclamações por falta d'água geral e 823 por falta d'água local. A seguir podemos verificar as informações sobre falta d'água, fornecidas pela SABESP, no município de Bragança Paulista.

Tabela 12 - Reclamações de falta de Água registradas pela SABESP em Bragança Paulista.

	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	Total Geral
FALTA DE AGUA GERAL	102	85	72	76	74	59	55	62	86	77	44	49	841
FALTA DE AGUA LOCAL	71	75	68	70	82	63	72	74	56	76	48	68	823
TOTAL	173	160	140	146	156	122	127	136	142	153	92	117	1.664

Fonte: SABESP

5.8.2 OUTROS INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Existem outros indicadores de qualidade dos serviços prestados utilizados pelo SNIS, que auxiliam na compreensão do funcionamento geral do sistema e da qualidade dos serviços prestados pela SABESP, sendo alguns indicados na Tabela 11.

A SABESP mantém o registro das principais ocorrências com os serviços de água, que

permitem avaliar a qualidade dos serviços prestados. No ano de 2019 existiram 6181 ocorrências, sendo que:

- As ocorrências de vazamentos de água representaram 61,38% do total;
- As ocorrências com falta d'água representaram 26,92% do total;
- As ocorrências com hidrômetros representaram 11,70% do total.

5.8.3 PRINCIPAIS SERVIÇOS REALIZADOS

Na tabela a seguir são apresentados os principais serviços executados pela SABESP no ano de 2019, referentes aos serviços de água.

Tabela 13 - Principais Serviços Executados – 2019

Tipo de Serviço	Total
Vazamentos de Rede	283
Vazamentos de Ramal	660
Vazamentos de Cavalete	2.851
Reposições de Sarjeta	8
Reposições de Piso interno	104
Reposições de Passeio	1.336
Reposições de Passeio Especial	207
Reposições de Leito	2.435
Reposições de Guia	-
Reposições de Capa	32
Reposições de Base	1

Fonte: SABESP.

5.8.4 PROGRAMAS DE GESTÃO E OPERACIONAIS PARA O SAA

No presente item serão apresentados alguns aspectos relevantes sobre o planejamento e a gestão do fornecimento de água, por parte do operador dos sistemas, que é a SABESP.

Para tanto serão considerados os seguintes aspectos:

- Programas existentes;
- Estudos e projetos existentes e com planejamento futuro;
- Obras em andamento;
- Investimentos realizados e futuros.

❖ PROGRAMAS.

Ao que se pode observar das informações coletadas sobre a prestação de serviços de água e esgoto no município de Bragança Paulista, pode-se constatar a existência de planejamento e

gestão de programas de melhoria dos sistemas, tais como:

- Programa de Controle e Redução de Perdas em parceria e com recursos da JICA (Japan International Cooperation Agency);
- Pesquisa e Reparo de Vazamentos Não-Visíveis através de contratos de performance;
- Programa de Proteção de mananciais e outros cursos d'água realizados pela Superintendência Metropolitana de Produção de Água (MA);
- Fiscalização e detecção de ligações clandestinas de água e esgoto, através de contratos de apuração de irregularidades através do Projeto Sempre Separados desenvolvido em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Vigilância Sanitária do Município;
- Programas de Educação Ambiental voltados para o conhecimento e uso adequado das unidades que compõem os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Um exemplo é a não poluição das redes, coletores tronco e interceptores de esgoto com o lançamento de resíduos sólidos e outros materiais que causam obstrução de fluxo. Para tanto são realizadas ações ambientais como o PROL – Programa de Recebimento de Óleo, PROJETO SEMPRE SEPARADOS –separação de águas pluviais e esgotos, etc.

❖ **ESTUDOS E PROJETOS**

O planejamento e gestão de estudos e projetos no âmbito da Prefeitura, dado às peculiaridades existentes nos sistemas de água e de esgoto, tem sido feito através de parceria e do acompanhamento das ações desenvolvidas pela Sabesp. São exemplos:

- Fornecimento da base cadastral digital dos sistemas de água e esgoto do município;
- Execução de obras em parceria com a Secretaria de Serviços do município;
- Fiscalização de obras de saneamento executadas em vias públicas, pelos novos empreendimentos.

❖ **OBRAS E INVESTIMENTOS**

Investimentos Realizados:

Coletaram-se informações junto ao SNIS e à SABESP para o período compreendido entre 2007 e 2019, referente aos investimentos realizados, os quais estão apresentados resumidamente a seguir, conforme o ano de execução das obras.

- ANO 2007 - 2014

- Conclusão de obras dos 4 reservatórios metálicos e um booster aumentando a reservação

da cidade em 4 milhões de litros de água (reservatórios: 02 ETA Santa Lúcia, 01 Vila Motta, 01 bairro Nosso Teto);

- Construção de novo booster para abastecer o Jardim América com maior capacidade de vazão e melhor condição operacional com a eliminação de intermitência no abastecimento da região;
- Ampliação da capacidade de vazão do Booster Jardim Europa com a eliminação de intermitência no abastecimento da região (Jardim Europa e Amapola);
- Ampliação da capacidade de vazão do Booster Jardim São Miguel com a eliminação de intermitência no abastecimento da região;
- Ampliação da capacidade de vazão do Booster Vila Mota com a eliminação de intermitência no abastecimento da região;
- Implantação de 14 km de adutoras, DN 100mm em PVC e 3,4 km de rede de água, DN 75mm em PVC para abastecer ao bairro Guaripocaba dos Souzas e região;
- Implantação de 4.400 metros de rede de água DN 75mm PVC e booster no bairro Jardim Lago do Moinho;
- Construção de 02 reservatórios metálicos no Jardim Sevilha aumentando a reservação da cidade em 02 milhões de litros de água;
- Implantação de 1.832 metros de redes de água em PVC DN 75 e 100 mm no Loteamento CDHU Bragança F;
- Adequação do abastecimento do reservatório de concreto do bairro Vila Motta, eliminando a intermitência na zona de coroa;
- Setorização do bairro São Lourenço e Padre Aldo Bolini através da interligação da rede do CDHU;
- Execução de 800 metros de remanejamento de rede de água em torno da Praça Raul Leme e da Rua Cel. Osório, eliminando a intermitência da Rua Cel. Assis Gonçalves;
- Execução de limpeza interna através da utilização de “pigs” em adutora de água tratada de 400 mm do Tanque do Moinho com extensão de 2,3 km;
- Troca do acionamento (Inversor de frequência e proteções) e instalação de bomba com maior capacidade no booster Santa Helena;
- Instalação de bomba com maior capacidade no booster Jardim América;
- Execução de remanejamento de rede de água no Jardim América com extensão de 350 metros de rede de 75 mm;
- Implantação de 3,5 km de adutora em FF DN Ø400 mm para reforço do abastecimento e atendimento do crescimento vegetativo da zona sul;

- Implantação de 2,0 Km de adutora de 500 mm, obra de reforço da adutora da zona baixa;
- Implantação de 5,0 km de rede de PEAD de 100 mm para abastecimento do bairro da Água Comprida, para conclusão da obra aguarda-se liberação ambiental;
- Implantação de 3,0 km de adutora em FOFO DN Ø300 mm para reforço do abastecimento do bairro Parque dos Estados.

- ANO 2015 - 2019

- Prolongamento de 36,9 km de rede de água;
- Ligação de água 11.075 unidades;
- Troca de ramal de água 2.104 unidades;
- Substituição preventiva de hidrômetro 22.134 unidades.

Investimentos realizados após 2020 (assintaura do novo contrato de concessão) e investimentos futuros previstos:

A SABESP, desde a assinatura do novo contrato de concessão com o Município de Bragança Paulista no ano de 2020, tem realizado investimentos prioritários no sistema de abastecimento de água. Dentre eles, já foram realizados:

- Instalação de 3.469 metros de rede de distribuição de água, 1 unidade de VRP e 216 ligações - Bairro Morada Campos Verdes;
- Instalação de 3.339 metros de rede de distribuição de água e 1 unidade de Booster - Bairro Recanto da Montanha.

E ainda estão previstos como investimentos futuros:

- Adequação da captação;
- Adequação da barragem;
- Obra de ampliação da capacidade de tratamento e renovação da infraestrutura de produção de água tratada (de 360 para 560 l/s);
- Adutora de reforço setor centro (zona baixa);
- Ampliação da reservação com construção de reservatório de 1.000 m³- Zona Norte;
- Instalação de rede de distribuição de água - Bairro Araras dos Pereiras;
- Instalação de rede de distribuição de água - Bairro Bom Retiro dos Mourão;
- Instalação de rede de distribuição de água - Bairro Vale Encantado;
- Instalação de rede de distribuição de água - Bairro Quinta dos Vinhedos;
- Instalação de rede de distribuição de água - Bairro Monjolo;
- Crescimento vegetativo em redes e ligações de água.

As informações de investimentos previstos para o futuro foram obtidas junto à SABESP, e fazem parte do planejamento da empresa de acordo com os estudos internos da Companhia.

6 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O município de Bragança Paulista elaborou em 2010 o Plano Municipal de Saneamento Básico contemplando os Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Este plano abrangeu as informações do diagnóstico à época, com informações obtidas no ano de 2009, as quais foram atualizadas no diagnóstico de 2015 (revisão de 2016) e são atualizadas novamente neste diagnóstico, visando representar a situação atual, passados aproximadamente 5 anos da elaboração do último trabalho.

O Sistema de Abastecimento de Água de Bragança Paulista operado pela SABESP é constituído por um sistema principal que atende a toda a área urbana através de uma captação superficial junto ao Rio Jaguari, e um sistema isolado, atendido por poço, denominado P02, para atendimento ao Loteamento Chácaras Fernão Dias.

A caracterização será realizada para cada unidade componente do sistema, visando-se obter um panorama completo de seu funcionamento geral e estado de conservação de suas unidades para que se possa avaliar posteriormente a adequabilidade dessas unidades à demanda existente atualmente e, posteriormente, realizar-se o planejamento de ações que deverão ser tomadas para que o sistema seja universalizado e mantenha-se adequado ao Município.

Além disso, o município possui um sistema isolado, sendo ele uma captação por poço tubular profundo, localizado no Loteamento Chácaras Fernão Dias, situado junto à rodovia Fernão Dias (BR-381), onde, após a captação, a água é recalçada para o reservatório de distribuição, que está posicionado na parte alta do loteamento.

6.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PRINCIPAL (SEDE)

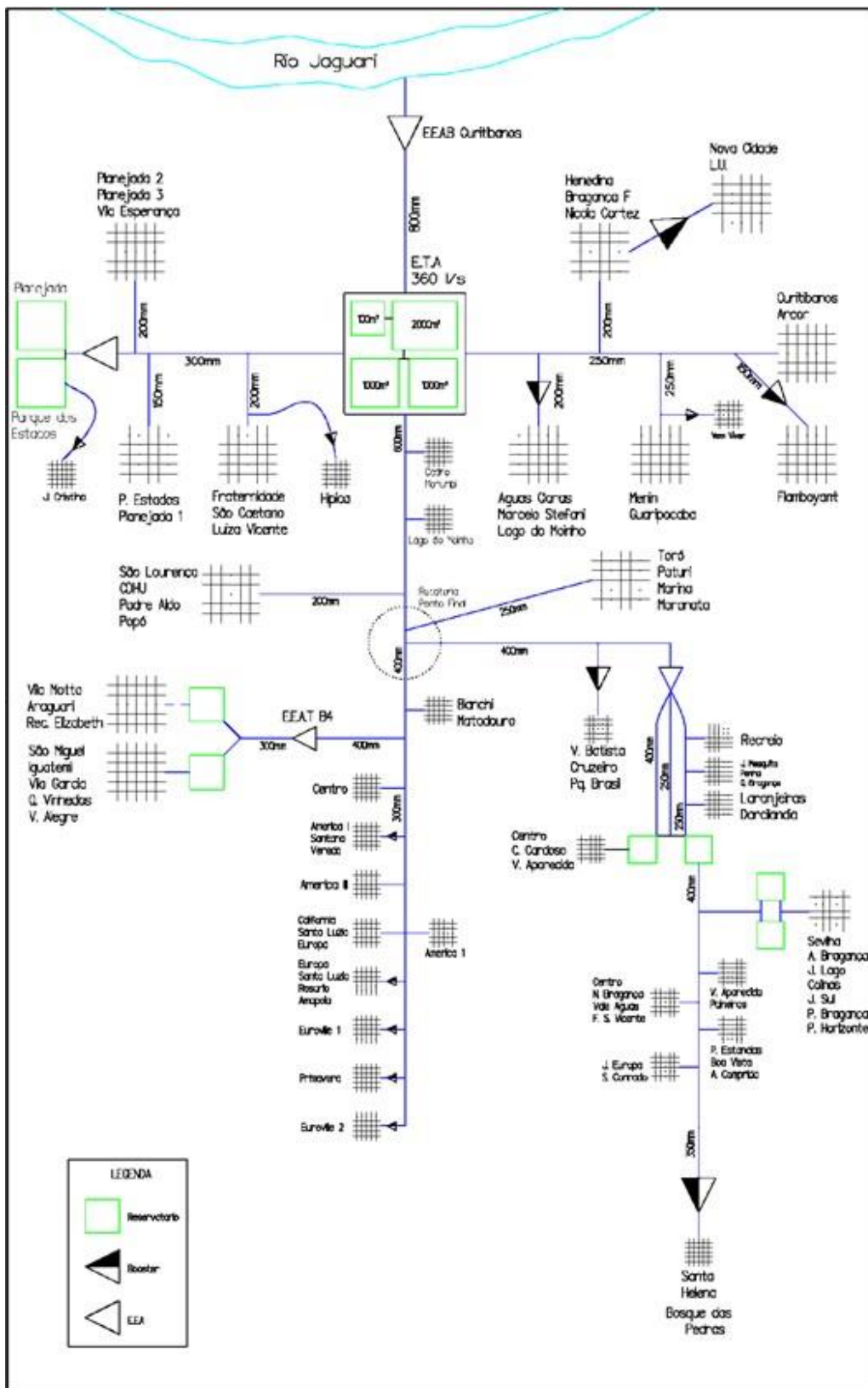
O Sistema de Abastecimento de Água da Sede do município de Bragança Paulista, responsável pelo fornecimento de água potável a cerca de 96,6% dos imóveis do município, com atendimento de redes a 100% do território urbano que possuem viabilidade legal/técnica/econômico-financeira e que têm interesse do munícipe, sendo composto das seguintes unidades principais:

- Captação de Água Superficial junto ao Rio Jaguari;

- Estação Elevatória de Água Bruta e Adutora de Água Bruta junto à Captação;
- Estação de Tratamento de Água - ETA (Sede);
- Estações Elevatórias de Água Tratada e suas respectivas Adutoras de Água Tratada;
- 22 Reservatórios de Água Tratada;
- Redes de Distribuição de Água Tratada com unidades de Micro e Macromedição.

O município de Bragança Paulista é abastecido através de uma captação localizada no rio Jaguari que é transportada e tratada na Estação de Tratamento de Água (ETA) da cidade. A captação de água ocorre em um ponto localizado na margem esquerda do rio, com uma distância de 15 km a jusante da barragem Jaguari, a qual, compõe o Sistema Cantareira.

A seguir apresenta-se um croqui do sistema geral de abastecimento de água e identificando suas principais unidades da Sede do município e o mapa das áreas atendíveis com o Sistema de Abastecimento de Água do município, ambos disponibilizados pela SABESP.



Fonte: SABESP.

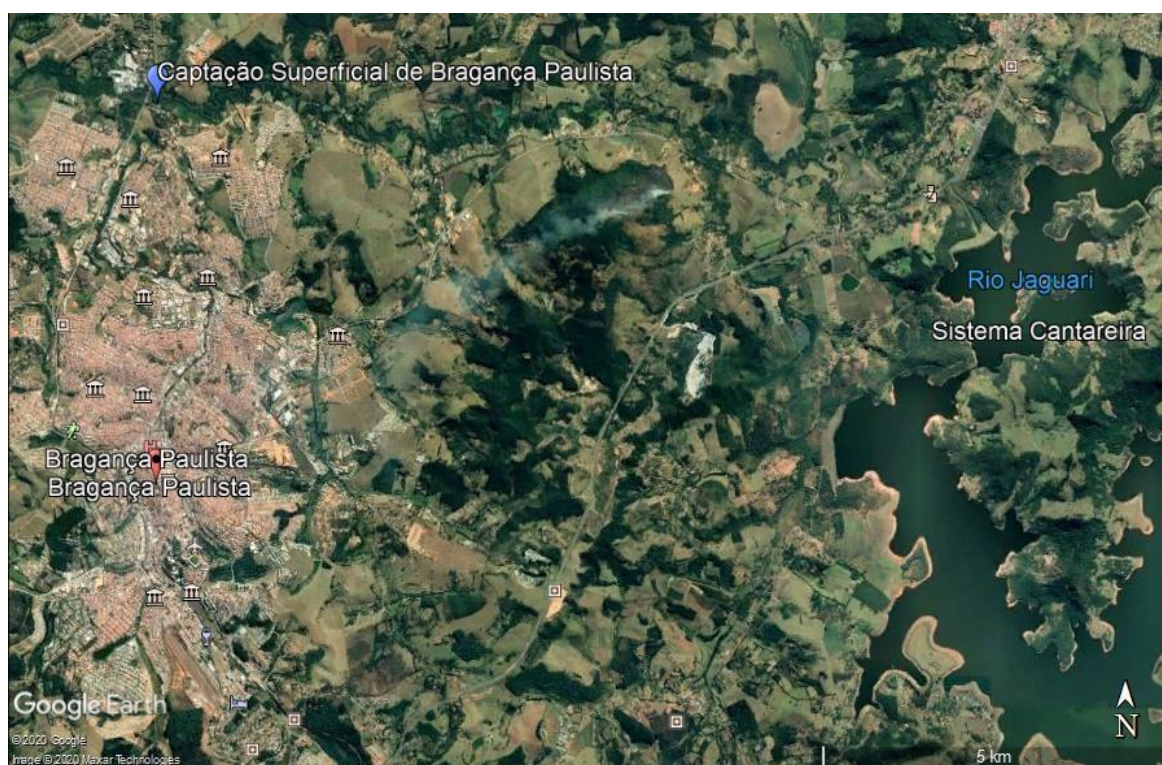
Figura 14 - Esquema do sistema de abastecimento de água do município

6.1.1 CAPTAÇÃO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO

A captação de água que abastece à população da Sede do Município de Bragança Paulista está localizada junto ao Rio Jaguari, com capacidade de bombeamento de 600,0 l/s, e funcionamento 24 horas por dia. Essa captação possui outorga de retirada de 2.100 m³/h (583,33 l/s) de água do Rio Jaguari conforme Portaria DAEE n°. 1495 de 2 de abril de 2020, no ponto de tomada d'água superficial localizado nas Coordenadas Geográficas de Latitude 22°54'20,183" S e Longitude 46°32'33,34" O. Portanto, a capacidade de bombeamento é superior à vazão outorgada. Vale ressaltar que, segundo dados fornecidos pela SABESP, atualmente, a vazão média de captação é de 450 l/s. Logo, a empresa tem capacidade de atender novas demandas.

De acordo com a Outorga do Sistema Cantareira fornecida à SABESP, as Represas dos Rios Jaguari e Jacareí existentes à montante da captação de Bragança Paulista devem manter no leito do Rio Jaguari a vazão mínima de 1,0 m³/s, ou seja, mesmo com estiagens prolongadas, a descarga dos vertedores dessas barragens manterão 1.000,0 l/s suficientes para abastecer ao município.

A água é retirada do rio através de uma tomada d'água com barragem para elevação de nível localizada a cerca de 15 km à jusante da barragem do Reservatório Jaguari. O Rio Jaguari neste ponto é relativamente bem protegido, pouco sujeito a processos erosivos intensos e com vegetação preservada.



Fonte: Google Earth - Figura 15 - Identificação do ponto de Captação junto ao Rio Jaguari e do Reservatório Jaguari, componente do Sistema Cantareira.

A água captada passa por sistema de gradeamento grosseiro e por dois canais de tomada d'água onde estão instaladas as tubulações de sucção de água bruta para a EEAB.

A Estação Elevatória de Água Bruta executada em 1972 é composta de sistema de bombeamento com 04 bombas centrífugas (3+1reserva) de potência igual a 438 c.v. (potência total instalada igual a 1.750 c.v.), que possuem capacidade para bombear a água captada a vazão de 600 l/s, com altura manométrica total igual a 85 m.c.a.



Fonte: Google Earth.

Figura 16 - Localização da Captação Superficial junto ao Rio Jaguari.



Fonte: Google Earth.

Figura 17 - Detalhe das unidades componentes do Sistema de Captação Superficial.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 18 e 19 - Jusante e Montante da Captação no Rio Jaguari



Fonte: AMPLAR engenharia

Figura 20 - Captação possui crivo, gradeamento e caixa de areia.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 21 - Adição de Peroxido



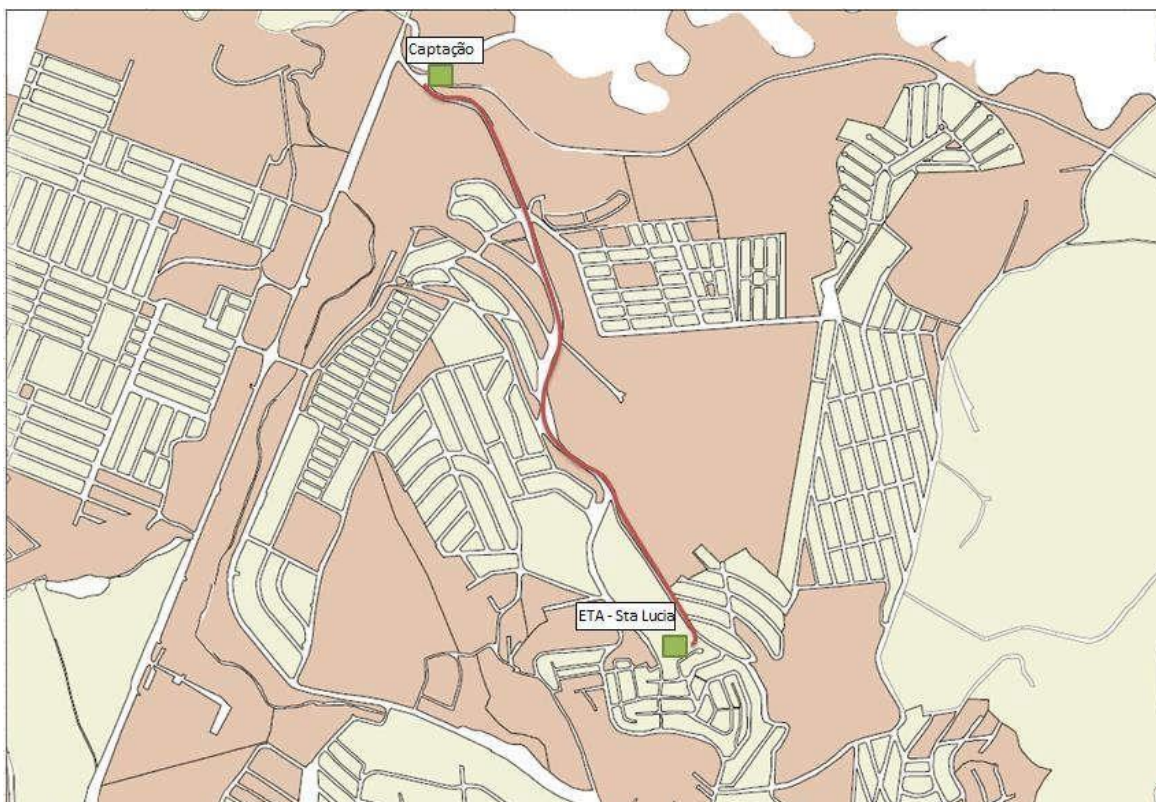
Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 22 - Casa de Bombas com 4 conjuntos de bombas.

6.1.2 ADUTORA DE ÁGUA BRUTA

A adutora que transporta a água captada junto ao Rio Jaguari até a ETA de Bragança foi implantada em 2005 e possui extensão total de 3.000 m, executada em Aço Carbono e possui proteção catódica da tubulação.

Essa Adutora AB cruza a região norte do município, levando a água captada desde a cota 794 até a 879m, e possui capacidade para transportar os cerca de 600 l/s correspondentes à capacidade da EEAB. A figura a seguir apresenta o traçado aproximado da Adutora de Água Bruta.



Fonte: SABESP.

Figura 23 - Traçado da Adutora de Água Bruta entre a Captação e a ETA.

6.1.3 ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - ETA

A Estação de Tratamento de Água do município está localizada no bairro de Santa Lúcia. Foi implantada em 1972 e ampliada em 1990 pela SABESP. A ETA possui um tratamento do tipo convencional, onde são utilizados alguns produtos químicos como: a cal hidratada, sulfato de alumínio, cloro gasoso, ácido fluorsilícico e polieletrólitos.

A atual capacidade nominal da ETA é de 360 l/s. Segundo a SABESP, atualmente, a ETA trabalha 24 horas/dia e produzindo cerca de 480 l/s nos horários de maior consumo, assim trabalhando um pouco acima do projetado. Porém, de acordo com a SABESP, apesar de haver essa sobrecarga, a ETA faz o uso do polieletrólito PRAESTOL N 3100 LTR – Não Iônico no processo de tratamento, o que, tem permitido manter a qualidade da água e assim, atendendo a portaria 2914/11. Toda a água tratada produzida na ETA é recebida pelo reservatório de compensação de 2.000 m³, a partir do qual a água tratada é enviada para mais dois reservatórios de 1.000 m³ cada e depois para a distribuição.

A ETA é do tipo convencional de ciclo completo, com unidade de medição de vazão, floculação mecanizada com palhetas verticais, decantação convencional e filtração descendente

com filtro de areia e antracito, além de unidades de desinfecção e fluoretação da água tratada.

O módulo mais antigo é composto de 03 floculadores, 01 decantador convencional e 04 filtros, enquanto que no módulo mais novo, são 06 floculadores, 01 decantador convencional e 04 filtros.

A ETA é composta ainda de um prédio administrativo, laboratório no qual são realizados os exames e análises obrigatórias pela Portaria 2914/11 para acompanhamento da qualidade da água fornecida à população. São realizadas análises físico-químicas de hora em hora (cor, pH, turbidez, cloro e flúor).

A limpeza dos decantadores é realizada de acordo com a necessidade identificada pelos operadores da ETA, sendo o lodo desaguado através de uma centrifuga e encaminhado para o aterro sanitário da ESTRE localizado em Paulínia. O volume de lavagem dos filtros é direcionado para o sistema de desaguamento por BAG's, que, posteriormente tem seus resíduos direcionados para o mesmo aterro sanitário.

Na fase química do processo são utilizados os seguintes produtos:

- Coagulante: Sulfato de alumínio líquido;
- Correção de pH: Hidróxido de Cálcio em suspensão;
- Desinfecção: Cloro Líquido;
- Fluoretação: Ácido Fluorsilícico.

Foi possível observar que o funcionamento geral da ETA é satisfatório, tanto pelo aspecto visual, quanto pelos resultados das análises de água.

A área externa da ETA está bem conservada, com roçada e capina bem-feitas e também com materiais como tubos, conexões e utensílios e peças gerais do SAA devidamente acondicionados.

Acrescenta-se ainda, que a ETA necessita estar sempre funcionando com um rendimento alto, visto que, a captação encontra-se a jusante do ponto de disposição final do esgoto tratado. Logo, caso ocorra um problema no funcionamento da ETE, o esgoto não será tratado corretamente, impactando negativamente a qualidade da água captada e com isso, o abastecimento como um todo.

A ETA possui sistemas de automação, telemetria e telecomando na ETA, com comportas eletroatuadas e comandos para as válvulas de manobras de filtros e decantadores.



Fonte: Google Earth.

Figura 24 - Localização da ETA no município de Bragança Paulista.



Fonte: Google Earth.

Figura 25 - Detalhe das unidades componentes da ETA de Bragança Paulista.

As fotografias a seguir, obtidas durante as vistorias técnicas realizadas pela equipe da AMPLAR Engenharia em outubro de 2020, ilustram as unidades componentes e a situação da conservação do local da ETA principal de Bragança Paulista.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 26 - Chegada Água bruta e adição de Cloro, Alcalinizante e Coagulante (sulfato de alumínio cal ecloro)



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 27 – Apresenta o 1º Módulo Floculador.



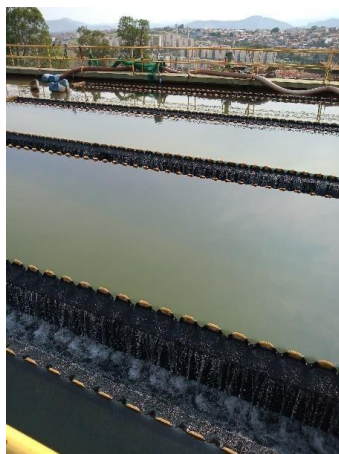
Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 28 – Apresenta o 2º Módulo Floculador.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 29 – apresenta dois decantadores



Fonte: AMPLAR engenharia

Figura 30 – Referente aos coletores de água decantada



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figuras 31 e 32 - 4 Módulos de Filtração com 2 filtros cada. (Carvão, Areia e Cascalho)



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figuras 33 e 34 - Painel de controle Filtros.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 35 - Laboratório ETA



Fonte: AMPLAR engenharia

Figura 36 – Local de Armazenamento de Hidróxido de Calcio



Fonte: AMPLAR engenharia

Figura 37 – Local de Armazenamento de Sulfato de Alumínio



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 38 – Local de Armazenamento de Hipoclorito de Sódio.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 39 - Local de Armazenamento de Ácido Fluossilícico.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 40 e 41 – Referentes a Casa de Bombas da ETA (Lavagem de filtros)



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 42 – Dosadora Manual de Ácido Fluossilícico



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 43 - Dosadora manual de Sulfato.

6.1.4 ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA TRATADA - EEAT

Devido à topografia acidentada do município, o SAA de Bragança Paulista possui 8 Estações Elevatórias de Água Tratada e 31 Estações Pressurizadoras de Água (boosters), que funcionam de forma intermitente para manter os reservatórios com níveis adequados e as redes devidamente pressurizadas.

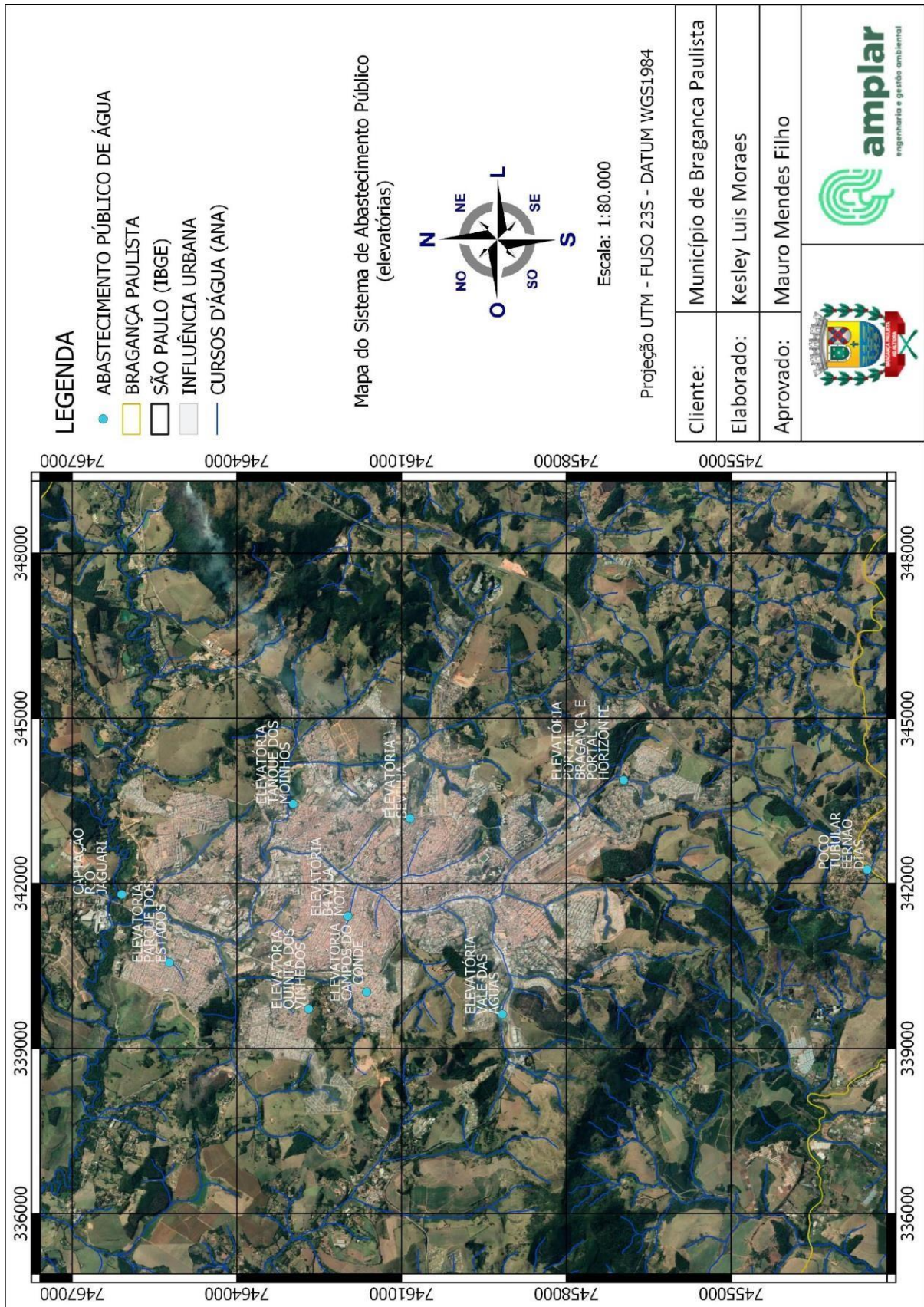
A seguir, apresenta-se uma relação das Estações Elevatórias de Água Tratada.

Tabela 14 - Estações de Elevação de Água Tratada (EEAT).

NOME	SETOR DE ABASTECIMENTO	LOCAL
Sevilha	Centro	Rua Felício Helito
Portal Horizonte	Centro	Alameda Horizonte
Portal de Bragança	Centro	Alameda Horizonte
Vale das Águas	Centro	Alameda dos Ipês
Quinta dos Vinhedos	Centro	Rua Dom Bosco
B4 Vila Mota	Centro	Rua Euzébio Savoio
Campos do Conde	Centro	Rua Paschoalino Cataldo
Parque dos Estados	Parque dos Estados	Rua Eriberto Cursi

Fonte: SABESP.

Em geral, as observações constatadas no momento das visitas foram que essas Estações Elevatórias de Água Tratada EEAT possuem estado de conservação adequado e contam com automação do sistema local e os equipamentos estão preparados para telemetria. Constatou-se ainda que a SABESP, possui uma equipe que realiza programa de manutenção periódica em todas as Estações Elevatórias. A seguir, a localização de todas as Elevatórias está disposta no mapa. Além disso, acrescenta-se que todas as elevatórias de água seguem um mesmo padrão, compostas pelas estruturas representadas nas figuras a seguir.



Fonte: AMPLAR ENGENHARIA E GESTÃO AMBIENTAL.

Figura 44 - Mapa da localização das EEAT's de Bragança Paulista.



Fonte: AMPLAR Engenharia.

Figura 45 - Elevatória Cercada



Fonte: AMPLAR Engenharia.

Figura 46 – Elevatória com pelo menos 2 bombas, sendo 1 reserva



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figuras 47 e 48-Telemetria e sistemas elétricos em bom estado de conservação e em local fechado. Em pontos com ação de vandalismo a elevatória possui alarme.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 49 - Elevatória Vale das Águas



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 50 – Elevatória Portal Bragança



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 51 – Elevatória Portal Horizonte



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 54 – Elevatória Campos do Conde



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 52 - Elevatória Parque dos Estados



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 55 - Elevatória Sevilha



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 53 – Elevatória Quinta dos Vinhedos



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 56 - Elevatória Tanque do Moinho



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 57 - Elevatória B4 Vila Mora

Segue abaixo relação de boosters do município:

Tabela 15 - Relação dos boosters e da rede de distribuição do município.

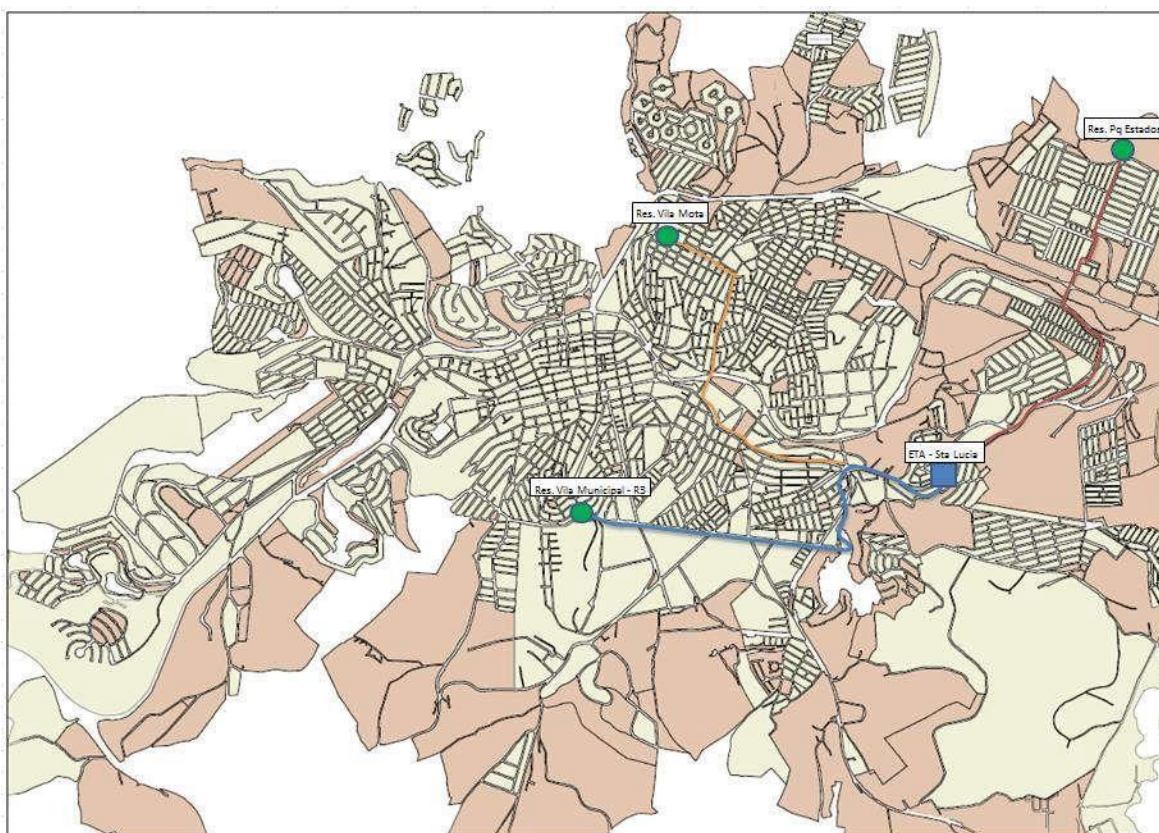
NOME	SETOR DE ABASTECIMENTO	LOCAL	LIGA-ÇÕES	REDE (m)
América III	Centro	Rua José Mathias Farah Sobrinho	131	1.973
Boa Vista	Centro	Rod. Fernão Dias	90	2.636
Cruzeiro	Centro	Av. Presidente Humberto A. Castelo Branco	2.888	2.460
Euroville	Centro	Rua Glasgow	586	9.325
Euroville II	Centro	Av. Ilhas Britânicas	84	6.122
Flamboyant	Águas Claras	Rua 01 - Vila Curitiba	50	7.411
Hípica Jaguari ZC	Parque dos Estados	Rua Hemenegídeo de Oliveira x Rua Afonso M. Logoni Peluso	198	4.677
Jd. Amapoula	Centro	Rua Santiago S. Oliveira	98	1.736
Jd. América	Centro	Praça Rafiz A. Chedid	393	9.512
Jd. Europa	Centro	Travessa Londres	1.045	14.440
Jd. Primavera	Centro	Alameda Romênia	355	5.990
Jd. São Miguel	Centro	Rua Paschoalino Cataldo	1.093	9.108
Julieta Cristina	Parque dos Estados	Rua Argemiro Pierotti	293	2.410
Marcelo Stefani	Águas Claras	Av. Ezeo Dínamo Rossi	1.814	9.107
Monreale	Centro	Rua Azuma	36	1.552
Nova Cidade	Águas Claras	Rua Antonio Cursi	399	4.530
Portal da Serra	Centro	Est. Mun. Correias	134	4.270
Portal das Estâncias	Centro	Av. João Gianotti	241	13.345
Potal de Bragança ZC	Centro	Condomínio Portal de Bragança (área do reservatório)	41	1.898
Portal Horizonte ZC	Centro	Condomínio Portal Horizonte (área do reservatório)	32	2.655
Quinta dos Vinhedos ZC	Centro	Residencial Quinta dos Vinhedos (área do reservatório)	100	1.832
Quintas de Bragança	Centro	Rua Um	109	2.943
Santa Helena	Centro	Av. Marcus Vinícius Valle	568	13.306
Sevilha ZC	Centro	Rua Vitorio Panuzio	325	7.420
Sta. Lúcia	Centro	Rua Vol. Antenor da Silva	132	1.735
Tanque do Moinho	Centro	Av. Presidente Humberto A. Castelo Branco		
Torozinho	Centro	Rua Vicente Garisto	116	110
Vem Viver	Águas Claras	Est. Mun. Aurélio Frias Fernandes	520	4.635

Vila América	Centro	Rua Capela	16	232
Vila Mota	Centro	Rua Jaguari	1.006	9.348
Vila Real	Centro	Av. Nocola Sabella	60	2.698

Fonte: SABESP.

6.1.5 ADUTORAS DE ÁGUA TRATADA

O sistema de abastecimento de água do município conta com 03 adutoras de água tratada, que interligam as estações elevatórias de água tratada aos principais reservatórios do município, executadas em ferro fundido e PVC, com diâmetros variando entre 200 e 600mm, e extensão total de 19.930 metros



Fonte: SABESP.

Figura 58 - Traçados aproximados das principais Adutoras de Água Tratada do município.

6.1.6 RESERVATÓRIOS DE ÁGUA TRATADA

Os reservatórios existentes no município são responsáveis pelo armazenamento total de 16.130 m³, totalizando 23 reservatórios, distribuindo-se pelo território de Bragança Paulista de forma a atender a expansão urbana que vem ocorrendo ao longo dos anos.

Essa distribuição não segue a setorização ideal para o sistema de distribuição, porém vem

atendendo ao sistema com as adaptações realizadas conforme a necessidade de se atender os novos bairros.

A configuração geral dos reservatórios de água tratada do SAA de Bragança Paulista é apresentada na Tabela a seguir.

Tabela 16 - Reservatórios de água presente no município.

NOME	SETOR DE ABASTECIMENTO / BAIROS	LOCAL	CAPACIDADE (m ³)
Água Comprida	Centro	Rod. Aldo Bolini	100
Campos do Conde	Centro		50
ETA Concreto	Centro	Rua Vol. Antenor da Silva	2.000
ETA Metálico 1	Centro	Rua Vol. Antenor da Silva	1.000
ETA Metálico 2	Centro	Rua Vol. Antenor da Silva	1.000
Jardim Europa	Centro	Tv. Londres, 500	200
Padre Aldo Bolini	Centro	Rua Elias Berbari, 13	170
Portal de Bragança	Centro	Alameda Coimbra	250
Portal Horizonte	Centro	Alameda dos Pássaros	250
Quinta dos Vinhedos	Centro	Rua Triunfo, 167	1.000
R3 Enterrado	Centro	Av. Dr. Fernando Costa	1.500
R3 Semi Enterrado	Centro	Av. Dr. Fernando Costa	1.000
Santa Lúcia	Centro	Rua Vol. Antenor da Silva	80
Sevilha 1	Centro	Rua Pedro Januzzi	1.000
Sevilha 2	Centro	Rua Pedro Januzzi	1.000
Vale das Águas	Centro	Alameda dos Hibiscos	200
Vila Mota Concreto	Centro	Rua Jaguari, 329	500
Vila Mota Metálico	Centro	Rua Maria Amélia, 210	1.000
Vila Verde	Centro	Rua Triunfo, 167	1.500
Vista Alegre	Centro	Rua Luiz Payão	250
Fernão Dias	Chc. Fernão Dias	Rua dos Mármore	80
Nosso Teto Concreto	Parque dos Estados	Rua Padre Lincon Leme, 11	1.000
Nosso Teto Metálico	Parque dos Estados	Rua Padre Lincon Leme, 11	1.000

Fonte: SABESP.

A seguir apresenta-se um mapa com a localização de todos os pontos dos reservatórios de água tratada do município de Bragança Paulista.

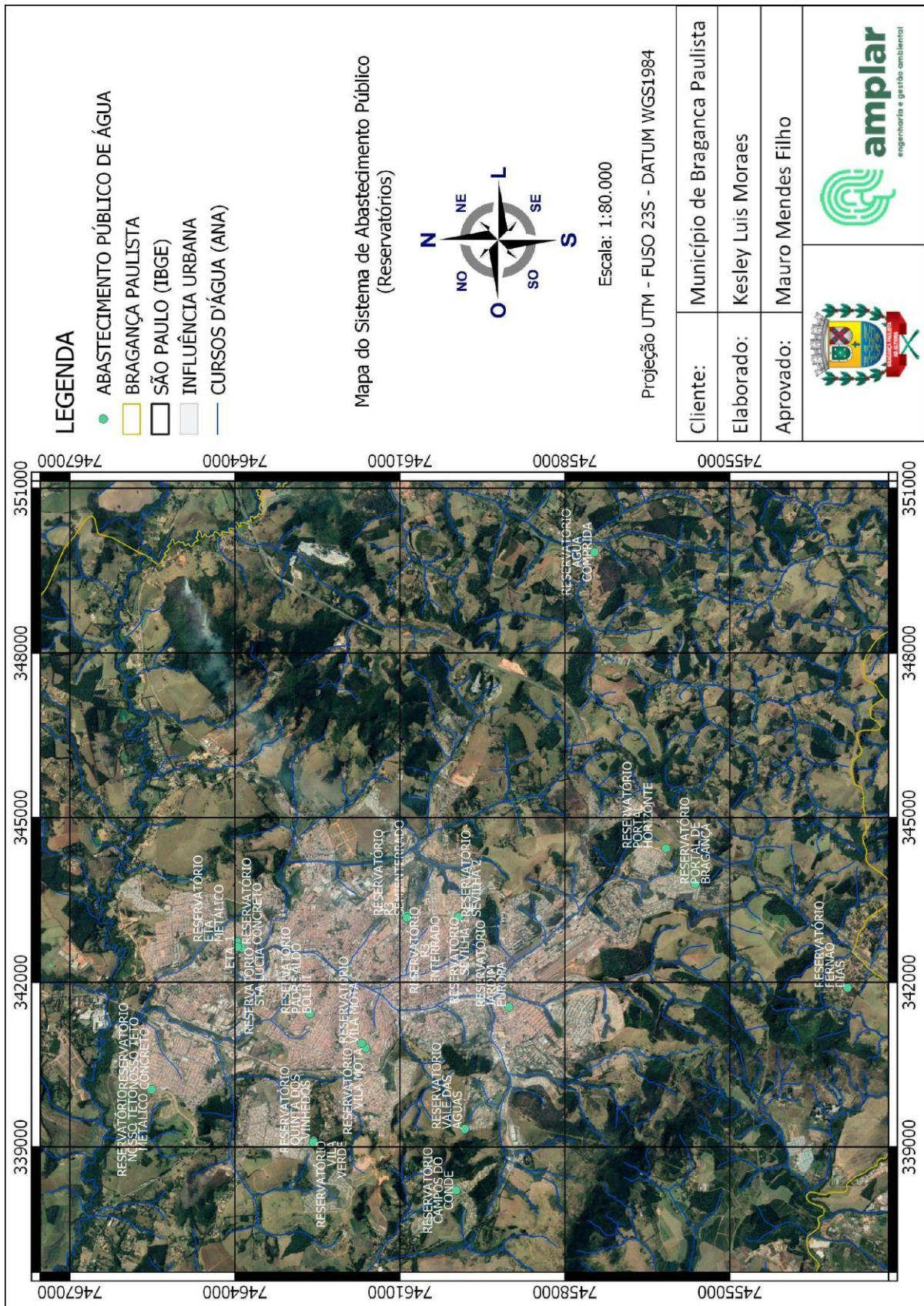


Figura 59 - Mapa de localização dos Reservatórios de Água Tratada de Bragança Paulista.

As Fotografias a seguir foram obtidas durante as vistorias técnicas realizadas pela equipe da AMPLAR Engenharia em outubro de 2020 e ilustram os reservatórios do SAA de Bragança Paulista.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 60 - Sistema Supervisório de automatização e controle do Sistema de Abastecimento Público.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 61 - Reservatório Campos do Conde.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 62 - Reservatório Vale das Águas



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 63 - Reservatório Jardim Europa



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 64 - Reservatório Portal de Bragança



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 65 - Reservatório Portal Horizonte



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 66 - Reservatório Água Comprida



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 67 - Reservatório Vista Alegre



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 68 - Reservatório I Parque dos Estados(Metálico)



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 69 - Reservatório II Parque dos Estados(Concreto)



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 70 - Reservatório Vila Mota (Concreto)



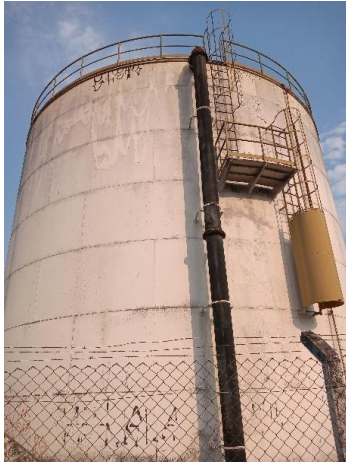
Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 71 - Reservatório Vila Verde



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 72 – Reservatório Quinta dos Vinhedo



Fonte: AMPLAR Engenharia.

Figura 73 - Reservatório Vila Mota (Metálico)



Fonte: AMPLAR Engenharia.

Figura 74 -Reservatório Padre Aldo Bolini



Fonte: AMPLAR Engenharia.

Figura 75 - Reservatório R3 Semienterrado



Fonte: AMPLAR Engenharia.

Figura 76 - Reservatório R3 Enterrado.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 77 - Reservatório Sevilha 1



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 78 - Reservatório Sevilha 2



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 79 - Reservatório Santa Lúcia



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 80 - Reservatório ETA Enterrado (Concreto)



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 81 - Reservatório 1 e 2 ETA (Metálico)

6.1.7 REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA

A função da rede de distribuição de água é conduzir as águas tratadas aos pontos de consumo, mantendo suas características de acordo com o padrão de potabilidade. A mesma é composta por um conjunto de condutos assentados nas vias públicas ou nos passeios, aos quais se conectam os ramais domiciliares.

As redes foram executadas ao longo dos anos de implantação do sistema, sendo estabelecida inicialmente a setorização com os reservatórios da ETA, Vila Municipal, Parque dos Estados e Vila Mota. Posteriormente os reservatórios foram ampliados, o que tem proporcionado um atendimento adequado à população, com um índice de reclamações de falta de água baixo.

Devido à topografia do município, onde há grandes desníveis geométricos, para realização do abastecimento de água há diversos “boosters”, que são unidades pressurizadoras utilizadas para proporcionar um abastecimento adequado às regiões com maior altitude, bem como há a existência de diversas válvulas redutoras de pressão (VRP's) utilizadas para evitar pressões

elevadas nas redes de distribuição.

Segundo a SABESP o sistema de distribuição de água do município é constituído por aproximadamente 859 km de redes, que atualmente abrangem 100 % do perímetro atendível com sistema público de abastecimento no município.

Na operação das redes de distribuição, os vazamentos constituem um dos principais fatores intervenientes nas perdas do sistema de abastecimento. Na região central da cidade estão localizadas as redes mais antigas e que possuem maiores problemas relacionados a vazamentos e incrustações. São geralmente redes em ferro fundido ou ferro galvanizado. Existe um plano sistemático para a substituição destas redes.

6.1.8 MACROMEDIDORES

O SAA de Bragança Paulista possui 01 macromedidor de água bruta com diâmetro de 800 mm instalado em uma tubulação de aço carbono junto à entrada da ETA, e 04 macromedidores instalados na saída da ETA, o que possibilita a medição dos volumes distribuídos aos principais reservatórios do município. Há ainda macromedidores instalados nas saídas dos principais reservatórios, boosters e VRP's e DMC's.

6.1.9 MICROMEDIDORES

De acordo com o parque de hidrômetros mais de 99% dos hidrômetros são destinados às economias de baixo consumo, como residenciais e comerciais.

De acordo com as informações da SABESP, a idade média dos hidrômetros é de 4 anos, sendo que o programa de substituição de hidrômetros realizado pela SABESP prevê a troca dos medidores das ligações a cada 6 a 8 anos.

As trocas de hidrômetro são reguladas de acordo com a Norma Técnica Sabesp 281- Critério para Gestão dos Hidrômetros. Item 4.1 – Critérios para definição da demanda de troca de hidrômetros:

O hidrômetro instalado se enquadra na demanda de troca quando estiver:

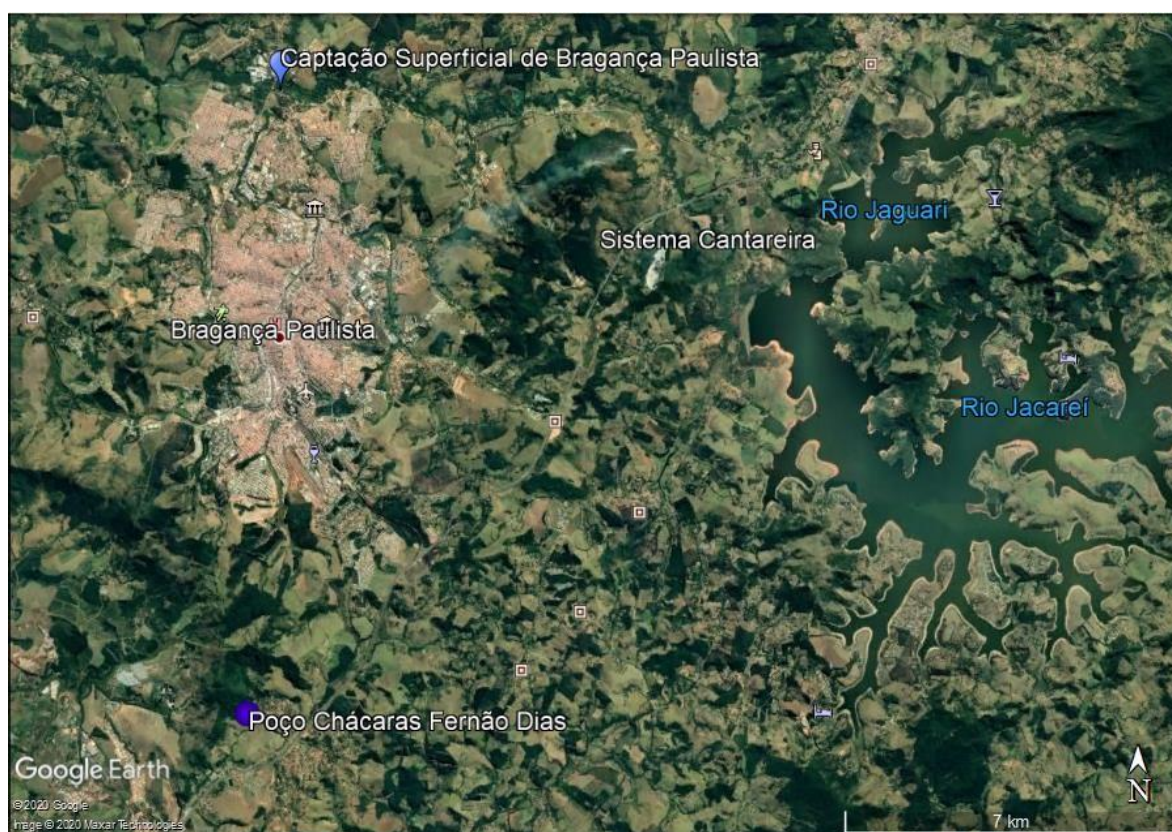
- Fora da faixa ideal de trabalho (Limite Superior de Consumo/ Limite Inferior de Consumo);
- O Sistema de Gestão de Hidrometria indicar uma sub- medição significativa;
- Dentro dos limites do Fator de Troca.

6.2 SISTEMA ISOLADO: CHÁCARAS FERNÃO DIAS

A SABESP também opera um sistema isolado das Chácaras Fernão Dias, localizado junto à Rodovia Fernão Dias – BR 381.

A água deste loteamento é produzida pelo poço local denominado P-2 que retira 14,94 m³/h de água do Aquífero Cristalino, localizado nas coordenadas UTM 7.452,53 kmN e 342,28 kmE.

Junto ao poço possui um sistema de desinfecção por cloro. Após captada e tratada, a água é aduzida por recalque até um reservatório de 80 m³, situado na parte alta do núcleo urbano, de onde a água é distribuída, mediante uma única zona de pressão, abastecendo cerca de 205 domicílios.



Fonte: Google Earth.

Figura 82 - Localização do Poço no loteamento Chácaras Fernão Dias em Bragança Paulista.

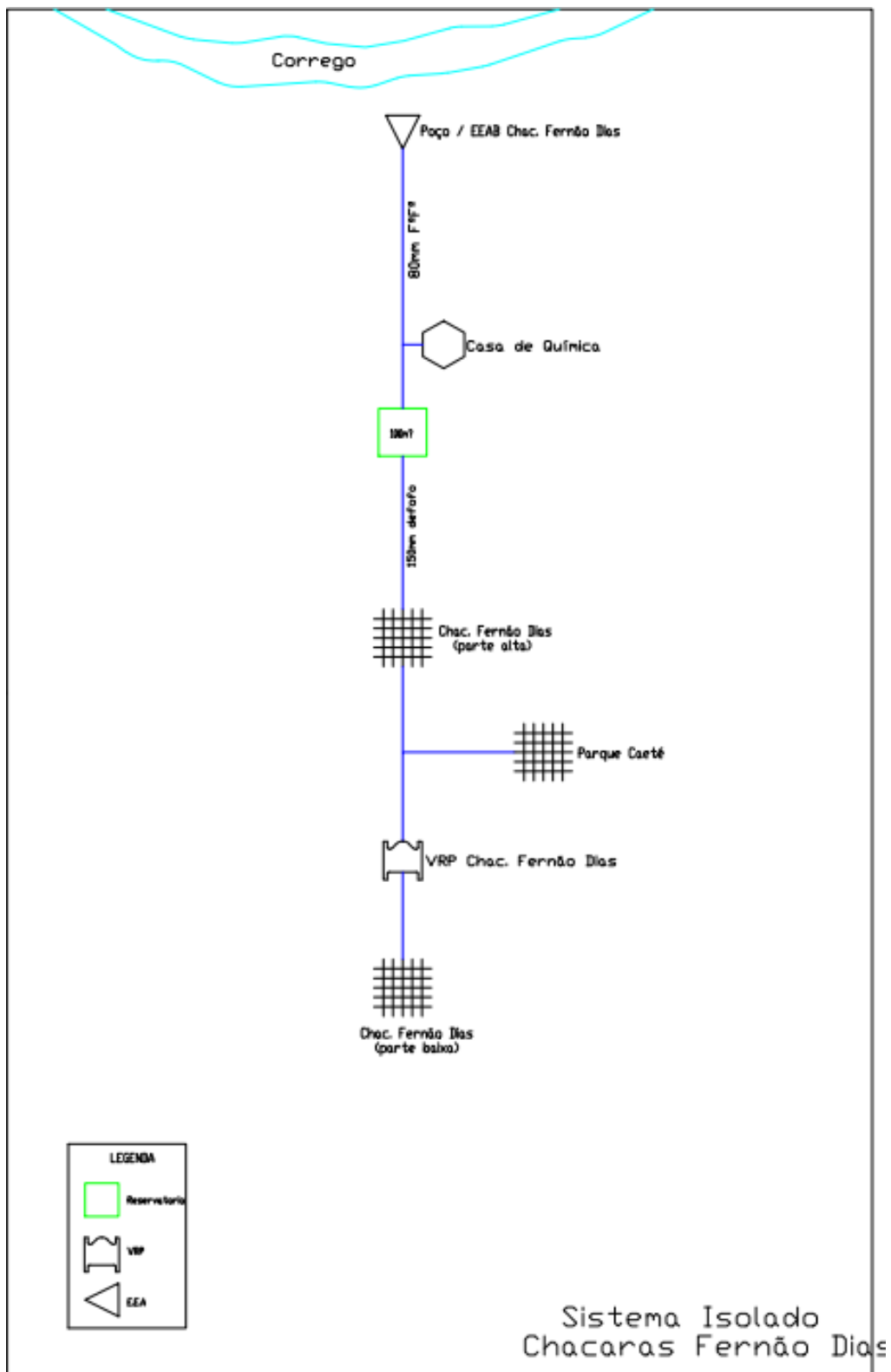


Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 83 - Reservatório Fernão Dias

As redes de distribuição partem deste reservatório e atendem a todas as residências do bairro, com tubulações de PVC com DN entre 50 e 100 mm. É realizada a macromedição na saída do reservatório e a micromedição através dos hidrômetros instalados nos imóveis.

A figura abaixo apresenta um esquema da configuração do sistema presente nas Chácaras Fernão Dias.



Fonte: SABESP.

Figura 84 - Esquema do sistema isolado das Chácara Fernão Dias.

6.3 SISTEMAS DE ABASTECIMENTOS DE CONDOMÍNIOS

Existem ainda em áreas afastadas do centro do município, condomínios grandes como o Quintas da Baronesa, o Portal de São Marcelo e o Jardim das Palmeiras que possuem sistemas isolados de abastecimento de água mantidos e operados pelos próprios condomínios, esses sistemas não são de responsabilidade da Prefeitura nem da prestadora de serviços de saneamento.

6.4 ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ZONA RURAL

A zona rural do município de Bragança Paulista não é atendida com rede pública de abastecimento de água operada pela SABESP, nem pela Prefeitura.

As propriedades localizadas na Zona Rural adotam de forma independente seu tipo de solução individual, que pode ser poço cacimba, poço artesiano, captações por roda d'água nos ribeirões, dentre outros.

A Prefeitura também não presta nenhum tipo de assistência na área rural relativo ao controle da qualidade da água das soluções individuais de captação de água para consumo.

7 DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

7.1 AVALIAÇÃO CRÍTICA DISPONIBILIDADE X DEMANDA X ATENDIMENTO DO SAA.

7.1.1 DISPONIBILIDADE DOS MANANCIAIS X DEMANDA

Dos levantamentos de informações realizados, verificou-se que a capacidade da captação em realizar a retirada de água junto ao Rio Jaguari é de 600,00 l/s, que devido ao Sistema Cantareira possuirá no mínimo 1.000,0 l/s em seu leito no ponto de captação. Considerando-se que o Rio Jaguari é um manancial de abrangência regional, e a Outorga existente para a captação no local atual é de 583,33 l/s, verifica-se que a disponibilidade de água nesta captação ainda é superior à demanda atual do Sistema.

De acordo com as informações da SABESP, o poço P-2, destinado ao abastecimento do bairro Chácaras Fernão Dias também é adequado para abastecimento do local atualmente.

7.1.2 CAPACIDADE DE PRODUÇÃO (ETA) X DEMANDA

A ETA possui a capacidade nominal de tratamento de 360,0 l/s, porém, de acordo com as informações coletadas junto à SABESP, devido à elevada demanda, a ETA tem trabalhado com cerca de 480 l/s nos horários de maior consumo, o que evidencia que esta ETA não foi projetada para atender à demanda atual de água da população urbana.

De acordo com as informações passadas pela SABESP, apesar de haver essa sobrecarga, a ETA faz o uso do polieletrólito PRAESTOL N 3100 LTR - Não Iônico no processo de tratamento, o que, tem permitido a manter a qualidade da água e assim, atendendo a portaria 2914/11. De acordo com as informações da SABESP, o poço P-2, destinado ao abastecimento do bairro Chácaras Fernão Dias é adequado para abastecimento do local atualmente, e, considerando-se a distância entre o bairro e as redes existentes, verifica-se que a solução é adequada.

7.1.3 CAPACIDADE DE RESERVA X DEMANDA

Realizando-se o balanço entre a demanda por reservatórios pela população, com base em um consumo médio per-capita igual a 152,19 l/hab/dia, o índice de perdas igual a 26,53%, a população urbana do município igual a 163.980 habitantes (estimativa SEADE 2020), e a recomendação de que se deve reservar 1/3 do consumo máximo diário (com coeficiente do dia de maior consumo “k1” igual a 1,2), verifica-se que a capacidade de reserva necessária é igual a 12.630 m³, que está sendo suprida satisfatoriamente pelo total de reservatórios existentes, que somam 16.130 m³. Há de se considerar, no entanto, que como não se dispõe de informações sobre a setorização das redes de distribuição a partir desses reservatórios, não se pode afirmar que o atendimento desses reservatórios individualmente é satisfatório.

O que se pode dizer é que, com a setorização adequada das redes do sistema, aparentemente, uma distribuição adequada dos reservatórios em função das demandas de cada bairro ou local nos quais os reservatórios estão instalados, os reservatórios existentes são capazes de suprir adequadamente as demandas do Sistema.

Quanto ao bairro Chácaras Fernão Dias, que possui um reservatório de 80 m³, as informações são de que o mesmo atende adequadamente à demanda local.

7.2 AVALIAÇÃO GLOBAL DO SAA

Em linhas gerais, o SAA encontra-se bem gerenciado, com estruturas adequadas e que vem atendendo ao sistema satisfatoriamente, mesmo que em alguns casos, tenham que ser

operados acima de sua capacidade, como é o caso da ETA.

Existe uma situação confortável para expansão da captação, devido ao fato de que a outorga ainda permite essa expansão, porém, nos prognósticos deste Plano, deve-se averiguar conforme o crescimento da demanda esperado, qual é o cenário em que será necessário a ampliação dessa outorga.

O conhecimento completo das informações da rede (cadastro) é fundamental quando se pretende diagnosticar o sistema como um todo, e de acordo com as investigações realizadas, e com o cadastro digital existente na SABESP, o SAA está atendendo à população atual a contento.

**ESGOTAMENTO
SANITÁRIO –
CARACTERIZAÇÃO E
DIAGNÓSTICO**

8 CARACTERIZAÇÃO DA GESTÃO E DO DESEMPENHO OPERACIONAL DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – SES

A caracterização e avaliação do desempenho operacional da prestação dos serviços de esgotamento sanitário de Bragança Paulista foram realizadas levando-se em conta aspectos de gestão e operação, como cobertura de atendimento, qualidade, programas e ações desempenhados pelo prestador.

O desenvolvimento deste item foi feito com base nas informações obtidas nas visitas técnicas, nas informações fornecidas pela Prefeitura e pela SABESP, e também nas informações e indicadores do Sistema Nacional de Informações de Saneamento –SNIS.

A colaboração da SABESP foi fundamental com o fornecimento de informações gerenciais valiosas que auxiliaram nas etapas de planejamento deste PMSB. Nos itens que seguem estão detalhados os aspectos acima referidos.

8.1 ATENDIMENTO COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Na Tabela a seguir são apresentadas informações disponíveis no SNIS referentes à população atendida e os índices de atendimento com os serviços de esgotamento sanitário.

Utilizaram-se das informações disponíveis para os últimos 13 anos de publicação do SNIS conforme segue:

Tabela 17 - Índices de Atendimento de Esgoto.

Índices de Atendimento de Esgoto	Ano de referência					
	2007 (*)	2008 (*)	2010 (*)	2013 (*)	2018 (*)	2019 (*)
Índice de atendimento urbano de esgoto	86,12	83,00	81,59	83,62	88,18	89,81
Índice de atendimento total de esgoto	82,44	79,45	79,09	81,06	85,48	87,06
Índice de tratamento de esgoto	ND	ND	ND	47,18	100,00	100,00

Fonte: (*) SNIS - ND - NÃO DISPONÍVEL

Conforme se pode observar, o atendimento com a coleta de esgoto da área urbana teve melhora significativa nos últimos anos, passando de 83,0% em 2008 para 89,81% em 2019, e

segundo a SABESP, responsável pela coleta e destinação final adequada do esgoto gerado, abrange atualmente 99% das áreas passíveis de atendimento com sistema público. Estes dados indicam que houve investimentos significativos de recursos para o sistema de esgotamento sanitário.

8.2 ECONOMIAS, LIGAÇÕES E EXTENSÕES DE REDE

Na Tabela a seguir são apresentadas as evoluções das economias, das ligações de esgoto e extensão de rede nos períodos obtidos no SNIS:

Tabela 18 - Economias, Ligações e Extensões de Rede.

INFORMAÇÃO	Ano de referência					
	2007 (*)	2008 (*)	2010 (*)	2013 (*)	2018 (*)	2019 (*)
Quantidade de economias ativas de esgotos (economia)	38.786	39.956	41.702	46.972	56.501	58.058
Quantidade de economias residenciais ativas de esgotos (economia)	34.938	35.990	37.451	42.405	50.928	52.416
Quantidade de ligações ativas de esgotos (ligações)	33.369	34.456	36.234	40.664	47.808	48.864
Quantidade de ligações totais de esgotos (ligações)	34.686	36.036	38.122	42.952	51.186	52.386
Extensão da rede de esgotos (Km)	142,45	20,87	345,82	414,00	487,52	529,69
Extensão da rede de esgoto por ligação (Km)	4,17	2,31	5,98	9,4	9,48	9,82

Fonte: (*) SNIS

Verifica-se que, a extensão de redes de esgotamento sanitário sempre se mantém alta no município, denotando que os investimentos necessários têm sido realizados pela SABESP nessa área.

8.3 VOLUMES PROCESSADOS

Até meados do ano de 2013 o volume total de esgoto tratado no município de Bragança Paulista foi nulo, sendo que, com os investimentos realizados e a conclusão das obras da ETE Bragança Paulista, em abril de 2013 iniciaram-se o comissionamento e pré-operação da ETE, cuja capacidade de tratamento era de 240 l/s.

Comparando-se a capacidade de tratamento na ETE atual com a vazão média consumida de água no município, igual a 383,42 l/s, verifica-se que, mesmo considerando-se o coeficiente de

retorno de 0,80 (água consumida que retorna como esgoto sanitário) e desprezando-se a infiltração nas redes de esgoto, obtém-se vazão média tratada de esgoto igual a 306,74 l/s, que é 27,8% superior à capacidade de tratamento instalada. Porém, segundo a SABESP no ano de 2019, a realidade foi que se tratou uma vazão média de 238,11 l/s, o que, se encontra dentro da capacidade da ETE de Bragança Paulista.

Assim, verifica-se que ainda existem diversas residências que não estão ligadas à rede de esgotamento sanitário, mesmo sendo atendidas pelas redes de distribuição de água da SABESP. Isso se dá devido ao fato de que existem diversos condomínios que foram aprovados no município com soluções individuais ou sistemas isolados, que são abastecidos pela rede de água, mas que não estão ligados à rede de esgoto.

A evolução dos volumes processados de esgoto de acordo com os dados disponíveis no SNIS para o município de Bragança Paulista, estão apresentadas nas tabelas seguintes.

Tabela 19 - Volumes processados de Esgoto.

Volumes de Esgoto (1000m ³ /ano)	Ano de referência					
	2007 (*)	2008 (*)	2010 (*)	2013 (*)	2018 (*)	2019 (*)
Coletado	5.075,18	5.203,43	5.650,60	6.118,66	6.125,09	6.512,89
Tratado	0,00	0,00	0,00	2.886,72	6.125,09	6.512,89

Fonte: (*) SNIS. ND - NÃO DISPONÍVEL

Com a ampliação da ETE conforme previsto, os índices de tratamento deverão acompanhar a demanda da população, em tese, chegando à universalização do SES.

8.4 CONTRIBUIÇÃO PER CAPITA

A contribuição per capita tem relação direta com o consumo de esgoto, sendo comumente adotado o coeficiente de retorno de 0,80 m³ de esgoto gerado por m³ de água consumida.

O consumo de água per capita de água em Bragança está próximo de 152,19 l água/hab/dia, sendo que a contribuição deve estar próxima a 80% desse valor, igual a 121,75 l esgoto/hab/dia.

8.5 MEDIÇÃO E CONTROLE

Os volumes de esgoto gerados são medidos apenas na entrada da ETE, não havendo

medição junto às Estações Elevatórias de Esgoto, o que dificulta o controle das informações sobre contribuições de esgoto por setor esgotado.

8.6 QUALIDADE DOS EFLUENTES

A mais recente legislação que trata do padrão de lançamento dos efluentes no Brasil é a Resolução nº 430 de 13 de maio de 2011, publicada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente, que complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, que tratadas condições, parâmetros, padrões e diretrizes para a gestão do lançamento de efluentes em corpos d'água receptores.

A estimativa da carga orgânica remanescente, referente ao ano de 2020 foi feita com base nos seguintes parâmetros:

- População Urbana do Município: 163.980 habitantes (**Estimativa do Seade**);
- Índice de Coleta de Esgoto Atual: 99,0% (área atendível);
- Eficiência de remoção de DBO de 92,4%;
- Produção Per Capita de Carga Orgânica: 54,0g DBO/habitante/dia.

Os resultados obtidos com base nos parâmetros adotados são os seguintes:

- Carga orgânica efetiva, proveniente dos esgotos coletados: 8766,4 Kg DBO/dia;
- Carga orgânica, removida 8100,12 Kg DBO/dia;
- Carga orgânica lançada nos mananciais: 666,24 Kg DBO/dia.

8.6.1 CARGA ORGÂNICA DOS EFLUENTES INDUSTRIAIS

As indústrias existentes no município de Bragança Paulista também são responsáveis pelo lançamento de carga orgânica nos mananciais, provenientes dos processos produtivos e de tratamento de seus efluentes industriais.

8.7 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A avaliação da qualidade dos serviços prestados foi realizada com base nos indicadores de qualidade dos serviços e reclamações dos usuários motivadas pela presença de extravasamentos de esgoto em vias públicas, retorno de esgoto para dentro das residências e eficiência na realização de serviços como reparos ou ligações novas, dentre outros.

A seguir são apresentadas as informações existentes sobre as reclamações quanto à

prestação dos serviços de água pela SABESP, fornecidas pela própria SABESP e dados constantes do SNIS.

Os dados disponibilizados pela Prefeitura são referentes a reclamações relacionadas às redes de esgoto sanitário. A partir do SNIS foram obtidos outros indicadores de qualidade dos serviços prestados.

Tabela 20 - Indicadores de Qualidade dos Serviços de Esgoto conforme SNIS.

Indicadores de Qualidade (SNIS)	Ano de referência					
	2007 (*)	2008 (*)	2010 (*)	2013(**)	2018 (*)	2019 (*)
IN077 - Duração média dos reparos de extravasamentos de esgotos [horas/extrav.]	6,97	13,10	15,60	30,28	24,96	23,07
IN082 - Extravasamentos de esgotos por extensão de rede [extrav./Km]	1,22	53,47	3,53	2,00	2,45	2,32
IN083 - Duração média dos serviços executados [hora/serviço]	6,11	18,96	17,55	34,94	20,58	19,61

Fonte: (*) SNIS, (**) SABESP.

A SABESP mantém o registro das principais ocorrências com os serviços de esgoto, que permitem avaliar a qualidade dos serviços prestados. Das informações prestadas, pode-se verificar que existiram 986 ocorrências no período o que representa um número relativamente baixo. Sendo que, 774 ocorrências foram referentes a desobstrução de coletores (D.C.s) e 212 para a desobstrução de ramal domiciliar (D.D.s). Há ainda, 9 ocorrências de retorno de esgoto em imóveis, porém, na classificação da SABESP é contabilizado como sinistros.

Ressalta-se que grande parte dos problemas ocorridos nas redes coletoras de esgotos são ocasionados pelo lançamento irregular de águas pluviais. No Brasil, o sistema adotado é o separador absoluto, onde as águas pluviais têm que ser destinadas em uma tubulação independente da rede coletora, porém na prática, no município de Bragança Paulista verifica-se que existe uma grande contribuição de águas pluviais lançadas de forma irregular nas redes coletoras de esgoto, o que traz problemas como obstruções, extravasamentos, refluxos de esgotos, etc.

Visando minimizar os problemas do lançamento irregular de águas pluviais nas redes coletoras de esgotos e também o lançamento irregular de esgotos em galerias de águas pluviais, a SABESP e a Prefeitura de Bragança Paulista desenvolveram em conjunto o Projeto Sempre Separados, conforme Figura a seguir:



Fonte: SABESP.

Tabela 21 - Folheto do Projeto Sempre Separados.

8.7.1 PRINCIPAIS SERVIÇOS EXECUTADOS

Na Tabela a seguir são apresentados os principais serviços executados pela SABESP no ano de 2019, referentes aos serviços de esgoto.

Tabela 22 - Principais Serviços Executados- 2019.

Serviços	Quantidade
Ligação de Esgoto	4466
Troca de ramal de Esgoto	163

Fonte: SABESP.

8.8 PROGRAMAS DE GESTÃO E OPERACIONAIS PARA O SES

No presente item serão apresentados alguns aspectos relevantes sobre o planejamento e a gestão da coleta e tratamento de esgoto por parte do operador dos sistemas (SABESP).

Para tanto foram considerados os seguintes aspectos:

- Programas existentes (que já foram mencionados na caracterização do SAA);
- Estudos e projetos existentes e com planejamento futuro (que já foram mencionados na caracterização do SAA);
- Obras em andamento;
- Investimentos realizados e futuros.

8.9. OBRAS E INVESTIMENTOS

➤ **Investimentos realizados:**

Coletaram-se informações junto ao SNIS e à SABESP para o período compreendido entre 2007 e 2019, referente aos investimentos realizados em obras de esgotamento sanitário, os quais estão apresentados resumidamente a seguir conforme o ano de execução das obras.

• **ANOS 2007-2008:**

- Implantação de rede de esgoto no Bairro Sevilha, Jardim do Lago e Distrito Industrial ao lado do Jardim São Lourenço;
- Implantação de 3.800 metros de rede coletora de esgoto DN 150mm PVC no bairro Jardim Lago do Moinho, beneficiando a população local;
- Obras de crescimento vegetativo.

• **ANO 2009- 2014:**

- Implantação 1.200 metros de Redes de Esgoto em PVC DN 150mm no Loteamento CDHU Bragança F;
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário no município com a construção de Estações Elevatória de Esgoto, interceptor Lavapés, coletor Águas Claras, coletor tronco, rede coletora e interligações totalizando 33 km;
- Construção da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE), Estação Elevatória Final e coletores tronco (2,6 km);
- Obras de crescimento vegetativo.

• **ANO 2014- 2019.**

- Prolongamento de 24.128 m de rede de esgoto;
- Ligação de esgoto 4466 unidades;
- Troca de ramal de esgoto 163 unidades;
- Obras de crescimento vegetativo.

➤ **Investimentos realizadas após assinatura do novo contrato de concessão no ano de 2020 e investimentos futuros previstos:**

Obras finalizadas:

- Instalação de 680 metros de rede coletora de esgoto, 180 metros de linha de recalque e estação elevatória – Bairro Green Park;
- Instalação de 300 metros de coletora de esgoto – Jd. Paturi;
- Instalação de 3500 metros de rede coletora de esgoto – Morada dos Campos Verdes;
- Instalação de 2426 metros de rede coletora de esgoto e 412 metros de linha de

recalque – Toró/Torozinho;

- Instalação de 2758 metros de rede coletora de esgoto e 663 metros de linha de recalque – Chacara Alvorada;
- Instalação de 1766 metros de rede coletora de esgoto e 80 ligações de esgoto – Bairro Luzia Vicente.

Investimentos prioritários futuros no sistema de esgotamento sanitário:

- Instalação de rede coletora de esgoto – Bairro Jd. Amapola;
- Instalação de rede coletora de esgoto – Bairro Monte Tabor;
- Instalação de rede coletora de esgoto – Bairro Quintas de Bragança;
- Instalação de rede coletora de esgoto – Bairro Residencial Campos Verdes;
- Instalação de rede coletora de esgoto - Bairro Bom Retiro
- Instalação de rede coletora de esgoto – Chácara São Conrado;
- Instalação de rede coletora de esgoto – 03 Marias / Paturi;
- Instalação de rede coletora de esgoto – Estância Santana;
- Instalação de rede coletora de esgoto – Vila Mazuchelli;
- Instalação de rede coletora de esgoto – Moacyr Mendes;
- Expansão de rede coletora esgoto - Vale Encantado e Chico Lopes
- Obra para ampliação da capacidade de tratamento - ETE Bragança Pta. (1ª ETAPA), com a implantação de um novo módulo de 40 l/s. Ampliação do sistema de coleta visando a universalização do saneamento;
- Crescimento vegetativo em redes e ligações de esgoto.

As informações de investimentos previstos para o futuro foram obtidas junto à SABESP e fazem parte do planejamento da empresa, desenvolvido após tratativas com a Prefeitura Municipal. Os referidos investimentos estão considerados no contrato de prestação de serviços assinado entre Município e concessionária e serão revisados periodicamente, em consonância com o presente Plano Municipal.

9 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Da mesma forma como realizado para a caracterização do Sistema de Abastecimento de Água na elaboração da primeira revisão do PMSB, a formatação das informações constantes no Plano Municipal de Saneamento Básico de 2010 será alterada, realizando-se quando cabível, a atualização das informações para o cenário atual.

De acordo com a SABESP, em 2019, o Sistema Público de Esgotamento Sanitário do município de Bragança Paulista atende com a coleta a 99,0% da população urbana atendível do

município, porém, há a previsão de ampliação do sistema de coleta visando a universalização do saneamento.

As principais sub-bacias de esgotamento do município são as sub-bacias do Ribeirão Lavapés e do Córrego São Miguel que abrangem os principais interceptores e Estações Elevatórias de Esgoto responsáveis pelo encaminhamento do esgoto coletado à ETE Bragança Paulista.

Assim como para o SAA, o SES de Bragança possui um sistema principal que conta com as redes coletoras, estações elevatórias de esgoto, linhas de recalque, coletores tronco, interceptores e emissários, e a ETE. Nos sistemas isolados e em alguns empreendimentos que na sua concepção optaram pela utilização de tratamentos individuais cuja operação e manutenção fica a cargo dos proprietários.

9.1 SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO URBANO DO MUNICÍPIO

Segundo a SABESP, o Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Bragança Paulista é responsável pela coleta e destinação final adequada do esgoto gerado por cerca de 99% das áreas passíveis de atendimento com sistema público, sendo composto das seguintes unidades principais:

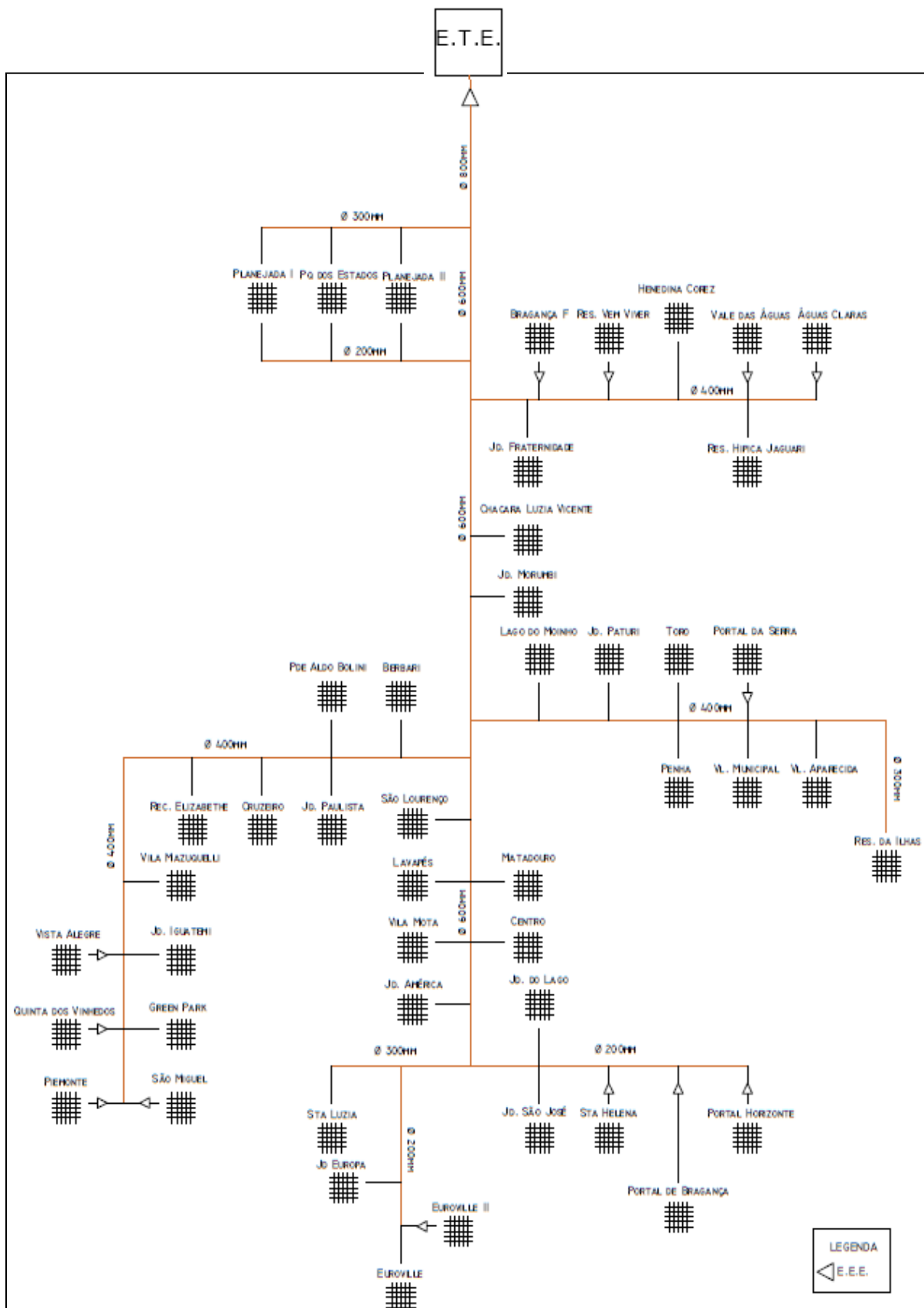
- Aproximadamente 530 km de Redes Coletoras de Esgoto Sanitário;
- 16 Estações Elevatórias de Esgoto Bruto (EEEB) e Linhas de Recalque;
- Aproximadamente 17 km de Coletores Tronco, Interceptores e Emissários;
- Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e Sistema de Tratamento e Disposição Final do Lodo da ETE;
- Emissário final de esgoto tratado;

A topografia acidentada do município de Bragança Paulista possui diversos cursos d'água que desaguam em um mesmo ponto dentro das diversas bacias formadas pelos cursos d'água que cortam o município.

O Ribeirão Lavapés, afluente da margem esquerda do Rio Jaguari é o principal curso d'água urbano, cujas margens abrigam o Interceptor Lavapés, que é responsável pelo encaminhamento de quase todo o esgoto gerado no município até a Estação Elevatória Final, responsável pelo encaminhamento de todo o esgoto a ser tratado na ETE localizada às margens do Rio Jaguari.

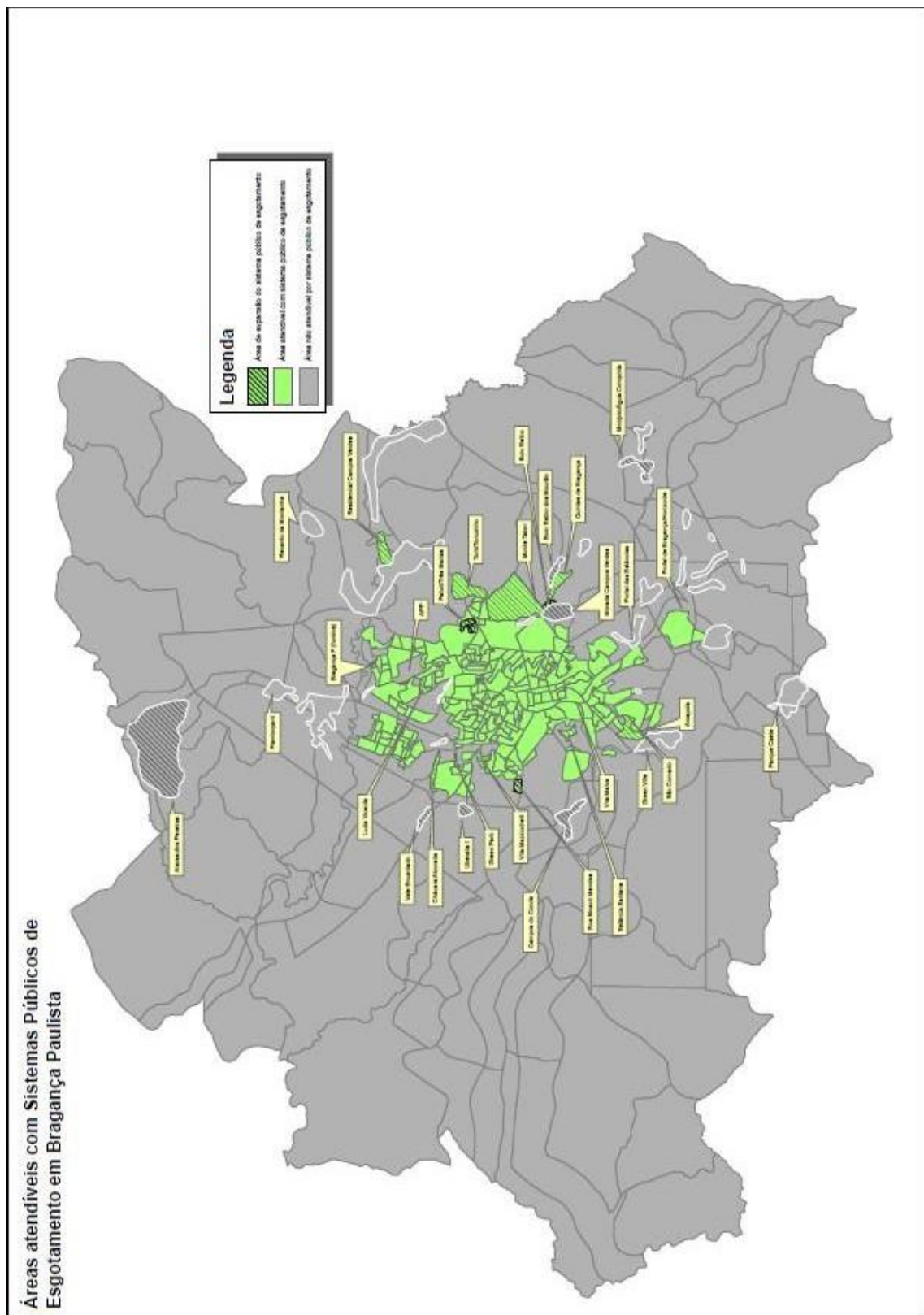
Nas figuras a seguir, são apresentados o croqui geral do SES de Bragança Paulista contendo seus principais componentes e o mapa das áreas atendíveis com o Sistema de

Esgotamento Sanitário de Bragança Paulista.



Fonte: SABESP

Figura 85 - Croqui geral do SES de Bragança Paulista.



Fonte: SABESP

Figura 86 - Áreas atendíveis com o Sistema de Esgotamento Sanitário de Bragança Paulista.

A caracterização física das unidades componentes do sistema de esgoto do município de Bragança Paulista é apresentada nos itens a seguir.

9.1.1 SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO URBANO DO MUNICÍPIO

A rede coletora existente atende quase a totalidade da área urbana, sendo que 100% do esgoto coletado é encaminhado para tratamento.

A SABESP possui o cadastro digital das redes de coleta de esgoto, que são disponibilizadas através do sistema de informações geográficas SIGNOS. No total há aproximadamente 530,00 km de redes de esgoto para atendimento de 48.864 ligações, em sua maioria executadas em PVC. Porém, existem nos bairros da região central redes em manilhas cerâmicas.

Os diâmetros das redes existentes variam entre 80 mm e 300 mm, contando com 2.247 Poços de Visita (PVs), 3.040 Poços de Inspeção (PIs) e cerca de 905 Terminais de Inspeção e Limpeza (TILs).

As ligações prediais novas são executadas em PVC nos padrões SABESP, com diâmetros geralmente de 100 mm, porém ainda existem ligações executadas em manilhas cerâmicas em funcionamento.

De acordo com as informações da própria prestadora, as redes estão em bom estado de conservação e seu funcionamento é adequado, porém, existem algumas localidades mais susceptíveis a entupimentos e extravasamentos de PVs, que podem apresentar riscos de contaminação, onde são realizadas manutenções preventivas periódicas.

9.1.2 ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO BRUTO (EEEB) E LINHAS DE RECALQUE

Devido ao relevo bastante acidentado, a disposição do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Bragança Paulista torna-se bastante complexa, sendo necessárias diversas estações elevatórias de esgoto para que se possa concentrar o esgoto coletado nas diversas sub-bacias de esgotamento do município em um ponto adequado para tratamento na ETE.

Dessa forma, são distribuídas pelo território do município 15 Estações Elevatórias de Esgoto Bruto, e suas respectivas Linhas de Recalque, responsáveis pelo transporte do esgoto concentrado nas partes mais baixas das bacias até os pontos elevados da rede, e assim, recalcando os efluentes coletados em toda a cidade para a ETE Bragança Paulista.

Na Tabela a seguir pode-se observar todas as EEEB presentes e seus respectivos endereços no município de Bragança Paulista.

Tabela 23 - Estações Elevatórias de Esgoto Bruto (EEEB) do município de Bragança Paulista.

NOME DA EEE	ENDEREÇO
EEE JD. STA HELENA	RUA FRANCISCO L. PICARELLI, 1912
EEE VEM VIVER	RUR B CURITIBANOS, 1
EEE QUINTA DOS VINHEDOS	ESTR FRANCISCO LOPES ROJAS, 1857
EEE ÁGUAS CLARAS	RUA BENEDITO SERBINO, 59
EEE VILA REAL	ALMIRANTE DOS PRINCIPES, 117
EEE 01 VALE DAS ÁGUAS	ALAMEDA DOS IPÊS, 10
EEE 02 VALE DAS ÁGUAS	ALAMEDA DAS RESEDAS, 515
EEE LOTEAMENTO JD. VISTA ALEGRE	RUA DR. JOÃO GARCIA SANCHES, 43
EEE RESIDENCIAL PIEMONTE	RUA CONCORDIA, 10
EEE JARDIM VISTA ALEGRE	RUA DR. JOÃO GARCIA SANCHES, 43
EEE RESIDENCIAL FAZENDA STA PETRONILA	ALAMEDA HORIZONTE, 755
EEE SÃO MIGUEL	RUA BENEVENUTO MORETTO, 3
EEE PORTAL DA SERRA	BAIRRO PORTAL DA SERRA
EEE EUROVILLE II	BAIRRO EUROVILLE II
EEE VILAVERDE	BAIRRO VILAVERDE

Fonte: SABESP.

Em geral as EEEB apresentam estado de conservação adequado, possuem automação do sistema local e os equipamentos estão preparados para telemetria, possuem área cercada, gradeamento, pelo menos 02 (duas) bombas, gerador de energia instalado (com licença da CETESB) e em locais propensos a ação de vandalismo a elevatória possui alarme. A única que não está adequado com o padrão é a EEE Jd. Santa Helena, porém a mesma, possui um projeto em andamento para a sua adequação e seu funcionamento é normal, segundo a SABESP.

Acrescenta-se ainda que a SABESP possui programa de manutenção para todas as Estações Elevatórias do SES, e o realiza continuamente, além de possuir equipe para efetuar os reparos e manutenções por demanda, quando ocorrem problemas com os sistemas

elevatórios. Acrescenta-se ainda que, durante a visita técnica da equipe da AMPLAR Engenharia verificou-se que a EEEB Vila Verde se encontrava com vazamento, porém, no mesmo instante, o técnico da SABESP abriu um chamado para o reparo.

As figuras a seguir apresentam as fotografias obtidas pela equipe da AMPLAR Engenharia em outubro de 2020 durante as vistorias técnicas nos locais das Estações Elevatórias de Esgoto. As fotos a seguir mostram um padrão seguido por praticamente todas as EEEB.



Fonte: AMPLAR engenharia

Figura 87 - Elevatória Cercada.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 88 – Gradeamento.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 89 -Elevatória com 2 bombas sendo 1 reserva.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 90 - Telemetria e sistemas elétricos em bomestado de conservação e em local fechado.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 91 - Gerador e possui licenciamento da CETESB.

A seguir tem-se as imagens de cada uma das EEEB.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 92 - EEE 02 – Vale das Águas



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 93 - EEE 01 – Vale das Águas



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 94 - EEE Euroville II.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 95 - EEE – Residencial Fazenda StaPetronila



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 96 - EEE – Portal Bragança



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 97 - EEE – Jd. Santa Helena



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 98 - EEE – Jardim Vista Alegre



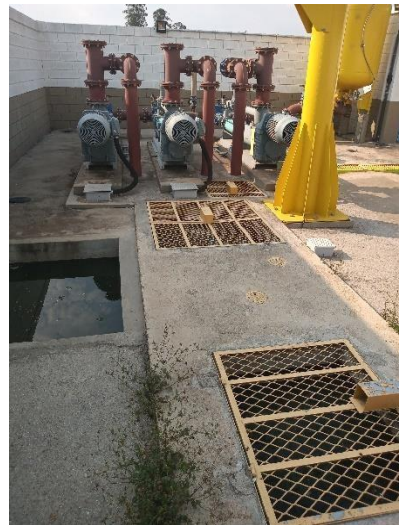
Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 99 - EEE – Residencial Piemonte.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 100 - EEE – Quinta dos Vinhedos



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 101 - EEE – Vilaverde.



Fonte: AMPLAR engenharia.
Figura 102 - EEE – Vila Real



Fonte: AMPLAR engenharia.
Figura 103 - EEE – São Miguel



Fonte: AMPLAR engenharia.
Figura 104 - EEE – Bragança F



Fonte: AMPLAR engenharia.
Figura 105 - EEE – Vem Viver



Fonte: AMPLAR engenharia.
Figura 106 - EEE – Águas Claras



Fonte: AMPLAR engenharia.
Figura 107 - EEE – Portal da Serra



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 108 - EEE – Final (ETE)

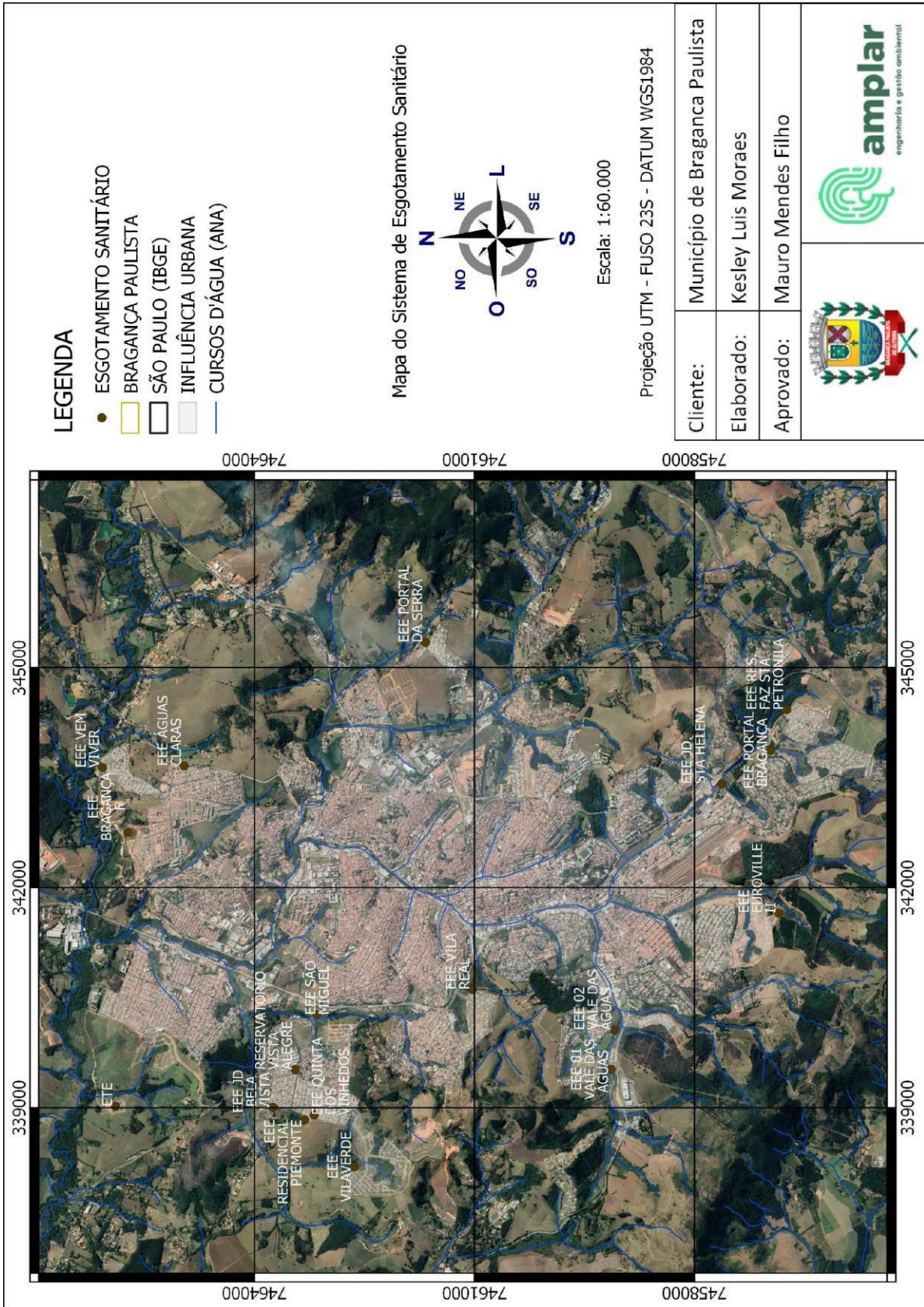


Figura 109 - Mapa da localização das EEBs do município de Bragança Paulista.

O SES do município possui diversas novas linhas de recalque associadas às Estações Elevatórias de Esgoto com diâmetros entre 80 mm e 300 mm, executadas em PVC e Ferro Fundido, cujo funcionamento, de acordo com a SABESP é adequado, sendo ainda regular a realização de manutenções programadas. Além dessas, existem outras de linhas de recalque denominadas antigas pela SABESP, executadas em PVC e Ferro Fundido, com diâmetros entre 80 e 150 mm, cujo estado de conservação e funcionamento também são considerados adequados.

9.1.3 COLETORES TRONCO E INTERCEPTORES

Os coletores troncos executados no município em sua maioria possuem pouca idade, e todos encaminham o esgoto coletado para o Interceptor Lavapés. No total, são 17.934 m de coletores tronco, sendo os principais, o CT3, CT5 e Julieta Cristina, executados em PVC Ocre com diâmetros entre 200 e 400 mm. Existem alguns coletores mais antigos, com trechos em PVC diâmetro 300 e 400mm e concreto diâmetro 500mm.

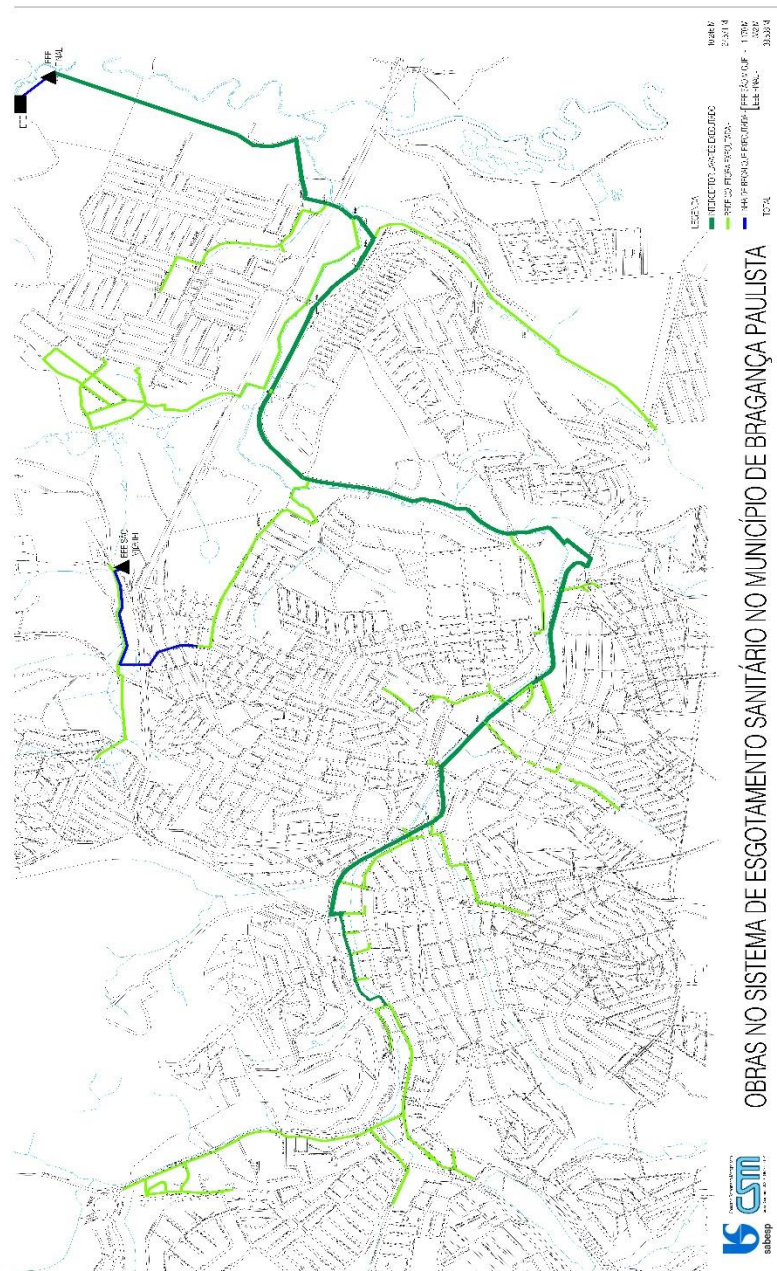
O Interceptor Lavapés é o principal condutor de esgotos do SES de Bragança Paulista, sendo responsável pela coleta e encaminhamento de todo o esgoto das redes do município pelas margens do Córrego Lavapés, ao longo da principal avenida do sistema viário municipal e no final pela margem do Rio Jaguari até a entrada da EEEB Final.

Esse interceptor é executado em concreto e PEAD, com diâmetros entre 500 e 800 mm, por uma extensão de 10.205 m.

Existe ainda um emissário de efluente tratado com 1.020 m de extensão, com diâmetro de 1000 mm, executado em concreto, que liga a ETE até o Rio Jaguari.

De acordo com as informações da SABESP, o estado de conservação e manutenção desses coletores, interceptores e emissários é adequado, e todos passam por manutenções periódicas programadas.

A Figura a seguir apresenta os principais coletores, interceptores do SES de Bragança Paulista.



Fonte: SABESP.

Figura 110 - Principais coletores, interceptores do SES de Bragança Paulista.

9.1.4 ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) E SISTEMA DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DO LODO DA ETE.

A execução da ETE Bragança Paulista possibilitou a eliminação dos lançamentos de esgotos anteriormente realizados “in natura” nos corpos d’água locais, contribuindo para melhorar a qualidade de suas águas.

A área escolhida para implantação da ETE situa-se fora da mancha urbana da cidade, na margem esquerda do Rio Jaguari, já antropizada, a qual era utilizada para fins agrícolas, e que possui topografia favorável para sua implantação, facilitando o escoamento do esgoto em tratamento por gravidade entre suas unidades.

A ETE funciona por sistema com unidade de gradeamento preliminar, estação elevatória de esgoto bruto, tratamento preliminar com calha Parshall, desarenadores quadrados, reatores aeróbios de lodos ativados com aeração prolongada, decantadores secundários, casa de sopradores, estações elevatórias de recirculação de lodo, unidade de adensamento e desidratação mecanizada de lodo e tanque de contato.

A ETE teve sua inauguração em abril de 2013, passando à fase de testes pelos 02 meses iniciais de operação até entrar em operação contínua e regular em junho de 2013. A partir deste marco, a ETE Bragança era responsável pelo tratamento de 170 l/s de esgoto sanitário gerado pelas atividades de cerca de 91,0 % da população de Bragança Paulista.

De acordo com a SABESP, atualmente, a ETE tem capacidade para tratar cerca de 240 l/s, com uma média de tratamento de 238 l/s, porém, em horários de pico a ETE trabalha um pouco acima de sua capacidade. Segundo a SABESP, a ETE trabalha com a eficiência de tratamento em torno de 92,4% de remoção de matéria orgânica em termos de DBO e atendendo cerca de 99% da população urbana atendível.

A carga orgânica total removida durante o tratamento chega a 8100,12 Kg DBO/dia, sendo ainda lançados no Rio Jaguari, os efluentes tratados contendo cerca de 666,24 kg DBO/dia, após passarem por sistema de desinfecção com hipoclorito de sódio.

O tratamento do esgoto na ETE gera o lodo que é tratado por Desidratação Mecânica que é realizada pelos seguintes equipamentos adensador, centrífuga, clarificado e adição de polímeros, já em condições de ser encaminhado para o Aterro da Essencis Soluções Ambientais S.A.

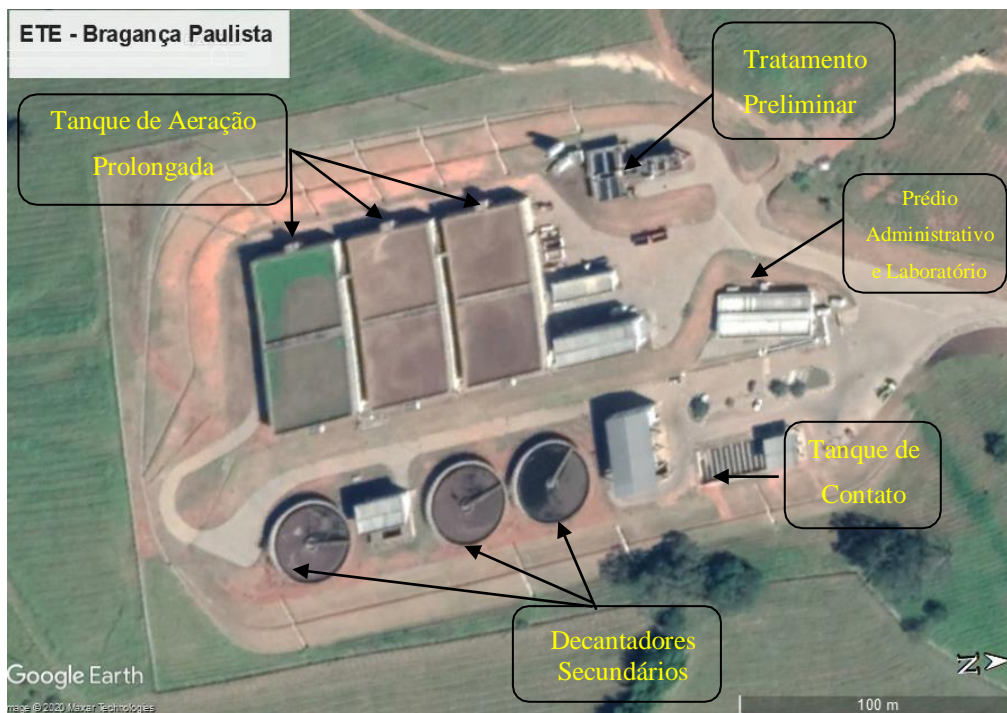
Verifica-se ainda, que a ETE de Bragança Paulista possui a necessidade de sempre operar com alta eficiência, visto que, o sistema de captação de água encontra-se a jusante do lançamento de esgoto.

As figuras a seguir apresentam a localização da ETE e suas unidades principais.



Fonte: PMSB de Bragança Paulista, 2015.

Figura 111 - Localização da ETE no município d Bragança Paulista.



Fonte: Google Earth.

Figura 112 - ETE de Bragança Paulista e suas principais unidades.

As figuras a seguir apresentam as fotografias obtidas pela equipe da AMPLAR Engenharia em outubro de 2020 durante a vistoria técnica realizada na ETE Bragança Paulista.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 113 - Tratamento Preliminar



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 114 - Afluente e ponto de coleta para análise.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 115 - Gradeamento Mecânico (1 em operação e 1 reserva)



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 116 - Compactador do material gradeado



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 117 - Calha Parshall



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 118 - Medidores de Vazão Ultrassônicos.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 119 - 2 módulos de Caixa de areia sendo lreserva com limpeza semanal.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 120 - Rosca de retirada do material da caixa de areia.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 121 - 3 Tanques de aeração com injeção de ar através dos sopradores. (aeração prolongada com entrada de lodo ativado e sem necessidade de limpeza de lodo.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 122 - 3 Decantadores.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 123 - Tanque de Contato com adição de Hipoclorito de Sódio



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 124 - Efluente tratado.



Fonte: AMPLAR engenharia.

Figura 125 - Armazenamento de Hipoclorito de Sódio.



Figura 126 - Dosadora de Hipoclorito de Sódio (reserva em manutenção).



Figura 127 - Sopradores.



Figuras 128 e 129 - Armazenamento dos resíduos.



Figura 130 - Desidratação Mecânica do Lodo (Adensador, Centrifuga, Clarificado e adição de polímeros).

9.1.5 EMISSÁRIO FINAL DE ESGOTO TRATADO

O emissário final de esgoto tratado é o responsável pelo transporte do esgoto tratado na ETE Bragança Paulista até o Rio Jaguari, Classe II de acordo com a RESOLUÇÃO CONAMA N° 20, DE 18/06/1986 no qual é lançado. Esse emissário foi executado em concreto, com diâmetro 1000 mm e extensão total igual a 1.020 m, lançando o esgoto tratado nas coordenadas UTM 7.466,33 N e 339,08, com vazão outorgada igual a 280 l/s.

9.2 SISTEMAS DE TRATAMENTO ISOLADOS

A SABESP atende com redes a 99% do território urbano do município, porém, existem alguns condomínios que possuem sistemas de tratamento individual na área urbana, como o Loteamento Santa Helena e o Condomínio Rosário de Fátima que possuem fossas sépticas individuais, independentes do sistema de esgotamento sanitário operado pela SABESP, e, em áreas mais afastadas, onde a rede da SABESP não atende, os Condomínios Jardim das Palmeiras, Portal de Bragança e Quinta da Baronesa possuem sistemas de coleta e tratamento próprios.

9.3 ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA ÁREA RURAL

Na zona rural não existe sistema de coleta e afastamento do esgoto sanitário implantado pela Prefeitura, ou SABESP. Nas propriedades rurais, os proprietários são responsáveis por executar e manter esses sistemas em suas áreas.

Os sistemas mais utilizados são as “fossas negras”, totalmente incorretas do ponto de vista ambiental, pois permitem a contaminação do solo e os sistemas com fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro, que constituem sistemas mais adequados, pois permitem a infiltração no solo de efluentes com cerca de 30% da carga orgânica do esgoto sanitário bruto.

De acordo com o a Lei Complementar 892/2020 que disciplina o Plano Diretor do Município, tem-se como objetivo de proteger a qualidade do solo e das águas, devendo ser desenvolvido o programa de saneamento rural para orientação dos agricultores na elaboração de projetos de saneamento das propriedades rurais e obtenção de financiamento para sua execução.

**LIMPEZA URBANA E
MANEJO DE
RESÍDUOS SÓLIDOS -
CARACTERIZAÇÃO E
DIAGNÓSTICO**

10 CONSIDERAÇÕES DA RELAÇÃO ENTRE O PMSB E O PMGIRS

A Lei Federal nº 12.305/2010 estabelece que a elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS é condição necessária para o Distrito Federal e os municípios terem acesso aos recursos da União, destinados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos. Deste modo, todo município deve ter elaborado o seu PMGIRS, independentemente de possuir ou não o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

Conforme a PNRS, o PMGIRS pode estar inserido no plano de saneamento básico, o qual é previsto na Lei nº 11.445/2007, desde que respeitado o conteúdo mínimo previsto na referida Lei.

Portanto, é possível elaborar um único plano atendendo às Leis nº 11.445/2007 e nº12.305/2010, conforme apresentado neste PMSB.

Como explanado acima o Decreto Municipal nº 2358, de 06 de outubro de 2016 revisou o PMSB e instituiu no mesmo diploma o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS). Passado 04 (quatro) anos da sua edição, necessária a sua primeira revisão.

11 SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS – SGIRS

O crescimento acelerado das cidades, bem como as mudanças no consumo dos cidadãos são fatores comuns aos municípios, e vem gerando resíduos distintos daqueles que as cidades produziam há trinta anos. Os Resíduos Sólidos Urbanos – RSU, no que confere a sua composição, é diferente em quantidade, qualidade e volume comparado com o de décadas anteriores.

Cada vez mais a população dos municípios brasileiros concentra-se nas cidades. Assim, é quase impossível encontrar uma cidade que não enfrente problemas com a gestão dos resíduos.

Da totalidade dos municípios brasileiros, muitos têm conseguido soluções satisfatórias do ponto de vista ambiental e econômico. Ao contrário de ser desanimador, os exemplos conhecidos mostram que há soluções possíveis, mesmo diante de crises e transformações existentes no País.

Os planos de trabalho para a execução dos serviços de coleta e limpeza nas vias e logradouros públicos e correlatos em toda a área do município, foram elaborados tendo como objetivo apresentar um planejamento que facilite a interpretação e análise.

A presente revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRStem por objetivo fixar novas diretrizes de execução dos serviços de Limpeza Pública e Correlatos no Município de Bragança Paulista.

11.1 GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Os Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Bragança Paulista são gerenciados diretamente pelos funcionários da Prefeitura Municipal de Bragança Paulista, principalmente pelos funcionários da Secretaria Municipal de Serviços - SMS, com interfaces de gestão com diversas Secretarias Municipais como a de Meio Ambiente, Obras, Finanças, Saúde, Educação e Agronegócios. Há contratação de empresas terceirizadas para a realização de atividades determinadas dentro da gama de serviços compreendidos no Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.

Para a caracterização da gestão e do desempenho operacional foram levantadas informações essenciais sobre o funcionamento geral do sistema, e seus atores principais, apresentando-se as informações e indicadores de Gestão disponíveis no SNIS, na SMS e nos contratos de prestação de serviços de cada disciplina desta vertente do Saneamento Básico.

11.1.1 GESTÃO DOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

Os serviços que a Prefeitura de Bragança Paulista optou pela terceirização, por representarem elevados custos operacionais e de manutenção, além de necessitarem de equipes e equipamentos especializados para funcionarem adequadamente, são:

- a) Coleta de resíduos domiciliares, comerciais e industriais;
- b) Coleta de entulhos (construção civil, reformas de pequenos geradores), podas de árvores e resíduos volumosos;
- c) Coleta de resíduos sólidos de saúde – RSS gerados pelo serviço público de saúde;
- d) Coleta seletiva porta a porta;
- e) Limpeza e desinfecção de vias após as feiras livres;
- f) Varrição de vias públicas;
- g) Varrição e limpeza de áreas e logradouros públicos;
- h) Destinação final dos resíduos sólidos urbanos e/ou rejeitos em aterro sanitário licenciado por órgão de controle competente.

Esses serviços são executados através de contratação de empresa do ramo (EMBRALIXO – outubro/2020 – CARRETEIRO - atual), que se encarrega do gerenciamento de todas as etapas de cada disciplina, desde a coleta até a disposição final, sendo a Prefeitura responsável pela

fiscalização e pagamento das medições mensais previstas em contrato. No caso de resíduos recicláveis o gerenciamento é realizado, também, por duas cooperativas, que fazem a coleta em alguns condomínios residenciais da cidade e, também, recebem os resíduos da empresa contratada pela Prefeitura.

11.1.2 GESTÃO DOS RESÍDUOS PELO PRÓPRIO GERADOR

Alguns resíduos sólidos não são geridos diretamente pela Prefeitura nem subcontratados com terceiros. Nesses casos específicos, a gestão é realizada pelo próprio gerador, conforme obrigatoriedade disposta em Lei. São eles:

- Resíduos com Logística Reversa Obrigatória;
- Resíduos de Óleos;
- Resíduos Industriais;
- Resíduos dos Serviços de Transportes;
- Resíduos Sólidos de Saúde – RSS gerados pelos serviços privados de saúde;
- Resíduos Agrossilvopastoris.

Em relação aos resíduos de óleos comestíveis a Prefeitura de Bragança Paulista realiza programa de coleta em alguns prédios públicos, em parceria com a empresa Francis Aguirre Rubino.

11.2 ABRANGÊNCIA DO ATENDIMENTO DOS SISTEMAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos executado pela Prefeitura, através de empresa subcontratada, abrange 100% da população e do território do município, sendo que a frequência de coleta dos resíduos domiciliares realizada, varia conforme a necessidade e orientação passada pela Prefeitura.

O município de Bragança Paulista, com os seus 163.980 habitantes (fonte SEADE estimado 2020), gera diariamente um volume de resíduos da ordem de 154,67 toneladas, segundo informação da PMBP, e que resulta em um coeficiente aproximado de 0,94 kg de resíduos per capita dia por habitante.

11.3 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS

A receita específica referente aos serviços de limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos do município de Bragança Paulista é oriunda da cobrança de Taxa de Coleta de Lixo devido a remoção periódica do lixo proveniente de imóvel edificado ou não, cuja quantidade não exceda a 100 (cem) litros.

Essa taxa, calculada em função das dimensões da testada do lote, é revertida em pagamentos de contratos com terceiros e despesas gerais da Secretaria de Serviços, porém ainda não existe separação total dos custos em função da folha de pagamentos da PM Bragança Paulista ser conjunta e muitos funcionários da própria SMS desempenharem funções que permeiam por diversas atividades alheias ao gerenciamento de Resíduos Sólidos.

De acordo com dados do ano de 2019 e 2020 disponibilizados pela Prefeitura de Bragança Paulista, referentes ao Manejo dos Resíduos Sólidos Urbanos, nota-se uma gestão financeira de resíduos ainda insuficiente, pois, como pode ser observado na Tabela 24, os totais de receita e despesa, R\$ 10.576.425,52 e R\$12.764.483,16, respectivamente para o ano de 2019, e R\$ 9.858.927,58 e R\$ 14.495.927,77 respectivamente para o ano de 2020, indicam um déficit orçamentário de R\$ 2.188.057,64 para o ano de 2019 e R\$ 4.637.000,19 para o ano de 2020. Este déficit implica em uma autossuficiência financeira da prefeitura com o manejo de RSU de 82,86% para 2019 e 68,01% para 2020.

Tabela 24 - Despesas com os executores dos serviços de manejo de RSU (2019 e 2020)

Tipo de serviço	Valores totais das despesas por tipo de serviço selecionado (R\$/ano 2019)	Valores totais das despesas por tipo de serviço selecionado (R\$/ano 2020)
Receita orçada com a cobrança de taxas e tarifas referentes à gestão e manejo de RSU	6.788.363,00	7.000.000,00
Receita arrecadada com taxas e tarifas referentes à gestão e manejo de RSU	10.576.425,52	9.858.927,58
Despesas referentes à gestão e manejo de RSU	12.764.483,16	14.495.927,77

Fonte: PM de Bragança Paulista.

11.4 INVESTIMENTOS EM RESÍDUOS SÓLIDOS

Nos últimos anos foram realizados investimentos no município no sentido de melhorar a qualidade da prestação dos serviços de resíduos sólidos, bem como para se adequar às determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Realizaram-se investimentos em estudos e projetos:

Entre os principais investimentos, estudos e projetos realizados podemos citar:

- Contratação de empresa para realização de revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Ampliação da oferta de tipos e quantidades de serviços aos usuários;
- Ampliação e melhora no programa de coleta seletiva;
- Estudos visando a otimização da participação das cooperativas de recicláveis;
- Otimização dos processos envolvidos;
- Benefícios sociais, econômicos e ambientais;
- Melhora na eficiência na limpeza de vias públicas.

11.5 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O município de Bragança Paulista conta com Indicadores de Sustentabilidade para Gestão de RSU definidos por Camargo, 2014, que auxiliam o município e seus gestores na avaliação do desempenho do SGIRS na obtenção da sustentabilidade de suas ações de gestão.

A tabela a seguir apresenta o resumo do Conjunto de Indicadores de Sustentabilidade para Gestão de RSU em Bragança Paulista e suas respectivas dimensões definidos pela autora.

Tabela 25 - Indicadores e as dimensões de Sustentabilidade para a Gestão de RSU de Bragança Paulista.

DIMENSÕES	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE
DIMENSÃO AMBIENTAL	(1) Descartes inadequados de RS (1.a) Quantidade de diligências fiscalizatórias
	(2) Recuperação dos passivos ambientais associados a RS
	(3) Implementação das medidas previstas no licenciamento das atividades relacionadas a RS;
	(4) Taxa de recuperação de recicláveis secos
	(5) Taxa de rejeito da coleta de recicláveis secos
	(30) Taxa de recuperação de resíduos orgânicos (compostagem e/ou biodigestão)
DIMENSÃO ECONÔMICA	(6) Qualidade da arrecadação de recursos para financiamento da gestão pública de RSU
	(7) Distribuição dos gastos pelas 3 etapas do gerenciamento de RSU: a) separação e acondicionamento, b) coleta e transporte, c) tratamento e destinação.
	(21) Investimentos financeiros em EA para Gestão de RS
	(26) Iniciativas de logística reversa no município
DIMENSÃO SOCIAL	(8) Grau de seletividade do serviço público de coleta de RSU
	(9) Disponibilização dos serviços públicos de coleta ou recepção de RS (RSD, RPC, RSV, RCC de pequeno gerador e outros)
	(10) Atendimento da população pela coleta seletiva (recicláveis secos + recicláveis úmidos + rejeitos)
	(11) Abrangência de políticas públicas municipais de apoio ou orientação aos agentes que atuam com RS
	(12) Instrumentos legais na relação com as org. de catadores
	(13) Inclusão de catadores autônomos
	(25) Condições de trabalho dos agentes envolvidos com RSU (empregados e catadores cooperados)
	(29) Disponibilização dos serviços públicos de coleta ou recepção de RS na área rural
DIMENSÃO POLÍTICA	(14) Estruturação da gestão de RS na administração pública municipal
	(15) Existência de fiscalização municipal relacionada à gestão de RS
	(16) Existência de informações sobre a gestão de RSU sistematizadas e disponibilizadas para a população
	(17) Participação da população através de canais específicos para gestão dos RSU
	(22) Participação social na elaboração do PMGIRS
	(23) Execução do PMGIRS
	(24) Existência e efetividade das parcerias com diferentes esferas do poder público, setor empresarial e sociedade civil.
	(27) Discussão de soluções consorciadas para RSU
	(28) Difusão do conceito de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos
DIMENSÃO CULTURAL	(18) Geração <i>per capita</i> de RSD
	(19) Variação da geração <i>per capita</i> de RSD
	(20) EA na gestão de RS

Fonte: Camargo, 2014.

12 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

12.1 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO – ESTUDO GRAVIMÉTRICO

Para o atendimento às diretrizes da PNRS e para o aproveitamento dos resíduos sólidos recicláveis e dos resíduos úmidos orgânicos, é necessário o conhecimento da composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos.

Os estudos que embasaram a PNRS adotaram como referência a composição gravimétrica média do Brasil, que são provenientes da média de 93 estudos de caracterização física realizados entre 1995 e 2008, conforme já demonstrado no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – Decreto Municipal n. 2.358 de 06 de outubro de 2016, fls. 116 e seguintes, volume II.

Os estudos realizados em Bragança Paulista/SP nesta ocasião, teve o objetivo de determinar as características físicas dos resíduos, o que incluiu a composição física, além da determinação de outras características como o teor de umidade deste resíduo, o peso específico e a geração per capita da população.

Os resultados obtidos indicaram que a composição gravimétrica se encontrava diferenciada em relação ao padrão nacional, bem como a potencialidade existente para a implantação de medidas de compostagem e reciclagem no município, que correspondem a 80,62% do total de resíduos gerados no município. Tais medidas, já implementadas anteriormente, são replicadas nesta revisão, com metas e planos mais específicos.

12.1.1 RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES

❖ COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES

Por não dispor de infraestrutura ideal para realizar a coleta de resíduos do município, a Prefeitura de Bragança Paulista contratou a empresa Embralixo (referência outubro/2020 - CARRETEIRO - atual) para realizar toda a coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos domiciliares até o aterro sanitário de propriedade da mesma empresa, tudo sob a coordenação da Secretaria Municipal Serviços - SMS.

Os serviços de coleta são realizados em 100% do território municipal, inclusive na área rural, com frequência distinta em cada região, sendo a mesma determinada pela Prefeitura, e de acordo com a divisão realizada em setores de coleta por regiões homogêneas em termos de geração de resíduos per capita, uso e ocupação do solo. No total, são gerados atualmente cerca de 154,67 toneladas diárias de resíduos domiciliares e de limpeza pública, resultando em um coeficiente de geração per capita igual a 0,94 kg/hab.dia.

São realizados os seguintes tipos de coletas durante os turnos dos coletores de resíduos da empresa:

- Resíduos domiciliares;
- Resíduos de varredura domiciliar;
- Resíduos sólidos originários de estabelecimentos públicos, institucionais;
- Resíduos de estabelecimentos comerciais de prestação de serviços e industriais, até 50 litros excluídos os de saúde.

Caracteriza-se por coleta domiciliar de resíduos sólidos, a coleta e transporte de resíduos sólidos de edifícios, residências, estabelecimentos comerciais próprios, públicos e de pequenas indústrias (resíduos industriais inertes). A ABNT classifica estes resíduos como – resíduo classe II.

A velocidade média de coleta adotada é de em média 6 (seis) km/hora para percurso produtivo, e 30 (trinta) km/hora para percurso não produtivo. Além disso, foram consideradas as condições de acesso às fontes geradoras e o horário mais propício para a realização da coleta.

Na divisão dos setores a Prefeitura Municipal de Bragança Paulista levou em consideração o tempo decorrido entre duas coletas consecutivas, com a preocupação de se evitar acúmulo de resíduos, observando-se a capacidade dos veículos coletores no decorrer de uma jornada de trabalho ao realizar duas viagens até o local de destinação final dos resíduos, o Aterro Sanitário situado na Estrada Municipal Antonio Moreno s/n, bairro do Jardim São Miguel, distante cerca de 3,0 km do centro urbano de Bragança Paulista.

A programação vigente de coletas é a seguinte:

- Diárias noturnas - de 2ª a Sábado.
- Diárias diurnas - de 2ª a Sábado.
- Alternadas diurnas - 3x p/ semana – 3ª, 5ª e Sábado.
- Alternadas diurnas - 3x p/ semana – 2ª, 4ª e 6ª.

De acordo com essa premissa, a cidade foi dividida em 3 setores de coleta na zona rural como mostra a Tabela 26 e dividida em 10 setores de coleta na zona urbana como está demonstrado na Tabela 27.

Com a setorização definida foi possível definir a frequência de coleta como mostrado a seguir:

- Coleta Diurna – 7:00 h até as 16:05 h (previsão) –
Frequência Diária – Segunda a Sábado (setores 3,4,5,6).
Frequência Alternada – Segunda, Quarta e Sexta feira (setores 7,9,11,13)
Frequência Alternada – Terça, Quinta e Sábado (setores 8,10,12).

- Coleta Noturna – A partir das 18h até as 3h05min (previsão)
 Frequência – Diária – Segunda a Sábado (setores 1,2)

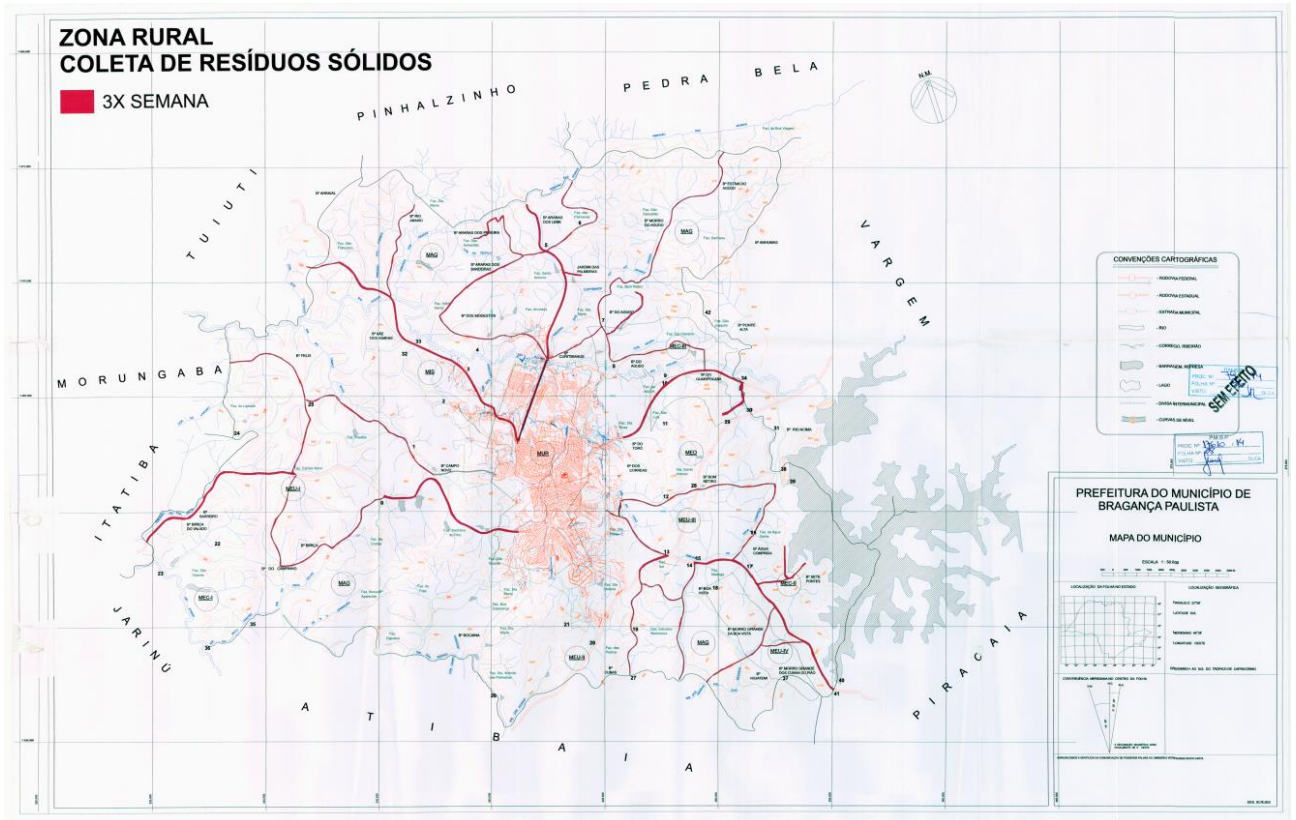
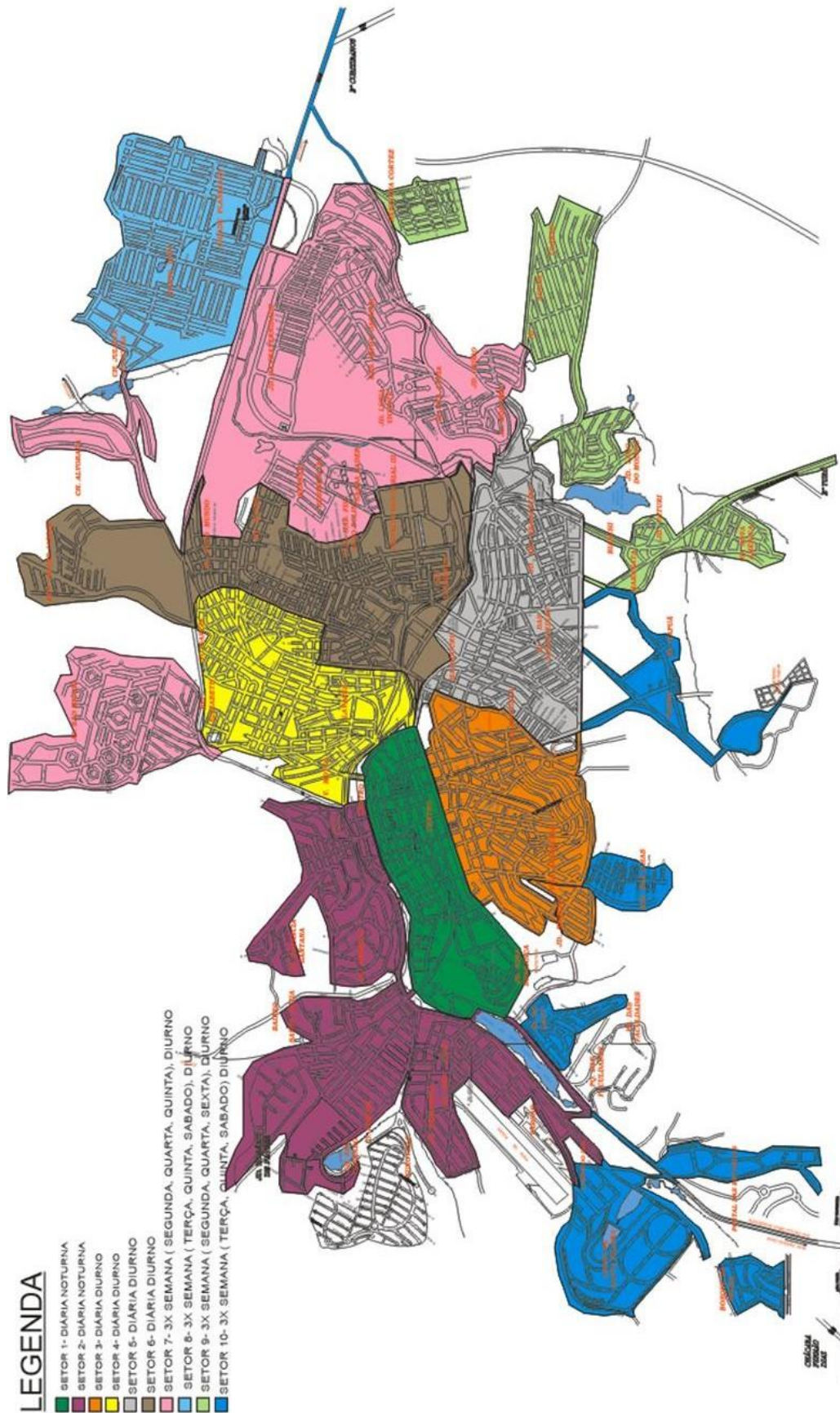


Tabela 26 - Setorização da Coleta de Resíduos Sólidos – Zona Rural.

Fonte: PM de Bragança Paulista.



Fonte: PM de Bragança Paulista.

Tabela 27 - Setorização da Coleta de Resíduos Sólidos – Zona Urbana.

O itinerário de coleta é o trajeto que o veículo coletor percorre dentro de um mesmo setor, num mesmo período, transportando o máximo de resíduos num mínimo de percurso improdutivo, constituído pelos trechos percorridos em que o veículo não realiza coleta, servindo apenas para deslocamento de um ponto a outro.

Para a definição desses itinerários foram considerados os seguintes critérios e regras práticas:

- Início da coleta próxima à garagem;
- Término da coleta próximo à área de pesagem e descarga;
- Coleta em sentido descendente quando feita em vias íngremes, poupando a guarnição e o motor do veículo; adicionalmente, trechos de via com declividade mais acentuada serão preferencialmente percorridos no início do percurso, quando o caminhão está mais vazio;
- Percurso contínuo: coleta nos dois lados da rua; no entanto, o percurso deverá ser feito novamente nas ruas de trânsito intenso, evitando-se o cruzamento de vias pela guarnição.

A Empresa Embralixo (empresa consultada na época da visita técnica) conta com uma infraestrutura instalada no município de Bragança Paulista, com diversas estruturas de apoio para a realização dos serviços de coleta, transporte e destinação final de Resíduos Sólidos. Entre as estruturas de apoio para a coleta e transporte de resíduos sólidos encontram-se ponto de abastecimento e área de lavagem externa de veículos, sistema de captação e reuso da água de lavagem externa, local para a limpeza interna dos veículos, áreas de manutenção com caixa separadora de água e óleo - CSAO (oficina mecânica, local de funilaria, ponto de troca de óleo), lixeiras para coleta seletiva tanto da sede administrativa quanto da garagem, chorumeira, local para reforma de lixeiras.

A seguir, imagens dessas infraestruturas tiradas pela equipe da Amplar Engenharia em outubro de 2020.



Figura 131 - Ponto de Abastecimento



Figura 132 - Lavagem externa



Figura 133 - Sistema de captação e reuso da água



Figura 134 - Limpeza Interna dos veículos e equipamentos.



Figura 135 - Chorumeira.



Figura 136 - Funilaria.



Figura 137 - Oficina mecânica.



Figura 138 - Coleta seletiva da sede administrativa e garagem.



Figura 139 - Reforma das lixeiras utilizadas na área rural.



Figura 140 - Ponto de Troca de Óleo.



Figura 141 - Coleta de água das áreas de manutenção para destinação a Caixa Separadora de Água e Óleo.



Figura 142 - Vista geral da sede administrativa, garagem, oficina e demais infraestruturas citadas.

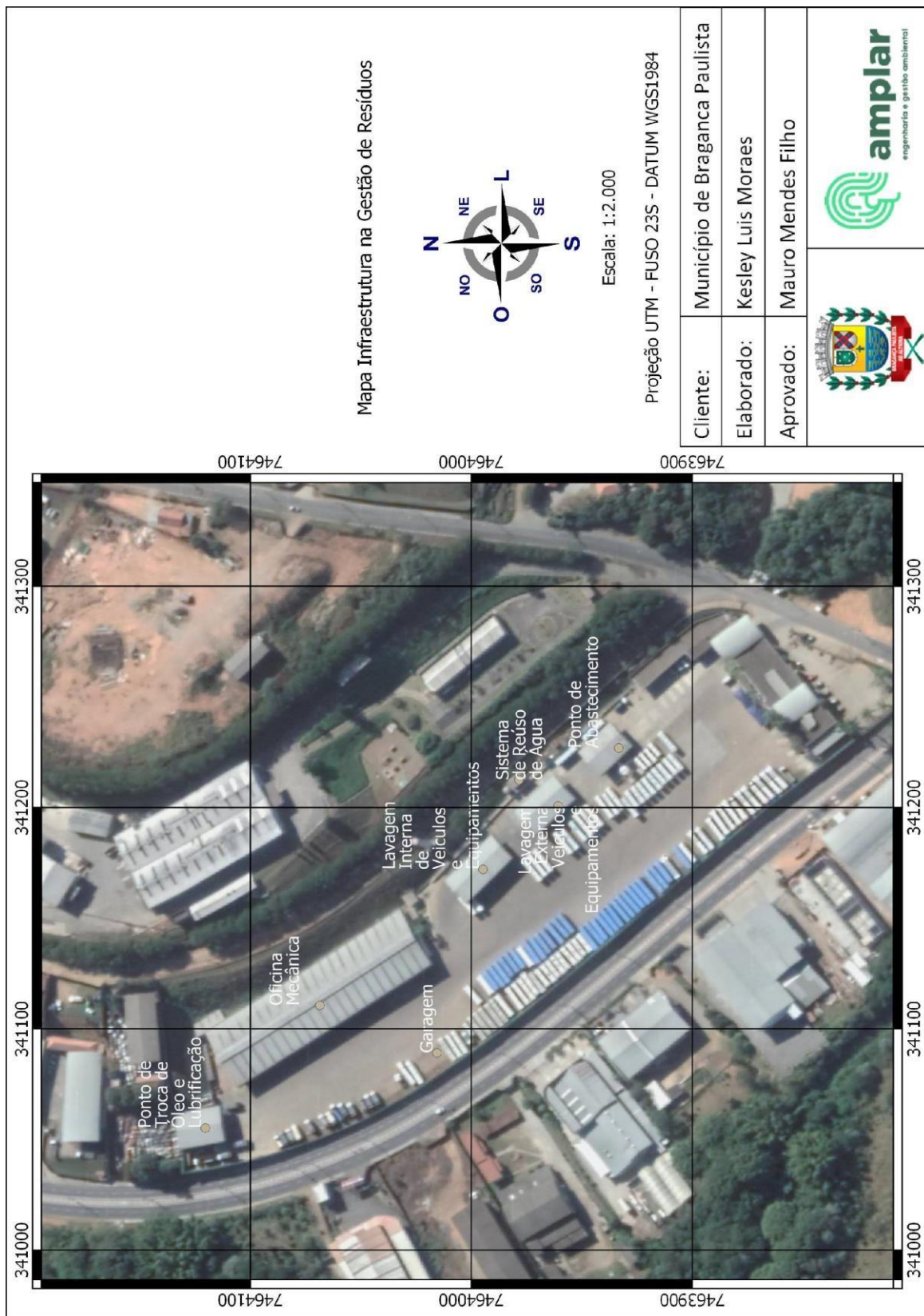


Figura 143 – Mapa da localização da infraestrutura da empresa Embralixo – referência outubro de 2020.

❖ **DIMENSIONAMENTO DO SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**

Cada setor de coleta foi criteriosamente estudado, levando-se em consideração os critérios acima descritos, para assim definir, com uma pequena variação de 30 minutos, o horário que o veículo coletor recolherá os resíduos das diversas ruas de cada setor.

Portanto o número total de veículos utilizados na execução dos serviços de coleta são: 12 (doze) veículos na operação e 1 (um) veículo reserva, totalizando 13 caminhões com capacidade de 15,0m³ de carga, com compactadores de resíduo. Nota-se que o trabalho poderia se dar com 10 veículos, ou seja, utilizaria-se na coleta diária noturna os mesmos veículos da coleta diurna, mas para evitar qualquer atraso na coleta, tanto no período noturno quanto no diurno, utilizam-se veículos distintos para cada período.

Para o dimensionamento e a programação dos serviços de coleta domiciliar, industrial e comercial considerou-se as seguintes etapas:

- Volume de resíduo a ser coletado;
- Definição das frequências de coleta;
- Definição dos horários de coleta;
- Dimensionamento da frota;
- Definição dos itinerários.

Para o dimensionamento dos serviços foram observados alguns pontos importantes para efeito de cálculo de comprometimento de equipamentos, a saber:

➤ **Horário de trabalho**

No que se refere ao horário de trabalho, o programa prevê o equilíbrio das operações durante toda a semana (segunda-feira a sábado), mediante a adoção de um regime efetivo de 7,33 horas diárias de trabalho. Divididos da seguinte maneira:

- Turno diurno: iniciando às 7:00 horas, com pausa de uma hora e quarenta e cinco minutos para almoço e descanso e o encerramento no regime de trabalho às 16:05 horas.
- Turno noturno: iniciando pontualmente às 18:00 horas, com pausa de uma hora e quarenta e cinco minutos para jantar e descanso devendo estar concluída até às 03:05 horas.

Observa-se o tempo de parada para refeições de um hora e quarenta e cinco minutos entre os horários descritos, ou em horário mais adequado em função das atividades a serem desenvolvidas em cada setor. E ainda contando-se com o tempo de trânsito dos veículos entre a garagem e área de trabalho no início do setor.

➤ **Dimensionamento de veículos, número de viagens e capacidade**

Veículo coletor com chassi trucado equipado com caçamba não inferior a 15,00 m³ e dispositivo hidráulico para basculamento de contêiner. Esse veículo realizará em média, nos períodos diurno e noturno, 2 (duas) viagens por dia, com média aproximada de 7,50 toneladas por viagem para caminhões de 15 m³.

Esta folga na capacidade de armazenagem dos caminhões coletores, traduz em segurança na qualidade dos serviços, principalmente quanto à capacidade de coleta logo após os finais de semana, tendo em vista que, nos setores predominantemente constituídos por residências, apresentam, em sua maioria, uma demanda maior de resíduos gerados.

Os veículos automotores com os equipamentos adequados e necessários para a execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares estão dimensionados de forma a serem suficientes, em quantidade e qualidade, e para atender, de maneira adequada, a prestação de serviços.

Os veículos automotores que são utilizados pela empresa, para a realização dos serviços acima descritos, estão definidos como sendo:

- Caminhões médios com tara de até 16.000 kg, com caçamba compactadora tipo fechada, com vedação estanque e caixa coletora de chorume, sistema de carga traseira, compactação hidráulica com taxa de compactação variável de 1:3 ou 1:4, sistema de basculamento de contêiner, sinalizador de teto traseiro tipo giroflex, capacidade volumétrica mínima de 15,00 (quinze) m³.
- A Prefeitura pretende em futura contratação que todos os veículos coletores compactadores disponham de sistema de rastreamento via satélite (GPS), que disponibilize, se possível, os seguintes dados: localização dos veículos em tempo real; mapeamento dos itinerários de cada veículo e condutor; distância, tempo de execução e rotas permitidas; percursos e logradouros percorridos; identificação de entradas e saídas em perímetros geográficos; identificação de quando o veículo começa, suspende e finaliza suas viagens; identificação de estabelecimentos geradores de grandes volumes de resíduos; dados sobre itinerários de cada logradouro ou área; informações sobre quebra de veículo, saída de rotas, distância percorrida, tempo de operação, paradas não previstas e outros

eventos não programados.

A empresa se comprometeu que, ao longo do contrato, os equipamentos sejam mantidos com todos os seus componentes em funcionamento nas mesmas condições especificadas, não obstante o desgaste normal por uso, inclusive as unidades de reserva.

A empresa possui um plano de manutenção para os veículos e equipamentos utilizados nos serviços contratados baseado em inspeções diárias, programa de manutenção preventiva e corretiva, programa de serviços internos e externos, programa de limpeza e aparência (lavagem, desinfecção e pintura periódica), programa de controle de itens de segurança (iluminação, pneus, dentre outros) e programa de manutenção, limpeza e reparos dos compactadores.

Todos os veículos e equipamentos utilizados nos serviços de limpeza pública respeitam os limites estabelecidos em lei para fontes sonoras, emissão de gases e demais normas reguladoras do tráfego de veículos.

Qualquer mudança posterior no tocante à capacidade do caminhão coletor, aumento na quantidade de resíduos produzidos no setor, fará com que o planejamento inicial sofra alterações, neste caso será necessário um replanejamento das atividades.

A metodologia utilizada para calcular a necessidade foi a seguinte:

No município são coletadas em média 4.640 toneladas por mês de resíduos domiciliares. Como o período mensal é de 26,08, gera uma quantia aproximada de 177,91 ton/dia. Com isso, temos uma produção básica de 7,5 ton/período x equipe, sendo 02 (dois) períodos diários, tem-se que o tamanho necessário do caminhão é de 15,0 toneladas. Assim, para coletar a quantia diária de resíduos sólidos com caminhões desta capacidade são necessários 12 veículos, porém, é necessário ter 1 caminhão de reserva, portanto, a frota possui um total de 13 caminhões. A seguir um exemplo do caminhão e compactador utilizados no serviço de coleta de Resíduos Sólidos de Bragança Paulista.



Fonte: Amplar Engenharia.

Figura 144 - Coletor e compactador de resíduo

➤ DIMENSIONAMENTO DE MÃO DE OBRA

Diante das peculiaridades do município optou-se em adotar as seguintes equipes, inclusa reserva técnica, observando que cada veículo coletor executará 2,0 (duas) viagens por turno.

A equipe de mão de obra considerada para a execução da coleta de resíduos sólidos domiciliares é composta de 01 (um) motorista e 04 (quatro) coletores. Esta composição de equipe foi calculada diretamente com base nas necessidades do serviço e da quantidade de veículos previstas para a execução dos serviços.

Tabela 28 - Resumo da Mão de Obra

ITEM	CATEGORIA OU FUNÇÃO	PERIODO		RESERVA	TOTAL
		Diurno	Noturno	TÉCNICA	
1	Motorista	10	2	1	13
2	Coletor	40	8	4	52
TOTAL DE FUNCIONARIOS					65

Fonte: PM de Bragança Paulista.

Para atender as necessidades deste item devemos esclarecer que cada veículo coletor é equipado com ferramentas que auxiliam na limpeza das vias em caso de derramamento de resíduos. Assim as ferramentas para atendimento da quantidade de veículos na frota, adicionando-

se uma reserva de 10% para eventualidades, estão dispostas na tabela abaixo:

Tabela 29 – Ferramentas auxiliares nos caminhões coletores.

Equipamentos	Unidades
Enxada com cabo	13 (treze)
Pá com cabo	13 (treze)
Vassourão tipo PMSP	26 (vinte e seis)

Fonte: PM de Bragança Paulista.

Para atender aos trabalhadores foram dimensionados, adquiridos e disponibilizados os uniformes e EPI'S para os colaboradores, assim como mostrado na tabela abaixo e multiplicados pelo efetivo em ação.

Tabela 30 - Uniformes e EPI's disponibilizado aos trabalhadores.

Motorista	Jogos / Ano	Efetivo	Qtidade Total
Calça e camisa de brim	4	12	48,00
Calçado de couro	2		24,00
Boné tipo jóquei	2		24,00

Coletor	Jogos / Ano	Efetivo	Qtidade Total
Calça de brim	6	48	288,00
Camisa de brim	6		288,00
Calçado tipo " bamba"	8		384,00
boné tipo jóquei	2		96,00
Luvas de raspa de couro	12		576,00
Colete de proteção	2		96,00
Capa de chuva	1		48,00

Fonte: PM Bragança Paulista.

❖ **COLETA CONTEINERIZADA**

A empresa que realiza a coleta de Resíduos Sólidos Urbanos pretende implantar a containerização da coleta de resíduos parcialmente no município.

Inicialmente, a proposta de coleta de resíduos containerizada atenderia a zona central da cidade, no período noturno, podendo este tipo de coleta se expandir para outros setores do município, conforme diretrizes a serem definidos posteriormente pela administração pública do Município de Bragança Paulista.

Os contêineres seriam confeccionados em PEAD (Polietileno de Alta Densidade),

resistente ao impacto e à tração, com proteção contra raios ultravioleta em conformidade com as normas brasileiras, com capacidade de no mínimo 400,00 kg, com rodas (4 rodízios giratórios, sendo 2 com freios), além de tampa para não entrar água e munhão para basculamento.

12.2 VARRIÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

A coleta de resíduos das ruas e logradouros públicos (praças, parques e jardins) pode ser realizada manualmente ou mecanicamente. Porém as duas possuem os mesmos objetivos de:

- Minimizar os riscos à saúde pública;
- Manter a cidade limpa;
- Prevenir enchentes e assoreamento de rios;

Os serviços de varrição são executados obedecendo a um criterioso plano de varrição que estabeleceu:

- a divisão da cidade de Bragança Paulista em 47 setores;
- Frequências da varrição;
- Roteiro e número necessários de servidores e equipamentos;
- Produtividade esperada.

Limpar a rua é diferente de manter a rua permanentemente limpa. Alguns aspectos funcionam como inibidores para as pessoas que estão acostumadas a jogar lixo em qualquer lugar, são eles: ruas limpas, cestos de coleta implantados, campanhas permanentes de educação ambiental e rigorosa fiscalização do cumprimento das posturas municipais.

12.2.1 VARRIÇÃO MANUAL

Para a elaboração de um plano de varrição, são necessárias informações mapeadas de:

- Delimitação da área;
- Topografia;
- Tipo de pavimentação
- Uso do solo;

- Extensão das vias;
- Circulação de pedestres;
- Localização de cestos coletores;
- Localização de feiras, parques, paradas de ônibus etc.

A localização das instalações de apoio com refeitório, sanitários, vestiários, garagens, salas de administração e equipamentos estão em dois locais inicialmente (aterro e administração da empresa), pois uma única instalação poderia representar significativa perda de tempo com deslocamentos. No entanto, admite-se a utilização de prédios públicos próximos como ponto de apoio emergencial aos colaboradores.

Os roteiros dos varredores são circulares e no sentido dos declives, de modo que cada varredor partindo do ponto de apoio, finalize sua jornada regressando ao início.

A frequência da varrição é função direta do tipo de ocupação do solo, ou seja, a ocorrência é maior em áreas de grande fluxo de pedestre, como no centro, e menor em regiões residenciais.

A varrição de vias e posterior coleta de resíduos desta, devem ser encarados como atividade essencial, tanto por conta do aspecto higiênico como também pela estética do município.

A operação de Varrição Manual de Vias e logradouros públicos consiste no processo de varrição, raspagem, retirada de pequenas touceiras, recolhimento e ensacamento de todos os resíduos existentes nas vias e logradouros públicos, bem como, proceder o esvaziamento, a higienização, a manutenção e a reposição, quando danificados, dos cestos de resíduos existentes nas vias e logradouros públicos, além de proceder aos serviços de varrição dos resíduos resultantes de eventos havidos em vias e logradouros públicos.

Os serviços são executados concomitantemente em ambos os lados das vias, inclusive nos canteiros centrais e não ajardinados com a utilização de equipamentos e ferramentas apropriadas, tais como carrinho do tipo “Lutocar”, vassoura, vassourinha, vassourão e pá, com o esvaziamento dos cestos de lixo (papeleiras) mantidos nos logradouros e o posterior acondicionamento dos resíduos.

A eficiência das operações é garantida pela constante orientação dos fiscais que atuam como supervisores.

Para maior agilidade pela fiscalização e orientação aos varredores, os fiscais são munidos de motocicletas, veículos ou outros meios de locomoção, quando necessário.

Ocorre a varrição regular, manual, nas ruas e logradouros públicos visando a limpeza geral, inclusive de terra, areia e outros resíduos acumulados no meio fio dos 47 setores.

Sempre ocorre varrição extraordinária para atender a limpeza dos locais onde se

realizam as feiras livres, as imediações de praças de esportes após as competições, os itinerário de desfiles, os logradouros onde são realizadas concentrações públicas e todos os pontos do município onde ocorre eventos ou comemorações que ao seu término, haja necessidade de varrição imediata. Ocorre também em pontos da cidade, onde após as chuvas, acumulam resíduos transportados pelas águas pluviais.

O programa de varrição regular é sempre revisto, objetivando acompanhar o crescimento vegetativo da cidade com as necessárias ampliações nas áreas de atividades.

Nos locais sujeitos a alagamentos, enchentes ou depósitos de resíduos trazidos pelas águas pluviais superficiais, ocorrem serviços de raspagem das sarjetas para a limpeza da terra e outros materiais depositados ao longo do meio fio.

Conforme a prática consagrada nesse tipo de atividade, os serviços de varrição manual são executados por equipes compostas de dois varredores cada, equipadas com (02) vassourões, 01 pá, 01 vassoura pequena, 01 carrinho do tipo “Lutocar” e sacos plásticos, e ainda, quando necessário, cones de segurança.

As vassouras são de dois formatos: uma de chumaços de fibra, dispostos em três fileiras, possuindo ainda dois furos simétricos e inclinados, o que possibilita posição alternada do cabo, para melhor aproveitamento da fibra; a outra denominada “vassourinha” é utilizada para colocar em uma pá os resíduos amontoados durante a varrição propriamente dita.

Os resíduos provenientes da varrição manual são acondicionados em sacos plásticos, conforme especificações da ABNT – NBR 13056, NBR 9090, NBR 9091, NBR 9195 e NBR 13055, os quais à medida que a capacidade dos sacos plásticos forem sendo alcançadas, estes, devidamente fechados, são concentrados em pontos estratégicos junto aos passeios ou locais apropriados, para sua posterior coleta e remoção na operação de Coleta Regular de Resíduos Sólidos Domiciliares, de Feiras Livres e de Varrição, conforme metodologia adotada pela prestadora de serviço.

Sempre que possível, as equipes são alocadas nos setores próximos a suas residências visando diminuir a locomoção dos mesmos para os setores e, assim, facilitando seus traslados através do transporte coletivo regular do município. Desta forma, os varredores se apresentam no início da jornada de seu turno nas instalações fixas, onde fazem seu registro de ponto, pegam os materiais e equipamentos necessários e partem para a realização das tarefas.

Os varredores são supridos periodicamente em suas necessidades de material de consumo em sua atividade diária, seja por funcionários destacados para a visita diária a cada setor, seja pelo almoxarifado existente nas instalações físicas da empresa.

A varrição manual é executada diariamente, ou 3 vezes por semana em frequências alternadas: 2º, 4º e 6º e ainda 3º, 5º e Sábado, entretanto, podem ser mantidos os serviços aos domingos e feriados em determinados locais, conforme determinação da administração.

A varrição ocorre em dupla, sendo que um dos profissionais tem a incumbência de varrer os resíduos, acumulando-os em montículos ao longo das sarjetas, enquanto o outro, com o carrinho do tipo “Lutocar”, tem a incumbência de recolher e depositar o material em sacos plásticos com capacidade de 100 litros, posicionado no interior do carrinho.

A referida remoção dos sacos utilizados e depositados em locais pré-determinados, bem como a dos resíduos de terra, areia, pedra, pequenos galhos, folhas, arbustos, vegetação solta, e outros, desde que possam ser removidos das guias e sarjetas, manualmente pelos vassourões, é realizada pela equipe de Coleta Regular de RSU durante suas atividades. Em caso de incompatibilidade de horários, é realizada por caminhão basculante, que conduz os materiais ao destino final indicado pelo município, sendo este o mesmo da Coleta Regular.

Os resíduos originários dos serviços de varrição, coletados e transportados ao destino final são medidos e remunerados por tonelada coletada, assim, são pesados na balança do Aterro Sanitário.

O serviço é caracterizado pelo seguinte horário de trabalho das 7:00 horas às 16:20 horas, com intervalo de 2 (duas) horas para refeição e descanso das equipes.

A produtividade média dos varredores é de 450 (quatrocentos e cinquenta) metros por hora por equipe. Porém, esta produtividade média dos varredores pode variar para mais ou para menos, em função da topografia, tipo de pavimento, do nível socioeconômico dos moradores, da circulação de pedestres, entre outros.

A extensão total da varrição mensal é de 4.009,23 quilômetros de eixo de vias por mês, o que resulta em uma média ponderada de 153,72 quilômetros por dia. Com a expansão urbana esse número tende aumentar.

A equipe padrão é composta de 2 (dois) varredores, 1 (um) carrinho do tipo “Lutocar” com rodas, com saco plástico com capacidade de 100 litros, utensílios e ferramentas necessárias para uma perfeita execução das tarefas.

Para atender a demanda de varrição projetada, são necessários 47 (quarenta e sete) equipes compostas de dois elementos cada. Ainda, é adotada uma reserva técnica de 10% no número de varredores para incidência de férias, folgas e faltas, e equipamentos para eventuais falhas. A mão de obra necessária se encontra na tabela a seguir.

Mão de obra necessária para varrição manual:

Função/Cargo	Quantidade
Varredor	104,00
Fiscal	2,00

12.2.2 VARRIÇÃO MECANIZADA

O serviço de varrição mecanizada refere-se às operações mecanizadas de limpeza de vias públicas, como a remoção de resíduos das sarjetas e dos canteiros centrais. Este serviço ainda não foi implantando no município, mas está no planejamento da Prefeitura. Para uma boa execução desse serviço será necessário utilizar uma equipe móvel de apoio, ferramentas, equipamentos de limpeza e uma sucção mecânica, operando com espargimento de água nos locais de atuação.

A equipe de varrição mecanizada de vias públicas deverá ser composta por 1 (um) operador de varredeira e 1 (um) ajudante de limpeza. Já o equipamento utilizado pela equipe deverá dispor de 1 (uma) varredeira mecânica monobloco, autoprepelida com compartimento de armazenamento com capacidade de, pelo menos, 4,0 m³ de resíduos, com basculamento traseiro, sistema de aspersão de água, tanque para armazenamento de água, 1 (uma) vassoura central de polipropileno e 2 (duas) laterais de aço. O sistema de iluminação e sinalização do serviço em questão deverá seguir as normas do CONTRAN e a velocidade de varrição deverá ser de 6,0 km/hora.

Vias Públicas	Dimensão (m)	Frequência	Dias	KM Total (km)
Av. dos Imigrantes	12.247,97	Segunda a Sábado	26	318,45
Av. Antonio Pires Pimentel	3.061,45	Segunda a Sábado	26	79,60
Rua Dona Carolina	380,95	Segunda a Sábado	26	318,45
Av. Lindóia	1.592,00	Segunda a Sábado	26	41,39
Rua Dr. Freitas	952,70	Segunda a Sábado	26	24,77
Av. Humberto Castelo Branco	678,93	Segunda a Sábado	26	17,65
Av. Gomes da Rocha Leal	2.032,00	Segunda a Sábado	26	52,83
Rua Tupy	307,50	Segunda a Sábado	26	8,00
Rua Teixeira	2.007,41	Segunda a Sábado	26	52,19
Av. São Francisco de Assis	1.280,40	Segunda a Sábado	26	33,29
Av. Dom Pedro I	2.760,95	Segunda a Sábado	26	71,78
Av. Salvador Marcowickz	1.170,19	Segunda a Sábado	26	30,42
Av. Marrey Jr.	2.636,65	Segunda a Sábado	26	68,55
Av. Francisco Samuel Lucchesi Filho	1.059,15	Segunda a Sábado	26	27,54
Rua Minas Gerais	1.441,14	Segunda a Sábado	26	37,47
Rua XV de Dezembro	781,00	Segunda a Sábado	26	20,31
Av. Jucelino K. de Oliveira	1.796,53	Segunda a Sábado	26	46,71

Travessa Bosque dos Eucaliptos	171,71	Segunda a Sábado	26	4,46
Av. Dr. Tancredo Neves	2.040,59	Segunda a Sábado	26	53,06
Av. Norte-Sul	1.845,53	Segunda a Sábado	26	47,98
Total	-	-	-	1036,46

Quanto a metodologia de execução, os resíduos coletados, ao final de cada ciclo de varrição, deverão ser transportados por caminhão basculante até o destino final, que será no Aterro Sanitário, para pesagem e descarga. Vale ressaltar que a função da pesagem será apenas para fins estatísticos, sendo que os custos da coleta e transporte estarão incluídos no custo da varrição mecanizada.

A seguir apresentamos as vias públicas que hoje são contempladas pela varrição manual mas que terão prioridade quando da implantação da varrição mecanizada, bem como a quilometragem total.

Considerando-se 1.036,45 km/mês e um período mensal de 26,08 dias, a unidade de serviço é estimada em 39,74 km/dia. Como a velocidade de varrição deve ser de 6,0 km/hora, ao adotar 7,33 horas dia, estima-se a necessidade de 1 (uma) equipe de varrição por dia, o que equivale a 1 (um) equipamento por dia.

12.2.3 VARRIÇÃO E LIMPEZA DE ÁREAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

O serviço de varrição e limpeza de áreas e logradouros abrange atividades de limpeza geral, como a remoção de papéis, coleta de detritos, rastelamento de grama e remoção de resíduos. Para a execução de tais serviços, são desenvolvidas pela empresa contratada algumas atividades ligadas à conservação dos logradouros e praças, empregando métodos e técnicas comuns à execução do serviço de varrição de vias e a conservação de praças, exceto nas áreas verdes que, por sua vez, são efetuadas pela administração municipal.

A catação de papéis, latas, garrafas plásticas assim como a coleta de detritos, o rastelamento de grama e a devida remoção de detritos desta atividade, são executadas pela equipe de conservação. Os trabalhos serão feitos de modo simultâneo e se iniciam pelo esvaziamento dos cestos de coleta existentes e pela varrição de um lado da praça para o outro. Sendo assim, os resíduos resultantes do serviço pronto, tanto dos cestos como os resíduos dos passeios e canteiros, são coletados em sacos plásticos. Vale salientar que os equipamentos utilizados são os mesmos da varrição de vias. A seguir apresentamos a planilha de varrição de áreas públicas.

Logradouro	Área (m²)	Setor	Frequência	Dias	Área total (m²)
Praça José Bonifácio	1.200	1	Segunda a Domingo	30	36.000
Praça Raul Leme	1.200	2	Segunda a Domingo	30	36.000
Jardim Público – Pq. Luiz Gonzaga da Silva Leme	2.000	3	Segunda a Domingo	30	60.000
Praça Luiz Apezato	500	4	Segunda a Sábado	25	12.500
Ciles Lavapés	1.000	5	Segunda a Sábado	25	25.000
Praça Jacinto Osório	1.200	6	Segunda a Sábado	25	30.000
Praça 9 de Julho	500	7	Segunda a Sábado	25	12.500
Praça do Rosário	400	8	Segunda a Sábado	25	10.000
Praça César Zequim	1.120	9	Segunda a Sábado	25	28.000
					250.000

A fim de atender às condições citadas, é necessária a mobilização de recursos para mão de obra. Estima-se que são atendidos 250.000,00 m² mensais. Ainda, adotando-se 26,08 dias por mês, a produção da equipe é estimada em 90,00 m² hora por varredor ou 659,70 m² dia, caso sejam adotadas 7,33 horas dia. Considerando tais dados, a necessidade diária fica em torno de 15 (quinze) varredores adotados. A Prefeitura pretende aumentar a extensão da área de atendimento para varrição.

Além disso, deve ser considerada para execução das atividades uma reserva técnica do efetivo, que pode ocorrer por motivos de férias, faltas e outros motivos ligados à falta ou impossibilidade de atuação do funcionário designado para a atividade. É importante que este seja substituído em suas funções sem que esta alteração cause danos ou prejuízos ao desempenho da atividade.

12.3 VARRIÇÃO E DESINFECÇÃO DE VIAS APÓS FEIRAS LIVRES

Os serviços de varrição e desinfecção de vias após feiras livres consistem na operação manual de varrição e remoção de todos os resíduos existentes. Em sequência, é feito o acondicionamento destes resíduos e a lavagem das vias. É válido ressaltar que estes serviços dependem de diversos fatores, tais como a cultura local dos profissionais que realizam tais feiras, a conscientização em produzir o menor número de resíduos e a forma como estes são descartados.

No que diz respeito à mão de obra, para cada lavagem de feira é utilizada 1 (uma) equipe composta de 2 (dois) varredores, 1 (um) motorista, 1 (um) caminhão tipo Pipa com

capacidade de 12.000 lts com equipamento de moto-bomba de alta pressão utilizando-se preferencialmente água de reuso, visando diminuir o desperdício de água potável e aplicação de desinfetantes biodegradável a base de cloro e aromatizado, visando inertizar os fluidos e odores oriundos da atividade.

O início das atividades de limpeza e desinfecção de vias após as feiras livres inicia-se em horários diferentes dependendo do local e dia da semana, normalmente, após o término e desocupação dos locais de realização das mesmas.

A equipe de varrição e desinfecção de vias após as feiras livres é composta por 01 (um) motorista e 02 (dois) ajudantes e a utilização de um caminhão pipa equipado para a atividade, que farão a lavagem e higienização de cada feira após sua varrição.

RELAÇÃO DAS FEIRAS			
FEIRA / LOCAL	METRAGEM	DIAS DA SEMANA	ENDEREÇO
Jardim Aracati	2.000,00	Domingos	Av. Antonieta Tomazini - Jardim Aracati
Jardim Recreio	1.000,00	Domingos	Av. Juscelino K. de Oliveira - Vila Bianchi
Feira Amizade	5.000,00	Domingos	Parque Dr. Fernando Costa - Posto de Monta
Taboão	1.200,00	Terças-feiras	Pergolado do Taboão
Lavapés	5.000,00	Quartas-feiras	Parque Dr. Fernando Costa - Posto de Monta
Noturna	2.000,00	Quartas-feiras	Parque Dr. Fernando Costa - Posto de Monta
Parque dos Estados	2.000,00	Sábados	Av. Dep. Virgílio de Carvalho Pinto - Planejada I

Há ainda a feira realizada na Avenida dos Imigrantes, que não é uma feira convencional. Trata-se de uma feira de trocas e convivência, não gerando resíduos orgânicos como uma feira comum, tendo como único ponto fixo de geração de resíduos uma barraca de alimentos, onde todos os resíduos são acondicionados pelos proprietários e dispostos como resíduo a ser coletado pela coleta regular. Os demais resíduos oriundos desta atividade, como restos de papéis e afins, são varridos e coletados pela equipe padrão de serviço. Desta forma, embora a feira tenha uma

grande extensão de área, não demanda de pessoal como uma feira convencional e pode ser subdimensionada em função deste fator apresentado.

Sendo assim, tem-se dimensionado para as atividades de Varrição e lavagem de feiras, 03 (três) equipes fixas de 02 (dois) homens para cada equipe, e 02 (duas) equipes específicas de 02 (dois) homens cada para serviços específicos de domingos oriundas das reservas técnicas da varrição de vias. Assim sendo, tem-se um contingente total de 10 varredores, o que demanda ainda a mobilização de fiscal para o controle e acompanhamento diário dos trabalhos, mantendo-se a média aproximada de 1 fiscal para as equipes. A tabela a seguir demonstra a mão-de-obra necessária para este tipo de serviço.

Função/ Cargo	Quantidade
Varredor	10
Fiscal	1
Motorista	1
Ajudante	2

12.4 COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE

12.4.1 DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os resíduos de serviços de saúde são resíduos produzidos pelas atividades de unidades de serviços de saúde como hospitais, ambulatórios, laboratórios de análise clínica, clínicas dentárias e veterinárias, farmácias e demais estabelecimentos desde âmbito.

A Resolução CONAMA n. ° 283 de 12/07/01 define Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde ou RSSS como todos os produtos provenientes de qualquer unidade que execute atividades de natureza médico-assistencial sendo humana ou animal, incluindo centros de pesquisa, desenvolvimento ou experimentação na área de farmacologia e saúde; medicamentos e imunoterápicos em condições estranhas ao uso e provenientes de serviços de medicina legal, necrotérios e funerárias e de barreiras sanitárias de modo geral.

Estes resíduos são compostos, em parte, por itens descartáveis como seringas, agulhas e similares, e ainda, de curativos, tecidos orgânicos (algodão, gases etc.), material patológico proveniente de seres vivos ou partes destes, e material perfuro cortante de toda espécie. Caracteriza-se pelo seu potencial de disseminação de doenças infectocontagiosa. Por esse fator deve ser motivo de um tratamento especial oferecido pela empresa.

Cerca de 30% dos resíduos gerados nos estabelecimentos de saúde são patogênicos e

devem ter um tratamento especial quanto ao sistema de coleta e destinação final. Deve-se ressaltar que o restante 70% são potencialmente contaminantes, em função das deficiências e dificuldades de grande parte do sistema de saúde.

A coleta dos resíduos dos serviços de saúde é feita da seguinte forma:

- Evitando-se a contaminação de resíduos não-perigosos;
- Com o manejo seguro de resíduos infectantes;
- Garantindo-se a destinação apropriada.

O gerenciamento da coleta dos resíduos de saúde, em especial dos resíduos perigosos infectantes, químicos ou radioativos é fundamental para evitar riscos à saúde pública.

Os resíduos devem ser coletados em todos os estabelecimentos que prestam serviços na área de saúde, podendo estes serem classificados em:

- I. Grandes geradores: hospitais, prontos-socorros etc.
- II. Pequenos geradores; farmácias, laboratórios, clínicas dentárias e veterinárias (a produção de resíduos não deve exceder 150 litros diários ou 700 litros semanais)

Os resíduos sépticos são coletados em veículos com carroceria metálica fechada, de fácil operação de carga e descarga, e lavados com produtos desinfetantes.

Para implantação deste tipo de coleta de resíduos, todos os estabelecimentos indicados pela Prefeitura Municipal de Bragança Paulista foram cadastrados e orientados com relação à forma de acondicionamento dos resíduos.

12.4.2 CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Classe A - Resíduos Infectantes

Tipo A 1 - Biológico: cultura, inóculo, mistura de microorganismos e meio de cultura inoculado proveniente de laboratório clínico ou de pesquisa, vacina vencida ou inutilizada, filtro de gases aspirados de áreas contaminadas por agentes infectantes e qualquer resíduo contaminado por estes materiais;

Tipo A 2 - Sangue e hemoderivados: bolsa de sangue após transfusão, com prazo de validade vencido ou sorologia positiva, amostra de sangue para análise, soro, plasma e outros subprodutos;

Tipo A 3 - Cirúrgico, anatomopatológico e exsudato: tecido, órgão, feto, peça anatômica, sangue e outros líquidos orgânicos resultantes de cirurgia, necropsia e resíduos contaminados por

estes materiais;

Tipo A 4 - Perfurante ou cortante: agulha, ampola, pipeta, lâmina de bisturi e vidro;

Tipo A 5 - Animal contaminado: carcaça ou parte de animal inoculado, exposto a microorganismos patogênicos ou portador de doença infectocontagiosa, bem como resíduos que tenham estado em contato com este;

Tipo A 6 - Assistência ao paciente: secreções, excreções e demais líquidos orgânicos procedentes de pacientes, bem como os resíduos contaminados por estes materiais, inclusive restos de refeições; conforme a classificação do grupo A, anexo I, da resolução CONAMA n.º 5/93.

Classe B - Resíduo especial

Tipo B1 - Rejeito radioativo: material radioativo ou contaminado, com radionuclídeos proveniente de laboratório de análises clínicas, serviços de medicina nuclear e radioterapia;

Tipo B2 - Resíduo químico perigoso: esses resíduos são classificados como perigosos à saúde humana, em função das suas características, como: patogenicidade, corrosividade, reatividade, inflamabilidade, toxicidade, explosividade e radioatividade previstos na NBR – 10.004 e os rejeitos radioativos, referidos na resolução CNEN – NE – 6.05.

Classe C - Resíduo comum:

Todos aqueles que não se enquadram nos tipos A e B e que, por sua semelhança aos resíduos domésticos, não oferecem risco adicional à saúde pública, por exemplo, resíduo de atividade administrativa, dos serviços de varrição e limpeza de jardins e restos alimentares que não entraram em contato com pacientes.

Observamos que os restos da alimentação servidos aos pacientes portadores ou não de doenças infectocontagiosas são tratados como resíduos da classe A acima descritos e devidamente destinados e manuseados.

Quanto às roupas de cama, roupas pessoais e correlatos, quando do descarte, são tratados pelo serviço de lavanderia, caso haja, ou descartados como itens da classe A.

Talheres e utensílios de cozinha sofrem os devidos cuidados de higienização quando não são descartáveis e quando o forem são tratados como itens da classe A.

O procedimento de coleta ocorre na unidade geradora, onde a equipe de coleta é recebida por funcionário do gerador, encarregado da atividade dentro da unidade para o acompanhamento da operação e verificações de segurança e praxe.

12.4.3 METODOLOGIA DE OPERAÇÃO

Os resíduos provenientes do serviço de saúde abrangem resíduos perigosos gerados

durante as diferentes etapas de atendimento de saúde humana ou animal, como os diagnósticos, tratamentos, imunizações e pesquisas que contenham agentes patogênicos. Assim, trata-se de resíduos originários de hospitais, prontos-socorros, farmácias, clínicas médicas, odontológicas, veterinárias, laboratórios de análises, ambulatórios, postos de saúde, resíduos provenientes de universidades e outros estabelecimentos indicados pela Prefeitura.

Segundo a empresa EMBRALIXO (empresa consultada na época da visita técnica) a remoção desses resíduos é realizada por veículo utilitário, dotado de compartimento isolante térmico isolado da cabine, hermeticamente fechado, revestido internamente com material de superfície lisa, impermeável e lavável, e com grade protetora entre a carroceria e a porta traseira, evitando derrame de material na operação de coleta, para transportar com segurança esses resíduos até o sistema de tratamento e posterior destino final.

A empresa, ainda, realiza a higienização lavando periodicamente a parte interna e externa do veículo com água quente e desinfetante à base de cloro. Os efluentes oriundos da lavagem são captados e encaminhados ao sistema de esgoto sanitário.

Segundo as normas de segurança para a coleta de resíduos de saúde e afins, a ABNT especifica o uso de saco plástico de média densidade, branco-leitoso (não transparente) que os estabelecimentos de saúde deverão utilizar para seu acondicionamento, visando minimizar o risco de contaminação durante o manuseio (NBR 9190), e ainda em caixas de papelão próprios a esta finalidade.

Os resíduos de serviços de saúde são acondicionados diretamente nos sacos plásticos regulamentados pelas normas NBR 9190 e 9191 da ABNT, sustentados por suportes metálicos, conforme se pode observar na ilustração que se segue. Para que não haja contato direto dos funcionários com os resíduos, os suportes são operados por pedais.



Fonte: Site da empresa Descarbox.

Figura 145 - Caixa de descarte para perfurocortantes

Os resíduos da Classe B, Tipos B.1 Rejeito Radioativo e B.3 Resíduo Químico Perigoso, devem ser tratados de acordo com as normas específicas da CNEN e dos órgãos ambientais municipais e estaduais (como Resíduos Sólidos Industriais Perigosos), respectivamente, e os resíduos Classe C podem ser descartados juntamente com o resíduo domiciliar normal.

Os resíduos de Classes A e B.2 devem ser dispostos em sacos plásticos e obedecer à seguinte especificação de cores:

- Branco Leitosos: Resíduos infectantes ou especial (exceto radioativo);
- Coloridos opacos: Resíduos comum não recicláveis;
- Transparentes: Resíduos comum, recicláveis.



Fonte: PMI de Bragança Paulista.

Figura 146 - Sacos plásticos para RSS.



Fonte: PMI de Bragança Paulista. Figura 147 - Contêineres para RSS

Os containers pintados de branco contêm inscrições e símbolos alusivos ao serviço que esta sendo executado, de modo a prevenir os circunstantes. Tem, ainda, ventilação adequada e compartimento que impede o vazamento de líquidos, equipamento de comunicação ligado a empresa, contém, também, em local visível, o nome da empresa coletora, o nome do município e a especificação dos resíduos transportados.

O motorista e o coletor trabalham devidamente uniformizados com vestimentas brancas e inscrições em vermelho alusivas ao tipo de serviço, equipados com os EPI's indispensáveis à segurança pessoal, tais como: uniforme composto de calça comprida; camisa com manga de no mínimo $\frac{3}{4}$, de tecido resistente; luva de PVC branca, impermeável e com cano de $\frac{3}{4}$; máscaras do tipo semifacial e impermeável; boné em tecido; óculos com lente panorâmica, incolor, de plástico resistente, com armação em plástico e proteção lateral e válvulas para ventilação; avental em PVC impermeável e de médio comprimento; além de botas e PVC impermeável, no mínimo com cano de $\frac{3}{4}$, brancas e solado antiderrapante.

O acondicionamento dos resíduos hospitalares é realizado, na fonte geradora, de maneira compatível com o tipo de resíduo, adotando-se o seguinte critério:

- Materiais perfurantes e cortantes: embalagens de material resistente;
- Líquidos: garrafas, reservatórios ou frascos inquebráveis;
- Sólidos e semissólidos: sacos plásticos na cor branca leitosa e impermeável.

Todos os resíduos devem serem lacrados de maneira que se evite o contato direto das pessoas, sejam os operadores, como pacientes ou coletores, garantindo assim, a segurança contra vazamento e possível contaminação. Todos os resíduos acondicionados são depositados em reservatórios apropriados, e posicionados em área externa de fácil mobilidade para a coleta.

12.4.4 COLETA DOS RSS

O Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde, conforme Lei Federal 12.305/2010, no Município de Bragança Paulista, segue o sistema de gestão compartilhada. Desse modo, são executados de forma indireta pela prefeitura municipal, tão somente a coleta dos resíduos provenientes dos locais constantes na tabela 31 abaixo indicada, cabendo aos geradores particulares a gestão dos RSSS e elaboração dos PGRSS dos resíduos por eles gerados.

Quanto aos resíduos oriundos de particulares, portanto, a Secretaria Municipal de Saúde e Divisão de Vigilância Sanitária faz tão somente a fiscalização e monitoramento dos geradores com solicitação do PGRSS.

O planejamento elaborado para a coleta dos resíduos de saúde considerou a demanda prevista pela Prefeitura Municipal de Bragança Paulista de, aproximadamente, 4,00 toneladas mensais em 28 pontos de coleta na zona urbana e 6 pontos de coleta na zona rural. Para atender este serviço é utilizado 01 (uma) equipe, realizando a coleta na zona urbana 01 (uma) vez por semana (quinta-feira) e na zona rural quinzenalmente (sexta-feira).

A eficiência do trabalho é determinada pelo correto itinerário adotado e pela constância da frequência da coleta que, por suas características próprias, somente são efetuadas no período diurno.

Para a coleta de resíduos sólidos hospitalares é utilizado veículo utilitário tipo Furgão marca Volkswagen modelo 9.150E Worker, adaptado para as funções a que se destinam, com capacidade de 5.000 kg de carga, com características próprias tipo hermética, estanque e fechada, internamente revestida com material liso sem frestas ou ressaltos, impermeável, metálica ou em fibras diversas, sem cantos vivos porém arredondados de fácil lavagem e desinfecção, contendo drenos para fluídos.

A definição dos roteiros tem como base a localização dos pontos de coleta, a demanda de resíduos gerados e o horário de funcionamento dos estabelecimentos.

As atividades demandam alto risco de contaminação ao pessoal e ao meio ambiente local, assim são observadas algumas precauções básicas para sua pronta e segura operação:

- O coletor está munido de todo seu equipamento de segurança;
- O coletor realiza a transferência de cargas com a máxima presteza e velocidade possível sempre observando as normas de segurança;
- Em caso de rompimento de qualquer um dos recipientes de transporte, o coletor imediatamente recolhe os resíduos e acondicioná-los em local apropriado como sacos coleta destinados a esta finalidade, os resíduos deverão ser recolhidos com auxílio de pá e vassoura, nunca com as mãos, mesmo que de luvas;
- É expressamente proibido o manuseio deste conteúdo por pessoas não equipadas para tal tarefa e estranhas ao trabalho desenvolvido como o motorista, transeuntes e outros;
- Após a transferência de carga, o coletor observa a segurança desta e recolhe a lona de proteção, e em não havendo contato desta com os resíduos, poderá ser reaproveitada após ser lavada;
- Observando-se a forma de transporte para que não entre em contato com o piso interno do veículo danificado e contaminado, pois esta será imediatamente enviada para garagem para sua higienização e no caso de contaminação interna através de derramamentos de fluidos ou resíduos dentro do veículo, a lona deve ser descartada

junto com a carga transferida até o destino final;

- O coletor observa e fecha os compartimentos dos veículos;
- Observa-se o descarte de todo EPI descartável utilizado no processo junto com a carga até o destino final.

Vale ressaltar que a empresa mantém todos os equipamentos com todos os seus componentes funcionando nas mesmas condições especificadas.

É necessário a instalação de um plano de manutenção para os veículos e equipamentos utilizados nos serviços contratados baseado em inspeções diárias, programa de manutenção preventiva e corretiva, programa de serviços internos e externos, programa de limpeza e aparência (lavagem, desinfecção e pintura periódica), programa de controle de itens de segurança (iluminação, pneus, dentre outros) e programa de manutenção, limpeza e reparos.

A coleta é realizada por 01 (um) veículo coletor de resíduos de saúde do tipo furgão e 01 (um) veículo de reserva, sendo este, terceirizado de empresa parceira ou do mesmo grupo caso este venha a ser necessário para a substituição do principal na atividade.

Já, a mão de obra utilizada para a coleta dos RSSS, é composta por 01 (um) motorista efetivo e 01 (um) reserva, além de, 01 (um) coletor efetivo e 01 (um) reserva.

Os pontos de coleta de resíduos de serviços de saúde – RSSS são indicados pela Prefeitura, conforme a tabela a seguir:

Tabela 31 - Tabela referente aos locais de coleta de RSSS.

PONTOS DE COLETA DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	
Local	Endereço
ZONA URBANA	
UBS SANTA LUZIA “DR. DARWIN DE SOUZA”	Rua Mary Siqueira, 171 , Santa Luzia
UBS VILA APARECIDA ‘Dr. LUIS EDSON RIBEIRO”	Rua são Cristovão, 365, Vila Aparecida
EACS SÃO VICENTE “ Dr. GERALDO DE ASSIS GONÇALVES/PAD	Av. São Vicente de Paula, 265, Jardim Recreio
ESF TORÓ I e II “ DR. NATAL BONUCCI”	Av. Recanto Maranata, 62, Toró
ESF VILA BIANCHI “DR. JOSÉ RENATO DE MACEDO”	Rua Alziro de Oliveira, 15, Vila Bianchi
ESF CASA DE JESUS “ DR. SÉRGIO ROBERTO BARBOSA LIMA”	Rua José Dominici, 681, Jardim do Cedro
ESF ÁGUA CLARA I e II “ FARM. JOÃO MARCONDES ESCOBAR”	Av. Antonio Pierotti, s/n, Jardim Águas Claras
ESF UNIDADE ESCOLA SÃO FRANCISCO DE	Av. João Rubens Valle, 648, Jardim Águas Claras

ASSIS	
ESF HENEDINA RODRIGUES CORTEZ	Alameda Wanderlei Torricelli,s/n, Henedina Cortez
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO BOM JESUS	Rua Santi Joanni Baptista, 200, Hípica Jaguari
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - “SAMU”	Rua Santi Joanni Baptista, 200, Hípica Jaguari
AMBULATÓRIO ESPE. MÉDICA “ DR. JOSÉ DE AGUIAR LEME”	Rua Santi Joanni Baptista, 200, Hípica Jaguari
ESF HÍPICA JAGUARI “ IRMÃ MARIA L. DE JESUS CRUCIFICADO”	Rua Santi Joanni Baptista, 200, Hípica Jaguari
CAPS II “DR. ADIB BAUANAIN”	Rua Santi Joanni Baptista, 100, Hípica Jaguari
ESF JARDIM DA FRATERNIDADE “ MARIA PAULINA”	Rua Francisco Lido Vito, 185 , Jardim da Fraternidade
ESF PQ DOS ESTADOS I” DRA. FÁTIMA MARIA FREIRE”	Rua Eriberto Curci, s/n, Parque dos Estados
ESF PQ DOS ESTADOS II” DRA. MARIA AMÁLIA G. OLIVEIRA”	Av. Nossa Senhora da Conceição, 195, Cidade Planejada I
SF PLANEJADA I “ DR. CÉLIO GAYER”	Rua Pedro Cioban,23, Cidade Planejada I
ESF PLANEJADA I e II “ DR. MARTINHO BORGES DA FONSECA”	Rua Agostinho Rosa,249, Cidade Planejada II
ESF CIDADE JARDIM “ DR. JOSÉ RIBEIRO PARENTE”	Rua Antonio Luppe,209, Jardim Iguatemi
ESF JARDIM SÃO MIGUEL DR. ERNESTO PORTO DE ALMEIDA”	Rua Máximo Bertolini, 75, Jardim São Miguel
ESF VILA MOTTA “ ENF. ÂNGELO FERNANDO BARATELLA”	Rua Carvalho Motta, 540 , Vila Motta
ESF “ DR. PEDRO MEGALLE”	Av. Senador Roberto Simonsen, 71, Vila Garcia
ESF VILA DAVI I e II	Rua Sebastião Cícero Franco, s/n, Vila Davi
UPA VILA DAVI “ DR. VALDIR DA SILVA CAMARGO”	Rua Sebastião Cícero Franco, 319, Vila Davi
ESF NILDA COLLI “ DRA. NILDA DA SILVA COLLI”	Rua Elias Berbari, s/n, Padre Aldo Bolini
ESF CDHU “SAADA NADER ABI CHEDID”	Rua Vereador Vicente Talomino, 27 CDHU
ESF SÃO LOURENÇO “ DR. ROBERTO OLIVALVES”	Av. São Lourenço, 970, Jardim São Lourenço
ESPAÇO DO ADOLESCENTE	Praça Catarina P. Helena, 1, Jardim São Lourenço
CAPS AD “ DR. FRANCISCO DE ASSIS LEME”	Av. Juscelino K. de Oliveira, 520, Matadouro
CENTRO DE REABILITAÇÃO MUNICIPAL	Av. dos Imigrantes,4444, Matadouro
PROGRAMA MUNICIPAL DE IST/AIDS e HEPATITES VIRAIS	Av. dos Imigrantes, s/n, Matadouro

DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA- DIVE	Rua Dr. Arthur Siqueira, 60, Vila Municipal
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA- VISA	Rua Dr. Arthur Siqueira, 60, Vila Municipal
CENTRO DE SAÚDE LAVAPÉS “ DR. LOURENÇO QUILICCI”	Rua Dona Carolina, s/n, Lavapés
AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL INFANTO – JUVENIL	Travessa Carlos Gomes, 67, Centro
CENT. ESP. ODONTOLÓGICAS “ DR. JOSÉ LAMARTINE CINTRA”	Av. São Francisco de Assis, 218 , Jardim São José
ZONA RURAL	
UBS BIRIÇÁ DO VALADO	Est. Mun. Antonio de Souza Moreno, s/n, Biriçá do Valado
ESF ÁGUA COMPRIDA “ OSWALDO TOLEDO LEME”	Rua Água Comprida ,854, Água Comprida
UBS MORRO GRANDE DA BOA VISTA	Rod. Padre Aldo Bolini, km 74,5
UBS ARARA DOS MORI	Rod. Capitão Barduíno , km 104,6, Arara dos Mori
UBS MÃE DOS HOMENS “ FARMACÊUTICO FELÍCIO LONZA”	Rod. Benevenuto Moreto, km 7,5, Mãe dos Homens.

Fonte: Modificado PM de Bragança Paulista.

12.4.5 TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RSS

Este serviço se caracteriza pela inertização dos resíduos desta natureza através de meios exclusivos para esta finalidade.

O processo de tratamento é baseado em etapas específicas e bem distintas, a saber:

- I. Tratamento;
- II. Inertização;
- III. Disposição Final.

Após a inertização, os resíduos atingem padrões de segurança adequados à disposição destes em aterros convencionais por não apresentarem mais suas características iniciais de contaminação e degradação ao meio ambiente e ao ser humano.

A empresa responsável pela destinação final dos resíduos sépticos é a Silcon Ambiental S/A, em sua unidade no município de Paulínia/SP, distante 95 km de Bragança Paulista, devidamente licenciada pela CETESB para este fim, utilizando equipamentos de Autoclavagem, que garante a total inativação dos microorganismos presentes nos resíduos, através de uma rápida e homogênea elevação de temperatura da câmara.

12.5 COLETA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, PODAS E GRANDES VOLUMES

É a coleta destinada a remover resíduos especiais, ou seja, aqueles que não são removidos pela coleta regular, em virtude de suas características próprias, origem e quantidade. Esses resíduos podem ser definidos como:

- I. Resíduo da construção civil, composto por materiais de demolições, restos de obras, solos de escavações diversas, etc. O entulho é geralmente um material inerte, passível de reaproveitamento, porém, geralmente contém uma vasta gama de materiais que podem lhe conferir toxicidade, com destaque para os restos de tintas e de solventes, peças de amianto e metais diversos, cujos componentes podem ser remobilizados caso o material não seja disposto adequadamente;
- II. Resíduo originário de restos de utensílios de mudanças e outros similares em retalhos;
- III. Restos de limpeza de quintais e jardins, material oriundo de podas, animais mortos de pequeno porte, etc.

A coleta e transporte de entulhos, podas de árvores e restos de mudança, etc., constitui uma tarefa rotineira no âmbito do sistema de limpeza pública da PMBP, cuja execução demanda a mobilização da equipe específica dimensionada anteriormente e um itinerário diário não específico, a ser estabelecido de acordo com a demanda do serviço a executar.

No município são coletadas 113 toneladas por mês de resíduos especiais, considerando 26,08 dias, tem-se uma média aproximada de 4,33 ton/dia. Sabendo que 01 (um) caminhão tem capacidade de transportar 7,0 ton/viagem, é necessária apenas uma equipe para realizar o serviço, porém, considerando a reserva são necessários 02 (dois) veículos. Através da visita, constatou-se que a PMBP está em conformidade com os equipamentos necessários para atender esse serviço.

Assim, a coleta é realizada, nos locais onde forem detectados esses resíduos nas vias públicas ou por solicitação da Prefeitura. É realizada por caminhão basculante com capacidade de 7m³ e 10 toneladas, com 1 (um) motorista e 04 (quatro) ajudantes que farão a carga dos detritos e limpeza do local.

Os materiais resultantes das podas de árvores são encaminhados para um local onde são triturados pelo Picador de Madeiras Modelo 500 x170 preparados para serviços leves e pesados (troncos, galhos, costaneiras, cascas, folhas, etc.), capacidade de produção até 21,00 m³/hora.

Os entulhos da construção civil são utilizados para manutenção das vias internas do Aterro Sanitário.

Os Grandes Volumes que não podem ser reciclados, tais como: geladeiras, fogões, televisão, colchão, armários usados, entre outros são doados para cooperativas de catadores, sendo que a Prefeitura estuda a implementação de maior fiscalização na realização de logística reversa

pelos geradores responsáveis.



Fonte: Amplar Engenharia. Figura 148 - Triturador para resíduos de poda e manutenção de áreas verdes.

12.5.1 RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - RCC

Os Resíduos Sólidos da Construção Civil - RCCs são aqueles oriundos de construções, reformas, reparos, restaurações e demolições de obras de construção civil, bem como os resultantes da preparação e escavação de terrenos, tais como tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solo, rocha, madeira, forros, argamassas, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica, metais, todos comumente denominados de entulho de obras. Estes resíduos são regidos pela Resolução CONAMA 307/2002 e suas alterações, sendo que a sua gestão deve respeitar a classificação (Resíduos Classe A, B, C e D). A seguir, mostra-se esta classificação:

- Classe A - Resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:
 - a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;
 - b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;
 - c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio-fio etc.) produzidas nos canteiros de obras;
- Classe B - Resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso; (Redação alterada pela Resolução nº 469/2015).
- Classe C - Resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação; (Redação alterada pela Resolução nº 431/11).

- Classe D - Resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde. (Redação alterada pela Resolução nº 348/04).

No município existe a Lei Nº 4.732, de 26 de junho de 2020, que Institui o Sistema para a Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, de acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações. Esta lei determina que, “toda atividade que gere volumes de resíduos superiores a 1,0 (um) m³/semana e 3 m³/mês por imóvel”, os serviços de coleta transporte, tratamento e destinação final somente funcionarão após cadastramento prévio na Prefeitura, e que os grandes geradores devem apresentar projetos específicos de gerenciamento de RCC em conformidade com as diretrizes do Sistema para a Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos e com as legislações federal, estadual e municipal específicas, cabendo à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e à Secretaria Municipal de Obras aprová-los e monitorar seu cumprimento.

Entretanto, os pequenos geradores, considerados como aqueles que produzem até 1,0 (um) m³/semana limitados a 3 m³/mês, podem destinar os resíduos para os Pontos de Apoio (ecopontos). No município atuam diversos caçambeiros irregulares, para os quais a Prefeitura não mantinha nenhum tipo de cadastro, nem possuía informações sobre os locais de disposição dos resíduos transportados. Com a fiscalização desses caçambeiros e o pedido de habilitação do Município no SIGOR – Sistema de Gerenciamento de Resíduos /CETESB, a Prefeitura viabiliza uma solução para essa problemática.

A seguir são apresentadas algumas fotografias obtidas pela Equipe da AMPLAR Engenharia e Gestão Ambiental em outubro de 2020 sobre o local de disposição provisória dos RCC, e também fotografias de locais de descarte irregular de RCC pelos caçambeiros clandestinos.



Figura 149, 150, 151 e 152 - Referente ao 1º ponto de disposição irregular de resíduos.



Figura 153 e 154 – Referente ao 2º Ponto de disposição irregular de resíduos.

No município existe, em funcionamento, uma usina particular de britagem de RCC denominada Usina – Reciclagem de Resíduos de Construção Civil, que recebe os resíduos de caçambeiros e os beneficia para a confecção de blocos e bloquetes para pavimentos dentre outros.

De acordo com as informações dos técnicos da empresa, os resíduos de entulhos que chegam com as caçambas vêm misturados com grandes quantidades de resíduos orgânicos, e com potencial de reciclagem, que atrapalham o processo de britagem na usina, além de materiais de difícil destinação e materiais volumosos que devem ser separados antes do encaminhamento desses resíduos para a britagem.

12.5.2 RESÍDUOS VOLUMOSOS

Os resíduos volumosos são caracterizados por peças de grandes dimensões como, por exemplo, móveis e utensílios domésticos inservíveis. Eles são coletados pela Prefeitura e encaminhados para o ecoponto. Esses resíduos geralmente são dispostos pela população nas calçadas ou em terrenos baldios, e, em sua maioria, são compostos por móveis, especialmente sofás inservíveis.

A Prefeitura vem cumprindo o seu papel de instalar e manter os ecopontos em atividade, além, de orientar a população quanto à necessidade de se descartá-los corretamente. A seguir vemos imagens dos móveis descartados corretamente nos ecopontos.



Fonte: Amplar Engenharia

Figura 155 – Referente ao Ecoponto na seção de resíduos volumosos.

12.6 RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO

Os resíduos provenientes do tratamento de água e esgoto (resultantes dos processos realizados em Estações de Tratamento de Água (ETAs) e Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), manutenção dos sistemas de drenagem e manejo das águas pluviais são considerados

resíduos sólidos dos serviços públicos de saneamento. Os resíduos do SAA e do SES são gerenciados pela SABESP, e encaminhados para os Aterros Sanitários da Estre em Paulínia. Os resíduos de limpeza das margens ou desassoreamento de córregos e limpeza de bocas de lobo são gerenciados pela Prefeitura de Bragança Paulista, e são encaminhados para o Aterro Sanitário da Embralixo (empresa consultada na época da visita técnica – CARRETEIRO – empresa atual).

12.7 RESÍDUOS DE LOGÍSTICA REVERSA

Os resíduos caracterizados como de logística reversa são constituídos por produtos eletroeletrônicos, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas fluorescentes, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, e, os agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei no. 12.305/10), que devem ser gerenciados pelos próprios geradores através de planos e medidas específicas tal como abordados a seguir.

Em que pese a Lei estabelecer que cabem aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, de forma independente a responsabilidade de acondicionar adequadamente os resíduos e disponibilizá-los para coleta ou devolução, tem-se como extremamente essencial não só que o município dê a destinação correta dos resíduos gerados por seus órgãos municipais, mas crie metas para iniciativas de gestão compartilhada com fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, ou suas associações e sindicatos, de produtos que após o consumo resultam em resíduos considerados de significativo impacto ambiental, tais como: Óleo comestível, Pilhas e baterias portáteis; Produtos eletroeletrônicos e seus componentes; Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; Pneus inservíveis; Medicamentos domiciliares, vencidos ou em desuso; Embalagens de alimentos; Embalagens de bebidas; Embalagens de produtos de higiene pessoal e Embalagens de produtos de limpeza.

O Decreto 7.404 que regulamenta a Lei Federal nº. 12.305 prevê que a implementação e operacionalização da logística reversa será definida através de acordos setoriais, regulamentos expedidos pelo Poder Público ou termos de compromisso.

Não existe no município acordo setorial que envolva o Poder Público e os fabricantes, importadores, distribuidores e/ou comerciante na implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo do produto.

Desse modo, há pretensão do Município junto com o setor privado firmar parcerias com sistemas de logística reversa já existentes, como por exemplo, o INPEV – Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, que opera o programa denominado Sistema Campo Limpo com a finalidade de realizar a logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas; Instituto Jogue Limpo, criado pelo Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de

Combustíveis e de Lubrificantes; REICLANIP, entidade gerenciadora da logística reversa de pneumáticos inservíveis, etc.

Quanto aos pneus, o PMGIRS que se revisa previa uma meta de coleta e destinação final adequada de 100% dos pneus inservíveis gerados pelo Órgãos Municipais até 2019; coleta e destinação final adequada de 100% dos pneus das unidades geradas no município até 2018. No entanto, o Município não possui nenhum acordo setorial nesse sentido. Portanto, nota-se a importância do Município criar estratégias junto ao setor privado para atender os ditames previstos na Resolução CONAMA nº. 416/2009 que estabeleceu a obrigatoriedade da presença de pontos de coleta no município com população acima de 100 mil habitantes. Tais medidas são importantes para que o Município possa dar a correta destinação aos pneus advindos de sua frota e também os recolhidos nos mutirões, além de possibilitar que o Município seja a ponte entre comerciantes, inclusive mercado informal e os pequenos geradores que não tem ainda, estrutura para implementar a logística reversa sem um apoio que forneça meios e articule o sistema.

O Município realizou estudos e pretende celebrar um acordo setorial, por meio de assinatura de convenio de cooperação mútua com a Associação Reciclanip, para destinação de pneus usados e a definição de um ou mais pontos de coleta primário, ponto secundário de armazenamento, ainda que no próprio aterro para posterior destinação à associação cadastrada, bem como cadastramento dos borracheiros do Município a fim de disponibilizar os serviços de recebimento de pneus inservíveis.

Quanto aos resíduos eletrônicos, tinha-se como meta a coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas nos órgãos municipais e das unidades geradas no município até 2019.

Em que pese a abertura de chamamento público pela Prefeitura para credenciamento de interessados em participar do programa rede de coleta solidária de resíduos tecnológicos (lixo eletrônico), por duas vezes, ambos foram infrutíferos.

O acordo setorial para a implementação do sistema de logística reversa desses resíduos sólidos ainda está em negociação, porém o termo de compromisso de logística reversa do Estado de São Paulo foi assinado em 2016 entre o poder público, representado pela SMA e CETESB, e a ABINEE e FecomércioSP, sendo a entidade gestora a Green Eletron – a mesma entidade gestora do sistema de pilhas e baterias portáteis.

No município de Bragança Paulista ainda não há um ponto de coleta do programa da Green Eletron – Programa Descarte Green eletroeletrônicos.

Somente a empresa Casas Bahia Bragança Paulista é cadastrada no programa.

O Município pretende, dessa forma, a abertura de novo chamamento para destinação dos resíduos eletrônicos oriundos dos órgão públicos Municipais, cadastramento de Pontos Primários

e secundários no Programa Descarte Creen Eletroeletrônicos por meio de incentivo a outras iniciativas de logística reversa de resíduos eletroeletrônicos junto ao setor privado.

Quanto a destinação correta das lâmpadas fluorescentes a meta era a coleta e destinação final adequada de 100% das unidades até 2019. O município teve que contratar os serviços de destinação final, e não possui nenhum programa de logística reversa, exceto, o Dia do Campo Limpo.

O acordo setorial para a implementação do sistema de logística reversa de lâmpadas foi assinado em novembro de 2014, possuindo como partes acordantes o MMA; a Associação Brasileira de Importadores de Produtos de Iluminação – ABILUMI; a Associação Brasileira da Indústria de Iluminação – ABILUX, a Confederação Nacional do Comércio – CNC (BRASIL, 2015; RECICLUS, 2017).

Segundo o acordo, as empresas signatárias são obrigadas a criar, juntamente com as demais empresas participantes do mercado dos produtos, uma ou mais entidades gestoras, sem fins lucrativos e dotada de personalidade jurídica própria, a qual será responsável pela implantação e operação do sistema de logística reversa de lâmpadas pós-consumo (BRASIL, 2015).

Por isso, a Reciclus foi criada em dezembro de 2015, que iniciou seu trabalho efetivamente em abril de 2016 como entidade gestora do sistema de logística reversa de lâmpadas, propiciando destinação ambientalmente adequada dos resíduos (SINIR, 2016).

A Reciclus realiza seu trabalho através de parcerias com comércios que fazem a venda destes produtos, sem haver custos para os comerciantes. Esta abordagem se deu a fim facilitar o acesso ao descarte pelo cidadão comum após o consumo.

No Município de Bragança Paulista, atualmente, há somente um ponto de coleta cadastrado no Reciclus, a empresa .TELHANORTE TUMELERO – BRAGANÇA PAULISTA - SAINT-GOBAIN DISTRIBUIÇÃO BRASIL LTDA, situada na Avenida Dom Pedro I, 2766.

A meta do Município é a realização de estudos quanto a possibilidade de acordos setoriais e ações visando incentivo e/ou responsabilização dos grandes geradores.

Em relação às pilhas e baterias (portáteis) a obrigatoriedade da logística reversa foi instituída com a Resolução Conama nº 401/2008 (a qual revogou a de nº 257/1999). O termo de compromisso de logística reversa do Estado de São Paulo, assinado em dezembro de 2016, renovou o termo anterior (assinado em 2012) e passou ser entre o poder público, representado pela Secretaria do Meio Ambiente – SMA e CETESB; a Associação Brasileira da Indústria Elétrica Eletrônica – ABINEE e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – Fecomércio-SP.

Desde 2010 que esse sistema é operado pela ABINEE, através do Programa Abinee Recebe Pilhas, passando-se a ser gerenciado pela Green Eletron em abril de 2018 – criada em

2016 a fim de ser entidade gestora do sistema de logística reversa dos resíduos eletroeletrônicos – com o programa Descarte Green Recicla Pilhas (ABINEE, 2019).

O Município de Bragança Paulista, em 2019, na tentativa de contribuir com a Logística Reversa de Pilhas e Baterias, por intermédio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente aderiu o Termo de Parceria de Logística Reversa de pilhas, assinado em 21 de dezembro de 2016, celebrado entre a Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SMA e a Agência Estadual de Meio Ambiente - CETESB e Gestora para Resíduos Eletroeletrônicos Nacional – GREEN Eletron.

Com a assinatura do termo, o Município passa a ser Ponto de Coleta Secundário, cabendo ao Viveiro Municipal receber as pilhas e baterias dos Pontos de Entrega Primários, armazenando-os temporariamente, de forma adequada, protegida de intempéries e distante de outros produtos e encaminhar os resíduos à Green Eletron.

Com intuito de facilitar a entrega das pilhas e baterias pelos consumidores, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente também firmou parceria com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Bragança Paulista e Centro de Educação Ambiental, cadastrando novos Pontos de Coleta Primário, em quase todas as regiões do município, onde os munícipes podem destinar suas pilhas e baterias.

Pontos de coleta primários de pilhas e baterias portáteis do programa da Green Eletron, em Bragança Paulista:

- 1 - Associações Amigos e Moradores do Colinas de São Francisco – Rua Sabiá, 16 .
- 2 - Associação Residencial Portal de Bragança Horizonte – Alameda da Paisagem, 955.
- 3 - Baratel Com. de Equipamentos Eletrônicos Ltda – Av. Antonio Pires Pimentel, 1097 – Centro.
- 4 - Casa Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana – Avenida São Francisco de Assis, 218.
- 5 - Câmara de Dirigentes Lojistas – Avenida Dr. Adriano Marrey Jr.
- 6 - Rúbio Materiais Elétricos - Loja 1 - Rua São Pedro, 191 Loja 2 - Av. Santa Isabel, 281 – V. Aparecida
- 7 - NAPA–Núcleo de Apoio ao Professor e ao Aluno - Rua São Bento, s/nº - Praça Álvaro Sperandio - Vila Aparecida CEP: 12 912-570
- 8 - SALA VERDE PINDORAMA (NAPA) - Rua São Bento, s/nº - Praça Álvaro Sperandio - Vila Aparecida CEP: 12 912-570
- 9 - Secretaria Municipal do Meio Ambiente – Rua Madre Paulina, 301 – Centro.
- 10 - POLO UAB- Rua Alexandre Berbari, 101–São Lourenço
- 11- Empório Animal – Rua da Liberdade 256 .
- 12 – Todas as Escolas Municipais

As coletas acontecem esporadicamente e sem custo algum para os estabelecimentos. Deste modo, conforme o ponto de coleta primário alcança seu limite de armazenamento, o responsável leva ao Ponto de Coleta Secundário, este que comunica diretamente o operador logístico, GM&CLog, para a coleta dos resíduos.

12.8 COLETA SELETIVA

Os serviços de coleta e transporte de materiais recicláveis compreendem o recolhimento regular porta a porta ou contêiner de todos os resíduos com possibilidade de reciclagem, originários de domicílios, estabelecimento públicos, comerciais, industriais, da zona urbana do município, previamente separados pelo gerador, tais como: papel, metal, vidros, plásticos e outros e o seu transporte até as 2 (duas) Cooperativas de Reciclagem de Resíduos.

A coleta seletiva no Município de Bragança Paulista é realizada, atualmente, somente no sistema porta a porta, e utiliza os mesmos setores da coleta de resíduos sólidos urbanos domésticos, porém restrita aos setores 2, 8 e 10. A Prefeitura pretende ampliar a coleta seletiva para todos os outros setores. Os horários não coincidem com a coleta regular de resíduos. Ocorrem das 7:00 horas às 16:05 horas (previsão) de segunda-feira a sábado e 1 (uma) vez por semana em cada setor da Zona Urbana.

A coleta é realizada com o auxílio de 3 (três) unidades de caminhão, com volume da caixa de no mínimo de 6,7 m³, sendo 1 (uma) unidade de reserva, exclusivo para este serviço.

A equipe para a realização dos serviços é composta de 2 (dois) motoristas e 4 (quatro) coletores, e com as ferramentas de trabalho necessárias ao bom desempenho das funções.

Ainda, para auxiliar na coleta de resíduos recicláveis, a concessionária pretende instalar contêineres de superfície de 1.000 litros em vários locais, tais como: escolas, prédios públicos, loteamentos fechados e condomínios, sendo que esta coleta deve prever a realização as quartas-feiras.

O município conta com 02 (duas) cooperativas de resíduos recicláveis, a Cooperativa Recycle Bragança e a Cooperativa Bragança Recicla. Ambas são cadastradas na Prefeitura Municipal de Bragança Paulista para realizar os serviços de triagem e comercialização de materiais recicláveis, sendo que o volume total de resíduos recuperado não fornece sustentabilidade a essas cooperativas. As mesmas recebem os resíduos recicláveis da coleta seletiva com frequência alternada, ou seja, em um dia os resíduos recicláveis recolhidos pela coleta seletiva são destinados para uma cooperativa e no outro dia para a outra cooperativa.

O histórico dessas cooperativas remonta que no início do programa ambas constituíam

apenas uma cooperativa, contando com o número mínimo de 25 pessoas, o que tornaria a cooperativa legalizada. Devido a divergências entre os cooperados foi desmembrada em duas cooperativas e o número de funcionários de cada uma delas é insuficiente.

Nenhuma das cooperativas conta com número certo de cooperados por longo prazo, e, de acordo com as informações, a rotatividade de pessoas para trabalhar é muito grande.

Segundo informações a Prefeitura de Bragança Paulista não realiza nenhum tipo de subsídio financeiro às cooperativas, porém, os locais em que estão instaladas a Cooperativa Recycle Bragança e a Cooperativa Bragança Recicla são de propriedade da PM de Bragança Paulista. A manutenção dos equipamentos é realizada pelas próprias cooperativas, sendo que, apesar de não possuírem estrutura completa e plenamente adequada, dispõem de prensas, esteiras, locais de armazenamento e até veículos que propiciam o funcionamento das mesmas ainda que precariamente.

Nessas cooperativas são separados 16 tipos de materiais, dentre eles, PET, PPBranco, PP colorido, PS, ABS, PVC, PVC encolhível, papel branco, papel misto, papelão, tetrapak, vidro branco, vidro colorido, alumínio, ferro e lâmpadas.

As imagens a seguir são das duas cooperativas de resíduos recicláveis de Bragança Paulista.

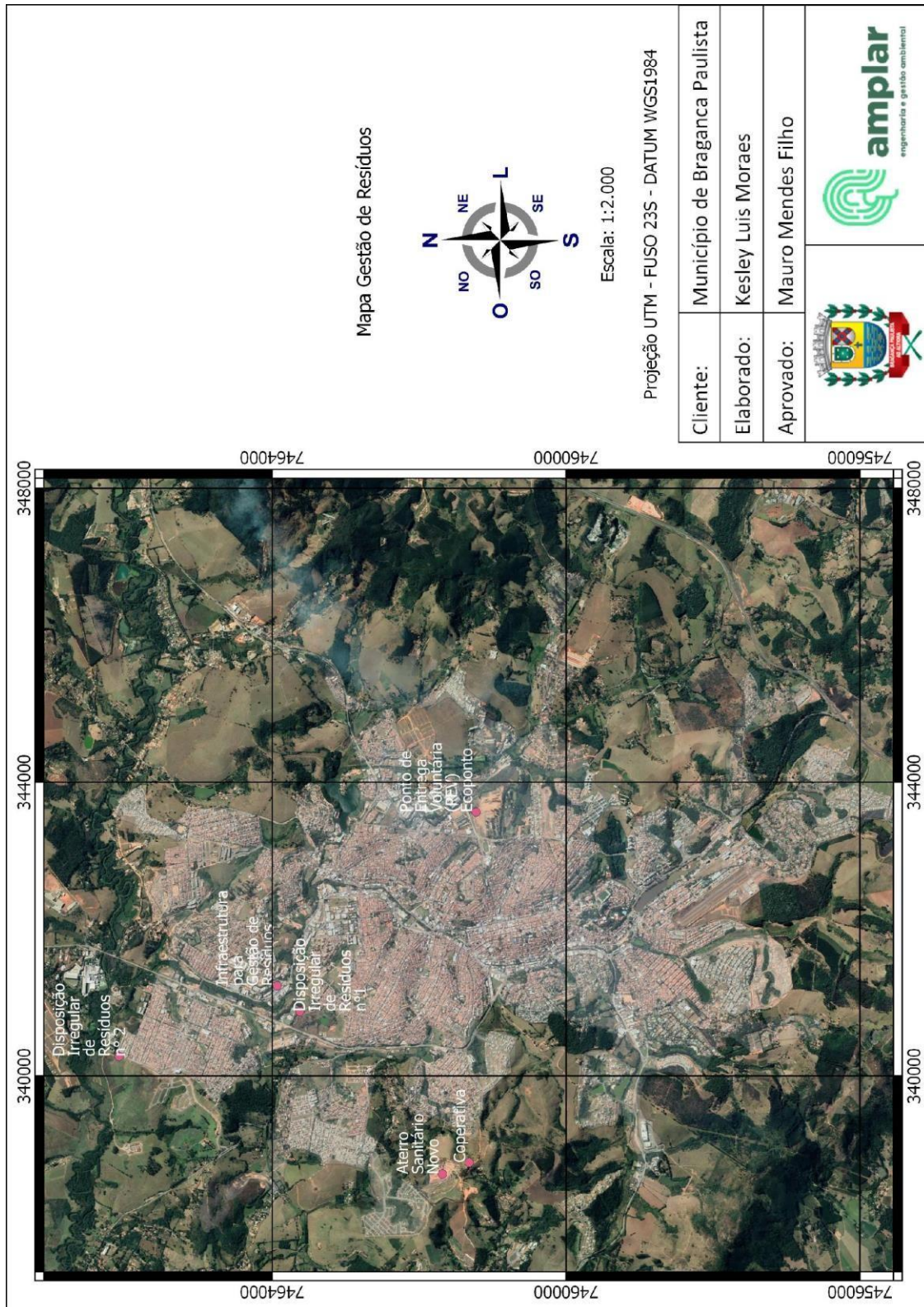


Figura 156 e 157 – Representa uma Cooperativa de reciclagem de resíduos.



Figura 158 e 159 – Representa a outra Cooperativa de reciclagem de resíduos.

No mapa a seguir mostram as principais estruturas de coleta de resíduos do município.



Fonte: Amplar Engenharia.

Figura 160 - Localização das principais cooperativas e pontos de recebimento e manejo de materiais recicláveis no município.

O município, ainda conta com 01 (um) Ecoponto (Pontos de Entrega Voluntária – PEV) para complementar o trabalho das cooperativas, que ficam responsáveis pelo recolhimento e beneficiamento dos materiais recebidos voluntariamente.

Existem ainda lixeiras de coleta seletiva instaladas em escolas públicas.

A seguir são apresentadas imagens referente ao Ponto de Entrega Voluntária (PEV) e Ecoponto da Prefeitura de Bragança Paulista. A Prefeitura pretende ampliar consideravelmente o número de PEVs no Município.



Figuras 161, 162, 163, 164 e 165 – Referentes ao Ponto de Entrega Voluntária (PEV) e Ecoponto da Prefeitura de Bragança Paulista.

12.9 RESÍDUOS AGROSSILVOPASTORIS

Define-se como Resíduos Agrossilvopastoris os de natureza orgânica e inorgânica. Dentre os de natureza orgânica deve-se considerar os resíduos de culturas perenes (café, banana, laranja, etc) e temporárias (cana, soja, milho, mandioca, etc.). Quanto às criações de animais precisam ser considerados bovinos, equinos, suínos, aves e outros, bem como resíduos gerados nos abatedouros e outras atividades agroindustriais. Resíduos florestais e também outros de natureza inorgânica, como agrotóxicos, e seus recipientes e embalagens, fertilizantes e produtos farmacêuticos.

A Lei Federal 9.974 de 06 de junho de 2000, prevê que estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos os responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo SISNAMA, SNVS ou SUASA.

Prevê, ainda, que são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de agrotóxicos, seus resíduos e embalagens.

Conforme informações da Secretaria Municipal de Agronegócios as principais culturas existentes no município advém de pequenos produtores e agricultura familiar.

Os resíduos orgânicos provenientes na maioria das vezes são reaproveitados no local por meio de incorporação no solo e os inorgânicos encaminhados para disposição final. No entanto não há dados precisos das destinações que devem ser levantados perante Secretaria Municipal de Agronegócios e Secretária de Saúde. O Município estuda estratégias de atuação nessa área.

O Município de Bragança Paulista, participa do Dia do Campo Limpo, mas não possui uma unidade fixa de recebimento cadastrada junto ao INPEV – Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, central ou posto, sendo a unidade mais próxima a localizada no Município de Atibaia que possui uma central gerenciada pela ADIAESP - Associação dos Distribuidores de Insumos Agrícolas do Estado de São Paulo.

12.10 COMPOSTAGEM

A Prefeitura Municipal de Bragança Paulista visando o reaproveitamento dos restos de poda gerados por meio das podas realizadas pela empresa de energia elétrica que atua no Município, através da Secretaria Municipal de Agronegócios, que está situada próximo a baias onde fica os cavalos da guarda municipal, aproveita os restos de galhos de árvores, resíduos provenientes de restos orgânicos de esterco equino e pó de serra de madeira de eucalipto para fins de compostagem.

Os galhos de árvores podados e, normalmente triturados, são fornecidos pela empresa que

presta os serviços públicos de energia elétrica ao município a cada 20 dias.

As ações estão resultando na compostagem de 100% dos restos de podas realizadas pela concessionária de energia que atua no município. A quantidade média produzida pela composteira é de aproximadamente 80 toneladas a cada três meses. No entanto, em época de chuva, essa produção pode atingir 100 toneladas, em razão do maior número de galhos podados. O adubo proveniente da compostagem está sendo utilizado para adubar os canteiros do Município que passaram por implantação de nova jardinagem.

O Município ainda possui 04 composteiras no terreno ao lado do viveiro Municipal, no ecoponto do município. As composteiras estão recebendo as podas dos pequenos geradores, até 1m³/mês. O método utilizado é bem simples e consiste na compostagem termofílica em leiras estáticas com aeração passiva. Cada espaço possui a seguinte medida: 15 metros de comprimento por 7,36 metros de largura, obtendo assim 110,4m² de área a ser utilizada em cada espaço de compostagem.

No município em que pese os serviços de limpeza atender as feiras livres, os resíduos das feiras livres são destinados ao aterro sanitário. No entanto, há planejamento para que tais resíduos sejam encaminhados à compostagem e somente os rejeitos sejam aterrados.

12.11 DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS

Aterro Sanitário é um processo utilizado para a disposição de resíduos sólidos no solo que, fundamentado em critérios de engenharia e normas operacionais específicas, permite um confinamento seguro em termos de controle de poluição ambiental e proteção à saúde pública.

Outra definição o apresenta como forma de disposição final de resíduos sólidos urbanos no solo, mediante confinamento em camadas cobertas com material inerte, geralmente solo, segundo normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais.

Ainda, a NBR 8.419 define aterro sanitário como a técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais, método este que utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos a menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou a intervalos menores, se for necessário.

Destaca ainda da mesma norma, que resíduos sólidos urbanos são os resíduos gerados em um aglomerado urbano, exceto os resíduos industriais perigosos, hospitalares sépticos, de portos e aeroportos.

No aterro ocorre a geração do chorume (percolado) que é o líquido que atravessa um meio poroso (células de resíduos sólidos) produzido pela decomposição de substâncias contidas nos resíduos sólidos, que tem como características a cor escura, o mau cheiro e a elevada DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio).

Ocorre, também, a geração do gás bioquímico (GBQ), gás de aterro ou biogás, que é a mistura de gases produzidos pela ação biológica de micro-organismos na matéria orgânica, em condições anaeróbias, composto principalmente de CO e CH em composição variáveis.

12.11.1 CARACTERÍSTICAS DO ATERRO SANITÁRIO

O aterro sanitário é executado das seguintes formas:

Após a execução dos serviços de terraplanagem é executado sobre a superfície regularizada uma camada drenante de areia com espessura de 30 cm e dispostos tubos drenantes de PVC perfurados. Sob a camada drenante é executada uma camada selante de argila compactada com coeficiente permeabilidade $k=10^{-7}$ cm/seg. Esta camada tem espessura mínima de 100 cm, sendo que, é utilizada uma manta de geomembrana em PEAD com espessura de 2,0mm, disposta no meio da camada de argila, impermeabilizando desta maneira, totalmente o solo existente. A camada de argila é executada de modo que a compactação não superasse a espessura de 25cm. A compactação é executada com a passagem de rolo compactador tantas vezes quantas forem necessárias para se atingir um grau de compactação superior a 95% em relação ao ensaio de proctor normal e desvio de umidade em torno de mais ou menos 2% em relação a umidade ótima de compactação.

Os taludes de corte e os diques de contenção tem inclinação de 2(H):1(V) com desvios a cada 5,0 mts.

A drenagem na área externa do aterro é realizada por tubos de concreto de diâmetro de 0,30 mts.

Os taludes são recobertos com o plantio de grama em placas e também são executados o plantio de gramas nos taludes simultaneamente com a execução das novas células de disposição de resíduos sólidos, prevenindo assim a exposição dos taludes a possíveis erosões nos mesmos.

A drenagem superficial horizontal é constituída de canaletas tipo meia cana pré- moldadas $d=30$ cm nos pés dos taludes, as quais são conduzidas para a drenagem vertical que é composta por caixas de passagem nas bermas e rápidos em canal trapezoidal de gabiões nos taludes e tubos de concreto pré-moldados de $d=40$ cm e $d=60$ cm nas bermas.

O sistema de drenagem de líquidos percolados (chorume) gerado no maciço é composto de um conjunto de drenos de base de aterro e conjunto de drenos das camadas. Os drenos de base

de aterro são executados na camada de proteção do sistema de impermeabilização inferior, constituindo-se em valetas de secção horizontal retangular, preenchidas com material granular, envoltas em material geotêxtil. Os drenos são executados com declividade da ordem de 2%.

Os drenos verticais, que também são instalados possibilitando a remoção do biogás no sentido ascendente, são constituídos por tubos de concreto perfurados revestidos interna e externamente com britas. O sistema de drenagem do biogás é composto de um sistema de extração forçada do fluído. Tal sistema é composto por uma central de bombeamento de sucção do biogás, o qual é veiculado por meio de uma rede de tubos verticais e horizontais até um sistema flar. As coberturas intermediárias de cada camada de aterro são feitas com uma camada argilosa de espessura da ordem de 0,60 centímetros, para dar início à camada seguinte.

A cobertura final é constituída de uma camada argilosa de espessura mínima de 0,60 centímetros compactada com uma conformação tal que permite o escoamento das águas superficiais para o sistema de drenagem projetado.

Após a cobertura final do aterro a região é protegida contra os efeitos erosivos através de um sistema de revestimento vegetal com a plantação de gramíneas.

12.11.2 TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS E PÚBLICOS

O Município de Bragança Paulista é um dos poucos da região que possui Aterro Sanitário devidamente licenciado pela CETESB para atender à demanda de disposição final de rejeitos do Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos municipal.

O Município de Bragança Paulista conta com dois aterros sanitários, um aterro que teve sua operação iniciada em 1983 e encontra-se com suas operações encerradas, e um aterro que teve sua operação iniciada em 2018.

O aterro sanitário de Bragança Paulista é de propriedade da Embralixo - Empresa Bragantina de Varrição e Coleta de Lixo Ltda. (empresa consultada na época da visita técnica – CARRETEIRO – empresa atual), e está licenciado para receber resíduos sólidos domiciliares e industriais Classe II. Normalmente, o aterro tem recebido aproximadamente 180 toneladas diárias de resíduos gerados no Município de Bragança Paulista e do município de Pedra Bela.

A Embralixo informou a utilização de sistema de extração forçada e queima dos gases gerados e coletados na área do Aterro.

Em relação ao chorume percolado, realiza-se a coleta e o armazenamento, do mesmo, em tanque instalado na área do aterro. Após o recolhimento e armazenamento, o chorume é destinado a empresa Tera Ambiental, empresa especializada na valorização de resíduos líquidos e sólidos,

através do tratamento de efluentes e compostagem, localizada no município de Jundiáí.

Os procedimentos de operação seguem uma sequência lógica, que se inicia no recebimento dos resíduos e é finalizado com o meio de transporte, no caso o caminhão, no aterro sanitário.

O preenchimento das células é realizado do sentido de jusante para montante, ou seja, da região junto aos diques de proteção no sentido do pé da escavação. Os resíduos são descarregados na superfície do terreno e empurrados de baixo para cima, formando camadas sobrepostas de espessura de 0,15 a 0,40 m. Em uma altura máxima de 3,00 metros, com talude de 1:2.

Na operação, o resíduo é regularizado e compactado por um trator de esteiras, o qual, é apropriado para este tipo de trabalho. Logo que se tenha concluído a célula e/ou o dia de serviço, o resíduo é coberto com solo.

O solo para as coberturas (diária, intermediária e final) são das áreas de empréstimo ou do material excedente das operações de corte/escavação das valas ou rampas. A finalidade das coberturas é a de impedir o arraste de materiais pela ação dos ventos, evitar acatãção, evitar a proliferação de moscas, roedores e outros vetores de doenças, evitar o aspecto antiestético do resíduo exposto, facilitar o movimento das máquinas e veículos sobre o aterro, e propiciar o escoamento superficial, dificultando a infiltração das águas precipitadas sobre o aterro.

A administração do aterro conta com instalações mínimas para atendimento dos funcionários e usuários do empreendimento, tais como portaria, escritório, sanitário, vestiário, copa/cozinha, estacionamento para veículos leves e pesados, almoxarifado, depósito de equipamentos e ferramentas, bem como pátio para estocagem de materiais tais como brita, pedras, material de cobertura, geomantas, geotêxteis, tubos, drenos, entre outros.

Destaca-se além da administração, a balança rodoviária para controle dos resíduos aterrados. No caso ocorre a pesagem constante, a qual, fornece dados estatísticos de grande valor na vida útil do aterro, bem como da variação da produção de resíduos ao longo do tempo.

Outros elementos importantes para o apoio operacional do aterro são o portão de entrada, a cerca e barreira vegetal que impedem a entrada de catadores e animais que possam prejudicar o desenvolvimento dos trabalhos de operação e manutenção do aterro. No caso, o aterro conta com uma barreira vegetal parcial no seu entorno.

As estradas internas têm como função permitir a interligação entre os diversos pontos da área do aterro, bem como garantir a chegada dos resíduos até as frentes de descarga.

A Gestão dos Serviços de Manejo de Bragança Paulista ainda não conta com um galpão de triagem, porém a Prefeitura pretende realizar a sua instalação através da ampliação dos serviços contratados de empresa terceirizada. O Município pretende, também, a instalação de usina de aproveitamento energético dos resíduos, destinando-se somente os rejeitos não aproveitáveis para

aterramento.

A operação e funcionamento geral do aterro vem sendo bem avaliada pela CETESB conforme apresentado na Tabela 32 a seguir que demonstra o Índice de Qualidade do Aterro – IQR do ano de 2018.

Tabela 32 - Índice de Qualidade do Aterro - IQR em 2018.

MUNICÍPIO	2018		ENQUADRAMENTO E OBSERVAÇÃO	TAC	LI	LO	
	IQR	IQC					
BILAC	*	9,0	A	Não	Sim	Sim	
BIRIGUI	*	7,2	A	Não	Sim	Sim	
BIRITIBA MIRIM	* #	9,7	A	D - Jambéiro - A.P.	Não	Sim	Sim
BOA ESPERANÇA DO SUL	*	7,7	A		Não	Sim	Não
BOCAINA	*	9,0	A	D - Piratininga - A.P.	Não	Sim	Sim
BOFETE	*	9,5	A		Não	Sim	Não
BOITUVA	* #	10,0	A	D - Cesário Lange - A.P.	Não	Sim	Sim
BOM JESUS DOS PERDÕES	* #	7,9	A	D - Caieiras - A.P.	Não	Sim	Sim
BOM SUCESSO DE ITARARÉ	*	7,2	A		Não	Não	Não
BORÁ	*	9,2	A	D - Quatá - A.P.	Não	Sim	Sim
BORACÉIA	*	9,0	A	D - Piratininga - A.P.	Não	Sim	Sim
BORBOREMA	* #	7,5	A		Não	Sim	Não
BOREBI	*	9,0	A		Não	Sim	Sim
BOTUCATU	*	9,5	A		Sim	Sim	Sim
BRAGANÇA PAULISTA	*	9,8	A	D - Bragança Paulista - A.P.	Não	Sim	Sim
BRAUNA	* #	9,0	A		Não	Sim	Sim
BREJO ALEGRE	*	7,2	A		Não	Sim	Sim
BRODOWSKI	*	10,0	A	D - Jardinópolis - A.P.	Não	Sim	Sim
BROTAS	*	7,6	A		Não	Sim	Sim
BURI	*	7,1	A		Não	Sim	Não
BURITAMA	* #	8,2	A		Não	Sim	Não
BURITIZAL	*	9,4	A	D - Guará - A.P.	Não	Sim	Sim
CABRÁLIA PAULISTA	*	9,0	A	D - Piratininga - A.P.	Não	Sim	Sim
CABREÚVA	*	9,7	A		Não	Sim	Sim
CAÇAPAVA	*	9,4	A	D - Tremembé - A.P.	Não	Sim	Sim
CACHOEIRA PAULISTA	*	9,2	A	D - Cachoeira Paulista - A.P.	Não	Sim	Sim
CACONDE	*	9,8	A	D - Tapiratiba - A.P.	Não	Sim	Sim
CAFELÂNDIA	*	9,0	A	D - Piratininga - A.P.	Não	Sim	Sim
CAIABU	*	9,1	A		Não	Sim	Sim
CAIEIRAS	*	7,9	A	D - Caieiras - A.P.	Não	Sim	Sim
CAIUÁ	*	4,0	I		Não	Não	Não
CAJAMAR	*	7,9	A	D - Caieiras - A.P.	Não	Sim	Sim
CAJATI	*	7,7	A		Não	Sim	Não
CAJOBI	*	8,7	A		Não	Sim	Sim
CAJURU	*	10,0	A	D - Sales Oliveira - A.P.	Não	Sim	Sim
CAMPINA DO MONTE ALEGRE	*	7,7	A		Não	Sim	Sim

Fonte: CETESB modificado.

Verifica-se que o IQR do aterro de Bragança Paulista está em 9,8, índice considerado alto em comparação a outros Municípios.

A seguir, apresentam-se fotos do Aterro Sanitário de Bragança Paulista e suas principais estruturas.



Figura 166 - Vista geral do aterro sanitário encerrado.



Figura 167 - Vista geral do aterro sanitário novo



Figura 168 - Queimadores de gás.



Figura 169 - Sistema de coleta de águas pluviais e chorume.



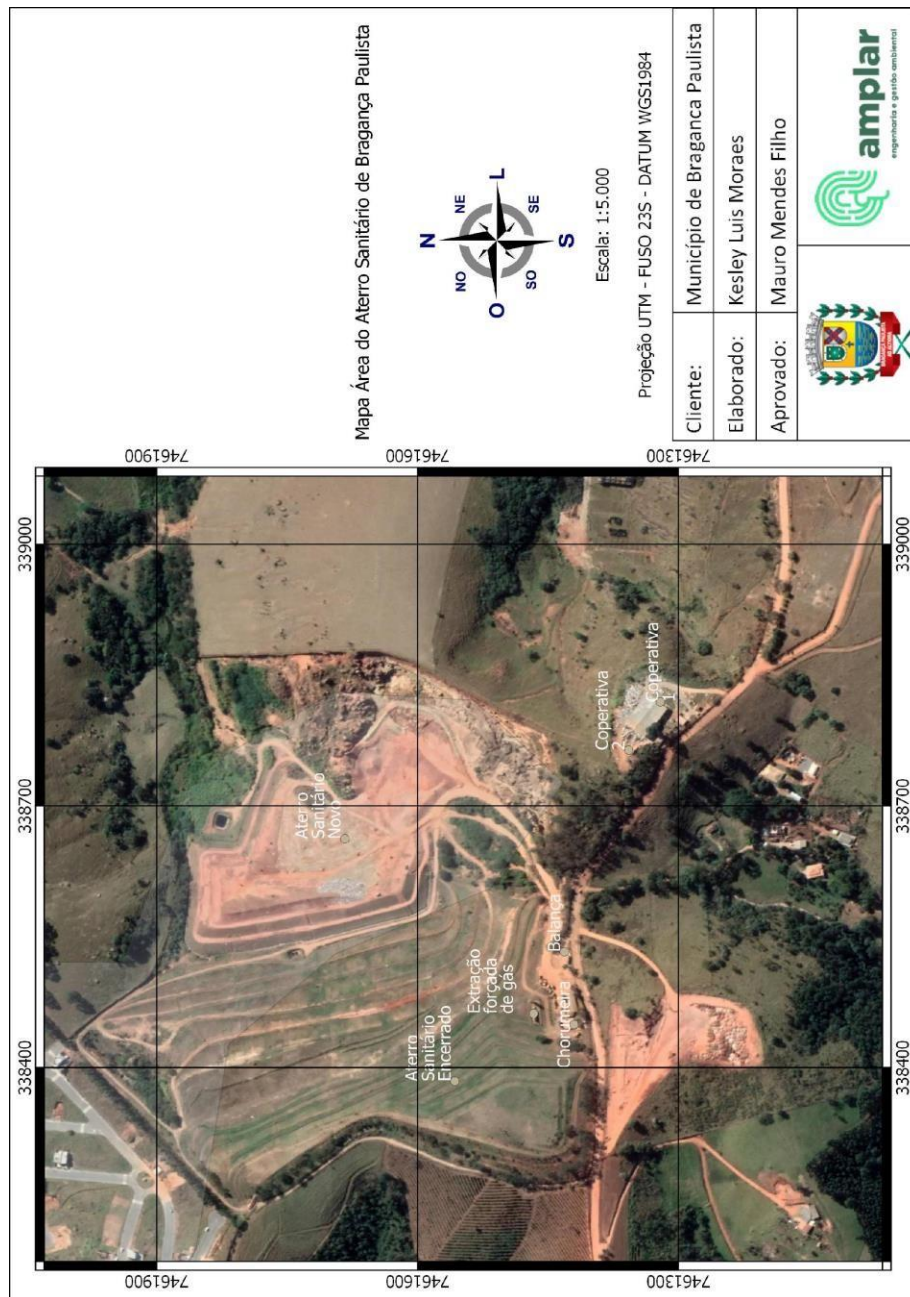
Figura 170 - Extração forçada de gás.



Figura 171 – Balança.



Figura 172 - Armazenamento de chorume para posterior destinação final



Fonte: Amplar Engenharia.

Figura 173 - Mapa do aterro sanitário de Bragança Paulista.

**DRENAGEM URBANA -
CARACTERIZAÇÃO E
DIAGNÓSTICO**

13 GESTÃO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

A Gestão dos Serviços de Manejo de Águas Pluviais de Bragança Paulista é realizada pela Secretaria Municipal de Obras, que atua no planejamento e Secretaria Municipal de Serviços que atua na operação e manutenção do sistema. Há equipes que realizam estudos de macrodrenagem e de microdrenagem de diversos pontos da cidade, com vários projetos prontos, e alguns em andamento.

A contextualização específica do município, bem como os aspectos relevantes ao tema, são fundamentais para a análise completa da drenagem urbana e de suas condicionantes. Partindo deste ponto, é importante considerar que Bragança Paulista, no âmbito institucional, está inserida na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI 5, no Plano de Bacias do Piracicaba/Capivari/Jundiaí e na Bacia do Rio Jaguari, tendo como principal curso d'água o Ribeirão do Lavapés. Este, corta o município de sul a norte, desaguando diretamente no Rio Jaguari.

Foram utilizadas informações referentes ao histórico de gestão da prestação dos serviços de drenagem e manutenção dos sistemas apresentadas pela Prefeitura do município, porém, uma vez que não existe departamento exclusivo para essas questões e as organizações administrativas responsáveis pelo gerenciamento dos sistemas de drenagem na Prefeitura não se mantiveram as mesmas ao longo dos anos, tais informações não puderam ser sistematizadas conforme efetuado para os diagnósticos previamente apresentados (SAA, SES e SGIRS).

Atualmente estão instituídas a Lei N° 4.265/11 que institui a Política Municipal de Recursos Hídricos, a Lei N° 1.146/71 que dispõe sobre o Código de Obras do Município, Lei complementar n° 703/11 que acrescenta dispositivos ao Código de Obras e a Lei Complementar N° 556/07 que definiu o Macrozoneamento municipal (Código de Urbanismo). Além disso, encontra-se vigente a Lei Complementar N° 893/2020 que aprova o Plano Diretor e dispõe sobre o sistema municipal de planejamento. Todas estas, em conjunto, estruturaram as diretrizes-macro para início do planejamento da gestão do Sistema de Manejo de Águas Pluviais (SMAP).

A seguir, para fins de contextualização, apresentam-se os tópicos mais relevantes quanto a gestão e as diretrizes no âmbito da Prefeitura Municipal de Bragança Paulista, da Secretaria de Obras e Secretaria de Serviços.

13.1 ZONEAMENTO MUNICIPAL

A área que compreende o município de Bragança Paulista fica dividida em duas

macrozonas, conforme definições do Plano Diretor. São estas: a Macrozona Urbana, que integra o perímetro urbano e corresponde à porção urbanizada do território, caracterizando-se como mais propícia para abrigar os usos e atividades urbanos e a Macrozona Rural, que compreende as áreas que possuem importância ambiental para o município, constituída por remanescentes florestais, ecossistemas representativos, áreas de produção agrícola, bacias hidrográficas de abastecimento do município e região, e ainda, possuindo uma função especial de controle da expansão urbana dispersa e fragmentada.

No que diz respeito ao Código de Urbanismo (LC n. 556/2007), este não apenas define as zonas de ocupação do município como também disciplina as questões relacionadas à gestão do sistema de drenagem. A seguir apresentam-se as questões mais relevantes:

Art. 13 - A aprovação de parcelamento complexo ou condomínio urbanizado em que haja a necessidade de obras de terraplanagem para correção da declividade será concedida se o projeto demonstrar e assegurar:

I - Inexistência de prejuízo ao meio físico e paisagístico da área externa da gleba, em especial no que se refere à erosão do solo e assoreamento dos corpos d'água, quer durante a execução das obras relativas ao parcelamento do solo, quer após sua conclusão;

II - Proteção contra erosão dos terrenos submetidos a obras de terraplanagem; e

III - Condição para implantação de edificações nas áreas terraplanadas e/ou execução pelo empreendedor do plantio das espécies vegetais que assegurarão a integridade da área e que impeça a instauração do processo erosivo e seu desenvolvimento.

IV

Art. 38 - Deverão ser previstos sistemas de redução de velocidade e de prevenção de assoreamento quando as águas pluviais provenientes das vias públicas forem encaminhadas a corpos d'água existentes.

Art. 96 - As condições naturais de absorção das águas pluviais no lote deverão ser garantidas pela execução de um ou mais dos seguintes dispositivos reservatórios:

I - Reserva de área, de acordo com a taxa de impermeabilização estabelecida no Plano Diretor e na presente Lei Complementar;

II - Construção de caixa de retardo ligada ao sistema de drenagem; ou III - Construção de poço de infiltração ligado ao sistema de drenagem.

Art. 97 - As garagens situadas nos subsolos de edifícios residenciais, comerciais ou de

prestação de serviços com mais de 4 (quatro) pavimentos poderão ter taxa de ocupação de 100% (cem por cento), desde que as edificações sejam providas de poços de infiltração e estejam dimensionados conforme especificações do artigo anterior.

Art. 107 - São de responsabilidade do empreendedor as obras, instalações e conservações de:

I - Vias de circulação;

II - Drenagem superficial (canaletas, guias, sarjetas e similares);

III - Drenagem profunda (bocas-de-lobo, bueiros, sangrias, ramais, travessias, galerias e similares);

IV - Tratamento de passeios;

V - Redes de distribuição de água e coleta de esgotos, inclusive sistemas de abastecimento e tratamento onde não for possível a ligação das redes às redes públicas da concessionária;

VI - Pavimentação das faixas de rolamento;

VII - Redes de energia elétrica;

VIII - Iluminação das áreas de uso comum; e

IX - Arborização.

O Código de Obras, promulgado em 1971, também aborda diversas questões relacionadas à drenagem urbana. No entanto, estas são decorrentes de alterações feitas ao longo dos anos, o que traz questionamentos referentes à possível existência de um menor número de problemas nos sistemas de macro e microdrenagem, caso essas questões tivessem sido determinadas desde a sua promulgação. Dentre as mais significativas, encontram-se:

Art. 33 A - É obrigatória a implantação de sistema para captação e retenção de águas pluviais coletadas por telhados, coberturas, terraços e pavimentos descobertos, em lotes, edificados ou não, que tenham área impermeabilizada superior a 500 m² (quinhentos metros quadrados), com os seguintes objetivos:

I - Reduzir a velocidade de escoamento de águas pluviais para as bacias hidrográficas em áreas urbanas com alto coeficiente de impermeabilização do solo edificação de drenagem;

II - Controlar a ocorrência de inundações, amortecer e minimizar os problemas das vazões de cheias e, conseqüentemente, a extensão dos prejuízos;

III - Contribuir para a redução do consumo e o uso adequado da água potável tratada.

Art. 33 B - A água contida no reservatório, de que trata o inciso I do artigo 33-A desta Lei, deverá:

I - Infiltrar-se no solo, preferencialmente;

II - Ser despejada na rede pública de drenagem, após uma hora de chuva;

III - Ser utilizada em finalidades não potáveis, caso as edificações tenham reservatório específico para essa finalidade.

Quanto às normas e diretrizes aplicadas à recuperação, preservação e conservação dos recursos hídricos, estas foram estabelecidas pela Lei Municipal nº 4.265, de 26 de setembro de 2011, que instituiu a Política Municipal de Recursos Hídricos e criou o sistema municipal de gerenciamento dos recursos hídricos. A Lei Municipal referida incorpora questões relacionadas à macrodrenagem e ao desenvolvimento urbano, especialmente, à implantação de novos loteamentos, tais como:

Art. 18 - Fica proibida a implantação de qualquer tipo de empreendimento que venha a provocar aumento do fluxo natural das águas pluviais, sem estruturas destinadas a infiltração ou retenção das águas pluviais nele precipitadas.

Art. 19 - O empreendedor de loteamentos e desmembramentos fica obrigado a projetar, aprovar e executar sistemas estruturais de infiltração, retenção ou retardamento do fluxo das águas pluviais, atendendo as especificações da Prefeitura Municipal.

Art. 20 - Os passeios ainda não executados, ou que venham a ser implantados em parcelamentos futuros, deverão prever pavimentação parcial, devendo o restante possuir cobertura vegetal.

Vale ressaltar que mesmo com todas as políticas de gestão citadas, as maiores dificuldades relacionadas à drenagem urbana se devem à ocupação desordenada no município, que intensificou os problemas ligados a impermeabilização do solo, uma vez que esta ocupação ocorreu de forma acentuada e sem a reestruturação necessária dos sistemas de contenção ou escoamento de águas pluviais.

13.2 PARQUES MUNICIPAIS

No município, contribuem como áreas permeáveis 06 (seis) áreas públicas principais, apresentadas a seguir:

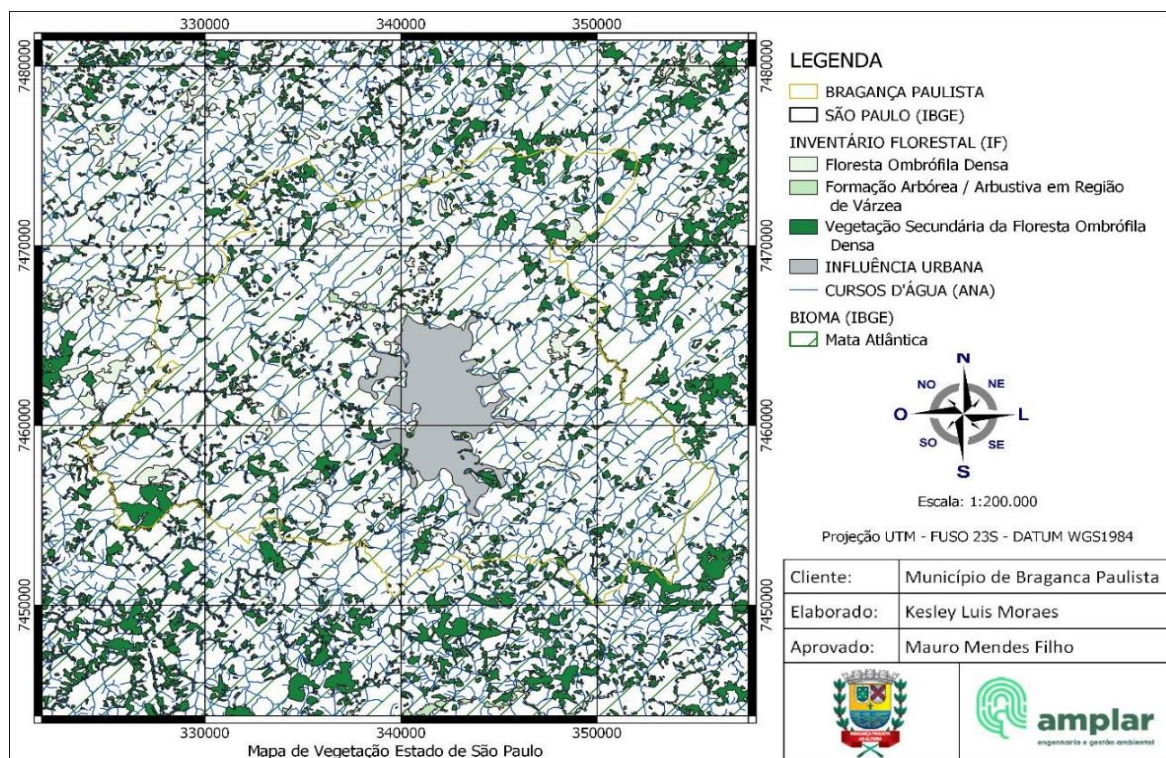
- Parque Municipal Natural Petronilla Markowicz, criado conforme Decreto nº 91/06, com área total de 65.766,68 m²;
- Parque Natural Municipal Refúgio das Aves criado conforme Decreto nº 2343/16, com área total de 43.600 m²;

- Parque Natural Municipal Lago dos Padres criado conforme Decreto nº 2345/16, com área total de 22.100 m²;
- Bosque das Araucárias Petronilla Markowicz, criado conforme Decreto nº 2355/16, com área total de 592.800 m²;
- Mata dos Padres, criada conforme Decreto nº 2359/16, com área total de 281.500m²;
- Estação Ecológica Municipal do Caeté, criada como unidade de conservação de proteção integral, conforme Decreto nº 2885/19, com área total de 644.350,50 m².

Ademais, ressalta-se as áreas já implantadas que possuem função de retenção de águas pluviais em reservatórios, quais sejam: Lago da Rua Francisco Luigi Picarelli e Lago do Taboão. Por fim, temos o Lago do Orfeu e Piscinão Alberto Diniz que são áreas em projeto de implantação que também possuirão a função de reservatório de águas.

13.3 VEGETAÇÃO

A distribuição da vegetação influencia diretamente na capacidade de retenção de águas pluviais e no retardamento dos picos de vazão. Logo, sabe-se que a crescente urbanização e consequentemente, a impermeabilização do solo, contribuem fortemente para o agravamento das questões relacionadas à macrodrenagem. A figura a seguir apresenta a distribuição da vegetação no município de Bragança Paulista bem como a influência urbana na área em estudo.



Fonte: Amplar Engenharia - Figura 174 - Mapa da distribuição da vegetação no território de Bragança Paulista

13.4 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A urbanização assim como todos os tipos de uso e ocupação do solo são aspectos determinantes na macro e microdrenagem de um município. Mesmo que o crescimento da população e a consequente apropriação do solo sejam considerados processos normais, para uma boa gestão da drenagem de águas pluviais é fundamental que este fenômeno tenha como alicerce um bom planejamento.

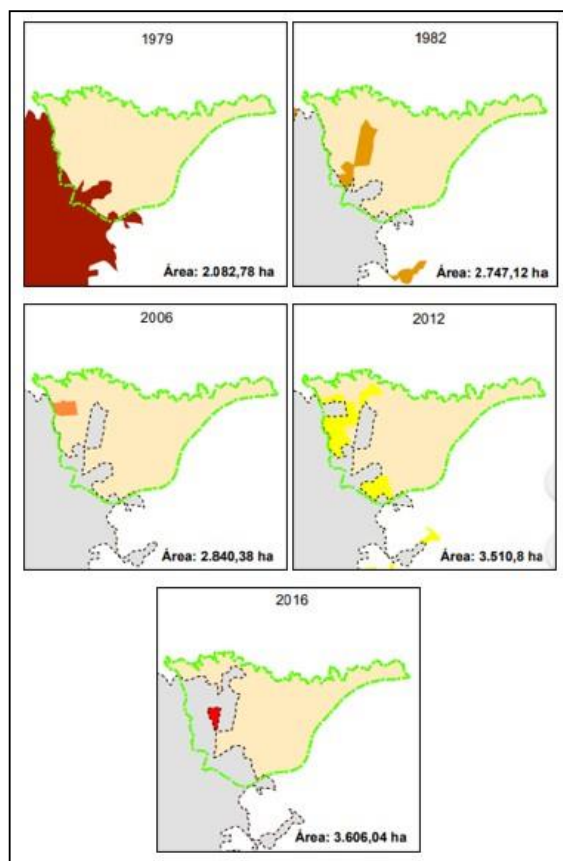
O desenfreado processo de ocupação urbana acarreta em uma série de impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais. No aspecto ambiental, um dos impactos mais relevantes é a diminuição do índice de permeabilidade do solo gerado pela pavimentação de ruas e avenidas, residências e outros fatores derivados da urbanização. Como resultado, pode ocorrer uma sobrecarga dos sistemas de drenagem, uma vez que a capacidade de retenção de águas pluviais é alterada e aumentam-se a velocidade de escoamento e as vazões de pico, provocando inundações e enchentes.

No ambiente rural, os impactos advêm principalmente do tipo de cultura e das práticas de manejo adotadas. A compactação do solo com o uso de máquinas agrícolas, reduzem a capacidade de infiltração de águas pluviais e com isso, aumentam o volume de água de chuva que drena para os corpos d'água. Consequentemente, as enxurradas provocam a erosão dos solos, carreando-os para os corpos d'água, o que pode ocasionar o assoreamento dos mesmos.

13.5 EFEITOS DA URBANIZAÇÃO

Ao avaliar o crescimento populacional do município de Bragança Paulista nos últimos anos, nota-se o aumento da população na área urbana e a sequente redução na área rural. A urbanização acentuou-se principalmente na zona norte da cidade.

A figura a seguir apresenta a evolução urbana do município no período de 1979 a 2016, especialmente na zona norte.



Fonte: Prefeitura Municipal de Bragança Paulista

Figura 175 - Evolução Urbana da Zona Norte do município de Bragança Paulista/SP

No ano de 2011, o município declarou-se em situação anormal através do Decreto nº 1.151/11, caracterizada como situação de emergência a área atingida por enxurradas e inundações bruscas. A urbanização exacerbada e a falta de planejamento foram aspectos determinantes, pois a consequente impermeabilização do solo acarretou um aumento significativo das vazões de água de chuva escoada, diminuindo a capacidade de drenagem dos corpos d'água e elevando os picos das vazões, o que resultou tanto em pequenas enxurradas e alagamentos como em desastres.

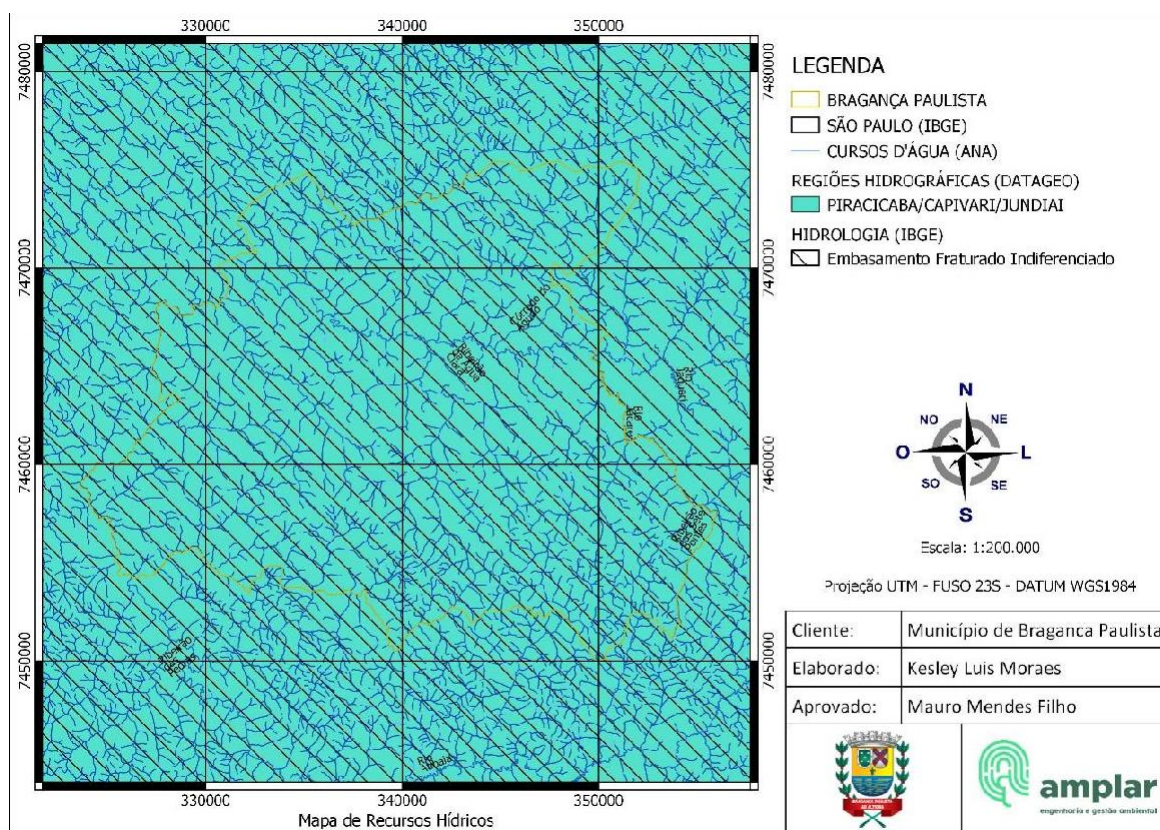
13.6 ASSOREAMENTO

O escoamento superficial de grandes volumes de água nos períodos de chuva intensa e consequentemente, o carreamento de resíduos inertes e, principalmente, areia, junto às enxurradas são responsáveis por ocasionar graves casos de assoreamento em mananciais do município. Estes mananciais tem sido objetos de estudo em projetos específicos contratados pela Prefeitura. Dentre as principais medidas de contenção estão o plantio de grama nos taludes, instalação de bacias de contenção de sedimento e águas pluviais, barramentos com sacarias e valas de escoamento de água de chuva. Frequentemente são realizados serviços de desassoreamento, o que ameniza, mas

não resolve completamente. Com a vinda de novos períodos de chuvas intensas, o solo volta a ser carregado para os mananciais, retornando os problemas já citados. Portanto, ressalta-se a importância da gestão e planejamento integrado das intervenções nas bacias, a fim de prever e propor medidas estruturantes, minimizando a probabilidade de ocorrência de eventos críticos como esse.

13.7 REDE HIDROGRÁFICA

A rede hidrográfica de Bragança Paulista é constituída de rios, ribeirões, córregos com lagos naturais e represas com as mais variadas finalidades, tais como captação de água para irrigação, público e lazer. A hidrografia do município é composta por nascentes, ribeirões e rios de interesse regional, assim como o Rio Jaguari. Na figura a seguir, apresenta-se a hidrografia geral do município.



Fonte: Amplar Engenharia

Figura 176 - Mapa Hidrográfico de Bragança Paulista

14 SISTEMAS DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS NO QUAL BRAGANÇA PAULISTA ESTÁ INSERIDO

O município de Bragança Paulista está inserido na Unidade de Gerenciamento de Recursos

Hídricos – UGRHI 5, no Plano de Bacias do Piracicaba/Capivari/Jundiaí (PCJ), na sub-bacia hidrográfica dos rios Jaguari e Atibaia, afluentes do Rio Piracicaba, sendo que o Rio Jaguari corta a porção norte de Bragança Paulista. Com uma hidrografia bastante rica, o município conta com diversas nascentes e cursos d'água que permeiam as áreas urbana e rural pela topografia acidentada da região.

14.1 MICRODRENAGEM

O sistema de microdrenagem urbana capta as águas escoadas superficialmente e as encaminha até o sistema de macrodrenagem através das seguintes estruturas: meio-fio ou guia, sarjeta, boca-de-lobo, poço de visita, galeria de água pluvial, tubo de ligação, conduto forçado e estação de bombeamento, se necessário.

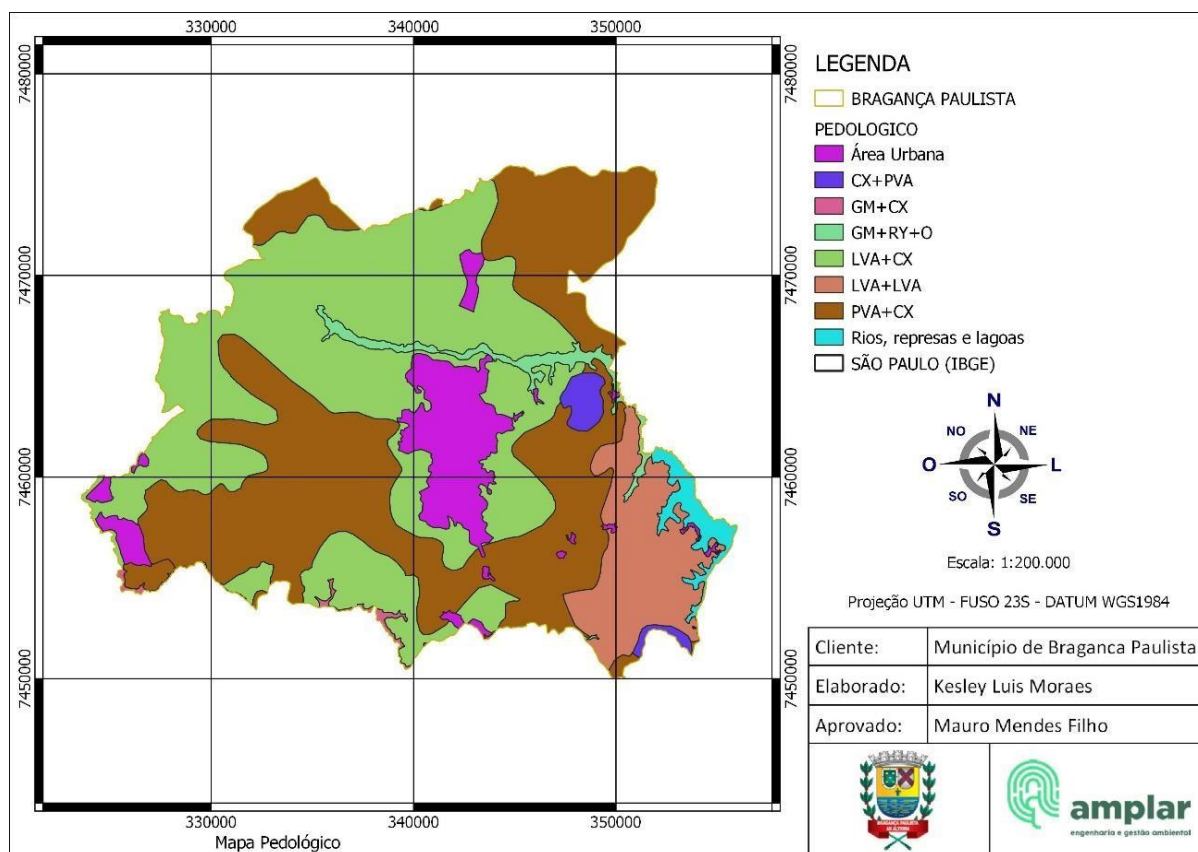
Os sistemas de microdrenagem do município de Bragança Paulista abrangem as galerias de drenagem de águas pluviais e seus componentes, tais como bocas-de-lobo, poços de visitas e poços de inspeção, que são responsáveis pelo encaminhamento de águas pluviais para os sistemas de macrodrenagem, isto é, para os córregos e canais que compõem a rede hídrica do município.

14.2 MACRODRENAGEM

A macrodrenagem de uma zona urbana corresponde à rede de drenagem natural, ou seja, constituída pelos córregos, riachos e rios que se localizam nos talwegues e vales. As águas de chuva, ao alcançar um curso d'água, causam o aumento da vazão por certo período de tempo. Este acréscimo na descarga da água tem o nome de cheia ou enchente. Quando essas vazões atingem tal magnitude a ponto de superar a capacidade de descarga da calha fluvial e extravasar para áreas marginais, habitualmente não ocupadas pelas águas, caracteriza-se uma inundação.

14.3 DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL URBANA

O tipo de solo de uma certa região, influencia diretamente na drenagem devido ao processo de infiltração que cada um possui. A Figura indica que os solos dominantes na área em questão são os Argissolos Vermelho-Amarelos (PVA), os Latossolos Vermelho- Amarelos (LVA) e os Cambissolos Háplicos (CX).

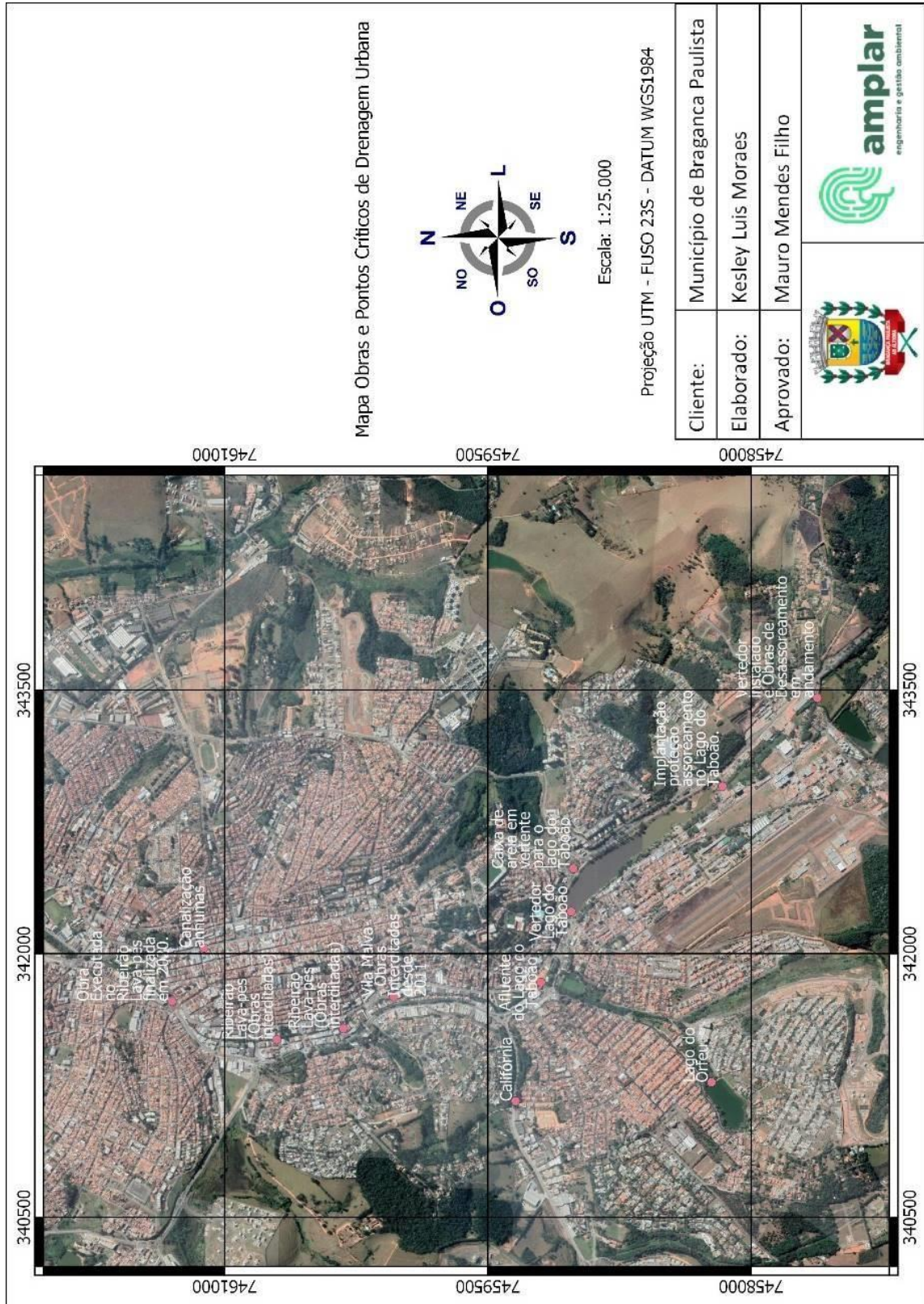


Fonte: Amplar Engenharia

Figura 177 - Mapa Pedológico de Bragança Paulista

Os solos do município de Bragança Paulista constituem-se, principalmente, por solos Lateríticos, que tem origem através de processos como a lixiviação, influenciados pelo clima tropical e/ou subtropical, clima relativamente quente e com precipitação considerável, o que faz com que os elementos solúveis sejam lixiviados, acumulando uma grande quantidade de óxidos de ferro e de alumínio.

Em geral, os solos mais comuns encontrados são os podzólicos que estão bem distribuídos entre os topos convexos e as vertentes, e os latossolos, que estão presentes nos locais mais planos e amplos. Há, também, a presença de outros solos, como os cambissolos e litólitos, associados aos locais que possuem uma declividade acentuada e, os solos hidromórficos, característico nos relevos de baixa declividade e que possuem uma densidade de drenagem baixa. Portanto, segundo as características presentes nos tipos de solo apresentados, constata-se que a região apresenta tendência a inundações. A Figura a seguir apresenta os pontos críticos e obras executadas no município de Bragança Paulista.



Fonte: Amplar Engenharia

Figura 178 – Mapa de Obras e Pontos Críticos de Drenagem Urbana em Bragança Paulista

Durante a visita técnica, notou-se no Ponto 1, uma obra em execução de desassoreamento do Lago da Rua Francisco Luigi Picarelli, onde nas adjacências há um ponto de alagamento. Neste mesmo ponto, foi realizada a instalação de um vertedor, finalizando a questão hidráulica. A figura a seguir apresenta a área em questão.



Fonte: Amplar Engenharia

Figura 179 – Local de instalação do vertedor no Lago da Rua Francisco Luigi Picarelli

Observa-se ,também, a implantação do sistema de proteção contra o assoreamento no Lago do Taboão, isto é, um sistema de retenção de sólidos, como é apresentado na figura a seguir. Na data das realização da visita técnica para elaboração desta revisão, o projeto encontrava-se em fase final de execução.



Fonte: Amplar Engenharia

Figura 180 – Obra de implantação de sistema de retenção de sólidos a montante do Lago do Taboão

Também como medida de proteção, nota-se no Ponto 3, a presença de uma caixa de areia em vertente para o lago do Taboão, como apresenta a figura a seguir.



Fonte: Amplar Engenharia

Figura 181 – Caixa de areia em vertente para o lago do Taboão

No ponto 4, nota-se a necessidade de manutenção do vertedor do Lago do Taboão, conforme figura a seguir. O mesmo é utilizado como regulador de vazão e exerce papel importante na prevenção de enchentes e alagamentos.



Fonte: Amplar Engenharia

Figura 182 – Imagem do vertedor do Lago de Taboão

No ponto 5, encontra-se o córrego Lavapés. O trecho necessita da realização do desassoreamento e da limpeza do curso d'água, processo que deve ser realizado periodicamente para prevenção e mitigação de impactos ocasionados por enchentes e alagamentos. A figura a seguir mostra o trecho em questão.



Fonte: Amplar Engenharia

Figura 183 – Imagem do córrego Lavapés

No ponto 6, verifica-se conforme figura abaixo, o Lago do Orfeu, local para o qual há um projeto de manutenção do vertedor para controle de .



Fonte: Amplar Engenharia

Figura 184 – Imagem do Lago do Orfeu

No ponto 7 localiza-se o Ribeirão Califórnia. O local apresenta baixas declividades e, portanto, é alvo de enchentes. Como medida de controle, são realizados, periodicamente, o desassoreamento e a limpeza do curso d'água. A figura a seguir mostra o trecho em questão.



Fonte: Amplar Engenharia

Figura 185 – Imagem do local de ocorrência de frequentes enchentes no Ribeirão Califórnia

As mesmas medidas de controle foram determinadas para o trecho do córrego Lavapés localizado nas proximidades da Vila Malva (Ponto 8). A figura a seguir mostra o trecho em questão.



Fonte: Amplar Engenharia

Figura 186 – Imagem do local onde ocorre frequentes enchentes nas proximidades da Vila Malva

Além desse, no Ponto 9, localizado nas proximidades da Estância depois da Vila Malva, é possível verificar, também, a necessidade de medidas de controle de enchentes como o desassoreamento e a limpeza do curso d'água. A figura a seguir mostra o trecho em questão.



Fonte: Amplar Engenharia

Figura 187 – Trecho do córrego Lavapés nas proximidades da Estância depois da Vila Malva

Observa-se, no Ponto 10, outro trecho crítico localizado no córrego Lavapés. Estes pontos são considerados críticos devido ao alto risco de danos causados por enchentes. Dentre as principais causas das enchentes está o subdimensionamento de galerias, canais e travessias.



Fonte: Amplar Engenharia

Figura 188 – Local de enchentes no trecho entre a altura da Estância e o Ribeirão Lavapés

No ponto 11, nota-se obra executada no Ribeirão Lavapés que foi finalizada em 2020. O trecho em questão localiza-se no centro da cidade e pertence à sub-bacia do Ribeirão Lavapés. É considerado um dos pontos mais críticos do município, uma vez que o ribeirão apresenta vazão significativa, já que é onde desagua o Córrego Anhumas e atravessa o centro da cidade passando por importantes áreas comerciais e residenciais. O subdimensionamento das travessias do sistema viário e as calhas de canal, inadequadas para as vazões de pico, bem como a interrupção da canalização por instabilidade nas paredes de contenção, eram apontadas como as principais causadoras de impacto em épocas de cheia.



Fonte: Amplar Engenharia - Figura 189 – Obra Executada no Ribeirão Lavapés

No Ponto 12, localizado entre a Avenida Pires Pimentel e a Travessa Itália, nota-se uma alta suscetibilidade à alagamentos, devido a existência de um bueiro com provável diâmetro insuficiente, que faz com que as águas pluviais cheguem até o bueiro com alta velocidade, não sendo o mesmo suficiente para conter os alagamentos. É uma área problemática que necessita de projetos de obras de contenção e/ou mitigação definidos.



Fonte: Amplar Engenharia Figura 190 – Local entre a Avenida Pires Pimentel e a Travessa Itália

Quanto aos demais projetos de drenagem que foram executados no município de Bragança Paulista, tem-se o projeto do bairro Chácaras Luzia Vicente. O bairro encontrava-se sem infraestrutura há cerca de 60 anos; o projeto visava implantar todo o sistema de drenagem no local, incluindo guias e sarjetas.

Também está sendo executado as obras de drenagem no Jardim Lago do Moinho, que tratava-se também de um bairro sem infraestrutura. No que diz respeito ao cronograma de obras, 40% da rede de drenagem foi concluída em meados de 2020 e a segunda fase teve início no mesmo ano. Por fim, as obras de drenagem do L.U., localizado na Avenida Rosa Raffanti Cecchettini, encontra-se em fase inicial de execução, com previsão de conclusão no início de 2021.

PROGNÓSTICO

**PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO
POPULACIONAL E PLANO
DE METAS DA SABESP**

15 CRITÉRIOS PARA DETERMINAÇÃO DAS POPULAÇÕES TOTAL, URBANA E RURAL

a) População Total

No presente PMSB e PMGIRS adotaram-se os dados dos estudos da Fundação SEADE, referentes ao crescimento da população total do município de Bragança Paulista, os quais estão disponíveis no portal eletrônico da fundação, constando as projeções da população para os anos de 2020, 2025, 2030, 2035, 2040, 2045 e 2050.

Para os períodos intermediários (2021 a 2024, 2026 a 2029, 2031 a 2034, 2036 a 2039, 2041 a 2044 e 2046 a 2049), foram feitas interpolações lineares entre cada período.

b) População Urbana

A previsão do crescimento da população urbana foi realizada com base na interpolação de uma curva de crescimento da taxa de urbanização do município, entre dois cenários (atual e futuro).

c) População Rural

A população rural foi determinada pela diferença entre a população total e urbana.

15.1 PROJEÇÃO POPULACIONAL

O estudo populacional presente neste relatório foi elaborado com base em dados fornecidos pelo SEADE, usando o método logístico de projeção para estimar a população futura.

A tabela a seguir apresenta a projeção da população rural e urbana, de 2020 a 2050 (30 anos), bem como valores estimados de população total. A projeção foi feita com base nos dados disponíveis no SEADE de 2020, 2030 e 2040.

Tabela 33 – Projeção populacional para o Município de Bragança Paulista.

Município: Bragança Paulista/SP			
Ano	População Total (hab.)		
	Urbana	Rural	Total
2020	160871	3109	163980
2021	162474	3106	165580

2022	163934	3103	167037
2023	165261	3100	168361
2024	166465	3098	169563
2025	167556	3095	170651
2026	168543	3093	171636
2027	169435	3091	172526
2028	170241	3089	173330
2029	170967	3088	174054
2030	171621	3086	174707
2031	172210	3084	175294
2032	172740	3083	175823
2033	173216	3082	176298
2034	173644	3081	176724
2035	174028	3079	177107
2036	174372	3078	177451
2037	174682	3077	177759
2038	174959	3077	178035
2039	175207	3076	178283
2040	175430	3075	178505
2041	175629	3074	178704
2042	175808	3074	178882
2043	175968	3073	179041
2044	176111	3072	179184
2045	176239	3072	179311
2046	176354	3071	179426
2047	176457	3071	179528
2048	176549	3071	179619
2049	176631	3070	179701
2050	176704	3070	179774

Fonte: Fundação SEADE.

16 PLANO DE INVESTIMENTOS DA SABESP

A empresa SABESP em 2019 desenvolveu um Plano de Investimentos onde consolida todas as informações disponíveis, que deram suporte à formulação do Programa de

Investimentos da Sabesp em saneamento básico para o Município de Bragança Paulista no período de 2020 a 2049.

O Plano de Investimentos foi elaborado pela Sabesp, no sentido de associar as ações técnicas de engenharia às metas contratuais estabelecidas, com base no Plano Municipal de Saneamento Básico de 2016, dentro de pressupostos de atendimento à legislação, de razoabilidade de execução e de integração de esforços das partes.

Os investimentos possuem caráter indicativo e poderão sofrer antecipações ou postergações em função de diversos aspectos como, mudanças tecnológicas, ganhos de eficiência, contratações por valores diversos dos previstos, detalhamento de projetos técnicos, crescimento populacional, demandas diversas daquelas inicialmente previstas, dentre outros.

16.1 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

A universalização dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário adotada no contrato firmado com a Sabesp consiste na maximização gradual e progressiva das metas de cobertura na área atendível. A universalização contratual está condicionada à prévia efetivação de políticas públicas e ações inerentes ao Poder Executivo Municipal, inclusive quanto à obrigatoriedade de conexão compulsória de imóveis às redes públicas.

16.2 PROJEÇÃO POPULACIONAL UTILIZADA PELA SABESP

Para o referido plano a SABESP utilizou a projeção populacional da Fundação Seade, a qual, utilizou-se do Método dos Componentes Demográficos, que considera a interação dos três componentes básicos responsáveis pelo crescimento populacional: afecundidade, a mortalidade e a migração, permitindo o estabelecimento de diferentes hipóteses sobre o comportamento futuro destas variáveis, assim como uma melhor compreensão da participação de cada variável no crescimento populacional.

Já a projeção dos domicílios foi realizada pelo método conhecido como Taxas de Chefia ou Pessoas Responsáveis pelos Domicílios, que considera a hipótese de que existe uma relação entre o crescimento do número de domicílios e a população a partir da faixa entre 15 e 19 anos até o grupo aberto de 70 anos ou mais.

A seguir são apresentadas as projeções traçadas pela Fundação SEADE para o município de Bragança Paulista entre os exercícios de 2018 e 2048.

Tabela 34 - Projeção Populacional e domiciliar da Fundação SEADE, utilizada pela SABESP.

Ano	Projeção SEADE			
	Área Total		Área Urbana	
	População	Domicílios	População	Domicílios
2018	161.619	62.630	158.451	61.070
2019	163.189	63.784	160.062	62.231
2020	164.609	64.867	161.515	63.318
2021	165.875	65.874	162.806	64.325
2022	167.151	66.896	164.099	65.343
2023	168.436	67.934	165.393	66.375
2024	169.731	68.989	166.692	67.419
2025	170.806	69.928	167.771	68.349
2026	171.656	70.748	168.624	69.160
2027	172.510	71.577	169.477	69.978
2028	173.369	72.415	170.333	70.803
2029	174.232	73.263	171.191	71.638
2030	174.929	74.013	171.885	72.376
2031	175.459	74.659	172.412	73.012
2032	175.990	75.311	172.939	73.652
2033	176.523	75.969	173.468	74.298
2034	177.058	76.632	173.997	74.948
2035	177.443	77.215	174.379	75.520
2036	177.679	77.714	174.613	76.010
2037	177.915	78.217	174.847	76.503
2038	178.151	78.723	175.080	76.998
2039	178.387	79.232	175.313	77.497
2040	178.492	79.666	175.418	77.922
2041	178.466	80.022	175.393	78.271
2042	178.440	80.379	175.369	78.620
2043	178.415	80.738	175.344	78.972
2044	178.389	81.098	175.319	79.325
2045	178.266	81.419	175.199	79.639
2046	178.046	81.702	174.983	79.916
2047	177.826	81.986	174.767	80.194
2048	177.606	82.271	174.551	80.473

Fonte: SEADE.

PLANO DE METAS PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



17 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

17.1 PROJEÇÃO DA DEMANDA DE ÁGUA

O estudo de demandas foi desenvolvido, tendo como base a premissa de atendimento à área atendível com sistemas públicos de abastecimento de água, A demanda média foi definida como sendo a soma do consumo total e da perda total, calculada para a totalidade da área supracitada, sendo:

$$DEMANDA MÉDIA = CONSUMO TOTAL + PERDAS TOTAIS$$

A capacidade do sistema de produção é definida para atender a vazão máxima diária no horizonte de planejamento e calculada para o total do município, como sendo:

$$DEMANDA MÁXIMA DIÁRIA DE ÁGUA = DEMANDA MÉDIA * (KI=1,2)$$

Na Tabela 35 são apresentados os resultados da projeção de Demanda Máxima Diária para o município, considerando as projeções de população e de domicílios, metas e evolução das perdas e do consumo medido de água.

Tabela 35 – Projeção da Demanda Máxima Diária de Água

ANO	Demanda Máxima(L/s)	ANO	Demanda Máxima(L/s)	ANO	Demanda Máxima(L/s)
2019	446,2	2029	501,1	2039	532,4
2020	450,5	2030	505,7	2040	534,0
2021	456,7	2031	509,6	2041	535,3
2022	462,0	2032	513,2	2042	536,4
2023	467,8	2033	516,9	2043	537,9
2024	474,5	2034	520,7	2044	539,6
2025	480,9	2035	523,8	2045	541,5
2026	485,4	2036	525,6	2046	542,0
2027	490,4	2037	528,2	2047	543,2
2028	496,0	2038	530,3	2048	544,1

Fonte: SABESP.

A projeção de demanda deverá ser aferida e verificada nas revisões quadrienais dos instrumentos de planejamento, bem como o perfil de consumo da população local, utilizando-se

como base os histogramas de consumo verificados no período, compatibilizadas com as projeções de população e de domicílios.

17.2 ATENDIMENTO À DEMANDA DE ÁGUA

A partir das disponibilidades hídricas dos mananciais explorados e da evolução da demanda máxima diária, identificou-se a oferta-demanda e, como consequência, as necessidades de obras para a otimização da estrutura da captação, ampliação da capacidade produtiva da ETA em 200 l/s e de reservação de água tratada no município, além de obras para a expansão do sistema, com novas linhas de recalque, adutoras, estações elevatórias e booster.

17.3 PADRÕES DE ATENDIMENTO

O município de Bragança Paulista possui um índice de atendimento de abastecimento de água de 100% da área atendível, sendo proposta a manutenção dos atuais níveis de serviços ao longo dos próximos anos nos bairros localizados dentro do perímetro atendível, bem como a busca da universalização que garanta o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável até 2033, conforme definido no artigo 11-B, da Lei Federal 14.026 de 15 de julho de 2020, que atualiza o marco legal do saneamento básico.

Os contratos em vigor serão alterados para garantir o cumprimento das metas acima estabelecidas, se necessário for, garantido o reequilíbrio contratual uma vez indentificado o desequilíbrio.

17.4 META DE REDUÇÃO E CONTROLE DE PERDAS NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

Uma das metas também é a redução e controle de perdas no sistema de distribuição de água. Segundo a SABESP, o índice de perdas em 2018 representava 162 L/lig/dia. A Tabela a seguir apresenta as metas de controle de perdas na distribuição para os próximos anos.

Tabela 36 - Metas de controle do índice de perdas na distribuição do município
(a partir da data da assinatura contratual)

Ano*	Base 2018	Ano 4	Ano 8	Ano 12	Ano 16	Ano 20	Ano 24	Ano 28	Ano 30
Índice (litros/ligação x dia)	162	≤150	≤150	≤150	≤150	≤150	≤150	≤150	≤150

Fonte: Contrato de prestação de serviços assinado entre o Município e a Concessionária

NOTA: Será admitida uma variação de até 5% no indicador, quando da aferição de seu cumprimento.

Vale ressaltar que segundo dados de 2019, o índice de perdas foi de 146 l/ligação.dia, o que demonstra uma tendência ao cumprimento das metas em questão.

O cumprimento das metas deverá estar em consonância, quando possível e observada a necessidade de revisão contratual, com as metas definidas no Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2020-2035, nos termos do artigo 19, § 3º, da Lei n° 11.445/2006, bem como estarem compatíveis com o plano diretor municipal.

17.5 OBJETIVOS E METAS PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO

As metas e objetivos referentes ao abastecimento de água visam resolver as carências de abastecimento, garantindo o fornecimento de água à toda a população, indústria e irrigação, bem como promover a qualidade dos serviços prestados. Posto isto, a seguir, baseando-se nos dados e informações obtidas no diagnóstico, sobretudo, quanto ao que se pretende alcançar em cada horizonte de projeto, apresentam-se as metas e objetivos do sistema em questão:

- Curto Prazo: 1 a 4 anos

- Adequação da captação;
- Redução do nível das perdas físicas;
- Adutora de reforço setor centro (zona baixa);
- Ampliação da reservação com construção de reservatório de 1.000 m³ - Zona Norte;
- Instalação de rede de distribuição de água - Bairro Araras dos Pereiras;
- Instalação de rede de distribuição de água - Bairro Bom Retiro dos Mourão;
- Instalação de rede de distribuição de água - Bairro Vale Encantado;
- Instalação de rede de distribuição de água - Bairro Quinta dos Vinhedos;
- Instalação de rede de distribuição de água - Bairro Monjolo;
- Manutenção periódica das estruturas componentes dos sistemas de abastecimento de água;
- Crescimento vegetativo em redes e ligações de água.

- Médio Prazo: 4 a 8 anos

- Adequação da barragem;
- Redução do nível das perdas físicas;

- Obra de ampliação da capacidade de tratamento e renovação da infraestrutura de produção de água tratada (de 360 para 560 l/s);
 - Manutenção periódica das estruturas componentes dos sistema de abastecimento de água;
 - Elaboração de estudos e projetos de aumento da capacidade de produção do manancial superficial de acordo com o surgimento de novas demandas.
- **Longo Prazo: 8 a 20 anos**
- Redução do nível das perdas físicas;
 - Manutenção periódica das estruturas componentes dos sistemas de abastecimento de água;
 - Ampliação da reservação com construção de reservatório de 1.000 m³;
 - Elaboração de estudos e projetos de aumento da capacidade de produção do manancial superficial de acordo com o surgimento de novas demandas;
 - Obras de adequação da capacidade de tratamento e renovação da infraestrutura de produção de água tratada, fazendo com que a ETA atenda o crescimento populacional gradativamente.

Metas para Cobertura com Abastecimento de Água

Ano*	Índice de Cobertura em Abastecimento de Água
Ano 4	≥99,0%
Ano 8	≥99,0%
Ano 12	≥99,0%
Ano 16	≥99,0%
Ano 20	≥99,0%
Ano 24	≥99,0%
Ano 28	≥99,0%
Ano 30	≥99,0%

Fonte: Contrato assinado com a concessionária

Ressalta-se, mais uma vez, que o cumprimento das metas deverá estar em consonância, quando possível e observada a necessidade de revisão contratual, com as metas definidas no Plano

de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2020-2035, nos termos do artigo 19, § 3º, da Lei n.º 11.445/2006, bem como estarem compatíveis com o plano diretor municipal.

17.6 INVESTIMENTOS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Inicialmente foram identificadas todas as ações necessárias, visando o atendimento às demandas existentes, no contrato estabelecido entre a Prefeitura de Bragança Paulista e SABESP, bem como o equacionamento dos problemas existentes e daqueles previstos no horizonte de curto e médio prazo.

Os principais tópicos, critérios e propostas que fundamentaram o Programa de Investimentos da Sabesp para o Município de Bragança Paulista ao longo do período de 2020-2049 estão apresentados a seguir:

- Garantia de disponibilização regular e contínua de água tratada à população;
- Garantia da qualidade da água tratada distribuída à população;
- Redução da perda de água tratada no sistema de abastecimento;
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Este Plano de Investimentos tem como principais intervenções previstas para o sistema de abastecimento de água no município:

- Obras para a recuperação da barragem do Rio Jaguari e nova estrutura da captação;
- Ampliação da capacidade produtiva da ETA em 200 l/s;
- Incremento da capacidade de reservação em 2.150 m³;
- Expansão do sistema de abastecimento nos bairros Morada Campos Verdes, Araras dos Pereiras, Recanto da Montanha, Bom Retiro dos Mourão, Vale Encantado e Bairro Monjolo;
- Execução de redes de distribuição e ligações de água (crescimento vegetativo);
- Renovação de ativos;

Abaixo são apresentados os valores dos investimentos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do município de Bragança Paulista. Todos os investimentos são exclusivos do município.

Tabela 37 - Resumo dos Investimentos no Sistema de Abastecimento de Água.

UNIDADES	1º ao 4º ano	5º ao 17º ano	18º ao 30º ano	TOTAL
PRODUÇÃO/ADUÇÃO/ RESERVAÇÃO DE ÁGUA	R\$ 7.470.000,00	R\$29.692.000,00	R\$ 558.000,00	R\$ 37.720.000,00
REDE E LIGAÇÕES	R\$ 2.612.000,00	R\$9.619.000,00	R\$ 3.021.000,00	R\$ 15.252.000,00
REDUÇÃO DE PERDAS	R\$ 691.000,00	R\$3.146.000,00	R\$ 4.116.000,00	R\$ 7.953.000,00
RENOVAÇÃO DE ATIVOS	R\$ 77.000,00	R\$172.000,00	R\$ 202.000,00	R\$ 451.000,00
TOTAL	R\$ 10.850.000,00	R\$42.629.000,00	R\$ 7.897.000,00	R\$ 61.376.000,00

Fonte: SABESP.

A seguir apresenta-se o Fluxo de Investimentos previstos pela SABESP para o período.

Tabela 38 – Fluxo de Investimentos no Sistema de Abastecimento de Água.

Ano	Investimento	Ano	Investimento	Ano	Investimento
1	R\$ 1.244.000,00	11	R\$ 1.291.000,00	21	R\$ 671.000,00
2	R\$ 4.868.000,00	12	R\$ 733.000,00	22	R\$ 565.000,00
3	R\$ 3.854.000,00	13	R\$ 617.000,00	23	R\$ 520.000,00
4	R\$ 884.000,00	14	R\$ 621.000,00	24	R\$ 460.000,00
5	R\$ 14.988.000,00	15	R\$ 629.000,00	25	R\$ 463.000,00
6	R\$ 15.582.000,00	16	R\$ 748.000,00	26	R\$ 465.000,00
7	R\$ 1.793.000,00	17	R\$ 645.000,00	27	R\$ 569.000,00
8	R\$ 822.000,00	18	R\$ 658.000,00	28	R\$ 605.000,00
9	R\$ 1.814.000,00	19	R\$ 1.220.000,00	29	R\$ 548.000,00
10	R\$ 2.346.000,00	20	R\$ 604.000,00	30	R\$ 549.000,00
TOTAL					R\$ 61.376.000,00

Fonte: SABESP.

PLANO DE METAS PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO



18 PROJEÇÃO DAS VAZÕES DE ESGOTO

18.1 PROJEÇÃO DAS VAZÕES DE ESGOTO

A projeção das vazões de esgoto foi desenvolvida com base em algumas premissas estabelecidas, como a área atendível com sistemas públicos de esgoto, volumes micromedidos de água e indicadores de coleta e tratamento no ano base, projeções de população e domicílios e metas de atendimento.

A vazão coletada se compõe de duas parcelas: consumo de água, ao qual é aplicado um coeficiente de retorno, e água de infiltração no sistema de coleta de esgoto. A primeira é decorrência direta das ligações que estão conectadas ao sistema de rede coletora, acrescida da parcela de perda aparente correspondente, e a segunda é determinada pela taxa linear de infiltração multiplicada pela extensão da rede coletora de esgoto.

$$Q_{med} = [(Cons. Total * Coef. de Retorno)] + (Ext. de Rede Esgoto * Taxa de Infiltração)$$

A vazão de esgoto tratada é a vazão média que efetivamente chega às unidades de tratamento de esgotos por meio do sistema de coletores tronco e interceptores, e para a qual é definida a capacidades dessas unidades no horizonte de planejamento. É calculada a partir da vazão média coletada e do “índice de economias conectadas ao tratamento de esgoto”.

$$Q_{med\ esg\ tratado} = [Cons. Total * Coef. de Retorno] * Índice de Tratamento + (Ext de Rede Esgoto * Taxa de Infiltração)$$

A seguir, encontra-se a projeção da vazão de esgoto tratado para o município de Bragança Paulista, realizado pela SABESP, conforme critérios indicados acima.

Tabela 39 – Projeção das Vazões Tratadas de Esgoto

ANO	Vazão Média Tratada (L/s)	ANO	Vazão Média Tratada (L/s)	ANO	Vazão Média Tratada (L/s)
2019	255,9	2029	285,9	2039	299,6
2020	257,4	2030	287,9	2040	300,4
2021	260,5	2031	289,5	2041	301,0
2022	263,1	2032	290,9	2042	301,3
2023	265,1	2033	292,3	2043	301,6
2024	269,2	2034	294,0	2044	302,0
2025	273,8	2035	295,4	2045	302,7
2026	277,5	2036	296,3	2046	303,0
2027	280,4	2037	297,5	2047	303,4
2028	283,7	2038	298,5	2048	303,8

Fonte: SABESP

Acrescenta-se que no ano de 2019, a vazão média tratada foi de 238,11 l/s, ou seja, a ETE de Bragança Paulista conseguiu cumprir com as projeções estabelecidas a contento.

18.1.1 ATENDIMENTO À VAZÃO TRATADA DE ESGOTOS

A partir da capacidade atual do sistema de tratamento de esgoto e da evolução da vazão tratada, identificou-se a necessidade de obras voltadas à ampliação da ETE existente em 80 l/s (dividida em duas fases) e expansão do sistema, com novas estações elevatórias, linhas de recalque, ligações e redes.

18.2 OBJETIVOS E METAS PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO

No que se refere ao tratamento dos esgotos coletados o atendimento é de 100% do perímetro atendível com esgotamento e há previsão de ampliação do sistema de coleta conforme plano de investimentos pactuados e detalhados no item 18.3.

Dentre os principais objetivos do Sistema de Esgotamento Sanitário estão:

- Resolver as carências de atendimento, garantindo o esgotamento sanitário a toda população, seja por meio de sistema público nas áreas passíveis de implantação deste tipo de sistema ou através de soluções individuais de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, dadas as peculiaridades de cada localidade considerada;
- Resolver as deficiências e atenuar as disfunções ambientais associadas à qualidade dos meios físicos;
- Promover a proteção dos recursos hídricos e o controle da poluição.

Posto isto, busca-se a universalização do acesso e melhoria contínua dos serviços prestados, os quais garantam o atendimento de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgoto até 2033, conforme definido no artigo 11-B, da Lei Federal 14.026 de 15 de julho de 2020, que atualiza o marco legal do saneamento básico.

Os contratos em vigor serão alterados para garantir o cumprimento das metas acima estabelecidas, se necessário for, garantido o reequilíbrio contratual uma vez indentificado o desequilíbrio.

Com isso, estabelecem-se as seguintes metas e objetivos:

- Curto Prazo: 1 a 4 anos

- Instalação de rede coletora de esgoto – Bairro Jd. Amapola;
- Instalação de rede coletora de esgoto – Bairro Monte Tabor;

- Instalação de rede coletora de esgoto – Bairro Quintas de Bragança;
- Instalação de rede coletora de esgoto - Bairro Bom Retiro
- Instalação de rede coletora de esgoto – Chácara São Conrado;
- Instalação de rede coletora de esgoto – Estância Santana;
- Instalação de rede coletora de esgoto – Vila Mazuchelli;
- Instalação de rede coletora de esgoto – Moacyr Mendes;
- Expansão de rede coletora esgoto - Vale Encantado e Chico Lopes
- Obra para ampliação da capacidade de tratamento - ETE Bragança Paulista (1ª ETAPA), com a implantação de um novo módulo de 40 l/s;
- Ampliação do número de ligações de esgoto de acordo com o surgimento de novas demandas;
- Ampliação da rede coletora de esgoto de acordo com o surgimento de novas demandas;
- Manutenção periódica das estruturas componentes dos sistemas de esgotamento sanitário.

- Médio Prazo: 4 a 8 anos

- Obras de adequação da capacidade de tratamento, fazendo com que a ETA atenda o crescimento populacional gradativamente.
- Instalação de rede coletora de esgoto – Bairro Residencial Campos Verdes;
- Instalação de rede coletora de esgoto – Três Marias / Paturi;
- Ampliação do número de ligações de esgoto de acordo com o surgimento de novas demandas;
- Ampliação da rede coletora de esgoto de acordo com o surgimento de novas demandas;
- Manutenção periódica das estruturas componentes dos sistemas de esgotamento sanitário.

- Longo Prazo: 8 a 20 anos

- Ampliação da rede coletora de esgoto de acordo com o surgimento de novas demandas;
- Ampliação do número de ligações de esgoto de acordo com o surgimento de novas demandas;
- Manutenção periódica das estruturas componentes dos sistemas de esgotamento

sanitário.

Metas para Cobertura com Coleta de Esgoto e para Economias Conectadas
ao Tratamento de Esgoto

Ano*	Índice de Cobertura em Coleta de Esgotos	Economias Conectadas ao Tratamento de Esgoto
Ano 4	≥99,0%	≥99,0%
Ano 8	≥99,0%	≥99,0%
Ano 12	≥99,0%	≥99,0%
Ano 16	≥99,0%	≥99,0%
Ano 20	≥99,0%	≥99,0%
Ano 24	≥99,0%	≥99,0%
Ano 28	≥99,0%	≥99,0%
Ano 30	≥99,0%	≥99,0%

Fonte: Contrato assinado com a concessionária

NOTA: Para efeito de aferição quanto ao cumprimento das metas pactuadas, será admitido uma variação de até 2 p.p. (dois pontos percentuais) nos presentes indicadores.

**Períodos a partir da assinatura do contrato.*

O cumprimento das metas deverá estar em consonância, quando possível e observada a necessidade de revisão contratual, com as metas definidas no Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2020-2035, nos termos do artigo 19, § 3º, da Lei n.º 11.445/2006, bem como estarem compatíveis com o plano diretor municipal.

18.3 INVESTIMENTOS EM ESGOTO

Para a composição do plano de investimentos, inicialmente foram identificadas todas as ações relativas aos sistemas de esgotamento sanitário no município, visando o atendimento às demandas, com base nos cenários futuros de crescimento populacional para os próximos 30 anos e o equacionamento dos problemas existentes e daqueles previstos nos horizontes de curto e médio prazo.

Os principais tópicos, critérios e propostas que fundamentaram o Programa de

Investimentos da Sabesp para o Município de Bragança Paulista ao longo do período de 2020-2049 são apresentados a seguir:

- Expansão da coleta dos esgotos;
- Ampliação do sistema e da capacidade de tratamento no município;
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados à população;
- Renovação dos ativos existentes.

Este plano de investimentos tem como principais ações previstas para o sistema de esgotos do município a:

- Ampliação da capacidade de tratamento em 80 l/s (obra em duas etapas);
- Expansão da coleta para os bairros Green Park, Jd. Amapola, Jd. Paturi, Luzia Vicente, Monte Tabor, Quintas de Bragança, Residencial Campos Verdes, Toró/Torozinho, Bom Retiro, Vale Encantado, Chico Lopes, Chácara São Conrado, Estância Santana, Vila Mazuchelli;
- Execução de redes coletoras e ligações de esgoto (crescimento vegetativo);
- Renovação de ativos.

Na tabela a seguir constam os valores indicativos dos investimentos para a ampliação dos Sistemas Esgotamento Sanitário no município de Bragança Paulista.

Tabela 40 - Resumo dos Investimentos no Sistema de Esgotamento Sanitário.

UNIDADES	1º ao 4º ano	5º ao 17º ano	18º ao 30º ano	TOTAL
AFASTAMENTO/ TRATAMENTO DE ESGOTO	R\$ 4.623.000,00	R\$ 6.516.000,00	R\$ 626.000,00	R\$ 11.765.000,00
REDE E LICAÇÃO DE ESGOTO	R\$ 4.838.000,00	R\$ 19.856.000,00	R\$ 5.738.000,00	R\$ 30.432.000,00
RENOVAÇÃO DE ATIVOS	R\$ -	R\$ 149.000,00	R\$ 311.000,00	R\$ 460.000,00
TOTAL	R\$ 9.461.000,00	R\$ 26.521.000,00	R\$ 6.675.000,00	

Fonte: SABESP.

A seguir apresenta-se o Fluxo de Investimentos previstos pela SABESP para o período.

Tabela 41 – Fluxo de Investimentos no Sistema de Esgotamento Sanitário

Ano	Investimento	Ano	Investimento	Ano	Investimento
1	R\$ 1.314.000,00	11	R\$ 967.000,00	21	R\$ 578.000,00
2	R\$ 1.231.000,00	12	R\$ 855.000,00	22	R\$ 1.118.000,00
3	R\$ 3.452.000,00	13	R\$ 737.000,00	23	R\$ 404.000,00
4	R\$ 3.464.000,00	14	R\$ 741.000,00	24	R\$ 404.000,00
5	R\$ 1.511.000,00	15	R\$ 748.000,00	25	R\$ 408.000,00

6	R\$ 3.337.000,00	16	R\$ 753.000,00	26	R\$ 409.000,00
7	R\$ 3.519.000,00	17	R\$ 663.000,00	27	R\$ 364.000,00
8	R\$ 1.937.000,00	18	R\$ 568.000,00	28	R\$ 321.000,00
9	R\$ 2.611.000,00	19	R\$ 571.000,00	29	R\$ 322.000,00
10	R\$ 8.142.000,00	20	R\$ 728.000,00	30	R\$ 480.000,00
TOTAL					R\$ 42.657.000,00

Fonte: SABESP.

18.4 TARIFA MÉDIA EFETIVA

A tarifa efetiva unitária é calculada por metro cúbico (m³) micromedido.

As tarifas praticadas no município são ajustadas conforme tabela tarifária constante no Plano de Adequação Tarifária. Assim, os valores utilizados inicialmente no fluxo de caixa foram de R\$ 5,25 por m³ para água e R\$ 5,18 por m³ para esgoto, com base nas tarifas vigentes em 2018. As tarifas aplicadas no município são aquelas definidas pela ARSESP, conforme cláusula do Contrato de Prestação de Serviços.

**SISTEMA DE LIMPEZA
URBANA E RESÍDUOS
SÓLIDOS**

19 MODELO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E RESÍDUOS SÓLIDOS

Visando ao atendimento à Política Nacional de Saneamento Básico e à Política Nacional de Resíduos Sólidos, apresenta-se os instrumentos de planejamento e gestão dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos aplicáveis ao município de Bragança Paulista.

A PNSB apoia-se sobre os princípios fundamentais da prestação dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, onde se destacam:

- Universalização do acesso;
- Integralidade no atendimento das necessidades da população e maximização dos resultados;
- Disponibilidade em todas as áreas;
- Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional;
- Eficiência e sustentabilidade econômica;
- Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Para o manejo diferenciado e integrado dos resíduos sólidos, o modelo proposto pela Política Nacional recomenda a utilização de um conjunto de instalações normatizadas, sendo que algumas podem ser compartilhadas com outros municípios, conforme listagem abaixo:

- Ecopontos: para a acumulação temporária de RCC's, resíduos volumosos, de coleta seletiva e resíduos com logística reversa (NBR 15.112);
- Pontos de Entrega Voluntária (PEV): contêineres, sacos ou outros dispositivos instalados em espaços públicos ou privados monitorados, para recebimento de recicláveis;
- Galpões de Triagem de resíduos recicláveis, com normas operacionais definidas em regulamento;
- Unidades de compostagem/biodigestão de resíduos orgânicos;
- Áreas de Triagem e Transbordo de RCC, resíduos volumosos e resíduos com logística reversa (NBR 15.112);
- Áreas de Reciclagem de RCC (NBR 15.114);
- Aterros Sanitários (NBR 13.896);
- Aterros Sanitários de Pequeno Porte (ASPP): com licenciamento simplificado pela Resolução CONAMA nº 404/2008 e projeto orientado pela NBR 15.849;
- Aterro de Inertes (Classe A), orientado pela NBR 15.113.

Para este PMSB e PMGIRS, em consonância com o modelo proposto, destacam-se os seguintes aspectos para o município de Bragança Paulista:

- Instalação de uma usina de compostagem ou ampliação do sistema já existente para o aproveitamento total dos resíduos de poda, com aplicação para os resíduos orgânicos de feiras.

O modelo proposto não impede que sejam realizados estudos futuros, visando à utilização de novas tecnologias disponíveis, principalmente se for adotado um modelo de gestão com participação em um consórcio intermunicipal.

20 OBJETIVOS E METAS PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A seguir, são abordados os objetivos no que se refere ao atendimento com a coleta, geração, aproveitamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos.

- Curto Prazo: 1 a 4 anos

- Manter o sistema de Coleta Seletiva e ampliar o atendimento para 100% na área urbana;
- Manter o atendimento da coleta de resíduos sólidos domiciliares em 100% da população;
- Instalação de 100 contêineres de PEAD, a fim de iniciar-se a coleta mecanizada;
- Manter e aprimorar de acordo com as necessidades, o atendimento a varrição do município, aumentando a área de atendimento, e implantando varrição mecanizada;
- Instalação de 03 (três) ecopontos ou método equivalente de ponto de entrega voluntária;
- Galpão de triagem de resíduos recicláveis;
- Instalação de uma usina de compostagem ou ampliação do sistema já existente para o aproveitamento dos resíduos de poda, com ampliação para os resíduos orgânicos de feiras;
- Instalação do Sistema de Aproveitamento do Biogás
- Aproveitamento Energético dos Resíduos Sólidos;
- Instalação de contêineres para a coleta para resíduos recicláveis nos prédios

públicos;

- Reciclar em 6,6% dos RSU secos coletados.
- Reciclar em 3,6% dos RSU orgânicos coletados.
- Aproveitamento de RSU reciclável em 60% do coletado;
- Aproveitamento de RSU orgânico em 50% do coletado;
- Redução do envio de RSU ao aterro em 15%;
- Promover ações visando a regularização das cooperativas de Resíduos Recicláveis;
- Promover ações de integração entre geradores e catadores.
- Implantação das ações previstas no Programa de Educação Ambiental.

- Médio Prazo: 4 a 8 anos

- Manter o sistema de Coleta Seletiva Seletiva e ampliar de acordo com a expansão urbana, bem como expandir o serviço para a zona rural;
- Manter o atendimento da coleta de resíduos sólidos domiciliares em 100% da população;
- Manter e aprimorar, de acordo com as necessidades, o atendimento a varrição do município;
- Instalação de 04 (quatro) ecopontos ou método equivalente de ponto de entrega voluntária;
- Reciclar 11,4% do RSU secos coletados
- Reciclar em 7,2% dos RSU orgânicos coletados.
- Aproveitamento de RSU reciclável em 80% ;
- Aproveitamento de RSU orgânico em 75% ;
- Redução do envio de RSU ao aterro em 26,7% ;
- Promover ações contínuas de educação ambiental.
- Formalização de contratos com cooperativas e associações de catadores

- Longo Prazo: 8 a 20 anos

- Manter o sistema de Coleta Seletiva Seletiva e ampliar de acordo com a expansão urbana e rural;
- Manter o atendimento da coleta de resíduos sólidos domiciliares em 100% da população;
- Manter e aprimorar, de acordo com as necessidades, o atendimento a varrição do município;

- Instalação de 06 (seis) ecopontos ou método equivalente de ponto de entrega voluntária;
- Reciclar 25,8% dos RSU secos coletados
- Reciclar em 13,5% dos RSU orgânicos coletados.
- Aproveitamento de RSU reciclável em 90%;
- Aproveitamento de RSU orgânico em 95%;
- Redução do envio de RSU ao aterro em 63,9%;
- Promover ações contínuas de educação ambiental.
- Formalização de contratos com cooperativas e associações de catadores

21 RESÍDUOS SÓLIDOS DE CONTRUÇÃO CIVIL - RCC

De acordo com o diagnóstico a principal dificuldade do município está no controle dos pontos de descarte irregulares, uma vez que estes não possuem qualquer tipo de controle, recebem resíduos RCC além de outros resíduos que podem ocasionar graves impactos ambientais.

É sugerido como solução viável a implantação de uma Área de Transbordo e Triagem (ATT) municipal com a aquisição de equipamento de trituração visando facilitação na reutilização e reciclagem dos resíduos gerados ou a delegação do serviço à empresas especializadas.

Outra medida sugerida é a implantação de outros Pontos de Entrega de Pequenos Volumes (PEV) de RCC em Ecopontos.

A idéia de implantação de local intermediário é indicar áreas específicas no município para a destinação de Resíduos de Construção Civil (RCC) evitando o depósito em áreas irregulares e realizar a triagem destes para que possibilitem a sua reutilização ou reciclagem.

A NBR 15.112:2004 fixa os requisitos mínimos para projeto, implantação e a operação das áreas de transbordo e triagem (ATT) e para os Pontos de Entrega de Pequenos Volumes (PEV) sendo este último mais simplificado podendo ser dispensado de Plano de Controle de Recebimento de Resíduos, uma vez que não exige a instalação de equipamentos de proteção contra descargas atmosféricas e de sistemas de drenagem superficial, a instalação de equipamentos de proteção contra descargas atmosféricas e de sistemas de drenagem superficial e dispensa-se a apresentação de CTR na entrega de resíduos pelos usuários (MMA, 2010).

De acordo com a CETESB a área de transbordo e triagem de resíduos da construção civil é destinada ao recebimento de resíduos, para triagem, armazenamento temporário dos materiais segregados e posterior remoção para destinação adequada, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

A ATT sem transformação (beneficiamento) é licenciada/autorizada pela Prefeitura do Município em que se localiza.

Já o Ponto de Entrega Voluntária de Pequenos Volumes (PEV) ou ecoponto é uma área de transbordo e triagem de pequeno porte, destinada à entrega voluntária de pequenas quantidades de resíduos de construção civil, resíduos volumosos, restos de podas e resíduos de coleta seletiva. É uma área licenciada/autorizada pela Prefeitura do Município em que se localiza e integra o sistema público de limpeza urbana (CETESB, s.d.).

De acordo com o Relatório de Resíduos da Construção Civil do Estado de São Paulo conduzido pela SINDUSCON-SP e Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo (SIMA), os resíduos que precederam maior dificuldade de gerenciamento para as empresas foi o gesso (40%), seguidos de, Madeira (10%), Latas de Tintas (8%), Classe D (8%), Químicos (5%), Isopor (5%) e Entulho, Solo, Sacos de Cimento, Petroquímicos, representados por 3% cada.

Nota-se que mesmo com a mudança de classificação do gesso, o mesmo ainda representou a maior dificuldade de gerenciamento.

Quanto a reutilização dos resíduos pelas empresas de construção em suas obras o relatório identificou os seguintes percentuais: 18% madeira, 13% entulho, 8% concreto, 5% solo não contaminado, 3% Classe B, 3% Massa Fechada, 3% Argamassa.

As principais dificuldades apontadas pelas empresas da construção civil foram promover a prática de logística reversa, de forma que pudesse solucionar a correta destinação, o esclarecimento quantos aos requisitos da Resolução CONAMA 307/2012, a divulgação frequente dos procedimentos para eliminação, redução e reaproveitamento dos resíduos e locais autorizados para recebimento.

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR) em seu caderno técnico de Resíduos Sólidos da gestão 2009-2011 apresentou o seguinte modelo de etapas de Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil podendo esse ser replicado no município:

1. Caracterização: Etapa na qual o gerador irá realizar a identificação dos resíduos a serem gerados e estimativa de geração separando estes por classe.
2. Minimização da Geração de Resíduos: Etapa onde é descrito os procedimentos e ações que serão adotados na minimização da geração dos resíduos.
3. Triagem: Etapa onde é descrito os procedimentos e ações a serem adotados para a separação dos resíduos por classe. Nesta etapa deve ser descrito se a segregação será realizada na própria obra quando houver espaço e atender a Lei Municipal nº 4.732/2020, ou ocorrer em Áreas de Triagem e Transbordo (ATT), Ponto de Entrega Voluntária de Pequenos Volumes (PEV) e Aterro Licenciado informando o endereço de geração e

endereço de triagem quando pertinente.

4. Acondicionamento: Etapa onde deverá ser descrito os procedimentos adotados para acondicionamento dos resíduos, por classe/tipo, de modo a garantir a integridade dos materiais para futura reciclagem ou reutilização. Os dispositivos de armazenamentos deverão ser tecnicamente aplicáveis para o tipo de resíduo e estarem devidamente identificados.
5. Transporte Interno: Descrição dos procedimentos adotados em relação ao transporte dos resíduos internos quando pertinente.
6. Transporte Externo: Descrição dos procedimentos adotados em relação ao transporte dos resíduos externo com identificação da empresa licenciada a realizar o transporte, tipos de veículos, equipamentos a serem utilizados, horários de coleta, frequência e itinerário.
7. Transbordo ou PEV: Endereço completo da área quando pertinente.
8. Destinação Final dos Resíduos: Descrição quanto a destinação adotada por tipo e classe de resíduo observando o art. 10 da Resolução CONAMA 307/2002.

A remoção, transporte e destinação para local previamente determinado dos Resíduos de Construção Civil deverá ser realizado através de contratação de empresa especializada em caçambas ou prestador de serviços (pessoa física ou jurídica) devidamente cadastrado e autorizado pela Prefeitura para a execução desta atividade econômica em conformidade a Lei Municipal n 4.732/2020.

A Prefeitura deverá manter atualizado o cadastro de empresas especializadas em caçambas ou demais prestadores de serviços que efetivem a remoção dos RCC e fiscalizar a remoção e transporte de resíduos na área do município de modo a identificar atividades que não atendem a legislação e assim adotar medidas cabíveis de acordo com a Lei Municipal.

Deve-se adotar o conceito de Reutilizar e Reciclar, sendo apresentado na tabela a seguir as principais formas de reutilização dos resíduos de RCC no canteiro de obras devendo este ser frequentemente divulgado pelo município em suas campanhas de conscientização.

Tabela 42 - Principais formas de reutilização dos resíduos de RCC no canteiro de obras

Resíduo	Reutilização
Revestimentos de piso ou parede das construções pré-existentes	Revestimentos em mosaico, revestimentos das instalações provisórias
Louças, metais, esquadrias e telhas	Aproveitamento nas instalações provisórias
Resíduos classe A (inertes) dos processos de demolição	Enchimento de valas sem necessidade de controle tecnológico mais rigoroso

Resíduos classe B (recicláveis de outras indústrias) – embalagens	Aproveitamento de embalagens para acondicionamento de outros materiais, sempre que não houver riscos de contaminação ou alteração das características do novo material acondicionado
Resíduos classe B (recicláveis de outras indústrias) – metais e madeira	Aproveitamento para confecção de sinalizações, construções provisórias para estoque de materiais e baias para resíduos, cercas e portões
Escoramento e andaimes metálicos	Reaproveitáveis durante toda a obra
Solos	Reaterros e acertos de terrenos

Fonte: SindusConSP; SIMA, s.d.

A tabela a seguir apresenta um resumo das principais formas de reciclagem, reutilização e destinação final dos resíduos de RCC.

Tabela 43 - Resumo das principais formas de reciclagem, reutilização e destinação final dos resíduos de RCC

DESTINAÇÃO	CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
REUTILIZAÇÃO no próprio canteiro	Reutilização no próprio canteiro			
RECICLAGEM no próprio canteiro	Reciclagem no próprio canteiro			
PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA (NBR 15.112)	Apenas pequenos volumes			
ATT (NBR 15.112)	Área de Transbordo e triagem			Pequeno Volume em caráter transitório
ATERROS DE RESÍDUOS CLASSE A - (NBR 15.113)	Aterros de resíduos classe A			
SUCATEIROS / COOPERATIVAS / GRUPOS DE COLETA SELETIVA		Resíduos recicláveis		

RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA		Logística reversa	Logística reversa	Logística reversa Captação resíduo perigoso que possa ser tratado
-----------------------------------	--	----------------------	----------------------	---

Fonte: SindusConSP; SIMA, s.d.

É importante o município manter atualizado e divulgar o cadastro de transportadores e locais aptos e regularizados para o transporte e descarte dos resíduos de RCC facilitando o acesso à informação da população.

O município deverá implementar um programa de monitoramento de modo a ampliar a fiscalização dos pontos onde ocorre a disposição clandestina e criar um sistema de denúncias através de telefone exclusivo junto aos órgãos, secretarias e setores pertinentes de Fiscalização Geral.

Com as áreas de disposição irregular de Resíduos de Construção Civil (RCC), o município deverá realizar o recolhimento desses materiais e e realizar a destinação ambientalmente correta. Recomenda-se a elaboração de ações de educação ambiental para população local, identificação do local como proibido o descarte de resíduos e ações de fiscalização com o objetivo de evitar novamente o acúmulo de RCC nesses pontos.



Figura 191 – Modelo de identificação das áreas de descarte irregular de RCC.

Na etapa de remoção o município deve verificar a presença de material possivelmente

contaminante ou contaminado e destinar estes para aterro devidamente licenciado.

21.1 METAS E PRAZOS PARA O MANEJO DE RCC

Da mesma forma que para os resíduos sólidos urbanos (RSU), as metas estabelecidas para os RCC poderão ser discutidas no âmbito municipal ou, eventualmente, no âmbito de um consórcio intermunicipal que por ventura venha a ser instituído.

A seguir, são apresentadas as principais metas de curto, médio e longo prazo, relativas aos RCC, propostas para o município de Bragança Paulista.

- Metas de Curto Prazo: 1 a 4 anos

- Desenvolver informativos à população quanto à segregação adequada de RCC, principalmente dos resíduos Classe B (madeira, metal, papel, plástico, gesso e outros);
- Destinar os RCC's à ATT para triagem, armazenamento temporário dos materiais segregados, eventuais transformação e envio a destinação adequada;
- Destinar os RCC passíveis de beneficiamento gerados pela municipalidade e de pequenos geradores à empresas especializadas;
- Fiscalizar o envio dos RCCs passíveis de beneficiamento provenientes de geradores particulares, transportadores à empresas especializadas.
- Instalação de mais ecopontos e/ou PEV's para o recebimento dos RCC de pequenos geradores.
- Implementar um programa de levantamento, monitoramento e fiscalização dos pontos de disposição clandestina/irregular;
- Implantar ações visando a eliminação pontos descartes irregulares de RCC's;
- Cadastramento dos geradores e transportadores de RCC's com a implantação do SIGOR;
- Regulamentação da caracterização de grande gerador, anualmente, de forma gradual, por meio de Resolução da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, conforme a consolidação do SIGOR no Município;
- Reutilização dos Resíduos da Construção Civil pela Prefeitura na manutenção de vias, praças, etc, após a realização de estudos e definição de estratégias de aperfeiçoamento das ações de modo que o beneficiamento seja realizado de acordo com a ABNT NBR 15114:2004, 15115:2004, 15116:2004 e Resolução CONAMA nº 307/2002;

- Médio Prazo: 4 a 8 anos

- Continuidade das ações de educação ambiental;
- Manutenção do programa de levantamento, monitoramento e fiscalização dos pontos de disposição clandestina/irregular;
- Eliminação dos pontos irregulares de destinação ambientalmente correta de RCC's;
- Manutenção do cadastro de transportes de RCC e transportadores.
- Envio de rejeitos de resíduos de RCC à aterros licenciados para recebimento.

- Longo Prazo: 8 a 20 anos

- Continuidade das ações de educação ambiental;
- Manutenção do programa de levantamento, monitoramento e fiscalização dos pontos de disposição clandestina/irregular;
- Eliminação dos pontos irregulares de destinação de RCC's;
- Reutilização dos RCC (Classe A, B e C);
- Manutenção do cadastro de transportes de RCC e transportadores;
- Envio de rejeitos de resíduos de RCC à aterros licenciados para recebimento.

22 OBJETIVOS E METAS PARA OS RESÍDUOS VOLUMOSOS

Os resíduos volumosos são constituídos por peças de grandes dimensões como móveis e utensílios domésticos inservíveis, grandes embalagens, podas e outros resíduos de origem não industrial e não coletados pelo sistema de coleta comum, sendo os materiais mais constantes as madeiras e os metais.

No município de Bragança Paulista, os resíduos volumosos são coletados tanto pela Prefeitura Municipal quanto pela Embralixo (referência outubro/2020 - CARRETEIRO - atual).

O PNRS estabelece a segregação de resíduos volumosos para reutilização e reciclagem como uma premissa. Neste sentido, os resíduos volumosos coletados deverão ser triados, e a partir de então, será definida a melhor destinação em função da característica do resíduo, devendo ser preferencialmente encaminhado à reutilização ou reciclagem.

- Metas de Curto Prazo: 1 a 4 anos

- Instalação de PEVs / ecopontos para o recebimento de resíduos volumosos;
- Promover a destinação ambientalmente correta.

- Promover termos de parceria afim de se promover a destinação correta dos volumosos passíveis de logística reversa.
- Promover ações contínuas de educação ambiental.

- Metas de Médio e Longo Prazo 4 a 20

- Destinar os resíduos volumosos à empresa especializada em reciclagem;
- Promover ações contínuas de educação ambiental.

23 OBJETIVOS E METAS PARA OS RESÍDUOS VERDES

Os resíduos verdes ou de poda vegetal são provenientes da manutenção de parques, áreas verdes e jardins, redes de distribuição de energia elétrica, telefonia e outras, sendo classificados em troncos, galharia fina, folhas e material de capina e desbaste.

Os resíduos verdes têm grande potencial de insumo para a compostagem ou para a geração de energia elétrica, junto aos resíduos sólidos orgânicos.

As metas e prazos para os Resíduos Verdes são:

- Metas de Curto Prazo: 1 a 4 anos

- Assegurar medidas de fiscalização que garantam a adequada disposição dos resíduos verdes de origem domiciliar, tais como podas de árvores, arbustos ornamentais e gramado originários de chácaras e residências;
- Instalação de ecopontos/PEVs para recebimento de restos de podas domiciliares;
- Instalação de uma usina de compostagem ou ampliação do sistema já existente para aproveitamento dos resíduos de podas de manutenção de áreas públicas realizadas pela prefeitura e de podas encaminhadas por pequenos geradores;
- Promover ações contínuas de educação ambiental.

- Médio Prazo: 4 a 8 anos

- Assegurar medidas de fiscalização que garantam a adequada disposição dos resíduos verdes de origem domiciliar, tais como podas de árvores, arbustos ornamentais e gramado originários de chácaras e residências.
- Destinação dos resíduos verdes para compostagem (após a instalação da usina de compostagem ou ampliação do sistema já existente);
- Promover ações contínuas de educação ambiental.

- Longo Prazo: 8 a 20 anos

- Assegurar medidas de fiscalização que garantam a adequada disposição dos resíduos verdes de origem domiciliar, tais como podas de árvores, arbustos ornamentais e gramado originários de chácaras e residências;
- Destinação dos resíduos verdes para compostagem;
- Promover ações contínuas de educação ambiental.

24 OBJETIVOS E METAS PARA OS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE - RSS

A Resolução CONAMA nº 358/2005 prevê a obrigatoriedade do gerenciamento dos RSS pelo seu respectivo gerador, de forma que o mesmo deve ter elaborado seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, respeitando todas as premissas descritas pela referida resolução.

Os principais objetivos e metas a serem alcançados no município são:

- Garantir o manejo adequado dos RSS, em todas as suas fases: coleta, tratamento (autoclavagem e incineração) e destinação final ambientalmente adequada;
- Garantir que não ocorram incidências de RSS nos RSU coletados no município;
- Garantir que não ocorram passivos ambientais no município, decorrentes da disposição inadequada dos RSS;
- Garantir a coleta, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos RSS em 100% das unidades de saúde públicas do município.

Metas para os Resíduos de Serviços de Saúde:

- Metas de Curto, Médio e Longo Prazo:

- Garantia de coleta, tratamento e disposição final adequados dos resíduos de serviço de saúde em 100% das unidades de saúde públicas;
- Manutenção do Sistema de Gestão Compartilhada dos RSS no município e de acordo com as diretrizes da Lei 12.305/2010 e demais legislações vigentes;
- Fiscalizar e monitorar os geradores particulares na gestão dos RSS com a obrigatoriedade de elaboração dos PGRSS dos resíduos por eles gerados;
- Promover ações contínuas de educação ambiental.

25 OBJETIVOS E METAS PARA OS RESÍDUOS DE LOGÍSTICA REVERSA

Conforme previsto pela PNRS, a estruturação e implementação dos sistemas de logística reversa cabem aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, propiciando o retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

A PNRS exige a logística reversa de: Agrotóxicos (seus resíduos e embalagens), pilhas, baterias, pneus, óleos lubrificantes (seus resíduos e embalagens), lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista e os produtos eletroeletrônicos com seus componentes.

A lei estabelece que cabe aos consumidores a responsabilidade de acondicionar adequadamente os resíduos e disponibilizá-los para a coleta ou devolução. O município de Bragança Paulista já possui um programa chamado Rede de Coleta Solidária.

Metas para os Resíduos com Logística Reversa:

- Metas de Curto Prazo: 1 a 4 anos

- Coleta e destinação final adequada de pelo menos 10% das embalagens de logística reversa;
- Implementação de acordo setorial que envolva o Poder Público e os fabricantes, importadores, distribuidores e/ou comerciante na implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo do produto;
- Firmar parcerias com sistemas de logística reversa já existentes com a finalidade de realizar a logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas; logística reversa de pneumáticos inservíveis; logística reversa de eletrônicos e lâmpadas fluorescentes, etc;
- Definição de pontos de coleta primário e ponto secundário de armazenamento para posterior destinação à associação cadastrada, bem como cadastramento dos borracheiros do Município a fim de disponibilizar os serviços de recebimento de pneus inservíveis;
- Firmar parceria para a destinação dos resíduos eletrônicos oriundos dos órgãos públicos Municipais, e cadastramento de pontos primários e secundários por meio de incentivo a outras iniciativas de logística reversa de resíduos eletroeletrônicos junto ao setor privado;
- Estudos e ações visando incentivo e/ou responsabilização dos grandes geradores;
- Instalação de ecopontos e/ou PEV's para o recebimento de eletrônicos, pilhas, baterias, óleos de cozinha usados, etc;
- Promover ações contínuas de educação ambiental.

- Médio Prazo: 4 a 8 anos

- Coleta e destinação final adequada de pelo menos 12% das embalagens de logística reversa;
- Promover ações contínuas de educação ambiental.

- Longo Prazo: 8 a 20 anos

- Coleta e destinação final adequada de pelo menos 18% das embalagens de logística reversa;
- Promover ações contínuas de educação ambiental.

26 OBJETIVOS E METAS PARA OS RESÍDUOS AGROSSILVOPASTORIS

A Lei Federal 9.974 de 06 de junho de 2000, prevê que estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos os responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo SISNAMA, SNVS ou SUASA.

Prevê, ainda, que são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de agrotóxicos, seus resíduos e embalagens.

Tem-se a informação de os resíduos orgânicos provenientes das atividades agrossilvopastoris no Município são, na maioria das vezes, reaproveitados no local por meio de incorporação no solo e os inorgânicos encaminhados para disposição final. No entanto não há dados precisos das destinações que devem ser levantadas perante a Secretaria Municipal de Agronegócios e Secretária de Saúde.

Desse modo, é salutar estabelecer metas e estratégias de atuação do Município nesse sentido.

Metas para os Resíduos Agrossilvopastoris:

- Metas de Curto Prazo: 1 a 4 anos

- Implementar medidas de controle da destinação ambientalmente adequada dos resíduos agrossilvopastoris pelos geradores;
- Realizar parceria ou cadastro junto ao INPEV – Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, para implementação de posto ou central

para recebimento das embalagens vazias;

- Promover ações contínuas de educação ambiental.

- Metas de Médio e Longo Prazo: 4 a 20 anos

- Manter as medidas de controle da destinação ambientalmente adequada dos resíduos agrossilvopastoris pelos geradores;
- Promover ações contínuas de educação ambiental.

27 MODELO ECONÔMICO FINANCEIRO

O município de Bragança Paulista realizou um estudo de viabilidade técnica, ambiental, econômico-financeira e jurídica, para gestão integrada dos resíduos sólidos, o qual, conta com um relatório dos valores médios a serem pagos pela prestação dos serviços para a concessionária, pelo Município de Bragança Paulista. A seguir a tabela dos valores médios a serem pagos pelos serviços.

Tabela 44 - Tabela dos valores médios a serem pagos pelos serviços

SERVIÇOS - LOTE 01			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1.1	Coleta de resíduos domiciliares, Industriais e comerciais	4.640 ton/mês	123,75
1.2	Varrição de vias públicas	4009,32 KM/mês	93,83
1.3	Varrição e limpeza de áreas e logradouros públicos	250.000 m ² /mês	0,23
1.4	Varrição mecanizada de vias e logradouros públicos	1.036,46 KM/mês	60,30
1.5	Limpeza e desinfecção de feiras livres	150.000 m ² /mês	0,40

1.6	Coleta seletiva porta a porta	440 Horas	180,78
1.7	Coleta de entulhos, podas de árvores e grandes volumes	113 Tonelada	308,92
1.8	*Valorização e o aproveitamento energético dos resíduos, visando a geração de energia *Aterro Sanitário	4.640 Tonelada	120,00

SERVIÇOS - LOTE 02			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$
1	Coleta e destinação final de resíduos de serviços de saúde	4 Tonelada	7.298,62

Fonte: Estudo de viabilidade técnica, ambiental, econômico-financeira e jurídica, para gestão integrada dos resíduos sólidos de Bragança Paulista.

O estudo conta ainda com uma projeção econômico-financeira para os devidos serviços, como é demonstrado na tabela a seguir.









Demonstrativo de Resultados




DRE		Ano de operação																														
	Parâmetros	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
		Pré-Oper	Op.Parcial																													
Receitas (MM R\$ ano)		15,3	25,5	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	35,8	
Valorização + Aterro (R\$/ton)	120		3,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	7,9	
Coleta de resíduos domiciliares, indu e comerciais	123,75	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	
Varição de vias públicas	93,83	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	
Varriação e limpeza de áreas e logradouros públicos	0,23	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	
Varriação mecanizada de vias e logradouros públicos	60,3	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	
Limpeza e desinfecção de feiras livres	0,4	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	
Coleta seletiva porta a porta	180,78	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	
Coleta de entulhos, podas de árvores e grd. volumes	308,92	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	
Coleta e destinação final de RSS	729,9	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	
Energia elétrica (R\$/MWh - sem impostos)	320		6,3	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	12,6	
OPEX (MM R\$ ano)		-0,60	-8,2	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	-17,7	
Custos industriais (Manutenção & M.O.)			-7,2	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	-14,5	
Despesas Admin		-0,60	-1,0	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	-3,3	
Deduções da Receita (MM R\$ ano)		-3,1	-0,6	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	
ISS	5%		-0,2	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	
PIS/Cofins	3,65%		-3,1	-0,6	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	
EBITDA		11,63	16,7	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	
Margem EBITDA			65%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	48%	
Depreciação/Amortização	5%					-3,25	-2,99	-2,75	-2,53	-2,33	-2,14	-1,97	-1,81	-1,67	-1,53	-1,41	-1,30	-1,19	-1,10	-1,01	-0,93	-0,86	-0,79	-0,72	-0,67	-0,61	-0,56	-0,52	-0,48	-0,44	-0,37	
Inflação projetada	5%																															
EBIT		11,63	16,7	17,0	17,0	13,8	14,1	14,3	14,5	14,7	14,9	15,1	15,2	15,4	15,5	15,6	15,7	15,9	15,9	16,0	16,1	16,2	16,3	16,3	16,4	16,4	16,5	16,5	16,6	16,6	16,6	
Despesas pré-operacionais			-1,1																													
Pag. Ressarcimento dos Estudos			-0,634																													
Pag. Debit			-8,45	-8,5	-8,5	-8,5	-8,5	-8,5	-8,5	-8,5	-8,5																					
EBT		9,9	8,2	8,6	8,6	5,3	5,6	5,8	6,1	6,3	6,5	15,1	15,2	15,4	15,5	15,6	15,7	15,9	15,9	16,0	16,1	16,2	16,3	16,3	16,4	16,4	16,5	16,5	16,6	16,6	16,6	
Tributação (IR, CSLL)	11,35%		-1,7	-2,9	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	-4,1	
FCFF		8,1	5,3	4,5	4,5	1,3	1,5	1,8	2,0	2,2	2,4	11,0	11,2	11,3	11,5	11,6	11,7	11,8	11,9	12,0	12,1	12,1	12,2	12,3	12,3	12,4	12,4	12,5	12,5	12,6	12,6	
Recolhimento Agência Reguladora	0,5%		0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	0,041	




Tabela 45 - Referente a projeção econômico-financeira

28 RESUMO DAS AÇÕES E METAS PREVISTAS PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS



RESÍDUOS	OBJETIVOS	PRAZOS	ODS
Resíduos Sólidos Urbanos	Universalização do Atendimento com serviço de coleta e limpeza	<p>Metas de Curto Prazo: 1 a 4 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manter o sistema de Coleta Seletiva e ampliar o atendimento para 100% na área urbana; - Manter o atendimento da coleta de resíduos sólidos domiciliares em 100% da população; - Instalação de 100 contêineres de PEAD, a fim de iniciar-se a coleta mecanizada; - Manter e aprimorar de acordo com as necessidades, o atendimento a varrição do município, aumentando a área de atendimento, e implantando varrição mecanizada; - Instalação de contêineres para a coleta para resíduos recicláveis nos prédios públicos. - Instalação de 3 (três) ecopontos/PEVs; <p>Metas de Médio Prazo: 4 a 8 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manter o sistema de Coleta Seletiva Seletiva e ampliar de acordo com a expansão urbana, bem como expandir o serviço para a zona rural; - Manter o atendimento da coleta de resíduos sólidos domiciliares em 100% da população; - Manter e aprimorar, de acordo com as necessidades, o atendimento a varrição do município. - Instalação de 4 (quatro) ecopontos/PEVs; <p>Metas de Longo Prazo: 8 a 20 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manter o sistema de Coleta Seletiva Seletiva e ampliar de acordo com a expansão urbana e rural; - Manter o atendimento da coleta de resíduos sólidos domiciliares em 100% da população; - Manter e aprimorar, de acordo com as necessidades, o atendimento a varrição do município. - Instalação de 6 (seis) ecopontos/PEVs; 	 
	Redução de Geração per capita	<p>Metas de Curto, Médio e Longo Prazo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de um Programa de Educação Ambiental para buscar a redução da geração per capita para 0,70 kg/hab.dia até 2025 (em todo o período do plano). 	 





	<p>Aproveitamento dos RSU secos coletados</p>	<p>Metas de Curto Prazo: 01 a 04 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover ações visando a regularização das cooperativas de Resíduos Recicláveis; - Promover ações de integração entre geradores e catadores; - Formalização de contratos com cooperativas e associações de catadores; - Galpão de triagem de resíduos recicláveis; - Reciclar em 6,6% dos RSU secos coletados; - Aproveitamento de RSU reciclável em 60% do coletado. <p>Metas de Médio Prazo: 4 a 8 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formalização de contratos com cooperativas e associações de catadores; - Reciclar em 11,4% do RSU secos coletados; - Aproveitamento de RSU reciclável em 80%. <p>Metas de Longo Prazo: 8 a 20 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formalização de contratos com cooperativas e associações de catadores; - Reciclar 25,8% dos RSU secos coletados; - Aproveitamento de RSU reciclável em 90%. 	   
	<p>Aproveitamento dos RSU Orgânicos</p>	<p>Metas de Curto Prazo: 01 a 04 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reciclar em 3,6% dos RSU orgânicos coletados; - Aproveitamento de RSU orgânico em 50% do coletado. <p>Metas de Médio Prazo: 4 a 8 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reciclar em 7,2% dos RSU orgânicos coletados; - Aproveitamento de RSU orgânico em 75%. <p>Metas de Longo Prazo: 8 a 20 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reciclar em 13,5% dos RSU orgânicos coletados; - Aproveitamento de RSU orgânico em 95%. 	 
	<p>Destinação Final Adequada com redução do envio de RSU reciclável e orgânicos para o</p>	<p>Metas de Curto Prazo: 01 a 04 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instalação de uma usina de compostagem ou ampliação do sistema já existente para o aproveitamento dos resíduos de poda, com ampliação para os resíduos orgânicos de feiras; - Instalação do Sistema de Aproveitamento do Biogás; - Aproveitamento Energético dos Resíduos Sólidos; - Redução do envio de RSU ao aterro em 15%; - Exportação dos rejeitos para aterro sanitário licenciado (em todo o período do plano); 	 


	aterro sanitário	<p>Metas de Médio Prazo: 4 a 8 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução do envio de RSU ao aterro em 26,7% ; - Exportação dos rejeitos para aterro sanitário licenciado (em todo o período do plano). <p>Metas de Longo Prazo: 8 a 20 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução do envio de RSU ao aterro em 63,9% ; - Exportação dos rejeitos para aterro sanitário licenciado (em todo o período do plano). 	
	Promover ações contínuas de educação ambiental.	<p>Metas de Curto, Médio e Longo Prazo:</p> <p>Durante todo o período do plano promover ações de educação ambiental a fim de alcançar as metas traçadas.</p>	 

RESÍDUOS	OBJETIVOS	PRAZOS	ODS
Resíduos Sólidos da Construção Civil	Eliminação das áreas de disposição irregular de RCC	<p>Metas de Curto Prazo: 1 a 4 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implementar um programa de levantamento, monitoramento e fiscalização dos pontos de disposição clandestina/irregular; - Implantar ações visando a eliminação pontos descartes irregulares de RCC's. 	
		<p>Metas de Médio Prazo: 4 a 8 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manter o programa de levantamento, monitoramento e fiscalização dos pontos de disposição clandestina/irregular; - Manter as ações visando a eliminação pontos descartes irregulares de RCC's. 	
		<p>Metas de Longo Prazo: 8 a 20 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manter o programa de levantamento, monitoramento e fiscalização dos pontos de disposição clandestina/irregular; - Manter as ações visando a eliminação pontos descartes irregulares de RCC's. 	
	Manter o recebimento nos ecopontos de 100% do RCC gerado em pequenas obras e intervenções	<p>Metas de Curto, Médio e Longo Prazo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instalação de mais ecopontos e/ou PEV's para o recebimento de 100% do RCC gerado em pequenas obras, reparos e reformas. 	
		<p>Metas de Curto Prazo: 1 a 4 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Destinar os RCC's à ATT para triagem, 	




	<p>Reutilização, reciclagem e destinação final adequada de RCC</p>	<p>armazenamento temporário dos materiais segregados, eventuais transformação e envio a destinação adequada;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Destinar os RCC passíveis de beneficiamento gerados pela municipalidade e de pequenos geradores à empresas especializadas; - Fiscalizar o envio dos RCCs passíveis de beneficiamento provenientes de geradores particulares, transportadores à empresas especializadas; - Reutilização dos Resíduos da Construção Civil pela Prefeitura na manutenção de vias, praças, etc, após a realização de estudos e definição de estratégias de aperfeiçoamento das ações de modo que o beneficiamento seja realizado de acordo com a ABNT NBR 15114:2004, 15115:2004, 15116:2004 e Resolução CONAMA nº 307/2002. <p>Metas de Médio Prazo: 4 a 8 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Envio de rejeitos de resíduos de RCC à aterros licenciados para recebimento. <p>Metas de Longo Prazo: 8 a 20 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reutilização dos RCC (Classe A, B e C) - Envio de rejeitos de resíduos de RCC à aterros licenciados para recebimento. 	  
	<p>Regularização e cadastramento dos caçambeiros</p>	<p>Metas de Curto Prazo: 1 a 4 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cadastramento dos transportadores de RCC's com a implantação do SIGOR e manutenção constante do sistema; - Regulamentação da caracterização de grande gerador, anualmente, de forma gradual, por meio de Resolução da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, conforme a consolidação do SIGOR no Município. <p>Metas de Médio e Longo Prazo: 4 a 20 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manutenção do cadastro de transportes de RCC e transportadores. 	   
	<p>Promover ações contínuas de educação</p>	<p>Metas de Curto Prazo: 1 a 4 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver informativos à população quanto à segregação adequada de RCC, principalmente dos resíduos Classe B (madeira, metal, papel, 	


	ambiental.	plástico, gesso e outros). Metas de Médio e Longo Prazo: 4 a 20 anos - Continuidade das ações de educação ambiental.	 
--	------------	---	--



RESÍDUOS	OBJETIVOS	PRAZOS	ODS
Resíduos Volumosos	De acordo com PNRS estabelecer a segregação de resíduos volumosos para reutilização e reciclagem como uma premissa	Metas de Curto Prazo: 1 a 4 anos - Instalação de ecopontos e/ou PEV's para o recebimento de resíduos volumosos; - Promover a destinação ambientalmente correta. - Promover termos de parceria afim de se promover a destinação correta dos volumosos passíveis de logística reversa. Metas de Médio e Longo Prazo: 4 a 20 - Instalação de ecopontos e/ou PEV's para o recebimento de resíduos volumosos; - Destinar os resíduos volumosos à empresa especializada em reciclagem.	 
	Promover ações contínuas de educação ambiental.	Metas de Curto, Médio e Longo Prazo: Durante todo o período do plano promover ações de educação ambiental a fim de alcançar as metas traçadas.	 



RESÍDUOS	OBJETIVOS	PRAZOS	ODS
	Assegurar medidas de fiscalização que garantam a adequada disposição dos resíduos verdes de origem domiciliar, tais como podas de árvores, arbustos ornamentais e gramado	Metas de Curto, Médio e Longo Prazo: - Instalação de ecopontos/PEVs para recebimento de restos de podas domiciliares.	

Resíduos Verdes	originários de chácaras e residências.		
	Aproveitamento dos resíduos de podas para produção de massa orgânica	Metas de Curto Prazo: 01 a 04 anos - Instalação de uma usina de compostagem ou ampliação do sistema já existente para aproveitamento dos resíduos de podas de manutenção de áreas públicas realizadas pela prefeitura e de podas encaminhadas por pequenos geradores aos ecopontos.	 
	Promover ações contínuas de educação ambiental.	Metas de Médio e Longo Prazo: 4 a 20 anos - Destinação dos resíduos verdes para compostagem.	 

RESÍDUOS	OBJETIVOS	PRAZOS	
Resíduos Sólidos de Saúde	Garantia de coleta, tratamento e disposição final adequados dos resíduos de serviço de saúde em 100% das unidades de saúde públicas	Metas de Curto, Médio e Longo Prazo: - Promover a coleta, tratamento e disposição final adequados dos resíduos de serviço de saúde em 100% das unidades de saúde públicas.	
	Manutenção do Sistema de Gestão Compartilhada dos RSS no município e de acordo com as diretrizes da Lei 12.305/2010 e demais legislações vigentes	Metas de Curto, Médio e Longo Prazo: - Fiscalizar e monitorar os geradores particulares na gestão dos RSSS com a obrigatoriedade de elaboração dos PGRSS dos resíduos por eles gerados.	
	Promover ações contínuas de educação ambiental.	Metas de Curto, Médio e Longo Prazo: Durante todo o período do plano promover ações de educação	

		ambiental a fim de alcançar as metas traçadas.	
--	--	--	---

RESÍDUOS	OBJETIVOS	PRAZOS	
Resíduos de Logística Reversa	Coleta e destinação final adequada de resíduos logísticos reversa	<p>Metas de Curto Prazo: 1 a 4 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coleta e destinação final adequada de pelo menos 10% das embalagens de logística reversa; - Implementação de acordo setorial que envolva o Poder Público e os fabricantes, importadores, distribuidores e/ou comerciante na implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo do produto; - Firmar parcerias com sistemas de logística reversa já existentes com a finalidade de realizar a logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas; logística reversa de pneumáticos inservíveis; logística reversa de eletrônicos e lâmpadas fluorescentes, etc; - Definição de pontos de coleta primário e ponto secundário de armazenamento para posterior destinação à associação cadastrada, bem como cadastramento dos borracheiros do Município a fim de disponibilizar os serviços de recebimento de pneus inservíveis; - Firmar parceria para a destinação dos resíduos eletrônicos oriundos dos órgãos públicos Municipais, e cadastramento de pontos primários e secundários por meio de incentivo a outras iniciativas de logística reversa de resíduos eletroeletrônicos junto ao setor privado; - Estudos e ações visando incentivo e/ou responsabilização dos grandes geradores; - Instalação de ecopontos e/ou PEV's para o recebimento de eletrônicos, pilhas, baterias, óleos de cozinha usados, etc. <p>Metas de Médio Prazo: 4 a 8 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coleta e destinação final adequada de pelo menos 12% das embalagens de logística reversa. - Instalação de ecopontos e/ou PEV's para o recebimento de eletrônicos, pilhas, baterias, óleos de cozinha usados, etc. <p>Metas de Longo Prazo: 8 a 20 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coleta e destinação final adequada de pelo menos 18% das embalagens de logística reversa. 	 

		- Instalação de ecopontos e/ou PEV's para o recebimento de eletrônicos, pilhas, baterias, óleos de cozinha usados, etc.	
	Promover ações contínuas de educação ambiental.	Metas de Curto, Médio e Longo Prazo: Durante todo o período do plano promover ações de educação ambiental a fim de alcançar as metas traçadas.	 

RESÍDUOS	OBJETIVOS	PRAZOS	
Resíduos Agrossilvopastoris	De acordo com PNRS estabelecer controle da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos agrossilvopastoris	Metas de Curto Prazo: 1 a 4 anos - Implementar medidas de controle da destinação ambientalmente adequada dos resíduos agrossilvopastoris pelos geradores; - Realizar parceria ou cadastro junto ao INPEV – Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, para implementação de posto ou central para recebimento das embalagens vazias. Metas de Médio e Longo Prazo: 4 a 20 anos - Manter as medidas de controle da destinação ambientalmente adequada dos resíduos agrossilvopastoris pelos geradores.	
	Promover ações contínuas de educação ambiental.	Metas de Curto, Médio e Longo Prazo: Durante todo o período do plano promover ações de educação ambiental a fim de alcançar as metas traçadas.	 

**SISTEMA DE DRENAGEM
URBANA E MANEJO DE
ÁGUAS PLUVIAIS**

29 SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

29.1 ABORDAGEM GERAL SOBRE OS OBJETIVOS E METAS PARA OSISTEMA DE DRENAGEM DO MUNICÍPIO

Neste tópico serão definidos os objetivos e as metas para o Município de Bragança Paulista, contando com dados e informações que já foram sistematizados anteriormente, sobretudo, quanto ao que se pretende alcançar em cada horizonte de projeto, visando o atendimento da Política Nacional de Saneamento Básico.

Segundo o Art. 2º da Lei Federal Nº 11.445/2007 e suas alterações previstas no Art.7º da Lei Federal Nº 14.026/2020, dentre os princípios fundamentais da prestação de serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais estão:

- Universalização do acesso e efetiva prestação do serviço;
- Integralidade, compreendida como o conjunto de atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento que propicie à população o acesso a eles em conformidade com suas necessidades e maximize a eficácia das ações e dos resultados;
- Disponibilidade, nas áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, tratamento, limpeza e fiscalização preventiva das redes, adequados à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
- Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
- Estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à utilização de tecnologias apropriadas, consideradas a capacidade de pagamento dos usuários, a adoção de soluções graduais e progressivas e a melhoria da qualidade com ganhos de eficiência e redução dos custos para os usuários; e
- Integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Visando ao atendimento dos princípios em foco, foram estabelecidas as seguintes metas para o município de Bragança Paulista:

- Curto prazo: 1 a 4 anos

- Promover ações contínuas de desassoreamento e limpeza de cursos d'água.
- Dar continuidade ao projeto de manutenção do vertedor no Lago do Orfeu para regularização de vazões e controle de cheias, e obras de preservação do barramento do lago;

- Dar continuidade ao projeto de implantação do sistema de proteção contra o assoreamento no Lago do Taboão, bem como construção de bacia de retenção de sedimentos e obra de preservação da comporta;
- Implantar sistema de previsão e alerta de enchentes integrado com a Defesa Civil;
- Implantar, onde possível, Parques Lineares Municipais nas Bacias: do Ribeirão Lavapés, do Ribeirão Toró, do Ribeirão do Taboão, do Córrego Itapechinga, do Ribeirão Água Cumprida, do Córrego Santa Helena, do Córrego Jardim América, do Córrego Anhumas e do Córrego da Cidade Planejada;
- Realizar quando necessário intervenções em canal (canalização ou estabilização de margens) nas Bacias: do Ribeirão Lavapés, do Ribeirão Toró, do Ribeirão do Taboão, do Córrego Itapechinga, do Ribeirão Água Cumprida, do Córrego Santa Helena, do Córrego Jardim América, do Canal Anhumas e do Córrego Cidade Planejada;
- Realizar a manutenção periódica das estruturas componentes dos sistemas de macro e microdrenagem;
- Implantar Medidas de Macrodrenagem propostas no Plano Diretor;
- Implantar infraestrutura de drenagem no Jardim Lago do Moinho, Hípica Jaguari, L.U., Chácara Luzia Vicente, Jardim Comendador Cardoso, Ferroviário Atlético Clube, Chácara Fernão Dias, Morada Campos Verdes, Bosque das Pedras, Avenida Atílio Menin e Rua Projetada;
- Construção de Reservatório de Detenção de Cheias na Avenida Eusébio Savaio;
- Readequação do sistema de macrodrenagem da Avenida José Gomes da Rocha Leal.

- Médio Prazo: 4 a 8 anos

- Elaborar projeto de desassoreamento e limpeza do curso d'água na altura da Estância depois da Vila Malva;
- Elaborar estudos e projetos de adequação da microdrenagem para o ponto crítico localizado entre a Avenida Pires Pimentel e a Travessa Itália;
- Elaborar estudos e projetos de adequação da microdrenagem em caso de identificação de novos pontos de alagamento;
- Elaborar projetos e implantar novos sistemas de microdrenagem de acordo com o surgimento de novas demandas;
- Implantar Reservatórios de Amortecimento de Cheias nas Bacias: do Ribeirão Lavapés, do Ribeirão Toró e do Ribeirão do Taboão;
- Realizar intervenções em travessias (readequação de pontes) nas Bacias: do Ribeirão

Lavapés, do Ribeirão Toró e do Ribeirão do Taboão;

- Realizar a manutenção periódica das estruturas componentes dos sistemas de macro e microdrenagem;
- Implantar Medidas de Macrodrenagem propostas no Plano Diretor.

- Longo Prazo: 8 a 20 anos

- Implantar Reservatórios de Amortecimento de Cheias nas Bacias: do Córrego Itapechinga, do Ribeirão Água Cumprida, do Córrego Santa Helena, do Córrego Jardim América, do Canal Anhumas e do Córrego Cidade Planejada;
- Realizar intervenções em travessias (readequação de pontes) nas Bacias: do Córrego Itapechinga, do Ribeirão Água Cumprida, do Córrego Santa Helena, do Córrego Jardim América, do Canal Anhumas e do Córrego Cidade Planejada;
- Implantar Medidas propostas no Plano Diretor de Macrodrenagem;
- Consolidar a gestão dos serviços de manejo de águas pluviais no município;
- Realizar a manutenção periódica das estruturas componentes dos sistemas de macro e microdrenagem.

**AÇÕES PARA
CONTINGÊNCIAS E
EMERGÊNCIAS**

30 PLANO DE AÇÃO PARA CONTINGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS

Podemos compreender o termo “contingência” como sendo relativo a uma eventualidade, um acaso, um acontecimento que tem como fundamento a incerteza, ou seja, que pode ou não acontecer.

Já o termo “emergência” diz respeito a uma situação crítica, com ocorrência de grande perigo.

Na operação e manutenção dos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotos sanitários dos municípios operados pela SABESP são utilizados mecanismos locais e corporativos de gestão, no sentido de prevenir ocorrências indesejadas através de controles e monitoramentos das condições físicas das instalações e dos equipamentos, visando minimizar as ocorrências de sinistros e interrupções na prestação dos serviços.

Em caso de ocorrências atípicas, que extrapolem a capacidade de atendimento local, a SABESP dispõe de estruturas de apoio com mão-de-obra, materiais, equipamentos e oficinas localizadas em outras unidades da empresa, como das diversas Unidades de Negócio do Interior, Litoral e da Região Metropolitana de São Paulo, das superintendências de Manutenção Estratégica, de Gestão de Empreendimentos, de Gestão de Projetos Especiais e do Departamento de Controle de Qualidade da Diretoria de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente, das superintendências de Gestão de Empreendimentos e de Desenvolvimento Operacional da Diretoria de Sistemas Regionais, e de áreas de suporte como as superintendências de Comunicação, Comercial e de Relacionamento com os Clientes, Suprimentos e Contratações Estratégicas, Tecnologia da Informação, dentre outras.

As situações emergenciais na operação do sistema de manejo e disposição final de resíduos sólidos ocorrem quando da ocasião de paralisações da prestação dos serviços, por circunstâncias tais como: greves de funcionários de prestadoras de serviço ou da própria prefeitura, demora na obtenção de licenças de operação, para o caso dos aterros sanitários e de inertes, acidentes naturais, entre outras.

Considerando-se esses aspectos, foram elencadas algumas situações que podem ocorrer nas diversas etapas que compõem os serviços relacionados aos resíduos sólidos urbanos tais como:

- Serviço de Varrição;
- Serviço de Coleta de Resíduos;
- Destinação Final dos Resíduos;
- Tratamento dos Resíduos;
- Serviços de Podas e Supressão de Árvores.

Por fim, as situações emergenciais relativas aos serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais estão intimamente ligadas à ocorrência de eventos de chuvas de grande intensidade, que ultrapassam a capacidade do sistema de drenagem e a capacidade de retenção e absorção natural da bacia hidrográfica.

Nestas ocasiões, as deficiências existentes nos sistemas de macro e microdrenagem contribuem enormemente para o agravamento da situação. Neste sentido, as medidas preventivas de manutenção periódica dos sistemas, tais como limpeza de galerias e bocas de lobo, desassoreamento de canais e corpos d'água naturais, são fundamentais.

Outro aspecto importante a se considerar, é a rapidez com que ocorrem as cheias dos cursos d'água com os picos das vazões acontecendo após algumas horas, ou mesmo minutos, de chuvas intensas. Igualmente importante, conforme já apontado anteriormente, é o fato de que as represas existentes a montante da cidade, apesar de amortecerem os picos de cheia, precisam ser adequadamente operadas para evitar a ocorrência de transbordamentos nestas ocasiões.

Estes dois aspectos tornam fundamental a implantação do “Sistema de Alerta Contra Enchentes e Integração com a Defesa Civil” previsto no plano.

O orçamento municipal deve prever a disponibilidade de recursos financeiros e materiais que possam ser prontamente disponibilizados durante a ocorrência de emergências causadas pelas inundações urbanas.

Em quaisquer circunstâncias, no futuro, o modelo utilizado atualmente pela SABESP, pela Prefeitura de Bragança Paulista e empresa concessionária, aqui descrito deverá ser considerado como mínimo. Qualquer modificação poderá ser introduzida, desde que no sentido de melhoria da segurança operacional.

A seguir são citados os principais tipos de ocorrências, suas possíveis origens e ações a serem desencadeadas.

Tabela 46 - Ações de contingência para o sistema público de abastecimento de água.

Ocorrência	Origem	Ações de Contingência
Falta d'água generalizada	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Inundação das captações de água com danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas ✓ Deslizamento de encostas / movimentação do solo / solapamento de apoios de estruturas com arrebentamento da adução de água bruta ✓ Interrupção prolongada no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água ✓ Vazamento de cloro nas instalações de tratamento de água ✓ Qualidade inadequada da água dos mananciais ✓ Ações de vandalismo ✓ Danos por terceiros 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Verificação e adequação de plano de ação às características da ocorrência ✓ Comunicação à população / instituições / autoridades / Defesa Civil ✓ Comunicação à Polícia ✓ Deslocamento de frota grande de caminhões tanque ✓ Controle da água disponível em reservatórios ✓ Reparo das instalações danificadas ✓ Implementação do Plano de Atendimento de Emergência (PAE) Cloro ✓ Implementação de rodízio de abastecimento

<p>Falta d'água parcial ou localizada</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Deficiências de água nos mananciais em períodos de estiagem ✓ Interrupção temporária no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água ✓ Interrupção no fornecimento de energia elétrica em setores de distribuição ✓ Danificação de equipamentos de estações elevatórias de água tratada ✓ Danificação de estruturas de reservatórios e elevatórias de água tratada ✓ Rompimento de redes e linhas adutoras de água tratada ✓ Danos por terceiros ✓ Ações de vandalismo 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Verificação e adequação de plano de ação às características da ocorrência ✓ Comunicação à população / instituições / autoridades ✓ Comunicação à Polícia ✓ Deslocamento de frota de caminhões tanque ✓ Reparo das instalações danificadas ✓ Transferência de água entre setores de abastecimento
--	---	---

Tabela 47 - Ações de contingência para o sistema público de esgotamento sanitário

Ocorrência	Origem	Ações de Contingência
Paralisação da estação de tratamento de esgotos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de tratamento ✓ Danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas ✓ Ações de vandalismo 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comunicação à concessionária de energia elétrica ✓ Comunicação aos órgãos de controle ambiental ✓ Comunicação à Polícia ✓ Instalação de equipamentos reserva ✓ Reparo das instalações danificadas
Extravasamentos de esgotos em estações elevatórias	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de bombeamento ✓ Danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas ✓ Ações de vandalismo 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comunicação à concessionária de energia elétrica ✓ Comunicação aos órgãos de controle ambiental ✓ Comunicação à Polícia ✓ Instalação de equipamentos reserva ✓ Reparo das instalações ✓ Gerador de energia
Rompimento de linhas de recalque, coletores tronco, interceptores e emissários	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desmoronamentos de taludes / paredes de canais ✓ Erosões de fundos de vale 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comunicação aos órgãos de controle ambiental ✓ Reparo das instalações danificadas

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Rompimento de travessias ✓ Danos por terceiros 	
Ocorrência de retorno de esgotos em imóveis	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Lançamento indevido de águas pluviais em redes coletoras de esgoto ✓ Obstruções em coletores de esgoto 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comunicação à vigilância sanitária ✓ Execução dos trabalhos de limpeza ✓ Reparo das instalações danificadas

Tabela 48 - Ações de Contingências Relativas aos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.

Ocorrência	Ações de Contingência
Paralisação do sistema de varrição	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acionar os funcionários da Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança e Serviços Públicos para efetuarem a limpeza dos pontos mais críticos e centrais da cidade. ✓ Contratação de empresa especializada em caráter de emergência.
Paralisação do Serviço de Coleta Domiciliar	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Empresas e veículos previamente cadastrados deverão ser acionados para assumirem emergencialmente a coleta nos roteiros programados, dando continuidade aos trabalhos. ✓ Contratação de empresa especializada em caráter de emergência.
Paralisação das Coletas Seletiva e de Resíduos de Serviço de	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Contratação de empresa especializada em caráter

Saúde	de emergência.
Paralisação total do Aterro Sanitário	✓ Plano de disposição em outra localidade vizinha
Paralisação parcial do Aterro, no caso de incêndio, explosão e/ou vazamento tóxico	✓ Evacuação da área cumprindo os procedimentos internos de segurança; ✓ Acionamento do Corpo de Bombeiros
Paralisação nos Centros de Triagem e Estação de Transbordo	✓ Procurar alternativas para comercialização dos resíduos recicláveis. ✓ Contratação de empresa especializada em caráter de emergência.
Tombamento de árvores	✓ Mobilização de equipe de plantão e equipamentos. ✓ Acionamento da Concessionária de Energia Elétrica. ✓ Acionamento do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil.
Paralisação do serviço de capina e roçada	✓ Nomear equipe operacional da Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança e Serviços Públicos para cobertura e continuidade do serviço.

Tabela 49 - Ações de Contingências Relativas aos Serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais.

Ocorrência	Ações de Contingência
Inexistência ou ineficiência da rede de drenagem urbana.	✓ Verificar o uso do solo previsto para região. ✓ Comunicar a Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança, Obras e Serviços Públicos a necessidade de ampliação ou correção da rede de drenagem.

<p>Presença de esgoto ou lixo nas galerias de águas Pluviais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comunicar ao setor de fiscalização sobre a presença de mau cheiro ou lixo. ✓ Aumentar o trabalho de conscientização da população sobre a utilização dos canais de drenagem.
<p>Presença de materiais de grande porte, como carcaças de eletrodomésticos, móveis ou pedras.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comunicar a Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança, Obras e Serviços Públicos sobre a ocorrência. ✓ Aumentar o trabalho de conscientização da população sobre a utilização dos canais de drenagem.
<p>Assoreamento de bocas de lobo, bueiros e canais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comunicar a Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança, Obras e Meio Ambiente sobre a ocorrência. ✓ Verificar se os intervalos entre as manutenções periódicas se encontram satisfatórios.
<p>Situações de alagamento, problemas relacionados à microdrenagem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Deve-se mobilizar os órgãos competentes para realização da manutenção da microdrenagem. ✓ Acionar a autoridade de trânsito para que sejam traçadas rotas alternativas a fim de evitar o agravamento do problema. ✓ Acionar um técnico responsável designado para verificar a existência de risco a população (danos a edificações, vias, risco de propagação de doenças, etc.). ✓ Propor soluções para resolução do problema, com a participação da população e informando a mesma sobre a importância de se preservar o sistema de drenagem.
<p>Inundações, enchentes provocadas pelo transbordamento de rios, córregos ou canais de drenagem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O Sistema de Monitoramento deve identificar a intensidade da enchente e acionar o Sistema de Alerta respectivo. ✓ Comunicar o setor responsável (Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança, Obras, Defesa

	<p>Civil, etc.) para verificação de danos e riscos à população.</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Comunicar o setor de assistência social para que sejam mobilizadas as equipes necessárias e a formação dos abrigos.
--	---

CONTROLE SOCIAL DO PMSB E PMGIRS

31 CONTROLE SOCIAL DO PMSB E PMGIRS

A responsabilidade pela elaboração dos relatórios de monitoramento do cumprimento das metas previstas e estabelecidas nessa revisão do PMSB e PMGIRS será das secretarias afetas às matérias aqui constantes, em especial a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Serviços e Secretaria Municipal de Obras, com a participação dos servidores envolvidos na fiscalização e acompanhamento dos serviços executados pela Prefeitura diretamente ou através de terceiros.

Todos os relatórios de monitoramento elaborados periodicamente serão submetidos ao Conselho Municipal de Meio Ambiente ou outro que venha a ser constituído.

Caberá as secretarias responsáveis a definição dos recursos financeiros para consecução das metas, compatíveis e integrados com PPA e LOA, e a definição da sistemática de monitoramento e avaliação do plano com base nos indicadores previstos no presente plano e determinados pelo grupo de monitoramento os quais deverão publicar, por exemplo, relatórios anuais discutidos e /ou publicados, indicadores de eficácia e eficiência, avaliação de recursos aplicados, e outros.

Todos os contratos com terceiros para consecução das atividades de saneamento básico devem estar em consonância com as metas aqui previstas, bem como estabelecer critérios de avaliação da qualidade dos serviços prestados.

O Poder Executivo e as instituições municipais de ensino empenhar-se-ão na divulgação do presente Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, e da realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade tome conhecimento e acompanhe sua implementação.

Por fim, por se tratar de instrumento dinâmico, a presente revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, deverá ser objeto de contínuo estudo, desenvolvimento, ampliação e aperfeiçoamento, devendo ser revisado no prazo máximo de quatro anos, a contar da publicação da Lei que o aprova.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 10.004: Resíduos Sólidos -Classificação**. Associação Brasileira de Normas Técnicas: Rio de Janeiro, 2004.

AGÊNCIA EMBRAPA DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA - AGEITEC. **Floresta Estacional**

Semidecidual. Disponível em:

<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_mata_sul_pernambucana/arvore/CONT000gt7eon7l02wx7ha087apz2x2zjco4.html>. Acesso em 07 de outubro de 2020.

ANA – Agência Nacional de Águas. **Metadados Geoespaciais da ANA.** Disponível em: <<https://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/main.home>>. Acesso em 08 de outubro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 2.914, de 12 de dezembro de 2011. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). (2005) **Resolução no 357, de 17 de março de 2005.** Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, n. 053, p. 58-63. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=459>>. Acesso em: 10 out 2020.

BRASIL. **Portaria de Consolidação nº 5 de 03 de outubro de 2017.** Disponível em: <ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpsessp/bibliote/informe_eletronico/2017/iels.out.17/Iels194/U_PRC-MS-GM-5_280917.pdf> Acesso em: 8 out. de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Monitoramento de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano no Brasil.** 2013. Boletim Epidemiológico, v. 46, Nº 4, 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, nº 147, p. 3, 03 de ago. 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília. 1999.

BRASIL. **Decreto Nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010.** Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Brasília. 2010.

CBH-PCJ - Comitê de Bacia hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. **Relatório da Situação dos Recursos Hídricos 2018 - UGRHI 05 - Bacias Hidrográficas Dos Rios Piracicaba,**

Capivari E Jundiá. Disponível em: <<http://www.agenciapcj.org.br/docs/relatorios/relatorio-situacao-2018/relatorio-situacao-2018.pdf>>. Acesso em 29 de setembro de 2020.

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. **Programa de Automonitoramento.** Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/aguas-subterraneas/programa-de-monitoramento/consulta-por-aquiferos-monitorados/aquifero-bauru/#:~:text=O%20Aqu%C3%ADfero%20Bauru%20%C3%A9%20constitu%C3%ADdo,sua%20grande%20import%C3%A2ncia%20como%20manancial.>>. Acesso em 29 de setembro de 2020.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente; MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Resolução nº. 307 05 de julho de 2002.** Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para gestão dos resíduos da construção civil. Diário Oficial da República do Brasil. Brasília. 2002.

CREA-PR - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná. **Resíduos Sólidos.** Disponível em: <<file:///C:/Users/tecni/Downloads/residuos%20s%C3%B3lidos%20-%20CREA.pdf>>. Acesso em 04 de outubro de 2020.

FINKLER, R. et al. **Planejamento, manejo e gestão de bacias.** Disponível em: <http://www.planejamento.mppr.mp.br/arquivos/File/bacias_hidrograficas/planejamento_manejo_e_gestao_unidade_1.pdf>. Acesso em 13 de outubro de 2020.

Fundação Sistema Estadual de Análise de dados – SEADE. **Projeções Populacionais.** Disponível em: <<https://produtos.seade.gov.br>>. Acesso em 7 de outubro de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **BDIA - Banco de Dados de Informações Ambientais.** Disponível em: <<https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/vegetacao>>. Acesso em 04 de outubro de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bragança Paulista.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/braganca-paulista/>>. Acesso em 04 de outubro de 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Plano de Segurança da Água.** 2013. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/images/pdf/2015/maio/19/plano-seguranca-agua-2013-web.pdf>>. Acesso

em 14 de outubro de 2020.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Manual para Implantação de Sistema de Gestão de Resíduos de Construção Civil em Consórcios Públicos**, 2010. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/srhu_urbano/_arquivos/4_manual_implantao_sistema_gesto_resduos_construo_civil_cp_125.pdf>. Acesso em 08 de outubro de 2020.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Resíduos da Construção Civil, Resíduos da Construção Civil, Volumosos e Inertes**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/46_10112008103231.pdf>. Acesso em 05 de outubro de 2020.

NASRALA NETO, E.; LACAZ, F. A. C.; PIGNATI, W. A. **Vigilância em saúde e agronegócio: os impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente. Perigo à vista!** Ciência & Saúde Coletiva. v. 19, p. 4709-4718, 2014.

SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo. **Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo - IDEA-SP**. Disponível em: <<http://datageo.ambiente.sp.gov.br/>>. Acesso em 08 de outubro de 2020.

SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo. **Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.esalq.usp.br/acom/docs/Coleta_Seletiva_SecEstMA.pdf>. Acesso em 08 de outubro de 2020.

SINDUSCONSP – Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo; SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo. **Resíduos da Construção Civil e o Estado de São Paulo**. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/sigor/wp-content/uploads/sites/37/2014/12/Res%C3%ADduos-da-Constru%C3%A7%C3%A3o-Civil-e-o-Estado-de-S%C3%A3o-Paulo.pdf>>. Acesso em 08 de outubro de 2020.

SINDUSCONSP – Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo; SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo. **Resíduos da Construção Civil e o Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cpla/2012/09/folheto_sinduscon_20122.pdf>. Acesso em 08 de

outubro de 2020.

SEADE. **Plataforma interativa de consulta de dados sociais, econômicos e demográficos para municípios e regiões do Estado de São Paulo**. Disponível em: <https://painel.seade.gov.br>. Acesso em: 13 out. 2020.

Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS. **Série histórica - Bragança Paulista**. Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/>. Acesso em: 15 out. 2020.

VIEIRA, J. M., & Morais, C. (2005). **Planos de Segurança da Água para Consumo Humano em Sistemas Públicos de Abastecimentos**. Instituto Regulador de Água e Resíduos; Universidade do Minho. 972-99354-5-9.